



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO  
**UFRPE**

# Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE

Publicação do Departamento de  
Ciências Sociais da Universidade  
Federal Rural de Pernambuco

## Dossiê

O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA DEMOCRACIA

Organizador: Dr. João Morais de Sousa

Ano VII, volume II, número 13 – Jul – Dez, 2018.  
ISSN: 2446-6662 - Versão Digital/ ISSN: 2316-977X – Versão Impressa



# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

## INDEXADORES

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE está indexada  
as seguintes bases:

Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org)

Latindex (<http://www.latindex.unam.mx/index.html>)

Periódicos Capes ([www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br))

## ASSESSORIA TÉCNICA

Diagramação:

Adailton Laporte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

C122 Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE / Departamento de  
Ciências Sociais da UFRPE. Ano VII, v. II, n. 13 (jul./dez. 2018).  
– Recife: EDUFRPE, 2019.  
196 p. : il.

Este volume: Dossiê: golpe de 2016 e a democracia no Brasil /  
organizador: João Morais de Sousa.

**ISSN: 2446-6662 Versão Digital/ ISSN: 2316-977X – Versão Impressa**

1. Ciências Sociais – Periódicos I. Universidade Federal Rural de  
Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais II. Sousa, João  
Morais de, org

CDD 300



UNIVERSIDADE  
FEDERAL RURAL  
DE PERNAMBUCO

Reitora:

Professora Dra. Maria José de Sena

Vice-reitor:

Professor Dr. Marcelo Brito Carneiro Leão

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG

Professora Dra. Maria do Socorro de Lima Oliveira

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG

Professora Maria Madalena Pessoa Guerra

Pró-Reitoria de Atividades de Extensão - PRAE

Professora Dr. Ana Virgínia Marinho

Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Professor Dr. Mozart Alexandre Melo de Oliveira

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil - Progest

Professor Dr. Severino Mendes de Azevedo Júnior

Pró-Reitoria de Planejamento - Proplan

Carolina Guimarães Raposo

Departamento de Ciências Sociais (DECISO)

Diretora Professora Dra Andrea Lorena Butto Zarzar

REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

COMISSÃO EDITORIAL

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva - UFRPE

Dra Andrea Lorena Butto Zarzar - UFRPE

Dr Roberto Mauro Cortez Motta - UFRPE

Dra Renata Menasche - UFRGS

Dra Ellen Fensterseifer Woortmann - UNB

Dra Madian de Jesus Frazão Pereira - UFMA

COMISSÃO DE PARECERISTAS PARA EDIÇÃO 2018.2

Conceição Maria Dias de Lima - UNEAL, Sheila Maria Doula - UFV, Carolina Braz de Castilho e Silva - UFRGS, Laila Mayara Drebes - UFSM, Cristiane Sander - UNIOESTE, Maria de Assunção Lima de Paulo - UFCG, Victor Pereira de Oliveira - UAG/UFRPE, Lorena Lima de Moraes - UAST/UFRPE, Socorro Silva - UFPI, Rosa Maria de Aquino - UFRPE, Breno Martins Campos - PUC/Campinas, Nicole Louise Macedo Telws de Pontes - UAST/UFRPE.

EDITOR

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva - UFRPE

# SUMÁRIO

EDITORIAL

06

DOSSIÊ

08

REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO “O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL” NA VIDA ACADÊMICA DA UFRPE

Carlos Antonio Alves Pontes

09

ESTADO, IDEOLOGIA E CAPITAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: CONTRADIÇÕES DO LULISMO E SURGIMENTO DO BOLSONARISMO

Wécio Pinheiro Araújo

13

GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: SUA INTERFERÊNCIA NO “IMPITIMAN” DE 2016 E ALÉM...

Rodolfo Araújo de Moraes Filho

33

NO TUCANOBANAQUISTÃO VALE A LEI DO TORQUEMADA

Gilbergues Santos Soares

57

CRISE DO NOVO DESENVOLVIMETISMO E POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA (2015)

Leonardo de Araújo e Mota

66

RELATOS SOBRE O CURSO O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

João Morais de Sousa

Cidoval Morais de Sousa

84

HERMENÊUTICA DO GOLPE DE 2016

J. C. Marçal

93

ARTIGOS

105

AGRICULTURA FAMILIAR E ESPECIFICIDADES DOS MERCADOS ATACADISTAS:

OS CASOS DA CECAF/CEASA E DA FEIRA DO FEIJÃO DE CAPOEIRAS - PERNAMBUCO

Juliana Gomes de Moraes

Pedro Henrique de Medeiros Balensifer

Maria Luiza Lins e Silva Pires

106

IDENTIDADE COLETIVA, PERFORMANCES E RESISTÊNCIA: AS EXPERIÊNCIAS DA  
TRIBO WASSU COCAL

Cristiano das Neves Bodart

Jussara Maria Jeronimo de Souza

Edjane da Silva Pinheiro

124

ENTRE AS MINAS E OS GERAIS: DESIGUALDADE ESPACIAL DO MERCADO DE TRABALHO

Gilson Cássio de Oliveira Santos

143

INSIGTS SOCIOLÓGICOS SOBRE UM PAÍS EM TRANSE

Luciano Albino

158

RESENHA

172

ENCRUZILHADAS E PERSPECTIVAS DA (S) ESQUERDA (S) NO SÉCULO XXI

Sidnei Ferreira de Vares

173

ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS DA UFRPE

180

## EDITORIAL

### DOSSIÊ SOBRE O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA DEMOCRACIA

JOÃO MORAIS DE SOUSA<sup>1</sup>

E com esperança e pertencimento que apresentamos mais um número da revista *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*. A conjuntura nacional é desoladora e preocupante no momento em que escrevemos. Sobretudo de ataques às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como o anúncio (por parte do governo federal) de cortes em mais de 30% do orçamento de todas as IFES do país e a suspensão de bolsas de mestrado e doutorado oferecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E o pior, o governo utiliza-se de critérios exclusivamente ideológicos para disparar os ataques, a exemplo, da perseguição à sociologia, à filosofia e às ciências humanas como um todo. Enfim, um atentado à autonomia das universidades públicas, ao pensamento crítico e à democracia.

O presente número surgiu da necessidade de um espaço para a reflexão em torno da temática do golpe de 2016 e da democracia no Brasil. Temática que se tornou curso em várias universidades do país, a partir da idealização do professor Luís Felipe Miguel da Universidade de Brasília (UnB), que propôs o primeiro curso e recebeu ameaças de censura por parte do então ministro da Educação, Mendonça Filho, do DEM de Pernambuco. Assim, este número visa aprofundar a discussão sobre o quadro de rupturas democráticas que o país atravessa e que tem provocado incertezas políticas, jurídicas, econômicas e sociais. Sobretudo com a imposição de uma agenda neoliberal que vem retirando direitos e muitas outras conquistas sociais, mediante a aprovação de medidas como a PEC do teto dos gastos (na Câmara PEC 241 e no Senado PEC 55), a reforma trabalhista e, em curso, a reforma da previdência. Também com o intenso processo de desmantelamento, privatização e desnacionalização do patrimônio nacional, a exemplo da Petrobrás.

Este número traz a reflexão do professor Carlos Pontes expressada na sua fala de abertura do Curso de Extensão sobre “O Golpe de 2016 e o futuro da democracia”, institucionalizado no âmbito do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. Traz também o artigo do professor Rodolfo Araújo de Moraes Filho que apresenta com muita pertinência como a geopolítica do petróleo interferiu na retirada de Dilma Roussef da Presidência, somada à pauta neoliberal, a ameaça dos BRICS e a liderança do Brasil no Mercosul. Ainda traz dois breves relatos sobre dois cursos sobre o golpe de 2016 oferecidos pela UFRPE e

1. Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

a UEPB. Outro importante artigo é o do professor Gilbergues Santos onde ele apresenta um contexto em que a sociedade brasileira caminha para voltar a um regime de força e com o apoio de parte significativa de brasileiros. Uma análise oportuna e pertencida é a do professor Wécio Pinheiro Araújo que analisa algumas contradições do fenômeno lulismo, mediante as determinações vindas das relações entre estado, ideologia e capital no Brasil; e ao surgimento do bolsonarismo no cenário político nacional. Finalmente, uma resenha oportuna e esperançosa que é a do professor Sidnei Ferreira de Vares que aborda as “encruzilhadas e perspectivas da (s) esquerda (s) no século XXI”.

# DOSSIÊ



## REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO “O GOLPE DE 1016 E O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL” NA VIDA ACADÊMICA DA UFRPE<sup>2</sup>

CARLOS ANTONIO ALVES PONTES<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo faz uma breve discussão acerca de aspectos epistemológicos envolvidos no saber-fazer das Universidades em seu processo de construção de conhecimento e de cidadania, chamando a atenção para as implicações éticas a que estão submetidos os conhecimentos no campo das Ciências Humanas e Sociais (CHS); e anuncia abordagens dos mais diversos ramos das CHS para o esclarecimento dos significados do golpe de 2016 e para a projeção de ações em defesa da Democracia.

**Palavras-chaves:** Golpe, Epistemologia, Ciências Humanas e Sociais, Democracia.

## REFLECTIONS ON THE EXTENSION COURSE “THE COUP OF 2016 AND THE DEMOCRACY IN BRAZIL FUTURE” AND ITS INSERTION IN THE ACADEMIC LIFE OF UFRPE

### ABSTRACT

This article makes a brief discussion about the epistemological aspects involved in the Universities' know-how in their process of knowledge and citizenship construction, drawing attention to the ethical implications of the knowledge in the field of Human and Social Sciences (HSS); and announces approaches from the most diverse branches of the HSS to clarify the meanings of the Coup of 2016 and for the projection of actions in defense of Democracy.

**Keywords:** Coup, Epistemology, Humanities and Social Sciences, Democracy.

Numa primeira colocação, gostaria de registrar que o Curso de Extensão, que ora se inicia, é fruto da mobilização de um coletivo de Professores(as) da UFRPE, em parceria

---

2. Palestra proferida na abertura do Curso de Extensão “O Golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil”, em 02 de Maio de 2018.

3. Professor de Filosofia e então Diretor do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE.

com a ADUFERPE, tendo o Departamento de Ciências Sociais, DECISO, como agente de sua viabilização, tanto do ponto de vista administrativo quanto acadêmico. Aqui agradecemos a confiança de termos sido convidados para sua coordenação.

Dito isto, gostaria, agora, de invocar uma frase que está estampada em uma faixa, bastante visível, na entrada do CEGOE<sup>4</sup>, colocada com finalidade de dar boas vindas aos calouros, já que estamos nos inícios do semestre letivo de 2018.1. Diz a faixa: “Seja bem-vindo (a) uma jornada rumo à construção do conhecimento”.

Diria que essa frase está incompleta e é insuficiente para dizer o que realmente fazemos na Universidade. Eu acrescentaria um “s” na palavra “conhecimento” e incluiria a palavra “cidadania”, que justifico no fecho da minha fala. Por que o “s”? Porque a Ciência é plural. Não há “a” Ciência e sim Ciências. E o lugar das Ciências é a Universidade.

A Universidade só é nomeada como tal porque dá conta de um amplo espectro das Ciências, que vai desde às Ciências Formais, que prescindem de conteúdos empíricos<sup>5</sup>, passando pelas Ciências Empíricas, ou Factuais, ou, ainda, Reais, quer sejam aquelas que lidam com as realidades físico-naturais, Ciências Naturais, quer sejam aquelas outras que buscam conhecer as realidades sócio-culturais, Ciências Humanas e Sociais.

Frente a essa diversidade, há de se perguntar se é possível que tais Ciências possam ser olhadas em seu conjunto, que num lance de visão se possa identificar distinções entre elas. Evidente que há muitas maneiras de fazer isto. Arrisco-me, aqui, em propor um olhar que enxerga deslocamentos que as Ciências Empíricas, particularmente as Ciências Humanas e Sociais, fazem em relação à antiga episteme grega. Em poucas palavras, pode-se dizer que episteme<sup>6</sup> é Ciência, conhecimento do universal e do necessário, e a ela se chega por Demonstração. O que é o caso das Ciências Formais. Agora, quando são colocadas em foco as Ciências Empíricas Naturais, aquelas que vão se constituir no início da Modernidade, percebe-se que tais Ciências não mais conseguem atingir o ideal cognitivo representado pela antiga episteme grega.

Se as Ciências Formais, como as Matemáticas, se justificam realizando demonstrações, as Ciências Naturais, como as Físicas<sup>7</sup>, vão se realizar buscando oferecer, não mais demonstrações, mas descrições da realidade físico-natural. O que se pode destacar aqui é que é possível detectar um primeiro deslocamento, que eu chamo de epistêmico, em relação ao referencial do ideal cognitivo da antiga episteme grega. O que as Ciências Naturais buscam são explicações causais para descrever as realidades físico-naturais e não podem prescindir da observação e da experimentação.

4. CEGOE/UFRPE - Centro de Ensino de Graduação Obra Escola.

5. Cf. Da Costa, N. C. A. “O conhecimento Científico”. São Paulo: Discurso Editorial, 1997.

6. Cf. Gobry, I. Vocabulário grego de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

7. Usei o plural em atenção ao fato de que a Física é plural, isto porque, dispõe e convive com teorias irreduzíveis entre si, com é o caso da Teoria da Relatividade e da Mecânica Quântica.

Com o surgimento e rápida transformação das Ciências Humanas, vai ficando claro que já não é mais possível buscar explicações meramente causais para abordar as realidades sócio-culturais. Isto porque, entram no jogo algo que está fora do campo epistêmico, me refiro aqui aos significados, e que, por isso, estou chamando de semântico esse novo deslocamento que fazem as Ciências Humanas em relação ao ideal cognitivo de referência. Assim, as Ciências Humanas vão buscar explicações interpretativas<sup>8</sup>, ou seja, explicações que lidam com significados. O ideal agora é compreender as realidades sócio-culturais.

As compreensões podem ser feitas de diferentes pontos de vista, com a utilização de diversas ferramentas teórico-conceituais e metodológicas que vão gerar variadas interpretações das realidades sócio-culturais. Essas interpretações, para se manterem no campo das Ciências, precisam ser submetidas à crítica, ao diálogo, ao incessante exame rigoroso de sua validade ou fidedignidade, ou seja, se são dignas de confiança como conhecimento válido.

Como as interpretações não têm apenas valor contemplativo, mas incidem, e passam a fazer parte da vida política das sociedades, percebe-se aqui que um outro deslocamento se mostra premente, que é aquele de natureza ética. Com efeito, dada as variadas possibilidades na construção de explicações compreensivas, se torna necessário fazer escolhas, tomar decisões acerca de qual caminho narrativo queremos percorrer, o que envolve valores, desejos, projetos, visão de mundo, etc. Então, o deslocamento ético nos convida, nos incita a, conscientemente, entender as razões pelas quais julgamos que um caminho interpretativo é melhor que outro.

Pois bem, o Curso de Extensão “O Golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil”, parece cumprir o que foi proposto para re-escrever a faixa de boas-vindas afixada na entrada do CEGOE. Senão, vejamos.

O título do curso pode ser dividido em duas partes.

A primeira busca compreender os vários significados do “golpe”, inclusive aqueles associados à sua negação, feita pela mídia corporativa, nativa, e também por parte, pequena é verdade, de alguns setores da esquerda político-partidária do país. Em “cognição sumária”, para usar uma expressão ao gosto de um dado importante magistrado, a Grande Mídia nega o Golpe, nega a narrativa do Golpe. Dessa forma, os módulos temáticos, que sucederão a esta abertura, pelas próximas quinze semanas, irão abordar, pelos mais diversos ângulos e pontos de vistas propiciados por um amplo leque de especialidades das Ciências Humanas e Sociais, os significados e interpretações possíveis do “Golpe de 2016”,

8. Cf Domingues, I. Epistemologia das Ciências Humanas. Tomo 1 Positivismo e Hermeneutica. São Paulo: Loyola, 2004.

no sentido de esclarecer e trazer à tona razões e motivações desse acontecimento, bem como suas consequências para a vida dos(as) brasileiros(as). As abordagens projetadas no curso também contarão com o concurso de agentes públicos não vinculados diretamente ao mundo acadêmico-científico, mas com forte inserção na cena política regional e nacional.

A segunda parte do título, “O futuro da Democracia no Brasil”, nos remete diretamente para a dimensão ética, que vai realçar e ratificar a Democracia como valor máximo a ser defendido, como orientação para escolhas de possibilidades de caminhos narrativos, de construção de uma convivência fraterna, inclusiva, de respeito às diversidades, enfim, para a construção e sustentação de um verdadeiro estado democrático de direito. Em uma palavra para a construção de cidadania.

Portanto, assim espero, e acredito que o curso será, nos dizeres modificados da faixa de boas-vindas, uma jornada rumo à construção de conhecimentos e também de cidadania. Obrigado.

Recebido em: 20 de março de 2019.

Aprovado em: 13 de maio de 2019

# ESTADO, IDEOLOGIA E CAPITAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: CONTRADIÇÕES DO LULISMO E SURGIMENTO DO BOLSONARISMO<sup>9</sup>□

WÉCIO PINHEIRO ARAÚJO<sup>10</sup>

*“Os homens cometem o erro de não saber quando limitar suas esperanças”*

MAQUIAVEL<sup>11</sup>

## RESUMO

Este artigo analisa como no Brasil lulista, a produção e o consumo consignados ao crédito se tornam a mediação para proporcionar a melhoria de vida dentro da ordem, capturando ideologicamente a subjetividade das massas sob um Estado regido pela lógica social da mercadoria integrada ao processo global de acumulação do capital. A análise prossegue apontando no campo ideológico a passagem dialética que permite, a partir das contradições do lulismo, o surgimento do bolsonarismo dentro de uma totalidade que denominamos como a questão da política enquanto uma contradição em processo.

**Palavras-chave:** Estado. Ideologia. Capital. Lulismo. Bolsonarismo.

## STATE, IDEOLOGY AND CAPITAL IN CONTEMPORARY BRAZIL: CONTRADICTIONS OF LULISMO AND THE DEVELOPMENT OF BOLSONARISMO

## ABSTRACT

This article analyzes how, in lulist Brazil, production and consumption consigned to credit become the mediation to provide the improvement of life within the order, ideologically capturing the subjectivity of the masses under a state governed by the social logic of the commodity integrated to the global process of accumulation of capital. The analysis goes on to point out in the ideological field the dialectical passage that allows, from the contradictions of Lullism, the emergence of Bolsonism within a totality that we call the question of politics as a contradiction in process.

**Keywords:** State. Ideology. Capital. Lulismo. Bolsonarismo.

## Introdução

9. Este artigo deriva da pesquisa doutoral do presente autor, realizada com fomento do Programa CAPES/PDSE, mediante bolsa sanduíche (Brasil/Alemanha) sob o Processo nº. 88881.133482/2016-01. Parte do seu conteúdo resulta do desenvolvimento, aprimoramento e ampliação dos argumentos apresentados no trabalho intitulado Estado, capital e forma política na “nova república” brasileira, apresentado no II Encontro Nacional dos GT's Marx da ANPOF, realizado na UFC, em 2017. Anais publicados em: << <https://drive.google.com/file/d/1SvAGPXwDD0HsTmu0M3Rz-OCHG-7Z8NgW/view> >> Acesso em: 28. dez. 2018.

10. Professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em filosofia pelo Programa Integrado de Pós-graduação em Filosofia UFPE/UFPB/UFRN, com estudos doutorais na Alemanha (HGB-Leipzig) mediante bolsa CAPES/PDSE. O autor mantém um blog no qual escreve sobre filosofia política, que pode ser acessado em: <https://wecio.blogspot.com> E-mail: [weciop@hotmail.com](mailto:weciop@hotmail.com)

11. Apud BELL, 1980, p. 319.

A questão da política se constitui na urdidura da contradição. Sob tal pressuposto, não é novidade que toda a trama da democracia moderna passa pela mediação de uma forma política determinante: o Estado. Quando falamos em contradições sociais na modernidade, a mediação do Estado na relação do capital com o trabalho se revela uma dimensão essencialmente ideológica, isto é, o campo das formas de vivenciar o conteúdo das relações sociais entre sociedade civil e Estado é o que constitui ideologicamente a questão da política em sua realidade efetiva sob a dominação do capital. A sociedade capitalista é, por definição, uma sociedade ideologizada; ou seja, não basta que o capitalismo produza mercadorias, também é preciso produzir ideologias, e isto diz respeito às formas de vivenciar o conteúdo das relações sociais de modo que as contradições objetivas sejam “harmonizadas” subjetivamente, o que para a sociedade civil se realiza no e pelo o Estado, a forma política que sanciona o contrato social que subjugava o trabalho à propriedade privada.

Para uma melhor compreensão, é importante qualificar a questão da política, definindo-a no seu conceito concreto pensado enquanto uma totalidade constituída entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais historicamente estabelecidas como um conjunto de mediações condensadas no capital<sup>12</sup> sob a lógica do valor, e para além da aparência fenomênica da mercadoria (capital que neste século XXI maximiza seu estágio de acumulação fictícia)<sup>13</sup>; e de outro, a forma como esse conteúdo é vivenciado sob a ideológica mediação do Estado na sociedade civil, por meio da qual a subsunção do trabalho a um momento do desenvolvimento do capital, é sancionada jurídico e politicamente. Nesta direção, enquanto uma contradição em processo, conteúdo e forma compõem uma totalidade a qual problematizamos como a questão da política. Sob este esquema teórico, assumimos a chave heurística que nos diz ser das contradições estabelecidas entre o conteúdo e a forma na constituição das relações sociais, do que decorre a urdidura entre Estado, ideologia e capital na questão da política na modernidade.

Neste artigo, analisamos algumas dessas mediações estabelecidas entre a sociedade civil e o capital sob a ideológica mediação do Estado. Para fundamentar a nossa aproximação crítica à questão da política, primeiramente traçamos um paralelo entre o Estado racional hegeliano e a crítica marxiana à filosofia do direito de Hegel, sob a inflexão da nossa compreensão acerca da ideologia<sup>14</sup>. Em seguida, abordamos a questão da política no Brasil,

12. Dizemos que a totalidade concreta das mediações estão condensadas no capital, porque na sociedade moderna ele se torna cada vez mais autônomo e dita as regras da sociabilidade. Basta lembrar quando que Marx se dirige ao debate acerca da propriedade e da renda da terra nos seus Grundrisse, ele nos alerta que “a renda da terra não pode ser compreendida sem o capital. Mas o capital é perfeitamente compreensível sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada, e tem de ser desenvolvido antes da renda da terra. Após o exame particular de cada um, é necessário examinar a sua relação recíproca.” (MARX, 2011a, p. 60, grifo meu).

13. Mais a frente trataremos dessa questão ao falar de negócios fictícios e capital fictício.

14. Essa compreensão será apresentada ao longo deste trabalho. No entanto, em sua tese de doutorado, o presente autor apresenta em pormenores a sua formulação acerca da relação entre ideologia e capital na sociedade moderna (ARAÚJO, 2018).

a partir da crítica de Marx ao capital fictício imbricada com a questão da dívida pública e suas determinações para as relações sociais, o que passa substancialmente pelo Estado. Miramos a nossa crítica na sociedade brasileira contemporânea, mais precisamente na quadra história que engloba os fenômenos do lulismo e do bolsonarismo.

## 2. A contradição em questão e os seus fundamentos teórico-metodológicos

Na sua filosofia do direito<sup>15</sup>, Hegel elabora a contradição fundante da sociabilidade burguesa. Ele foi quem permitiu o desenho primacial dessa contradição como um suprassumir (Aufheben) entre dois lados (sociedade civil e Estado) inseparáveis que compõem o movimento constituinte da morfologia política da sociedade moderna. Qual seria esta contradição?

Hegel inicia sua crítica ao Estado pelos indivíduos com os seus interesses egoístas que são disputados no campo aberto da sociedade civil-burguesa (bürgerliche Gesellschaft). Nesta última, ele situa o trabalho como mediação das carências sociais dos indivíduos, e aponta a propriedade privada enquanto fundamento econômico e social do direito nesta sociedade. Ele foi o primeiro a perceber a contradição fundamental que mais tarde inspirou Marx: o fato de que é a partir da propriedade privada que se fundam o direito e a jurisdição desta sociedade. Hegel se questionou o seguinte: como pode o direito, a ética e a moral de uma sociedade estarem fundados na propriedade privada? Na sua crítica, Marx radicaliza a indagação hegeliana e identifica no capital a razão social viva e imanente à sociedade civil-burguesa que se manifesta objetivamente como a relação social determinante desta sociedade entre, de um lado, os indivíduos que detêm a propriedade privada dos meios de produção, e de outro, aqueles que só detêm a sua força de trabalho. Deste modo, o capital resulta do desenvolvimento histórico do processo de trabalho subsumido à propriedade privada dos meios de produção, fenômeno este sancionado pelo sistema de normas jurídicas institucionalizado no Estado.

Não obstante, na tentativa de encontrar uma unidade dialética entre razão e liberdade, Hegel tentou resolver a contradição apontando o Estado enquanto esfera da moralidade objetiva, da realidade política em ato; nele, a liberdade obtém o seu valor supremo, e por isso o Estado possui um direito soberano perante os indivíduos que, em serem membros deste, são livres à medida que transcendem a esfera egoístico-passional alcançando a esfera ético-política no exercício da cidadania, o que os libertaria do egoísmo da propriedade privada. Assim, para Hegel, o Estado seria a Ideia (Idee) moral objetiva responsável por “harmonizar” as disposições egoístas dos indivíduos em suas relações

15. Cf. HEGEL, 1997.

concretas na sociedade civil-burguesa, com o conteúdo social das leis e dos costumes como substância ética determinada, superando assim a contradição política entre o conteúdo e a forma que representa a cisão política do indivíduo moderno entre razão e liberdade. É precisamente nesta “harmonização” que se produz o fenômeno ideológico, tendo em vista que o indivíduo moderno se encontra cindido entre o cidadão (Estado político) e o trabalhador (Estado não político), conforme observou Marx em sua crítica à filosofia do direito hegeliana<sup>16</sup>. A ideologia tenta “harmonizar” a distensão política estabelecida entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais estabelecido a partir da subsunção do trabalho à propriedade privada, e de outro, a forma que os indivíduos vivenciam politicamente estas relações. Marx viu nisso uma ilusão que precisava ser desmistificada pela crítica ao Estado racional hegeliano, o que representou a crítica da crítica hegeliana.

Para Hegel, a cidadania seria o espírito, enquanto racionalidade ético-política, que deve determinar o sistema geral de normas válidas (System geltender Normen) que enforma a relação entre Estado e sociedade civil. Todavia, ele não idealiza um Estado racional descolado do concreto real, pois tinha consciência que a forma fenomênica do Estado não correspondia ao seu conceito. Diante das contradições que constituem o Estado em sua realidade concreta, ele aponta que se deve buscar construir um Estado racional como corolário de um institucionalismo no qual a cidadania pudesse levar os indivíduos a suprasumir a esfera egoístico-passional das disputas mesquinhas na sociedade civil, ascendendo à esfera ético-política exercida no Estado como exercício efetivo e real da liberdade - o que ele chamou de sistema de eticidade (Sittlichkeit). No entanto, na sua crítica a Hegel, Marx aponta na propriedade privada a determinação histórica concreta que contamina o Estado racional hegeliano com a condição de classe e o revela subjugado à acumulação do mais valor enquanto razão social desenvolvida entre o trabalho e a propriedade privada na sociedade capitalista.

Portanto, a partir de Marx o Estado não pode mais se manter na conservadora utopia ético-política da Ideia moral objetiva de Hegel, mesmo que tenha sido nesta formulação que se fundou a compreensão de que há uma contradição ineliminável entre os processos de trabalho (sociedade civil) e as normas jurídicas (o Estado)<sup>17</sup>. Após revirar grande parte do sistema hegeliano, Marx desnuda na forma do valor a substância social que subjuga todo o sistema de eticidade ao capital revelado como a relação social determinante na modernidade. Em suma, depois da crítica marxiana, o Leviatã se revelou uma monstruosidade ideológica.

A forma ideologia adquire um grande peso nesta sociedade ético e politicamente

16. Sobre essa questão entre Estado político e Estado não político, ver artigo do presente autor publicado na Revista Argumentum (ARAÚJO, 2011). Disponível em: << <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/549> >> Acesso em 14. março. 2019.

17. É importante salientar que, guardadas as devidas proporções, o jovem Hegel já tinha clareza acerca disso nos escritos de Jena, assim como também tratou do valor nessa fase da sua obra. Marx desconhecia estes textos.



organizada no e pelo Estado. Nesse contexto, a mediação ideológica vem operar no sentido de “harmonizar”, ou até mesmo suavizar a fratura fundante da modernidade, que tem sua razão ontológica apresentada na filosofia hegeliana como uma racionalidade imanente à dinâmica política desenvolvida nesta sociedade fundada na propriedade privada. A questão pode ser formulada em poucas palavras: a contradição que define a vida política moderna, se dá, entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais construídas a partir da propriedade privada e do capital, e de outro, a forma como essas relações são vivenciadas politicamente pelos indivíduos no interior da relação entre sociedade civil e Estado sob a lógica social da mercadoria, a qual subjaz a forma do valor; a esta contradição em processo denominamos a questão da política. Como vimos, apesar de Hegel oferecer os meios para a crítica desta contradição, no seu tempo ainda não temos suas determinações afloradas, como ocorrerá no tempo de Marx, pelo que, este sim, é o responsável pela viragem e atualização da filosofia política hegeliana, capaz de ir buscar no campo da economia política, o cariz e a estrutura ontológicos das rupturas e continuidades que caracterizam o modo de ser da modernidade totalizado no capital.

A partir da sua crítica a Hegel, Marx decifra a relação entre o Estado e a sociedade civil subjugada ao capital sob a mediação de uma dama ardilosa: a ideologia. A questão da Ideia moral objetiva hegeliana, em Marx, se revela em sua razão social na crítica da ideologia como uma crítica do valor, do dinheiro, da mercadoria e todas as demais formas sociais sintetizadas no capital. O Estado deve ser submetido à crítica, embora sem esta se deixar iludir pelos seus artifícios ideológicos e esquecer da racionalidade social imanente à todas as formas sociais, políticas e jurídicas nesta sociedade: o mais valor (Mehrwert), a essência social do capital. Por isso, para Marx, conforme destaca Zizek (2010), a ideologia era sempre do Estado e, como apontou Engels, o próprio Estado é a primeira força ideológica.

### **3. Do Plano Real às contradições do lulismo: Estado e capital fictício**

No Brasil, o Plano Real foi o primeiro grande avanço no sentido de abrir caminho para a financeirização da economia, sobretudo no âmbito das questões monetária e fiscal. O governo FHC concentrou seus esforços em uma política econômica de ajustes determinados pelo capital financeiro nacional e internacional, resultando em taxas de juros elevadas e profundo endividamento a partir de acordos com organismos financeiros internacionais (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002), comprometendo assim grande parte de recursos do orçamento público com a acumulação do capital como dívida pública. Trata-se de um processo de enriquecimento dos credores do Estado, permitindo-os tomar para

si, enquanto ganhos financeiros, quantias cada vez maiores retiradas do montante de tributos produzidos pela sociedade, conforme descreveu Marx no livro terceiro d'O Capital (1985; 2016) - explicaremos melhor mais a frente. Após a era FHC, segundo André Singer<sup>18</sup>, “decidido a evitar confronto com o capital, Lula adotou política econômica conservadora” (2012, p. 10). Em um primeiro momento temos o seguinte:

*Nos dois primeiros meses de 2003, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC) aumentou os juros de 25% para 26,5%. De modo a pagar a dívida contraída com essa elevação, o Executivo subiu a meta de superávit primário de 3,75 em 2002, já considerada alta, para 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto), e anunciou em fevereiro, enorme corte, de 14,3 bilhões de reais, no orçamento público, quase 1% do produto estimado para aquele ano. O poder de compra do salário mínimo foi praticamente congelado em 2003 e 2004. Para completar o pacote, em 30 de abril de 2003, o presidente desceu a rampa do Planalto à frente de extensa comitiva para entregar pessoalmente ao Congresso projeto com reforma conservadora da Previdência Social. Entre outras coisas, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) acabava com aposentadoria dos futuros servidores públicos. O efeito das decisões foi o esperado. O crescimento caiu de 2,7% nos doze últimos meses de Fernando Henrique Cardoso para 1,3% do PIB nos primeiros doze do PT. O desemprego aumentou, passando de 10,5% no derradeiro dezembro tucano para 10,9% no primeiro dezembro petista (2003). A renda média do trabalhador caiu 12,3%. As instituições financeiras tiveram um resultado 6,3% maior (Ibidem, loc. cit.).*

Em um segundo momento, temos o que nomeamos como a contradição parteira do lulismo: para reverter a situação do desemprego, a gestão lulo-petista ampliou este processo de financeirização ao campo social alcançando o “pleno emprego”, entre outras inegáveis conquistas sociais, por meio do máximo de crédito implementado nos processos de produção e reprodução, porém, não levou em conta a contradição extrema que não tarda em arrebentar entre a capacidade de reprodução do capital industrial e os limites do consumo. Marx explica que: “Enquanto o processo de reprodução mantém a fluidez e assim assegura o retorno do capital, esse crédito perdura e se expande, e essa expansão é baseada sobre a do próprio processo de reprodução” (1985, p. 555); no entanto, quando os negócios estancam, o retorno dos pagamentos não acontece e o crédito contrai-se, colapsando toda a estrutura econômica que dele depende. E acrescenta: “Num sistema

18. Sobre o livro de André Singer, em primorosa resenha, Luis Felipe Miguel (2013) diz que: “A tese principal do livro é que o ‘reformismo fraco’ do lulismo não é o abandono, muito menos a traição, e sim a ‘diluição’ do ‘reformismo forte’ do petismo de antes. O reformismo diluído lulista evita a todo custo o confronto com a burguesia, optando por políticas que, na aparência, não afetam quaisquer interesses estabelecidos. Tal opção não se deve, ou não se deve principalmente, ao jeito matreiro e ao pendor acomodaticio do ex-presidente, como a imprensa gosta de afirmar. É fruto, por um lado, da chantagem que os proprietários fizeram nas campanhas presidenciais do PT, desde a ameaça aberta de desinvestimento em 1989 até a elevação exagerada do câmbio em 2002. Lula aprendeu que não deve mexer com o capital. Por outro lado, a diluição do reformismo reflete a compreensão de que o maior contingente do eleitorado brasileiro - o ‘subproletariado’, segundo o conceito que o livro busca na obra de Paul Singer - deseja um Estado ativo no combate à pobreza, mas que não ponha em risco a manutenção da ‘ordem’.”

de produção em que o mecanismo do processo de reprodução repousa sobre o crédito, se este cessa bruscamente [...], deve evidentemente sobrevir crise<sup>19</sup>” (Ibidem, p. 563).

A contradição não para por aí: o aquecimento da indústria e do mercado por meio do crédito ultrapassa os limites capitalistas da sua própria produção e reprodução reais, embora o capital financeiro desconheça limites em sua fetichista razão de ser. Assim, países inteiros podem ter suas economias fragilizadas ou até mesmo destruídas por um eventual descompasso gerado por uma corrida violenta dos credores por meios de pagamento em face do esgotamento de um ciclo econômico produtivo sob a especulação do capital financeiro. Surge então o fenômeno que Marx denominou de negócios fictícios (Scheingeschäften)<sup>20</sup>. No estágio fictício do capital financeiro, o processo global de acumulação capitalista se apresenta determinado pelo fetiche do mais valor no mercado de capitais, que subjuga toda a esfera produtiva.

Nesta direção, importa compreender o seguinte: Marx esclarece que a “acumulação do capital da dívida pública nada mais significa que o aumento de uma classe de credores do Estado, a qual tem o direito de tomar para si certas quantias tiradas do montante de tributos” (MARX, 1985, p. 548; 2016, p. 262) produzidos na e pela sociedade; e sobre a acumulação de capital como dívida pública, Marx a descreve como um movimento ilusório (illusorisch):

*[...] a respeito da forma peculiar da acumulação do capital-dinheiro (Geldkapital) e da riqueza monetária em geral, reduz-se ela a acumulação de direitos de propriedade sobre o trabalho. [...] Esses títulos de dívida, emitidos em troca de capital originalmente emprestado e há muito tempo despendido [...] servem de capital para os respectivos possuidores, na medida em que são mercadorias vendáveis e por isso podem ser reconvertidos em capital. Os títulos de propriedade sobre sociedades mercantis, ferrovias, minas, etc. são por certo [...] direitos sobre capital real (wirkliches Kapital). Entretanto, não permitem que se disponha desse capital, que não pode ser extraído donde está. Apenas dão direito à parte da mais-valia a ser obtida. Mas, esses títulos constituem também duplicação em papel do*

19. Segundo GONTIJO e OLIVEIRA (2009, p. 5), desde 1825, no capitalismo as crises financeiras se tornaram mais ou menos decenais.

20. No capítulo XIX d'O Capital, do livro terceiro, Marx considera apenas os movimentos puramente técnicos efetuados pelo dinheiro no processo de circulação do capital industrial (o que inclui também o capital comercial) que, ao se tornarem autônomos transformam parte desse capital justamente em capital financeiro (Geldhandlungskapital) - que corresponde ainda à gênese daquilo que particularmente conhecemos hoje sob a designação homônima. Rigorosamente, em alemão, este termo se constitui em uma palavra composta: Geld (que significa “dinheiro”) + Handlung (“ato” ou “ação”) + Kapital (“capital”). Desse modo, podemos entender que o Geldhandlungskapital indica o capital na forma de dinheiro capaz de agir puramente como dinheiro que se valoriza como mais dinheiro por meio de movimentos puramente técnicos e fictícios, isto é, sem qualquer lastro real na produção; é o dinheiro que se valoriza pelo dinheiro, como um vinho que envelhece com o tempo puramente pela transformação de sua propriedades materiais intrínsecas. No caso do dinheiro, as propriedades em questão se dão como um movimento fetichista, dado que, obviamente, não são propriedades materiais, mas se trata de “propriedades espirituais” constituídas como uma razão social imanente. Não é por acaso que no capítulo XXXII, Marx alerta que “Sob esse aspecto, a acumulação de capital dinheiro reflete sempre acumulação de capital maior que a existente na realidade” (1985b, p. 581), ou seja, trata-se de uma acumulação fictícia, mas que é vivenciada como real no capitalismo, posto que passa a determinar e subjugar as esferas da produção e da reprodução sociais nesta sociedade. Surge assim uma nova forma do capital que se autovaloriza no limite do fetiche pelo fetiche do mais valor, que Marx denomina de Capital fictício (fiktives Kapital). Ele se refere claramente à uma distensão entre, de um lado, a realidade da produção, e de outro, o movimento fetichista do capital financeiro que só é capaz de se sustentar em formas econômicas de natureza ideológica na esfera fetichista dos negócios fictícios, que hoje assumem a designação de mercado financeiro.

*capital real [...] Tornam-se representantes nominais de capitais inexistentes [...] Tornam-se formas do capital produtor de juros [...] Mas duplicatas negociáveis por si mesmas, como se fossem mercadorias, e circulando por isso como valor-capital (Kapitalwerte), são ilusórios [illusorisch] (MARX, 1985, p. 548; 2016, p. 262).*

Chegamos ao momento no qual o dinheiro se autovaloriza pela razão social imanente ao conteúdo das relações sociais que se constituem no mais valor como dinheiro enquanto direitos de propriedade sobre o trabalho; o dinheiro se torna um Coisa viva que busca se valorizar pelo seu próprio movimento fictício. É um capital dinheiro (Geldkapital) que, na forma de títulos da dívida pública, concedem ao seu possuidor, direitos sobre o capital real (wirkliches Kapital) - situado na produção industrial -, porém, como um duplo (fictício) deste capital real, esse capital dinheiro não existe, embora, virtualmente se movimenta e se acumula contando que irá dispor de parte do mais valor ainda a ser produzida e obtida; ou seja, neste movimento, este capital dinheiro se constitui como uma ficção: uma forma econômica que se destaca do capital real (produção), e se autovaloriza na forma fetichista denominada de dividendos que, por direito, o credor do Estado tem propriedade simplesmente por ter comprado os referidos títulos de propriedade sobre o trabalho, mesmo que esse trabalho ainda nem sequer tenha se realizado e produzido valor. São literalmente negócios fictícios (Scheingeschäften), como denominou Marx. Embora, ideologicamente essa ficção é vivenciada como real e dita as regras do capitalismo atual, tendo no Estado o seu conduto de passagem entre a esfera econômica e a esfera política desta sociedade. Essa forma ultrafetichista da acumulação capitalista adquiriu todo o poder na conjuntura hodierna e se constitui na expressão contemporânea daquilo que Marx denominou por capital fictício (fiktives Kapital).

No caso da dívida pública de países como o Brasil, que tem sua economia completamente vinculada ao insaciável sistema de crédito global, só se pode manter gastos com bem-estar social enquanto isto não significar um impasse para a capacidade de pagamento de juros pelo Estado aos seus credores, embora sejam os trabalhadores que se exaurem para sustentar a carga tributária que gera receita para esse Estado pagador de juros. Sabemos que países recebem notas de agências financeiras capitalistas de acordo com avaliações ideológicas acerca da sua capacidade de pagamento, e toda sociedade, sobretudo a classe trabalhadora, deverá custear tamanho endividamento.

É preciso lembrar que enquanto os gastos com políticas públicas beneficiam milhões de trabalhadores e os setores mais pobres da população, o pagamento de juros favorece apenas uma minoria de rentistas. No entanto, para o Estado brasileiro, o pagamento da dívida é priorizado em detrimento da vida e das pessoas, sob a legitimação jurídica da responsabilidade fiscal e de noções ideológicas como superávit primário. As políticas

monetária e fiscal implementadas desde o Plano Real implicaram na privatização, no endividamento público e na alta tributação em prol do capital fictício, assim como a priorização da dívida em detrimento dos investimentos produtivos e dos gastos sociais com políticas públicas. Segundo dados da Receita Federal, analisados por Ivo Lesbaupin e Adhemar Mineiro (2002, p. 17), na era FHC - de 1995 a 2001 -, a dívida pública mobiliária federal, apesar do absurdo pagamento de juros nesse período, aumentou de 61,8 bilhões de reais para 624,1 bilhões de reais. Tudo isso sob a justificativa da ideológica noção econômica de superávit primário, que não leva em consideração os gastos financeiros operacionais (pagamento de juros), e por isso, fazem as contas do governo parecerem equilibradas entre receitas e despesas, no sentido de montar um cenário econômico atrativo ao capital financeiro.

No ciclo expansivo brasileiro da era lulo-petista entendido a partir das mediações que esboçamos aqui, tais aspectos da contradição que denominamos como parteira do lulismo, foram se acumulando até irromperem na crise (econômica e política) que levou à derrocada do governo Dilma. As análises imediatistas preferem abordar essa crise apenas pela sua face política estreita e aparente, não raro, isolada e polarizada entre extremos ideológicos redundantes (o esquema clássico entre “esquerda” e “direita”). Porém, se abordada como um todo em suas mediações, a questão envolve a manifestação de conflitos disparados por contradições engendradas entre a forma política e o conteúdo social<sup>21</sup> da dominação capitalista em seu estágio financeiro globalizante e fictício; e também particularmente, como isso se desdobra no ambiente nacional na forma como todo esse conteúdo é vivenciado em suas refrações sociais e políticas no conjunto da sociedade brasileira segundo as suas características históricas. A chave heurística marxiana permanece válida<sup>22</sup>: a vida política não poderá ser compreendida em sua totalidade sem a busca daquelas mediações com a produção e a reprodução sociais e as contradições que lhe estão implícitas.

A forma política historicamente desenvolvida e assumida no período pós-ditadura pelo Estado brasileiro foi a “nova república”, mesmo que, segundo a cientista política Maria Abreu<sup>23</sup>, os movimentos sociais clamassem muito mais por eleições diretas, igualdade de direitos, constitucionalização dos direitos sociais e participação social, do que pela republicanização do Estado. Segundo ela, esperava-se construir uma relação entre o Estado e a sociedade civil na qual esta última pudesse progressivamente adentrar o primeiro

21. Neste argumento somos devedores ao brilhante comentário de Herbert Marcuse elaborado como epílogo para a edição alemã de 1965 da obra O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, escrita por Karl Marx, In: MARX, 2011b.

22. Em setembro de 1890, Engels declara seu incômodo com o determinismo econômico, ao escrever a Joseph Bloch: “[...] o elemento determinante da história é, em última instância, a produção e reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu dissemos outra coisa a não ser isto. [...] se alguém distorce esta afirmação para dizer que o elemento econômico é o único determinante, transforma-a numa frase sem sentido, abstrata e vazia” (ENGELS; MARX, 1977, p. 34).

23. A cientista política Maria Abreu, em ensaio para a Revista Cult (Edição de outubro de 2015), analisa o descompasso histórico entre a demanda por democratização e a por republicanização na formação do Estado brasileiro pós-ditadura.

enquanto espaço público; sobretudo para formular as políticas públicas, e assim legitimar o próprio Estado por meio da participação social - e talvez foi essa a “esperança” que alguns setores de esquerda alimentaram com a eleição de Lula.

No entanto, o arranjo ideológico não ocorreu pela organização política dessa massa. Ao contrário, o Estado sob a gestão lulo-petista fez a mediação ideológica no sentido de estimular o consumo em massa por meio do acesso ao crédito enquanto a principal forma de vivenciar politicamente o conteúdo das relações sociais consignadas ao capital financeiro; o crédito se tornou a inferência sob a qual ocorreu a mediação entre o Estado e a sociedade civil, tanto para a massa como para o setor produtivo; assim, a totalidade social foi incorporada na lógica financeira do valor em seu estágio mais avançado que, como vimos, Marx chamou de capital fictício (*fiktives Kapital*)<sup>24</sup>.

O André Singer clareia o contexto no qual surge o lulismo, ao apontar no subproletariado brasileiro uma massa política socialmente amorfa - posto que é desprovida de qualquer consciência de classe crítica de si - e que ganha corpo social por meio do consumo:

*Aos esforços empreendidos para entender o lulismo, vale acrescentar a sugestão de que ele é, sobretudo, representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização. Por isso, só podia aparecer na política depois da chegada de Lula ao poder. A combinação de elementos que empolga o subproletariado é a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade sem ameaça à ordem estabelecida (SINGER, 2012, p. 51-52).*

A demanda priorizada no Estado brasileiro, em todos os governos desde a “redemocratização”, tem sido eminentemente aquela de caráter econômico no sentido de atender à criação e manutenção do ambiente necessário ao processo de financeirização.

Chegada a era lulo-petista a coisa fica mais complexa: as gestões petistas não romperam com essa arquitetura anterior a seus governos, apesar dos contraditórios ganhos sociais, a exemplo do crescimento do Programa Bolsa Família e o impacto disso ao longo dos dois governos Lula. A mefistofélica contradição desses avanços sociais está no fato de que tudo ocorreu ligado ao sistema de crédito global sob a dinâmica dos negócios fictícios, que adentrou, numa proporção nunca vista antes, à realidade das classes de baixa renda, criando um novo mercado de bens de consumo duráveis e, conseqüentemente, um ciclo econômico expansivo puxado pela transformação dos pobres em consumidores. Milhões de brasileiros saem da extrema pobreza e passam a ter acesso a um cartão de crédito.

24. Cf. MARX, 1985, p. 460 vv.; 2016, p. 167 vv.

Também empresas (grandes e pequenas) encontram no crédito uma forma de expandir seus negócios - vide o cartão de crédito empresa do BNDES<sup>25</sup>.

No fechamento da mediação, temos o capital fictício “harmonizando” ideologicamente a luta de classes por meio do crédito instrumentalizado politicamente pelo Estado; eis a urdidura entre capital, ideologia e Estado. Ora, o capital fictício encontrou uma forma de incluir todas as classes e extratos sociais em sua rede financeira de autovalorização, que se ampliou penetrando todos os setores da sociedade. Longe de quaisquer ideias socialistas, a razão dialética do Programa Bolsa Família passava pelo Estado e foi profundamente ideológica em sentido favorável ao capital, a saber: conseguir fazer distribuição de renda integrada à dinâmica contemporânea da lógica do valor. Os milhões de usuários do Bolsa Família, por meio do acesso à renda vinculado ao crédito, integram uma astuta forma ideológica de vivenciar o conteúdo das relações sociais de maneira politicamente favorável ao capital fictício.

A mediação ideológica acontece à medida que o programa social pacifica a luta de classes sob a lógica social da forma mercadoria, posto que estimula o consumo pelo crédito, que aquece não somente a indústria, mas também as finanças. Este aquecimento recebeu estímulo direto: tanto na indústria, com as excessivas desonerações fiscais, que acabam se transformando em “transferência de renda” para os empresários; quanto nas finanças, com a redução dos spreads concedidos aos bancos<sup>26</sup> ocorrida sobretudo nos governos Dilma. São determinações da economia política, constituídas na relação entre conteúdo e forma. Temos então a imbricação ideológica de mútuas determinações entre o valor, a mercadoria, o capital, e claro, o Estado. Alysso Mascaro, que discute determinações dessa problemática no campo do direito na sua obra Estado e Forma Política (2013, p. 20-21), raciocina de maneira bem próxima da nossa, ao dizer que

*Com o desenvolvimento das relações capitalistas, é possível compreender um vínculo necessário entre o processo de valor de troca e determinadas formas que lhe são necessariamente correlatas, tanto no nível social quanto no político e no jurídico. As interações entre os indivíduos não mais se estabelecem por meio de junções imediatas aleatórias ou mandos diretos ocasionais ou desconexos, mas por intermédios de formas sociais que possibilitam a própria estipulação e inteligibilidade das relações e que permitem a reiteração dos vínculos assumidos. [...] Formas sociais são modos relacionais constituintes das interações sociais, objetificando-as. Trata-se de um processo de mútua imbricação: as formas sociais advêm das relações sociais, mas acabam por ser suas balizas necessárias. A reprodução do capitalismo se estrutura por meio de formas sociais necessárias e específicas, que*

25. Cf. <https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes/> Acesso: 27 out. 2017.

26. Laura Carvalho analisa essa questão na sua recente obra publicada, Valsa Brasileira (2018), na qual afirma que o governo Dilma fez transferência de renda para os ricos. Vide também a entrevista concedida pela autora acerca do seu livro. Disponível em: << <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/06/24/entrevista-laura-carvalho.htm> >> Acesso em: 05. set. 2018.

*constituem o núcleo da sua própria sociabilidade. As sociedades de acumulação do capital, com antagonismo entre capital e trabalho, giram em torno de formas sociais como valor, mercadoria e subjetividade jurídica.*

É justamente essa mediação que identificamos na forma ideologia que opera “harmonizando” as contradições entre o conteúdo das relações sociais e as formas (sociais e políticas) que os indivíduos vivenciam esse conteúdo no conjunto da sociedade. Não se trata apenas de representações, por assim, ideológicas, a relevância da forma ideologia está na maneira que os indivíduos vivenciam essa realidade, que tem sua razão efetiva no conteúdo das relações sociais determinado pelo valor, pela mercadoria e pelo capital. No Brasil lulista, isso se revela quando percebemos que o consumo se torna a mediação para proporcionar a melhoria de vida dentro da ordem, capturando ideologicamente a subjetividade das massas por meio de condições objetivas sofisticadamente integradas ao processo global de acumulação do capital.

Novamente Marx se mostra pertinente: “O máximo de crédito significa aí o pleno emprego, levado ao máximo, do capital industrial, isto é, a tensão extrema da capacidade de reprodução desse capital, sem levar em conta os limites do consumo” (MARX, 1985, p. 554). Assim, os limites do consumo são fortemente dilatados pela intensificação do processo de reprodução, levando à expansão da indústria em um contexto de aumento do consumo da renda dos trabalhadores e capitalistas, tudo isso por meio do crédito. Não tarda em estourar a contradição entre o consumo e o crédito, quando os limites do primeiro esbarram na necessidade do segundo de receber retorno na forma de pagamentos. Como vimos, sobretudo no segundo mandato do governo Dilma, o colapso foi inevitável e arrastou indústria, comércio e consumo; tendo em vista que todo o processo de reprodução social repousava no crédito. Mais uma vez, recorremos ao Mascaró (Ibidem, loc. cit.):

*Dada a primazia das relações de produção, o Estado nesse contexto corrobora por alimentar a dinâmica de valorização do valor, como também, a seu modo, as interações sociais dos capitalistas e dos trabalhadores, tudo isso num processo contraditório. As classes burguesas, cujas frações são variadas, podem até mesmo contrastar em interesses imediatos. As lutas dos trabalhadores, engolfadas pela lógica da mercadoria, ao pleitearem aumentos salariais, cancelam a própria reprodução contínua do capitalismo. O Estado, majorando impostos ou mesmo ao conceder aumento de direitos sociais, mantém a lógica do valor.*

O Estado brasileiro se apresenta fortemente subjugado à dinâmica de valorização do capital fictício. Segundo o Jornal Valor Econômico (2018), a Dívida Pública Federal (DPF) subiu 1,32% em termos nominais na passagem de novembro para dezembro de 2018,



somando R\$ 3,877 trilhões<sup>27</sup>.

A questão se manifesta ainda dentro do layout genérico da contradição que formulamos inicialmente, porém precisamos desenvolvê-la ainda um pouco mais, entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais de produção situado na lógica financeira do valor, que adentra ao Brasil sob a mediação do aquecimento do mercado interno por meio do crédito consignado ao capital financeiro global, desde a produção até o consumo (crédito para produzir, para vender e para comprar); e de outro, a forma de como esse conteúdo é vivenciado, sobretudo pelos brasileiros mais pobres, que no período lulista, foi relegado sem qualquer trabalho ideológico de caráter ético-político, deixando a ideologia sob o canto da sereia do consumo como pura forma de vivenciar a lógica do valor sob total domínio do fetiche da mercadoria. Assim, na questão da política conforme desenhamos, a forma política (Estado) acabou por favorecer o conteúdo social da dominação capitalista. O lulismo combateu a miséria social, mas deixou de lado a miséria política e ideológica da massa que aderiu à liderança de Lula, seduzida pela melhoria de vida por meio do consumo.

A realidade política que o lulismo não confrontou, mas apenas administrou em favor da dominação social, é que os trabalhadores reivindicam enquanto o capital fictício determina. Por sua vez, não se pode cair na tentação de querer explicar o Brasil pelo lulismo. E aí vem a questão que se impõe ao lulismo, o que nos traz de volta à universalidade concreta no fechamento da mediação como a união entre o singular e o universal sob a inferência do particular: o conflito histórico entre a forma política e o conteúdo social desenhado aqui não se resolve apenas no campo da governabilidade, pois tem sua razão nas entranhas das relações entre Estado e sociedade civil sob as determinações do capital enquanto verdade social que na realidade se esconde pelos mesmos elementos por meio dos quais se revela em cada forma social (o dinheiro, o salário, a mercadoria, etc.). O capital, por meio do Estado, se afirma pela sua própria negação na sociedade civil, ao mesmo tempo que abrange a sua própria falsidade sob a lógica social da mercadoria estabelecida entre conteúdo social e forma política por meio da mefistofélica mediação da ideologia. Desse modo, enquanto razão social imanente à relação entre Estado e sociedade civil, a forma do valor se fortalece e se perpetua pelo seu próprio desaparecimento à medida que se desmancha no ar e se pulveriza ao longo de todas as relações sociais, desde a bolsa de valores até o chão de fábrica e a urna eletrônica.

A contradição em processo é garantida pela ideologia em sua mediação que se constitui na forma como é vivenciada a lógica do valor por meio do consumo estimulado pelo Estado. Como a racionalidade imanente que a tudo rege e determina, o valor consolida

27. Disponível em: << <https://www.valor.com.br/brasil/6091459/divida-publica-federal-fecha-2018-em-r-3877-trilhoes> >> Acesso em 31. jan. 2018.

ideologicamente a sua lógica social por meio da forma mercadoria, que é reconhecida como uma realidade pronta e imediata para ser vivida de maneira natural e inquestionável. A mediação ideológica opera na “harmonização” entre o universal (capital) e o singular (o indivíduo) sob a inferência do particular (o Estado), constituindo um conduto de passagem entre realidade e consciência que, enquanto por um lado, naturaliza a positividade imediata do conteúdo das relações sociais, por outro, desloca o seu corolário negativo, afastando assim toda criticidade na forma que a consciência desses indivíduos vivencia politicamente este conteúdo social.

Nesta direção, a forma política estatal mantém todas as formas sociais politicamente amarradas à lógica do valor em sua fase financeira e fictícia. Tudo isso não se dá apenas ao nível do conteúdo objetivo das relações sociais, mas se desdobra na forma como este conteúdo é vivenciado sob a mediação da ideologia em sua solidária vinculação ontológica com uma outra forma social sob a bênção do Estado: a mercadoria (por meio do consumo). Neste caso, à medida que promove o consumo em lugar da cidadania, o Estado passa a mediar ideologicamente a vivência da razão imanente à auto-valorização do valor que produz o capital fictício, sem confrontá-lo e aprofundado as relações de dependência do capitalismo brasileiro. O lulismo prestou um grande serviço ao capital neste sentido, posto que encontrou uma forma de combater a miséria, integrando-a à lógica do valor, e ainda minimizando o confronto político.

Após a crise do governo Dilma e o golpe de 2016 que levou ao poder Michel Temer, veio o ataque ideológico constituído no antipetismo jurídico e politicamente organizado, que teve na Operação Lava Jato<sup>28</sup> sua principal frente de combate por meio da lawfare<sup>29</sup> coligada com a mídia golpista. Com a derrocada das gestões lulo-petistas, temos um momento favorável para que uma nova liderança política pudesse canalizar as pontas soltas deixadas pelo lulismo no campo ideológico. Surge então um discurso genuinamente resultante da arcaica mentalidade política brasileira. Os seus traços mais tacanhos aparecem explícitos na síntese ideológica do “homem de bem”; todas as imagens ideológicas viscerais da formação social brasileira a floradas: o patriarcado, o autoritarismo, a exaltação da violência, a homofobia, o fundamentalismo cristão, etc. Todos os demônios do ultraconservadorismo brasileiro aparecem explícitos em uma liderança que encarna esse “homem de bem”, e mais: ostentando cinicamente a bandeira política de ser um outsider, de não fazer parte da política profissional, manchada pela pecha da corrupção. A sintomática síntese desse movimento está na máxima viral “meu partido é o Brasil”.

---

28. Ver ensaio intitulado Lula e Davos: a política bloqueou a si mesma?, disponível em: << <https://wecio.blogspot.com/2018/01/lula-e-davos-politica-bloqueou-si-mesma.html> >> Acesso em 31. dez. 2018.

29. Sobre lawfare, ver ensaio do presente autor publicado em seu blog. Disponível em: << <https://wecio.blogspot.com/2018/08/eleicoes-2018-nao-politica-da-lawfaree.html> >> Acesso em: 31. dez. 2018.

#### 4. Os sentidos do bolsonarismo: um modo de ser brasileiro ideológico

Na questão da política, o lulismo nos deixou contradições que somente quando se inicia a formação do bolsonarismo é possível começar a decifrá-las na compreensão de um importante aspecto que levou ao sucesso da candidatura de Jair Bolsonaro: o autoritarismo moralista-cristão começa a construir um realinhamento ideológico entre civis (pobres e ricos) e militares, que acusa ideologicamente de “ideologia” qualquer leitura crítica da própria formação social brasileira, sob rótulos vazios como “comunismo” ou “marxismo cultural”.

Surge o bolsonarismo, fenômeno que nasce sob a urdidura da contradição em uma sociedade na qual o pobre é conservador, a pobreza é um problema moral, a riqueza é um título para poucos - afinal, todo rico é “doutor” - e o fundamentalismo cristão é a base ideológica que afasta qualquer leitura crítica da realidade social. A base da mentalidade bolsonarista é o autoritarismo de fundo moralista-cristão em uma versão tropical-digitalizada das cruzadas - as espadas desses novos templários são as fake News empunhadas digitalmente nas redes sociais. Vale lembrar que, segundo historiadores, Cruzada é o termo utilizado para qualquer dos movimentos militares de inspiração cristã, a chamada “guerra santa”.

Esse autoritarismo que constitui a base ideológica do bolsonarismo não é uma nova onda que surge na sociedade brasileira, mas se trata de uma progressão imanente à formação social ultraconservadora do Brasil, que encontrou em Bolsonaro, uma liderança. O bolsonarismo é um fenômeno brasileiro ideológico; por isso, para compreendê-lo, é preciso uma concepção da ideologia sob uma perspectiva de totalidade, isto é, não apenas como o conteúdo dos discursos, por assim dizer, ideológicos; é necessário também entender as sutilezas da ideologia como forma de vivenciar o conteúdo das relações sociais em uma sociedade marcada por contradições<sup>30</sup>.

A sociedade brasileira, tendo o autoritarismo como uma determinação histórica imanente, produziu o bolsonarismo. Apesar da sua aparência cômica e pueril - repleta de vexames nacionais e internacionais -, a gravidade do bolsonarismo está no fato de que esse fundo autoritário foi canalizado e amplificado ideologicamente na forma de um Sujeito político autônomo, autoritário e raivoso, que chegou ao poder. Embora, antes disso, este Sujeito se constituiu socialmente produzindo uma profunda capilaridade ideológica na sociedade civil brasileira. Se estendeu por todas as camadas sociais, tangenciando até

30. Obviamente, os limites deste ensaio enquanto uma primeira aproximação do fenômeno, não nos permite ainda costurar as mediações entre Estado, ideologia e capital no bolsonarismo, assim como fizemos com o lulismo. Apenas sinalizamos aqui, algumas determinações de caráter ideológico, para levantar a hipótese de que o bolsonarismo é uma continuação dialética do lulismo, à medida que o primeiro costura as pontas soltas deixadas pelo segundo, como a sua antítese que canaliza e amplifica ideologicamente na arena política, o autoritarismo imanente à própria formação social brasileira não trabalhado pelo lulismo. Relacionar Estado, ideologia e capital no bolsonarismo em suas mediações mais profundas, é uma tarefa que se impõe na continuação desta pesquisa.

mesmo as contradições e oposições históricas que definem a luta de classes no capitalismo brasileiro. O bolsonarismo chegou ao poder com legitimidade política não apenas formal, mas sobretudo social e ideológica e, portanto, representa uma importante parcela do Brasil real. Em sua totalidade, é uma força política material com forte penetração nos setores majoritários da sociedade civil brasileira.

O autoritarismo moralista-cristão é a mentalidade que foi canalizada e amplificada pelo bolsonarismo a partir da sociedade brasileira, e não criada por ele. Esse fenômeno ganha força quando arrebatava parte da base que havia sido captada pelo lulismo no seu pacto social que, como vimos na análise que desenvolvemos a partir do André Singer, obteve sucesso com seu programa de combate à pobreza por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, sobretudo no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital financeiro e da burguesia nacional, e mais: integrando economicamente essa massa no sentido de favorecer politicamente tais interesses. Há uma complexa continuação dialética entre lulismo e bolsonarismo: as pontas deixadas soltas no campo ideológico pelo primeiro no tocante à questão da política, agora são atadas pelo segundo.

Ao invés de trabalhar ideologicamente a questão da política enquanto esteve no poder, o lulismo unicamente transformou “pobres em consumidores e não em cidadãos” - como sintetizou de forma certa o ex-presidente do Uruguai, José Mujica<sup>31</sup>. O lulismo se comprometeu por meio de alianças demasiado permissivas em seu pacto conservador, e ignorou as sutilezas e artimanhas da ideologia na sociedade brasileira. Aquilo que o lulismo não fez ideologicamente quando logrou o encontro de uma liderança, a de Lula, com um Estado capaz de ajudar os mais pobres favorecendo a ordem, o bolsonarismo surge para fazer sob o ideológico signo da falência moral do lulismo: trata-se da consolidação do aparelhamento ideológico desse fundo autoritário moralista-cristão no Estado brasileiro, e de maneira fortemente legitimada na sociedade civil. Como isso ocorre junto à massa?

Na heterogênea mentalidade evangélica brasileira que se projetou como um bloco social fundamental na formação política contemporânea, há um traço ideológico importante, que foi ignorado pelo lulismo, mas que adquire centralidade no bolsonarismo: as narrativas míticas (bíblicas) são vivenciadas como fatos reais, *ipsis litteris*; porém isso se dá sob mediações ideológicas profundamente enraizadas na formação social do imaginário popular brasileiro, que entra em convergência com a normatividade neoliberal, harmonizando ideologicamente os interesses do capital com os valores moralistas deste neoconservadorismo de base teocrática neoarcaica. Há uma estrutura social muito bem arquitetada nesse importante segmento do fundamentalismo cristão brasileiro.

31. Em entrevista à BBC Brasil. Disponível em: << <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46624102> >> Acesso em: 30. dez. 2018.

A reprodução social da ideologia evangélica é cuidadosamente organizada nas congregações, lideradas por seus sacerdotes. São células estruturadas com formação doutrinária eficiente e trabalho ideológico visceral. As denominações pentecostais e neopentecostais dominam entre os setores mais pobres, conforme descreve a pesquisa da Andrea Dip (2018); assim como também segmentos não pentecostais tem forte adesão da classe média. Assim, os pastores se tornaram os verdadeiros intelectuais orgânicos da sociedade brasileira. Essas igrejas são instituições mais antigas do que grande parte das universidades, conforme podemos concluir com ajuda de Alderi de Souza Matos, em seu artigo Breve história do protestantismo no Brasil (2011); com isso, conquistaram forte capilaridade ideológica na sociedade brasileira, o que se traduziu progressivamente em resultados eleitorais cada vez mais robustos na cena política.

É importante compreender a lógica alienante do discurso deste movimento: não importa se o conteúdo produzido nem sempre tem lastro efetivo na realidade; a questão é que, apesar de sua virtualidade, este conteúdo é vivenciado como real. Fantasias como o “kit gay” ou a “ameaça comunista” são vividas como reais porque são produzidas ideologicamente a partir da realidade, não simplesmente como falsa consciência, mas como verdades que abrangem a sua própria falsidade à medida que se estabelecem sem qualquer possibilidade de contraponto aquilo que afirmam. O surgimento do bolsonarismo representa o momento em que essa mentalidade cresceu no seio da sociedade civil brasileira, se amplificou como ideologia e adentrou ao Estado implicando em impacto político efetivo. O problema é que, via de regra, essas denominações religiosas são reprodutoras de conteúdos ideológicos arcaicos e autoritários como o patriarcado, a homofobia, a defesa de um Estado cristão, etc.; e até mesmo crenças que nos parecem absurdas, a exemplo daqueles que creem na Terra plana.

O surgimento do bolsonarismo representa o momento em que essa mentalidade cresceu no seio da sociedade civil brasileira, se amplificou como ideologia e adentrou ao Estado implicando em impacto político real e efetivo no âmbito institucional. A questão da política no Brasil bolsonarista passa a sinalizar para um Estado teocrático neoarcaico, que comparece no campo econômico como um excelente negócio para o capital fictício, mas com mediações distintas do lulismo. Afinal, dado o forte arrocho monetário e fiscal após o esgotamento do ciclo expansivo assentado no crédito da era lulista, o governo Bolsonaro segue o mais austero receituário neoliberal imposto pelo mercado financeiro.

### **Considerações finais**

Longe da pretensão de querer dar conta da análise de um período histórico que apenas se inicia, esta exposição se reconhece como um ponto de partida, e não de

chegada; uma investigação ainda em seu começo. Sem temer as palavras, é fundamental colocar duas questões que nos parecem sintetizar os desafios que estão por vir: i) Como pensar a questão da política no Brasil contemporâneo a partir da efetiva relevância do papel político das classes sociais, na medida das possibilidades de legitimação, resistência e enfrentamento em face do surgimento do bolsonarismo na conjuntura hodierna? Esse é o desafio histórico no sentido de se repensar a forma de pensar criticamente a nossa realidade atual em termos de ação política (estratégia e tática); ii) Quando o estágio fictício do capital financeiro consolida sua autonomia com relação ao capital produtivo, isso implica consequentemente na dominação global das relações de produção por aquela classe que Marx chamou de credores do Estado, conhecida da mídia contemporânea por “investidores”. Neste contexto, indagamos: como fica a mediação desse cenário global com a questão da política na esfera nacional sob o período bolsonarista?

A esfera política nacional e suas diatribes no atual cenário político interno do Brasil não pode ser relegada, pois tem um peso importante a partir das disputas históricas que enformam a trama das relações entre Estado e sociedade civil transpassada pela luta de classes em nosso país, sob a dominação do capital fictício. Sem qualquer pretensão, mas com alguma ousadia, nosso argumento aposta na chave heurística de que essa totalidade tem como base a contradição entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais enquanto relações de produção e reprodução do capitalismo global sob os ditames do capital fictício, e de outro, a forma ideológica por meio da qual essas relações são politicamente reconhecidas e vivenciadas internamente sob a dinâmica do emergente fenômeno do bolsonarismo que chegou ao poder no Estado brasileiro. À totalidade desta contradição denominamos como a questão da política no Brasil contemporâneo. A análise trazida aqui se põe como uma primeira aproximação da questão, no esforço de uma investigação que está apenas começando. O desafio não é pequeno e está posto já nos umbrais da entrada deste novo período histórico que se inicia, no qual somos recebidos com a inscrição dantesca: “Lasciate ogne speranza, voi ch’entrate”<sup>32</sup>.

Recebido em: 04 de maio de 2019.

Aprovado em: 19 de maio de 2019

32. Tradução: “Abandonai toda esperança, vós que entrais”. Ao chegar à entrada do inferno, Dante se assombra com a referida inscrição que se lê sobre o seu portal (ALIGHIERI, 2001, p. 37).

## Referências

ABREU, Maria. O descompasso entre república e democracia. - In: Revista Cult, São Paulo, ano 18, nº 206, outubro de 2015, p. 42-45.

ALIGHIERI, Dante. A Divida Comédia - Inferno. - São Paulo : Ed. 34, 2001.

ARAÚJO, Wécio Pinheiro. Estado, capital e forma política na “nova república” brasileira. Anais do II Encontro Nacional dos GT's Marx da ANPOF: UFC, 2017. Disponível em: << <https://drive.google.com/file/d/1SvAGPXwDD0HsTmu0M3Rz-OCHG-7Z8NgW/view> >> Acesso em: 28. dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Ideologia e capital: crítica da razão imanente à sociedade moderna. - João Pessoa/Leipzig: UFPE/UFPB/UFRN-HGB, 2018 (Tese de doutorado).

\_\_\_\_\_. Sociedade, Estado e política social: contribuição à crítica da alienação política. Revista Argumentum, v. 3, n. 1, UFES, 2011, p. 108-124. Disponível em: << <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/549> >> Acesso em 14. março. 2019.

BELL, Daniel. O fim da ideologia. - Editora Universidade de Brasília, 1980.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. - 1ª. ed. - São Paulo: Todavia, 2018.

DIP, Andrea. Em nome de quem? A bancada evangélica e o seu projeto de poder. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2018.

GONTIJO, Cláudio; OLIVEIRA, Fábio Augusto de Oliveira. Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil. Belo Horizonte : 2009.

HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito. - São Paulo : Ícone, 1997.

JORNAL VALOR. Dívida Pública Federal fecha 2018 em R\$ 3,877 trilhões. 28 jan. 2018. Disponível em: << <https://www.valor.com.br/brasil/6091459/divida-publica-federal-fecha-2018-em-r-3877-trilhoes> >> Acesso: 31. jan. 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e Reforma Política. - São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MATOS, Alderi Souza de. Breve história do protestantismo no Brasil. Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB, v. 3, n. 1, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Resenha crítica: Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador, de Singer, André. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 95, p. 157-163, Mar. 2013 . Disponível em: << [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-)

33002013000100009&lng=en&nrm=iso >>. Acesso em: 28. dez. 2018.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Cartas Filosóficas e outros escritos. São Paulo, SP : Editora Grijalbo, 1977.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. O desmonte da nação em dados. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

MARX, Karl. Grundrisse : manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política. - São Paulo : Boitempo ; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011a.

\_\_\_\_\_. Das Kapital - Der Gesamtprozess der kapitalistischen Produktion. Dritter Band, Drittes Buch (Kapitel XVI-LII). Hamburg, Nikol Verlag., 2016.

\_\_\_\_\_. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. - São Paulo : Boitempo, 2011b.

\_\_\_\_\_. O Capital - Crítica da Economia Política. Livro 3 - O Processo Global de Produção Capitalista. Vol. V - 4ª. Edição - São Paulo : DIFEL, 1985.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo. - 1ª. ed. - São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

STIGLITZ, Joseph. Os exuberantes anos 90. - São Paulo, SP : Companhia das Letras, 2003.

ZIZEK, Slavoj (org). Um mapa da ideologia. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.



## GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: SUA INTERFERÊNCIA NO “IMPITIMAN” DE 2016 E ALÉM...

RODOLFO ARAÚJO DE MORAES FILHO<sup>33</sup>

### RESUMO

O estudo buscou explicar como a geopolítica do petróleo foi responsável pela maior parte da desestabilização sofrida pelo governo Dilma Roussef em 2016 através do Impeachment. Em termos metodológicos, uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa. Para coleta de dados, fez-se uso da pesquisa documental e observação direta. Utilização do método hipotético-dedutivo para análise dos dados. Além da geopolítica do petróleo visualisou-se mais três fatores que potencializaram o golpe: a pauta neoliberal, a ameaça dos BRICS e a liderança do Brasil no Mercosul e economias emergentes.

**Palavras-chaves:** Geopolítica do petróleo, Neoliberalismo, Impeachment, Governo Dilma Roussef.

## PETROLEUM GEOPOLITICS: ITS INTERFERENCE IN THE “IMPITIMAN” OF 2016 AND BEYOND...

### ABSTRACT

The study sought to explain how the geopolitics of oil was responsible for most of the destabilization suffered by the government Dilma Roussef in 2016 through Impeachment. In terms of classification, a descriptive research of a qualitative nature. For data collection, the use of documental research and direct observation. Use of the hypothetical-deductive method for data analysis. In addition to the geopolitics of oil visualised three more factors that potentiated the coup: the neoliberal agenda, threat of BRICS and Brazil’s leadership in MERCOSUR and emerging economies.

**Keywords:** Petroleum geopolitics, Neoliberalism, Impeachment, Government Dilma Roussef.

33. Professor Associado IV da área de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Departamento de Administração-DADM).

## Introdução

O Brasil viveu em 2016 um processo de ataque ao estado de direito democrático, atingindo seu clímax com o advento do golpe parlamentar impetrado pelos membros do Congresso Nacional naquela legislatura culminando com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. E a consequente derrubada de seu governo, reeleito democraticamente pelo voto popular em outubro de 2014.

O objetivo desse ensaio, no entanto, não é de analisar a propriedade ou impropriedade do processo de impeachment ocorrido (sabidamente im procedente) imputando-se crime de responsabilidade à mandatária do país pela frágil tese das ‘pedaladas fiscais’. Mas, o de entender o processo de impeachment como artifício encontrado pelas forças do neoliberalismo internacional aliado às nacionais para o afastamento da presidenta do país e de seu partido (PT) dentro de um processo maior de dominação geopolítica.

O objetivo principal do golpe, o domínio das reservas energéticas do pré-sal como pré-condição para garantir na sequência a implantação de uma pauta neoliberal extensiva. Precisava-se para tanto, neutralizar a determinação de seu governo com apoio no Partido dos Trabalhadores em aprofundar o estado de ‘bem-estar social’ preconizado por Keynes fundado em políticas públicas inclusivas (em contraposição ao estado mínimo da doutrina neoliberal) e a defesa da soberania nacional. Políticas essas que vinham se desenvolvendo e se consolidando fortalecidas agora com a descoberta do pré-sal e a apropriação de parte da renda petroleira (royalties pagos ao governo pela exploração do hidrocarboneto na plataforma marítima) colocada a serviço do desenvolvimento do país.

Não obstante, a partir do momento em que o governo do presidente Lula em 2009 estabeleceu o ‘regime de partilha’ para a exploração das riquezas do pré-sal (imensas reservas de recursos offshore descobertos na plataforma marítima) e não o ‘regime de concessão’ reivindicado pelas grandes petroleiras, como sistema por excelência para exploração do petróleo, a partir dessa data iniciam-se as tratativas em nível internacional para o afastamento de seu partido (PT) à frente dos destinos da nação conforme iremos buscar demonstrar nesse ensaio. A partir dessa escolha (apropriada, diga-se de passagem, para o caso do Brasil) o governo entra em conflito com os interesses das grandes multinacionais da cadeia produtiva de óleo e gás que operam no mundo, incluindo o oriente médio.

Sabendo-se muito bem o que se passa por lá (guerra do Iraque, primaveras árabes na Líbia, Tunísia e Egito e mais recentemente a guerra da Síria). Todas com conexões diretas com a dominação da cadeia produtiva de óleo e gás. No Egito as injunções são

feitas com vistas ao controle do canal de Suez (palco de inúmeras guerras no passado pela mesma motivação desde sua construção em 1869), por ser rota de passagem do petróleo extraído na região que vai para a União Europeia.

Para o Brasil, a adoção do regime de partilha e a prerrogativa da Petrobrás elevada à condição de ‘operadora única do pré-sal’, dava ao país uma grande perspectiva de desenvolvimento econômico com geração de empregos produtivos considerando que todos os navios necessários para armazenar e transportar o petróleo extraído nas plataformas em alto mar, iriam ser construídos em estaleiros no país. Que haviam se multiplicado, reativando pela segunda vez a indústria naval no Brasil. Havia ainda a obrigatoriedade para a construção de navios de ter que incorporar um conteúdo nacional em equipamentos de 30%, isso significando um incremento à indústria nacional. A primeira tentativa de fortalecimento dessa indústria se deu notadamente em 1950 no governo de Juscelino Kubitschek mas que não prosperou pelo fato de o Brasil não ter uma demanda externa consistente para fabricação de navios (WIKIPÉDIA - Enciclopédia Livre / Estaleiro, 2018).

Dessa segunda vez, não. Havia efetivamente um gigantesco mercado interno a ser suprido (construção de navios para transporte de óleo e gás a ser extraído em grandes quantidades do pré-sal). O Brasil estava assim preparado para desempenhar, como desempenhou, um importante papel de liderança e protagonismo juntos às economias emergentes. Também no Mercosul e nos BRICS.

Tudo isso foi interrompido (não por acaso) pelo golpe parlamentar de 2016 durante o qual é dado início a mudança do regime instituído de ‘partilha da produção’ do petróleo para o de ‘exploração por concessão’ fazendo a vontade das petroleiras. E a consequente entrega das reservas energéticas do país, promovida pelo governo Temer de forma quase que automática (ainda no governo provisório) mesmo antes do impeachment se concretizar no Congresso. O que atesta a tese do domínio das reservas energéticas do país como motivação principal para o golpe.

No cenário atual, campos de petróleo são vendidos em leilões oficiais, da maneira a mais aviltada possível por um montante equivalente a centavos de dólar o barril - ele que custa em tempos normais entre 100 a 150 dólares a unidade (SAUER, I.; RODRIGUES, L. 2016).

O abaixamento à época do preço do barril do petróleo para 20 dólares provocada por uma superprodução proveniente dos países árabes, notadamente a Arábia Saudita, também fazia parte das pressões internacionais sobre o governo Dilma com o intuito de deixa-lo sem reservas, o que de fato ocorreu.

Toda essa desestabilização acontecia sob o olhar complacente das instituições

judiciais do país que podiam opor resistência a mais esse crime contra a soberania nacional, fora o impeachment, o qual pode ser tipificado como de ‘lesa pátria’, com a entrega de suas riquezas.

Esse ensaio intenta assim mostrar a conexão dos episódios do impitiman com os desdobramentos recentes ocorridos no Brasil, a saber: a entrega do pré-sal às petroleiras multinacionais, o emudecimento do judiciário que tinha poder de neutraliza-la, o aprofundamento da pauta neoliberal no país (que vem como que por gravidade) fortalecida com o afastamento da presidenta Dilma e o consequente alijamento do PT à frente do comando das políticas públicas inclusivas do governo de “bem-estar-social” que há 16 anos consecutivos vinha tentando com muito sucesso implantar. Na verdade, há 13 anos e 08 meses por causa do impedimento.

## 2. Metodologia

Segundo Marques (2017) enquadrar a pesquisa científica dentro de uma determinada classificação nem sempre é pacífico por parte do pesquisador, uma vez que as classificações encontradas diferem entre os autores. Buscando seu enquadramento, essa pesquisa pode ser classificada como sendo descritiva de natureza qualitativa. Para a coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental e a técnica de observação direta, fazendo uso de relatórios disponíveis, reportagens publicadas na mídia, declarações oficiais de instituições, comportamento de seus integrantes em relação ao tema, estudos e pesquisas sobre o assunto. Para interpretação dos dados, o método hipotético-dedutivo apresentado por Karl R. Popper desde 1934. Consiste esse método, a partir de um certo número de evidências ou hipóteses confirmadas, construir um quadro explicativo do fenômeno observado com a maior probabilidade em espelhar a realidade definida no problema de pesquisa. As hipóteses não confirmadas devem ser descartadas ou refeitas. A experiência do tempo histórico, no qual intenções subjetivas e condições objetivas se articulam, pode ser reconstituída a partir de tais métodos (POPPER, K. R., 1934; CALDAS, P. S., 2010). O método é assim, o responsável pela transparência e pela objetividade da pesquisa (ACHINSTEIN, 2005).

## 3. Uma sucessão de interrupções de governos relacionada à geopolítica de dominação do petróleo no Brasil e no mundo

Mesmo tipo de pressão sofrida pela presidenta Dilma e pelas mesmas bandeiras foi deposto o Presidente Getúlio Vargas em 1954 no Brasil (levado ao suicídio por não poder

dispor à época, de uma opinião pública favorável às suas iniciativas, como é possível estabelecer hoje através da mídia alternativa).

Ele, quem criou a Petrobrás após a memorável campanha “o petróleo é nosso” (contrário aos interesses das petroleiras estrangeiras), a Eletrobrás (à revelia das empresas norte-americanas do setor, que aliadas ao Congresso Nacional buscaram boicotar o empreendimento ‘até o desespero’, como ele próprio cita em sua carta-testamento). A construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda destinada inicialmente a produzir aço para o esforço de guerra (2ª. guerra mundial) em acordo com os USA e depois servir de alavanca para o desenvolvimento de uma industrialização autônoma nacional. Essa Companhia foi privatizada no governo Fernando Collor, assim como a Companhia Vale do Rio Doce que também fornecia minério de ferro para CSN foi privatizada no governo FHC. Todos de inspiração neoliberal.

Conforme se pode depreender, uma grande visão estratégica de industrialização independente foi edificada em seu governo (NETO LIRA, 2014).

Em paralelo criou e ampliou direitos trabalhistas. Cita-se como exemplo, a institucionalização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho - hoje fortemente impactada pela Reforma Trabalhista), criação da carteira de trabalho, do salário mínimo e sua valorização (dando aumento de 100% em seu segundo governo para o desespero da elite nacional à época, assim como hoje).

Quanto a esse episódio, o jornal O Globo na edição de 07 de janeiro de 1954, praticando já naquela época uma posição aberta em defesa dos interesses patronais em detrimento do direito dos trabalhadores, contrariando seu próprio discurso de praticar uma imprensa isenta e livre, explicaria em longo editorial.

*(...) como o aumento de 100% do salário mínimo seria responsável por duplicar o custo de vida (sem nenhum aporte científico, como de costume - grifos nossos). Apontaria os inúmeros problemas que esta medida causaria para economia do país, leiam-se as ‘classes produtoras’, e acreditava na capacidade do Chefe da Nação (Vargas), de acordo com suas prerrogativas, vetar o aumento. Evitando assim, potenciais prejuízos...” (TAVARES, M. O., 2018).*

Por tudo o que o governo Vargas representava, assim como o governo da presidenta Dilma, foi igualmente projetado um golpe parlamentar contra sua gestão.

O mesmo aconteceu no Irã em 1953, em paralelo ao que se passava no Brasil com Getúlio, com a deposição do primeiro-ministro e advogado brilhante Mohammed Mossadegh (no poder de 1951/1953) que acabara de nacionalizar o refino do petróleo em seu país. Fato que desencadeou um movimento parlamentar precipitando sua deposição e prisão

com a famosa operação TP AJAX (Lava Jato?) atribuída à CIA depois comprovada através de um livro publicado “Todos os homens do Xá”.

A obra é baseada em documentos da própria CIA recentemente divulgados, onde descreve como aquela agência de inteligência “com assistência do serviço de inteligência britânico minou o governo de Mossadegh subornando figuras influentes, plantando relatórios falsos em jornais e provocando violência nas ruas” (DE LUCE, D., 2003).

A operação TP AJAX o acusou de traição prendendo-o por 03 anos (prisão domiciliar) e recolocando no poder o Xá Reza Pahlevi que, na confusão pré-deposição de Mossadegh, havia fugido do país pilotando um mono-motor, se refugiando em Roma. Até a revolução iraniana em 1979 que, apresentando contornos de inspiração religiosa capitaneada pelo Aiatolá Khomeini, o destituiu definitivamente do poder (LOPES, M. S. , 2003).

Por todos esses episódios os USA perdeu em definitivo o Irã, nação de religião islâmica, com a maior parte de sua sociedade internalizando a percepção daquele país, como o ‘Grande Satã’. A longo prazo, tem-se que o esforço em dominar não importa por que meios, as reservas de petróleo desse país não deram certo para os EEUU (e indiretamente para a Inglaterra, cuja petroleira British Petroleum - BP esteve à frente dos acontecimentos em 1953). Isso explica em parte as hostilidades que vigoram até hoje entre os dois países.

Contemporaneamente, mesmo tipo de pressão passou a sofrer a Venezuela do presidente Hugo Chaves, e no presente o governo de Maduro, com jazidas de petróleo comparáveis em tamanho, às maiores reservas dos países produtores do oriente médio (SAUER, I.; RODRIGUES, L. A. 2016). Fica difícil não explicar a atual crise por que passa a Venezuela com o risco de invasão militar naquele país instigada pela Administração Trump, sem atrelar essas injunções à cobiça de suas riquezas estrategicamente situadas próximas aos EEUU, maior consumidor de petróleo produzido no mundo, a saber: Estados Unidos - 20%, China - 12,4%, resto dos BRICS: 11,2% (Índia - 4,3%, Rússia - 3,5%, Brasil - 3,4%, África do Sul - % não informado).

No Brasil, a partir de 2014 a espelho dos acontecimentos de 1954 com Getúlio Vargas, esforços se concentraram com nitidez em buscar excluir o Partido dos Trabalhadores (PT) à frente da formulação das políticas de desenvolvimento do país, o que explica os ataques de toda sorte que o partido passou a sofrer a partir dessa data, publicamente, quer seja através da grande mídia, quer seja através de blocs e/ou de movimentos criados para esse exclusivo fim, tais como ‘quero me defender’, ‘passe livre’, ‘não vai ter copa’, ‘revoltados on-line’ e assemelhados, combinado com manifestações de escândalos provocados (planejados) levados a efeito por personalidades políticas, em geral já afastadas da vida pública mas ligadas a movimentos de direita, ou mesmo o cidadão comum bradando em

praça pública contra o partido.

Tudo isso veiculado preferencialmente em locais públicos como hospitais, aeroportos, livrarias e/ou restaurantes, ícones nacionais do MMA (Luta Livre) tecendo comentários em rede nacional contra o presidente Lula e/ou o governo Dilma Rousseff. Tudo cuidadosamente arquitetado no intuito de dar grande visibilidade. A mídia corporativa (Rede Globo, Bandeirantes, TV Record, e co-irmãs) sempre juntas, fomentando, apoiando, dando franca cobertura aos acontecimentos.

É a chamada guerra híbrida em movimentação.

O objetivo era, se possível fosse, o de excluir o PT da vida política do país criminalizando-o. Ou, se não se conseguisse isso, pelo menos fragiliza-lo, reduzi-lo à expressão mais simples.

Mas quem era o PT? O PT era o presidente Lula e a presidenta Dilma. Então, simples: ‘impitima-se’ a presidenta Dilma e se busca uma forma “não importa qual venha a ser” de arrestar de alguma maneira, o presidente LULA.

Daí as infundáveis CPI’s no Congresso de Eduardo Cunha (Presidente da Câmara à época), a operação Lava-Jato e o Ministério Público atuando em sintonia fina praticando um novo tipo de ofensiva (a chamada guerra jurídica ou Lawfare) que consiste em acusar uma pessoa de vários e diversificados crimes simultaneamente sem a necessidade de apresentação de nenhuma prova, com o fim explícito de exaurir as reservas de defesa e desconstruir sua imagem.

Como se pode deduzir, os acontecimentos históricos relatados vêm reforçar a tese do controle das reservas de petróleo como principal motivação para golpes de estado em geral, não importando a época que ocorra. Insere-se neste contexto o golpe do impitiman sem crime de responsabilidade contra o governo da presidenta Dilma em 2016. A implantação da pauta neoliberal que lhe é decorrente explica o restante do fenômeno.

### **3. Entendendo a diferença entre Regime de Partilha e Regime de Concessão que potencializa o Golpe**

Com a descoberta do pré-sal no Brasil em torno de 2005 (reservas entre 2 a 5 mil metros de profundidade na plataforma marítima - recursos offshore), foi escolhido pelo presidente Lula para exploração das riquezas do pré-sal, o regime de partilha. O regime de partilha é o sistema apropriado sempre que se conhece o que existe em baixo do solo (no caso, o mar) onde se vai processar os trabalhos de exploração do óleo.

O caro na exploração do petróleo é a ‘prospecção’ para detecta-lo e isso, no caso do pré-sal, a Petrobrás já havia feito. Portanto estava correto o presidente Lula ao definir para a exploração dessa riqueza estratégica, o regime de partilha.

De acordo com Jones C. e Chaves H. (2015) em estudo publicado pelo INOG / UERJ no pré-sal, “o polígono, que cobre a maior parte das bacias marítimas sedimentares de Campos e Santos, contém ao menos 176 bilhões de barris (estimativa com grau de precisão de 90%) de petróleo e gás natural (barris de óleo equivalente)”. Podendo chegar a 273 bilhões de barris (estimação com menor grau de confiança com uso do método de simulação de Monte Carlo).

À título ilustrativo, o equivalente a 27,3 trilhões de dólares (tomando por base o preço médio de 100 dólares o barril). Com efeito, nos últimos 10 anos o seu valor no mercado oscilou entre 50 e 150 dólares (SAUER, I; RODRIGUES, L. 2016).

O que resulta em um montante bastante atraente do ponto de vista financeiro passível de aguçar as mais desmesuradas ambições.

Por muito menos trilhões de dólares se fez em 2003 a 2<sup>a</sup>. guerra do Iraque de George W. Bush contra Saddam Hussein. E é inegável que o valor potencial de suas reservas foi levado em conta para os cálculos de financiamento da guerra e do pós-guerra. Além dos objetivos estratégicos de dominação da sub-região que estavam por trás dos argumentos apresentados para desencadear a guerra (possuir o Iraque armas de destruição em massa) que nunca foi comprovado (SADOWSKI, Y. O. , 2003).

O Iraque possui reservas confirmadas da ordem de 112 bilhões de barris, considerada em 2003 a segunda maior reserva de petróleo do mundo, atrás apenas da Arábia Saudita cujo valor montava a 245 bilhões de barris.

Não obstante o regime de exploração nesses países ser em geral o de partilha, (países da OPEP) as gigantes do petróleo (Exxon-Mobil, Chevron-Texaco, BP - British Petroleum, Shell) conseguem na região contratos favoráveis, visto não existir na maioria dos casos, empresas estatais em condições de sozinhas explorar nas quantidades exigidas, o combustível fóssil.

Tratando da prospecção de reservas para exploração de petróleo no mundo pelas principais empresas internacionais da cadeia de óleo e gás, em um caso citado por Hitt, M. et alli (2014, p. 33), em um livro de Administração Estratégica, extraiu-se a seguinte citação alusiva o caso do Brasil e sua decisão de estabelecer o regime de partilha para exploração do pré-sal:

*Como foi explicado nesse capítulo, o ambiente externo de uma empresa cria oportunidade (a oportunidade de a BP - British Petroleum - se inserir em outros mer-*



*cados globais) e ameaças (por exemplo, a possibilidade de que regulamentações adicionais em seus mercados irão reduzir as oportunidades de extração de petróleo e gás. Hitt, M. et alli (2014, p.33).*

Vê-se nessa citação uma crítica direta ao governo brasileiro em sua decisão de estabelecer o regime de partilha (regulamentações adicionais) para exploração das riquezas dessas reservas (buscando preservar legitimamente o mercado a favor do desenvolvimento do país).

Isso estando colocado em um livro didático de Administração Estratégica que é veiculado mundialmente, para se ter uma ideia de quão forte são essas pressões internacionais quando se trata de exploração de petróleo em territórios localizados em outros países.

Ainda, segundo Hitt, M. et ali (2014, p. 33), seguem as citações:

*A ascensão da China e Índia, junto à ascensão do Brasil, como potências em energia e as reservas históricas da Rússia predizem a influência significativa que terão nos mercados mundiais.*

Uma observação relativa aos BRICS vista como ameaça no campo da independência energética pela exploração autônoma de seus campos petrolíferos.

Isso de toda evidência teve peso efetivo na decisão em promover a desestabilização do governo de 'bem-estar-social' implementado pelos sucessivos governos do PT.

Por todos esses motivos, o regime de concessão é o obviamente reivindicado pelas gigantes do petróleo (Exxon-Mobil, Chevron-Texaco, BP-British Petroleum, Shell).

Existe uma diferença de fundo nos dois regimes de exploração a qual, no caso em análise como se verá, tem potencial para impulsionar o golpe.

De forma simplificada, no modelo de partilha, o Estado é o dono do petróleo produzido. No modelo de concessão, o concessionário é o dono do petróleo que extrai por cerca de vinte, trinta anos, o tempo que durar a concessão.

A conclusão que se pode chegar é que no regime de partilha quem ganha é o Estado, no regime de concessão quem ganha são as empresas.

Pelo contrato de partilha, estabelecido em 2009, no governo do presidente Lula, o estado é o proprietário do petróleo, cabendo à empresa contratada uma cota-parte do valor da quantidade de óleo extraída.

Esse regime é o apropriado, repetimos, quando se sabe antecipadamente o que existe no fundo do mar (MORAES FILHO, R. 2018). Claro que tem outros fatores que

influenciam nessa estratégia. A capacidade tecnológica e produtiva é um deles, o preço versus custo de extração, também.

No regime de concessão em termos contratuais a propriedade do petróleo extraído é exclusiva do concessionário (por 20 a 30 anos). Em troca como compensação, a concessionária paga apenas os impostos e taxas pela concessão da lavra e volume produzido. E às vezes nem isso paga por não se ter como controlar com efetividade o fluxo de petróleo extraído numa plataforma em alto mar.

Uma situação indesejável para um país que consegue extrair com tecnologia própria, no caso do Brasil através da Petrobrás, que desenvolveu tecnologia para extrair petróleo em águas profundas (de 2 a 5 mil metros de profundidade). Expertise que as demais empresas estrangeiras não comprovaram (mas que agora estão autorizadas a fazê-lo) não obstante, os desastres ambientais provocados por essas empresas no decorrer dos tempos por desleixo e/ou incompetência, sendo o mais significativo deles o vazamento pela BP de cerca 01 milhão de litros de óleo cru com a explosão da plataforma Deepwater Horizon no golfo do México em 2010. Esse caso específico, o desastre no golfo do México, impeliu a BP a prospectar petróleo em outras regiões fora de suas áreas tradicionais de exploração, tendo elegido o Brasil como mercado prioritário após a descoberta do pré-sal à condição que se mudasse o sistema de extração do regime de partilha da produção para o de concessão. O que explica assim o recrudescimento das pressões a partir de 2014 sobre o governo eleito do PT. Era o de Aécio Neves (candidato do PSDB derrotado em 2014) o governo que se desejava e queria. E que estaria projetado (sem a necessidade de se recorrer ao impitiman).

#### **4. A importância da cadeia produtiva de óleo e gás e da Petrobrás para o desenvolvimento do Brasil**

O objetivo dessa seção é o de enfatizar a importância do petróleo para a atividade humana no contexto atual. Em consequência, a imprescibilidade da atividade de sua extração. E nesse sentido compreender a importância da Petrobrás para o desenvolvimento do país. Maior empresa da América Latina (uma sociedade de capital aberto criada em 1953, pelo então presidente Getúlio Vargas) responsável por 10% do PIB na economia brasileira (COUTINHO, F.(a), 2018).

O objetivo da Petrobrás para o qual foi criada, o de explorar petróleo em terra firme e/ou em águas profundas da plataforma marítima continental brasileira (recursos offshore).

## 5.1 Reflexões sobre a importância da Petrobrás para o Brasil

Somos herdeiros da maior mobilização popular contemporânea vista no Brasil, a campanha “O Petróleo é Nosso” deflagrada pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Isso garantiu a criação da estatal, as descobertas de petróleo no Brasil e seu amadurecimento industrial.

No momento atual, idealmente, não obstante as dificuldades impostas por um governo neoliberal é preciso compreender a necessidade de empreender um projeto soberano para procurar utilizar as riquezas naturais da cadeia produtiva de óleo de gás em benefício da maioria da população, a partir dos royalties que a atividade gera e resgatar o desenvolvimento da indústria naval para a construção de petroleiros para transportar petróleo cru com vistas a processá-lo nas refinarias do país.

Movimento inverso ao que o governo ilegítimo do presidente Michel Temer está fazendo e que provavelmente encontrará continuidade no governo que se inicia de Jair Bolsonaro.

Ao invés de mirar na agregação de valor para o acionista no curto prazo, deve-se objetivar a segurança energética brasileira (desatrelar o preço dos combustíveis, em especial o preço do diesel, à variação do dólar) e refinar petróleo aqui, agregando valor.

Segundo Coutinho, F. (2018) a presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás/AEPET, o modelo ideal deve buscar preservar: 1° - a integridade corporativa da companhia para garantir geração de caixa e bancar o desenvolvimento da indústria naval; 2° - o desenvolvimento do mercado interno praticamente cativo, grande e com potencial de crescimento, 3° - o direito à operação única no pré-sal.

## 5.2 Ascensão e declínio da indústria naval no Brasil

Esse último item, garantir a operação única do pré-sal pela Petrobrás, é hoje visto como uma quimera dado que seus campos continuam sendo vendidos, após o estabelecimento do regime de concessão para exploração de suas riquezas. Contrariando todos os prognósticos que anteviam o desenvolvimento no país de uma indústria naval competitiva, o que significaria a geração de milhares de empregos, como de fato significou, com a encomenda para construção de centenas de navios petroleiros para a Petrobrás. O Brasil chegou a ter em carteira de uma só vez, a construção de 82 navios após o presidente Lula reativar a indústria naval e o desenvolvimento industrial para o país que isso chegou a representar.

No Nordeste o estaleiro naval de Suape chegou a dar emprego a milhares de trabalhadores da cana-de-açúcar (atividade em declínio) antes de ser desmontado para a surpresa e indignação de todos.

Segundo reportagem recente veiculada em site especializado em indústria naval dá conta de que “embarcações de R\$ 17,6 bilhões enferrujam em estaleiros” no país.

*(...) um cenário melancólico em alguns dos principais estaleiros do país. Eles se tornaram cemitérios de plataformas, sondas e navios. (ORDOÑEZ, R.; ROSA, B., 2018) in: <https://www.naval.com.br> > Home > Indústria Naval 02/09/2018.*

Hoje, com o irresponsável e incompreensível desmonte da indústria naval brasileira, essas encomendas são dirigidas para estaleiros na Coreia do Sul e em Singapura, fora do país. Uma das consequências direta da mudança de exploração do petróleo do pré-sal do regime de partilha para o de concessão.

## **6. Para o regime de concessão se dar era preciso tirar da frente o PT (representado pelos governos de Lula e Dilma)**

A necessidade de tirar da frente o PT como condição para a mudança de regime de exploração do pré-sal explica os sucessivos ataques ao partido dos trabalhadores por todas as fontes possíveis de notícias e instituições da república.

Nunca se presenciou na historia do Brasil um concluiu de forças tão intenso e articulado com o sentido comum em alijar da cena política do país um partido político.

Isso sugere ter começado como teste em 2012, no escândalo do chamado Mensalão (Ação 470 do STF) onde nunca se comprovou ou se encontrou um único deputado sequer que tenha recebido mensalmente nenhum valor.

O que sugere ter de fato acontecido foi uma caracterização de ‘Caixa 02’ que foi à época, tido por ‘escândalo imperdoável’ (muito embora todos os partidos o tenha igualmente praticado sempre, mas nunca investigados). ‘Caixa dois’ é uma prática que acontece quando um doador entrega um valor a uma agremiação política (na época era lícito empresas doarem livremente valores a partido político desde que contabilizados) e pede para não ser identificado. Provavelmente por que vai doar uma quantidade idêntica a um partido adversário. E não quer se expor.

Pode o dinheiro ter origem lícita ou não. Por isso é considerado crime, como de fato o é. E merece por isso ser apurado. Mas isso nunca foi incomum e continua não sendo na política brasileira. É grande hipocrisia tentar negar essa evidência.

Tão comum que hoje se vê para o arrepio da lei, o mesmo crime (Caixa 2) do Deputado Onyx Lorenzoni (Democratas/RS) cotado para Ministro de Estado no novo governo que se inicia, e réu confesso de crime de Caixa 2, sendo ‘perdoado’ pelo titular da operação Lava Jato, Juiz Sérgio Moro tendo declarado em novembro 2018: “ele já admitiu e pediu desculpas”. Como se isso fosse admissível aos olhos da lei.

Demonstrou adotar de flexibilidade em seus critérios sobre a gravidade do uso de Caixa 2, dependendo de quem é o protagonista da ação.

Segundo a reportagem publicada na mídia digital (RevistaForum, 02 nov. 2018) “Vale recordar que Moro, durante palestra realizada na Universidade de Harvard em 2017 afirmou, de forma contundente: Caixa 2 nas eleições é trapaça, é um crime contra a democracia (...) pior que desvio de recursos para o enriquecimento ilícito”.

“Parece que o juiz Sérgio Moro”, segue analisando a matéria, “não é tão incisivo quando se trata de aliados políticos”.

## 6.1 No Pós-impitiman começam os crimes de lesa-pátria contra o Brasil

Em alusão à mudança do modus de exploração do petróleo do pré-sal do regime de partilha para o regime de concessão, tem-se, com base nas manchetes da época, a seguinte cronologia de fatos a partir das manchetes dos principais jornais:

a) Serra propõe revisão no modelo do pré-sal e enxugamento das atividades da Petrobrás - 20 mar. 2015, Site do PSDB / BA. (Em tela o ‘comprometimento’ do Senador José Serra em entregar às multinacionais, o petróleo do Brasil).

b) Projeto de Lei do deputado Mendonça Filho (DEM /PE) que prevê mudança do sistema de partilha para o de concessão (PL 6726/13), poderá entrar em pauta - Câmara Notícias em 14 set. 2015. (Ele nunca havia antes atuado nessa área como parlamentar e provavelmente com ela não tem nenhuma familiaridade. Isso demonstra que havia uma ‘inteligência’ por trás dos parlamentares formatando e entregando projetos prontos para serem convertidos em lei. Note-se a esse propósito, um detalhe: o projeto de Serra havia sido rejeitado em mar. de 2015. Em set. do mesmo ano (2015) um PL idêntico entra de volta em pauta).

c) O pré-sal e a regulação: interesses nacionais ou estrangeiros?

O Jurista Prisco, A. (2017) publica em Carta Capital em 25/10/2017, um importante artigo mostrando as vantagens para o país da manutenção do regime de partilha. Mas a decisão de mudança para o de concessão, já estava tomada).

d) Governo apoia fim do regime de partilha no pré-sal - reportagem de DOCA, G. de O Globo em 26/10/2017.

(Deputado Moreira Franco diz que seria um ‘avanço’; mudança foi defendida por Rodrigo Maia, Presidente da Câmara. ‘Empresários’ consideram a proposta positiva para o setor) - o conluio é poderoso, um fala, o outro endossa.

e) Maia quer votar o fim do regime de partilha no pré-sal - 26/10/2017.

(Folha de SP, em 26.10.2017, reportagem de Pamplona, N. : o deputado Rodrigo Maia Presidente da Câmara dos Deputados, quer votar o fim do regime de partilha no pré-sal).

f) Maia vai pautar o fim da partilha da produção - E&P Brasil

(Marcel, F. da E&P Brasil na edição de 26/10/2017 anunciou que o presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia (DEM/RJ), vai pautar na Câmara a discussão sobre o fim do modelo de partilha da produção de petróleo no país).

Pautou...!

Vê-se aqui as articulações parlamentares imediatamente pós-impitiman para a entrega de pré-sal às empresas multinacionais da cadeia produtiva de óleo e gás, em detrimento do desenvolvimento da nação.

## 6.2 A luta pela mudança do regime de exploração do pré-sal de ‘partilha’ para o de ‘concessão’ começa muito antes, em 2009.

Para o regime de concessão se dar era preciso tirar da frente o governo de bem-estar-social implantado pelo PT na gestão dos governos Lula e Dilma, essa, a hipótese defendida nesse ensaio para ser comprovada.

Com efeito, em uma série de importantes artigos publicados por Carta Capital (25/10/2017) sobre a pertinência das regulamentações para exploração do pré-sal no Brasil lê-se que:

*Sob a égide do regime da partilha e da cessão onerosa (outro regime não analisado aqui nesse ensaio - grifos nossos), a perspectiva era de que uma parcela maior da riqueza do pré-sal tivesse como destinação o financiamento de gastos sociais e o apoio ao desenvolvimento das atividades produtivas nacionais, com a Petrobras assumindo a função de grande articuladora desse processo. Como anota o segundo artigo desta série, não restou dúvidas de que, após a aprovação desse novos regimes exploratórios, houve uma grande ofensiva dos grandes produtores globais de petróleo para inviabilizar a efetivação dessas leis. Desde reuniões e acordos*

*com políticos de partidos de oposição, passando pela redefinição dos planos energéticos de vários players internacionais, observou-se uma incessante atuação de empresas e países interessadas no pré-sal para a alteração dos marcos regulatórios visando facilitar sua entrada na exploração e produção dessas áreas. (CARTA CAPITAL, 25/10/2017).*

Vejamos para reforçar essa tese a seguinte cronologia de fatos apresentada em uma publicação do Jornal GGN do jornalista Luiz Nassif.

### 6.2.1 Cronologia de fatos correlacionados

Segundo Coutinho, F. (2018)<sup>b</sup> em publicação de GGN têm-se a seguinte cronologia de fatos correlacionados ocorridos no espaço de dez anos no país (2006 - 2016) com ligações diretas com a articulação de ações de longo prazo para afastamento do partido dos trabalhadores à frente da política de desenvolvimento do país.

Já no segundo mandato do presidente Lula ensaiou-se uma tentativa de impitiman de seu governo abortada pela rápida articulação do Presidente Lula junto ao Sindicato dos Metalúrgicos no ABC Paulista que logo hipotecaram seu apoio prometendo sair às ruas. Não havia à época estrutura montada em articulação com instituições federais, como se mostrou existir na contemporaneidade, que permitisse ação de tal envergadura. O presidente saiu do governo com uma aprovação de 87%. E elegeu por dois mandatos consecutivos sua ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Analisemos a cronologia:

- a) Anúncio da descoberta do pré-sal - em 2006 (final do primeiro e início do segundo mandato do Presidente Lula);
- b) Primeira extração do pré-sal, em Tupi (atual Lula) - novembro de 2007;
- c) Roubo dos notebooks e HD's da Petrobras - janeiro de 2008;
- d) Reativação da Quarta Frota dos EUA - abril de 2008;
- e) Lei da Partilha do pré-sal - 08/2009 (aqui começam as articulações internacionais para sua revogação e a decisão de retirar da frente o PT, criminalizando-o);
- f) EUA treinam agentes judiciais brasileiros - outubro de 2009 (Juiz Sérgio Moro e o Procurador Rodrigo Janot fazem curso nos USA no Departamento de Justiça sob os auspícios do FBI sobre como utilizar a 'Justiça' para 'combate à corrupção' no país);

- g) Reunião da Executiva da Chevron (antiga TEXACO) no consulado dos EUA sobre a reversão da Lei da Partilha - dezembro de 2009;
- h) Protestos de junho de 2013 ('passe livre', 'não vai ter copa', 'vem prá rua' 'quero me defender'... ligações com o Instituto Millenium?);
- i) Brasil e Petrobrás são alvos da espionagem dos EUA -2013 (notícias jornalísticas);
- j) Operação Lava Jato e "Cooperação Internacional" (de toda evidência sem passar pelo Ministério da Justiça) - março de 2014;
- k) Golpe do impeachment da presidenta Dilma Rousseff - maio de 2016;
- l) Temer assume agenda das multinacionais do petróleo - a partir de maio de 2016 (ação quase imediata, ainda um governo provisório);
- m) Nova política de preços da Petrobras: exportação de petróleo cru, importação de derivados com desmonte das operações de refino no país /out. 2016 (que culminou com a greve dos caminhoneiros em 2018 pelos aumentos sistemáticos nos preços do óleo diesel).

Só não entende o significado dessa cronologia de fatos correlacionados quem não quer entender de jeito nenhum!

### **6.2.2 Operação Lava Jato (instrumento utilizado para dominação do pré-sal com desmonte da engenharia pesada nacional)**

Em recente vídeo veiculado em maio de 2018 a filósofa Marilena Chauí faz a denúncia sobre como o Juiz Sérgio Moro titular da operação jurídico-policial conhecida como Lava Jato, utilizando-se do instituto da guerra jurídica ou Lawfare está destituindo o pré-sal enquanto riqueza nacional, entregando-o às multinacionais da cadeia produtiva de óleo e gás, destruindo a Petrobrás, a engenharia pesada nacional notadamente a civil, mas também a naval, a nuclear e a aeronáutica e de resto por corolário, destruindo a economia do país.

A engenharia civil, com a criminalização promovida contra as principais empreiteiras do país, notadamente a Odebrecht. Em tempos normais uma vez uma empresa pega em atividades ilícitas, os executivos envolvidos eram quem respondiam pela ilicitude e as atividades da empresa continuavam visto que uma empresa (pessoa jurídica) não deve responder criminalmente por erros de seus componentes. A empresa tem uma função social a cumprir antes de sua função de gerar lucro para seus diretores e/ou acionistas. A



de gerar emprego. E como tal deve ser preservada.

No caso do Brasil as empresas da construção civil envolvidas foram obrigadas a paralisar suas atividades comerciais, envoltas que foram em escândalos financeiros com depreciação de sua imagem, ligado-as a financiamentos de políticos em campanha eleitoral. Essa visão provocou o desmonte da engenharia pesada nacional, o que foi devastador para a economia. O Rio de Janeiro que vivia dos impostos pagos pelas empresas da cadeia produtiva de óleo e gás principalmente, com a paralisação das atividades dessas empresas, praticamente a economia desse estado entrou em fase pré-falimentar encontrando-se nessa condição até os dias atuais. E por consequência (mas também por deliberação determinada pelo atual governo Michel Temer) houve um desaquecimento da nascente indústria de construção naval brasileira, fato já comentado nesse ensaio.

A engenharia nuclear nacional foi também golpeada pela operação Lava Jato com a prisão injustificável do Almirante Othon, engenheiro naval, mecânico e engenheiro nuclear (conhecido como o pai do Programa Nuclear Brasileiro), criador de um processo inovador de enriquecimento de urânio. Cobiçado pelos Estados Unidos e que agora já deve estar tendo acesso a essas informações sigilosas e privilegiadas, um verdadeiro segredo de estado, entendido como patrimônio da engenharia nacional. Esse processo estava sendo usado para a construção do primeiro submarino nuclear brasileiro para patrulhar a plataforma continental precisamente onde se encontra o pré-sal, levado a cabo justamente pela empresa de engenharia Odebrecht, duplamente golpeada nesse caso pela ação perniciosa para a economia da nação, da operação Lava Jato do Juiz Sérgio Moro.

Recentemente, a Embraer orgulho nacional na construção aeronáutica foi também vendida para a Boeing, ela que era seu principal concorrente no campo das aeronaves de pequeno e médio portes.

Com esse desmonte dir-se-ia, promovido de maneira intencional, sem nenhum resguardo sobre o que isso possa significar para a economia brasileira em termos de supressão de empregos na economia, foi levado a cabo pelo Juiz Sérgio Moro à frente da operação que comanda.

O efeito mais grave de todos eles, engendrado pela operação Lava Jato, foi a fragilização da soberania do país, provocada com a perda consequente do controle do pré-sal.

Sobre esse contexto vamos lançar mão das palavras da filósofa Marilena Chauí (2018) no vídeo citado, como se segue (transcrição literal do vídeo).

*A operação Lava Jato não tem nada a ver com a moralização da Petrobrás. A operação Lava Jato é para tirar de nós, o pré-sal.*

*Por que isso ficou claro para mim? Por que Sérgio Moro foi treinado nos EEUU pelo FBI para realizar essa operação. E nós sabemos que as chamadas seis irmãs do petróleo, lutaram pelo pré-sal desde a descoberta dele.*

*E os governos petistas, em particular a presidente Dilma, fizeram “pé firme” em relação ao pré-sal como soberania nacional.*

*Ele recebeu um treinamento que é característico do que o FBI fez no “Macarthismo” (Senador norte-americano Joseph McCarthy que incentivou a deleção de artistas supostamente ‘comunistas’ em Hollywood por colegas de trabalho - grifos nossos) e fez depois de 11 de setembro, que é a intimidação e a delação.*

*Por que esse tipo de comportamento? Porque as chamadas seis irmãs, não são brincadeira de criança. Nós sabemos que eles desestabilizaram o oriente médio por causa do petróleo, desestabilizaram os Bálcãs por causa do petróleo e dos minérios, desestabilizaram a Venezuela e evidentemente o grande alvo era desestabilizar o Brasil por causa do pré-sal.*

*Então, a operação Lava Jato é, vamos dizer, o prelúdio da grande sinfonia de destruição da soberania brasileira para século XXI e XXII. Nós não podemos permitir que isso aconteça. E, no entanto, o que é admirável, extraordinário, é que com um mês de governo provisório, Temer e o Serra vão passar o pré-sal privatizado para as empresas norte-americanas.*

*Eles estão destruindo a economia brasileira, eles estão destruindo a soberania brasileira e eles estão comprometendo as gerações futuras de brasileiros.*

*Não é uma operação comercial. É uma operação de GEOPOLÍTICA. É uma operação de destruição da construção de uma república e de uma democracia e a tentativa de destruir o lugar que o Brasil construiu como líder dos BRICS. Portanto, como líder das economias emergentes...(Chauí, M., 2018).*

E segue o vídeo com mais umas duas ou três frases. Mas o essencial foi dito.

## Considerações Finais

Tudo o que aconteceu no Brasil (golpe parlamentar culminando com o impeachment da presidenta Dilma, a mudança de regime de exploração do pré-sal de partilha para o de concessão...) conforme ficou constatado, tudo está ligado à ambição de domínio das reservas de Petróleo do pré-sal como garantia para implantação de um governo de inspiração neoliberal e sua doutrina de Estado Mínimo.

Com o controle do pré-sal e o consequente regime de concessão SE DANDO vem todo o resto. O resto, a pauta neoliberal, significando: a) o desmantelamento dos bancos públicos, b) a privatização das universidades públicas, c) a privatização da saúde pública

(PEC 55), d) a precarização do SUS, e) o fim das UPAS, f) a venda da Eletrobrás, g) reformas trabalhista e previdenciária, h) desmonte das políticas públicas - 'minha casa minha vida', 'bolsa família', 'PRONAF', fechamento do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário... tudo, vem por gravidade, depois.

A pergunta a se fazer é, por que acontece tudo isso? Por que dismantelar o que estava dando certo para o país?

Buscando resposta a essa questão de fundo, considerando a importância do petróleo para a economia mundial (geopolítica do petróleo) podemos dizer que o Brasil sofreu literalmente um golpe nos moldes e propósitos de uma "PRIMAVERA ÁRABE", alavancada pela operação Lava Jato.

As principais razões e motivação para seu engendramento, a subordinação do Brasil os interesses estrangeiros face ao protagonismo que estava desempenhando no mundo.

Os quatro macro-fatores, segundo se entende, mais importantes que explicam esse cerceamento, são:

1) Domínio das reservas energéticas do pré-sal (representa a nível hipotético, 65% de tudo o que ocorreu no País). Reservas da ordem de 27,6 trilhões de dólares (fator já visto);

2) Vem junto, a implantação da agenda neoliberal: uma tendência a hora atual com a substituição do governo de 'bem-estar-social' (Keynesiano) implantado pelos governos do PT por um de inspiração neoliberal professando a doutrina de Estado Mínimo' (+20% → somando 85% do total. Fator também já analisado).

Como novos fatores e não abordados nesse ensaio, demandando portanto futuros estudos, citam-se:

3) Ameaça dos BRICS: Inclinação à comercialização do petróleo com moeda estrangeira (saindo da influência dos petrodólares), fato que os EUA tanto buscou evitar mas que já está ocorrendo a partir da China e da Rússia (digamos +10% → somando 95% do fenômeno a explicar)

4) A posição do Brasil como potência emergente e a liderança exercida na América Latina com estruturação independente do bloco MERCOSUL (+5% atingindo os 100% da motivação para a desestabilização).

Com isso fecha-se assim o percentual restante da variância total explicada da motivação para a desestabilização da economia nacional no governo Dilma Roussef em 2016 provocada pelas forças internas e externas do neoliberalismo mundial.

Por seu turno, a pro-atividade do STF corroborando para os acontecimentos se consolidarem conforme tudo se passou, pode ser medida em um jantar oferecido em 30/01/2018 pelo site ‘Poder 360°’ à Ministra Carmen Lúcia presidente da Instituição à época:

A Ministra Carmen Lúcia autoridade máxima da Justiça brasileira disse nesse jantar organizado em sua homenagem, que o órgão (STF) “se apegaria se debatesse agora a regra da prisão após segunda instância. Porque isso beneficiaria Lula”. Curvando-se ao que os executivos foram ali para ouvir.

E aí prende-se um ex-presidente ilegalmente! Os Guardiões da Constituição abandonando a própria Constituição.

Segue a lista de convidados para livre reflexão...

Estiveram presentes os seguintes executivos:

- André Araújo (presidente da Shell no Brasil),
- Flávio Ofugi Rodrigues (chefe de Relações Governamentais da Shell),
- Tiago de Moraes Vicente (Relações Governamentais da Shell),
- André Clark (presidente da Siemens no Brasil),
- Camilla Tápias (vice-presidente de Assuntos Corporativos da Vivo),
- Wagner Lotito (vice-presidente da Siemens América Latina),
- Victor Bicca (diretor de Relações Governamentais da Coca-Cola Brasil),
- Camila Amaral (diretora jurídica da Coca-Cola Femsa),
- Júlia Ivantes e Delcio Sandi (Relações Institucionais da Souza Cruz) e
- Marcello D’Angelo (representante da Q&A Associados).

Segundo a mesma fonte, no início de 2017 Cármen Lúcia havia se reunido com empresários para “discutir” direitos trabalhistas. A Presidente do Supremo em meio às discussões no Congresso, julgou apropriado se reunir apenas com empresários representantes de grandes corporações para “discutir” questões ligadas ao trabalho.

Nenhum sindicato fora convidado pela Ministra para discutir um problema (Reforma Trabalhista) que lhe diz respeito, diretamente.

Como visto o golpe é amplo, elitista e excludente!

A arrestação do presidente Lula e o impedimento de sua candidatura à Presidente

da República pelo TSE em 2018 completa o ciclo do impeachment.

Resta aguardar para se ter uma ideia mais nítida dos limites da irresponsabilidade que fizeram com o futuro destino da nação.

Dentro de uma visão democrática o tempo é de resistência para reaglutinação de forças. A tirania é autofágica, não tendo competência para se estabelecer.

O tempo escreverá essa história.

Recebido em: 02 de maio de 2019.

Aprovado em: 13 de maio de 2019

## Referências

ACHINSTEIN. Método de abordagem e de procedimento: texto complementar, PDF, 2005. Disponível in: <[www2.videolivrraria.com.br/pdfs/14017.pdf](http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/14017.pdf)> , Acesso: 28/12/18.

CALDAS, P. Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Histórica: Reflexões sobre uma Experiência Didática, Revista de Teoria da História, Universidade Federal de Goiás, Ano 1, N° 3, jun./ 2010, pp. 8-18.

CARTA CAPITAL, 2017 (Análises sobre a importância das regulamentações no Brasil para exploração do pré-sal). Disponível in: (<https://www.cartacapital.com.br/economia/o-pre-sal-e-a-regulacao-interesses-nacionais-ou-estrangeiros>)

CARTA CAPITAL, 2018 (Carmen Lucia presidente do STF é convidada principal de jantar com grandes corporações). Disponível in: (<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/01/30/Carmen-lucia-presidente-do-stf-e-convidada-principal-de-jantar-com-grandes-corporacoes/>)

CHAUI, M. (Vídeo sobre a verdadeira face da Operação Lava Jato e suas consequências para a economia e soberania nacional). Site Nocaute, 2018. Disponível in: <https://www.youtube.com/watch?v=0qQfOUstUO4>; Acesso em 18/05/2018.

COUTINHO, F., 2018(a) A energia é o meio e a Petrobrás é a chave para o desenvolvimento do Brasil, Rio de Janeiro: Associação dos Engenheiros da Petrobrás /AEPET, 2017 Disponível in: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/306576/A-energia-%C3%A9-o-meio-e-a-Petrobras-%C3%A9-a-chave-para-o-desenvolvimento-do-Brasil.htm> , Acesso: 10.05.2018

COUTINHO, F., 2018(b) Eventos históricos da disputa pelo pré-sal e a renda petroleira, Jornal GGN, 2018. Disponível in: <https://jornalggm.com.br/noticia/eventos-historicos-da-disputa-pelo-pre-sal-e-a-renda-petroleira-por-felipe-coutinho>). Acesso: 25/05/18.

DE LUCE, D. The spectre of Operation Ajax, The Guardian, 20. Ago. 2003 BST. Disponível In: [tps://www.theguardian.com/politics/2003/aug/20/foreignpolicy.iran](https://www.theguardian.com/politics/2003/aug/20/foreignpolicy.iran) ; acesso em 18/04/2018 (Dan de Luce - Guardian's correspondent in Tehran).

DOCA, G. Governo apoia fim do regime de partilha no pré-sal. O Globo Economia, 26.10.2017. Disponível in: <https://oglobo.globo.com/economia/governo-apoia-fim-do-regime-de-partilha-no-pre-sal-21996556>

HITT, M. et alli. Administração Estratégica. 10° ed. (tradução), São Paulo: Cengage Learning, 2014.

JONES, C. ; CHAVES, H. Pré-sal do Brasil contém 176 bilhões de barris de petróleo e gás.

Estudo do Instituto Nacional de Óleo e Gás /UERJ, 2015. Disponível in: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/pre-sal-do-brasil-contem-176-bilhoes-de-barris-de-petroleo-e-gas-diz-estudo.html>; Acesso em 24/12/2015.

KARL, Popper. A lógica da pesquisa científica, (1ªed. 1934), 2ªed. SP: Editora Cultrix, 2013.

LIVRE PENSAMENTO. O método hipotético-dedutivo. Disponível in: <https://livrepensamento.com/2013/10/01/o-metodo-hipotetico-dedutivo/> Acesso: 28/12/2018.

LOPES, M. S. “Operação Ajax”: Como a América mudou o mapa do Médio Oriente em 1953. Publicado em 2003. Disponível in: <https://www.publico.pt/2003/02/06/jornal/operacao-ajax--como-a-america-mudou-o-mapa-do-medio-oriente-em-1953-197911>; Acesso: 09/08/2018.

MARCEL, F. Maia vai pautar o fim da partilha da produção, E&P Brasil, em 26. 10. 2017. Disponível in: <https://epbr.com.br/maia-vai-pautar-o-fim-da-partilha-da-producao/> ; Acesso: 29.12.2018

MARQUES, E. R. Técnicas de ensino aplicadas em disciplinas do curso de ciências contábeis com ênfase gerencial: uma análise do desempenho ante aos objetivos da aprendizagem. Dissertação defendida /PPGC, Programa de Pós-Graduação em Controladoria /UFRPE, 2017.

MORAES FILHO, R. Geopolítica do Petróleo. Apontamentos de aula ministrada no Curso de Especialização: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil, Deciso /UFRPE, mai. /2018, 2018.

NETO, Lira. Getúlio (1945-1954): Da volta pela consagração popular ao suicídio, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ORDOÑEZ, R.; ROSA, B. Embarcações de R\$ 17,6 bilhões enferrujam em estaleiros, Home Indústria Naval, 2018. Disponível in:

<https://www.naval.com.br/blog/2018/09/02/embarcacoes-de-r-176-bilhoes-enferrujam-em-estaleiros/> Acesso: 10/10/2018.

PAMPLONA, N. Maia quer votar fim de regime de partilha no pré-sal, Folha Digital, out. 2017. Disponível in: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1930435-maia-quer-votar-fim-de-regime-de-partilha-no-pre-sal.shtml>. Acesso: 29.12.2018

PL 6726/13 (Deputado Mendonça Filho /DEM-PE), Câmara Notícias, 2013. Disponível in: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/496020-PROJETO-PROPOE-QUE-EXPLORACAO-NA-AREA-DO-PRE-SAL-SEJA-FEITA-SOB-REGIME-DE-](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/496020-PROJETO-PROPOE-QUE-EXPLORACAO-NA-AREA-DO-PRE-SAL-SEJA-FEITA-SOB-REGIME-DE)

CONCESSAO.html ; Acesso 12/10/2018

PRISCO, A. O pré-sal e a regulação: interesses nacionais ou estrangeiros? Carta Capital (Economia), 25. 10. 2017. Disponível in: <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-pre-sal-e-a-regulacao-interesses-nacionais-ou-estrangeiros>

REVISTA FÓRUM: Sobre Caixa 2 de Onyx, Moro disse: “Ele já admitiu e pediu desculpas, Revista Fórum, nov. 2018: Disponível in: <https://www.revistaforum.com.br/sobre-caixa-2-de-onyx-moro-disse-ele-ja-admitiu-e-pediu-desculpas/>, Acesso: 09.11.2018).

SADOWSKI, Y. O destino do petróleo Iraquiano, Le Monde Diplomatique, 01 de Abril de 2003 (Acervo On-Line). Disponível in: <https://diplomatique.org.br/o-destino-do-petroleo-iraquiano/>; Acesso em 24/12/2018.

SAUER, I.; RODRIGUES, L. A. Pré-sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios. Estudos Avançados, vol.30, no.88, Sept./Dec. 2016, USP /São Paulo, 2016.

SERRA, José (Propõe revisão no modelo do pré-sal e enxugamento das atividades da Petrobrás - da Assessoria do Senador), Site PSDB/BA, 2017. Disponível in: <http://www.psdb.org.br/ba/serra-propoe-revisao-no-modelo-do-pre-sal-e-o-enxugamento-das-atividades-da-petrobras/> ; Acesso: 29/12/2018

TAVARES, M. O. Getúlio Vargas na Ótica do Jornal O Globo (1953-1954); XVIII Encontro de História e Parcerias da Anpuh, Anais..., realizado de 23 a 29 de Julho de 2018, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2018. Disponível in: [https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529329986\\_ARQUIVO\\_GetulioVargasnaOticadoJornalOGlobo1953-1954.pdf](https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529329986_ARQUIVO_GetulioVargasnaOticadoJornalOGlobo1953-1954.pdf). Acesso 24.12.2018).

WIKIPÉDIA - Enciclopédia Livre /Estaleiro, 2018. Disponível in: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Estaleiro>; Acesso em 23/12/2018.



## NO TUCANOBANAQUISTÃO VALE A LEI DO TORQUEMADA

GILBERGUES SANTOS SOARES<sup>34</sup>

*“Quando os nazistas levaram os comunistas, calei-me porque não era comunista. Quando prenderam os sociais-democratas, calei-me porque não era social-democrata. Quando levaram os sindicalistas não protestei porque não era sindicalista. Quando levaram os católicos e judeus não protestei porque não era católico nem judeu. Quando me levaram, não havia mais quem protestasse”. Poema “E não sobrou ninguém” - Martin Niemöller, teólogo luterano alemão*

### RESUMO

Neste artigo analiso o fato de que não somos mais uma sociedade democrática, se é que já fomos algum dia, mesmo que ainda não se possa afirmar que vivemos numa ditadura. Mostro como e porque caminhamos para voltar a um regime de força mesmo usando procedimentos democráticos. Questiono porque tantos brasileiros preferem viver numa ditadura e lanço mão de exemplos históricos para iluminar a discussão.

**Palavras-Chave:** Ditadura, Golpe, Democracia

### AT “TUCANOBANAKISTAN”, IT IS THE TORQUEMADA LAW THAT COUNTS

### ABSTRACT

In this article, I analyze the fact that we are no longer a democratic society, if we have ever been, even if it still can't be said that we live in a dictatorship. I demonstrate how and why we seem to be returning to a regime of force while using democratic procedures. I question why so many Brazilians prefer to live in a dictatorship and use historical examples to illuminate the discussion.

**Keywords:** Dictatorship, Coup, Democracy

Este artigo contaria a incrível história de um magistrado que ordenou a prisão de um jornalista para forçá-lo a revelar suas fontes. Contaria?! É que tenho lá meus receios de ser, também, conduzido a um lugar que nunca quis ir. Em um mundo em que ditaduras foram e são comuns porque a condução coercitiva de um jornalista mereceria atenção? Porque o fato ocorreu numa democracia não numa ditadura. O caro leitor me desculpe, mas aqui não falarei do Brasil e sim da República do Tucanobanaquistão, remotamente localizada num subcontinente qualquer de um mundo que cada vez mais questiona se a

<sup>34</sup>. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. gilbergues@gmail.com <http://gilberguessantos.blogspot.com/>

democracia deve mesmo ser seu sistema hegemônico.

Que pessoas sejam presas, à revelia de seus direitos, em Estados autoritários como a Alemanha nazista ou a União Soviética stalinista é algo ululantemente óbvio. Mas, quando isso acontece no sistema tucanobanaquistas, que emula procedimentos democráticos, aí temos algo para analisar. Mas, e por isso mesmo, não falarei da repressão político-policial, disfarçada de condução coercitiva legal, a que foi submetido (em 21/03/2017) o jornalista brasileiro Eduardo Guimarães<sup>35</sup> a partir da vontade unilateral de um juiz (de primeira instância) que agia como se fosse o único poder em exercício no país.

Arrimado em promotores adestrados e na Polícia (política?) Federal, em seguidores mentecaptos e celebridades descerebradas, em setores raivosamente reacionários da mídia e do evangelismo neopentecostalista, além da classe média<sup>36</sup> saudosa dos tempos da ditadura militar (que vê a corrupção petista como problema único do país) o Juiz Sérgio Moro testava os limites da democracia ao ferir de morte a liberdade de expressão, pilar dos sistemas políticos pós-iluministas. Dito de outra forma, pretendia normatizar atos que são próprios das ditaduras. Moro, um Torquemada<sup>37</sup> dos dias de hoje, ignorou que o sigilo da fonte é garantia constitucional ao prender um jornalista para que este, intimidado, revelasse suas fontes. Entendo os motivos que levam um ditador a querer saber as fontes de um jornalista, mas porque um juiz de um sistema democrático também quereria?

O fato é que o Juiz Moro mandou prender o jornalista Guimarães para que este revelasse que fontes teriam lhe informado sobre a ação que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal desfechariam contra o ex-presidente Lula. Abusando de sua autoridade, Moro ordenou que documentos e equipamentos de trabalho (celulares, notebook e pendrives) do jornalista fossem apreendidos. Como nada é tão ruim que não posso piorar, a assessoria de imprensa do Juiz Moro disse que Guimarães não poderia ter o direito (de resguardar fontes) garantido por simplesmente (SIC) "... não ser um jornalista". Ou seja, o inquisidor-mor da justiça do Tucanobanaquistão decidiu até mesmo a profissão daqueles que pretendia atingir com seu senso de justiça distorcido da realidade.

E já é tempo de lembrar que a "pena" aplicada ao jornalista foi a mesma imposta a Lula, em março de 2016, quando foi levado coercitivamente para o Aeroporto de Congonhas

35. Eduardo Guimarães é editor do "Blog da Cidadania". Este fato teve ampla repercussão na imprensa nacional e internacional. Em 22 de março de 2017 o jornal El País tratou da questão na reportagem "Caso de blogueiro reacende debate sobre métodos da Lava Jato". A matéria mostra que direitos constitucionais foram violados e fala dos casos de vazamentos à imprensa de material sobre a Operação Lava Jato.

36. A classe média que aqui me refiro é a chamada "pequena burguesia" que Karl Marx apelidava de "classe perigosa". É a que sonha em fazer parte da burguesia, mas tem que lidar com a possibilidade real de ser "rebaixada" para a classe dos trabalhadores. Como mostra Marilena Chaui: "(...) encontra-se fora do núcleo central do capitalismo: não (é) detentora do capital nem dos meios sociais de produção e não (é) a força de trabalho que produz capital". Chaui, Marilena "A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo". In: Jinkings, Ivana. "Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil". SP: Boitempo, 2016. (pag. 16).

37. O frade dominicano espanhol Tomás de Torquemada foi inquisidor Geral da Santa Inquisição, no século XV, nomeado pelo Papa Inocêncio VIII. Caçava impiedosamente judeus, mouros, hereges, bruxas, homossexuais, bigamos, etc. Prendia pessoas baseado em falsas denúncias e/ou provas de frágil sustentação e tinha especial predileção em presenciar interrogatórios, a base de torturas e açoitamentos, enquanto sussurrava suas preces.

em São Paulo para confessar crimes que não teria cometido. A condução coercitiva foi um modo de lidar com adversários do regime implantado com o golpe jurídico-legislativo-midiático que sacou a presidente Dilma Rousseff de seu cargo.

Não por acaso, o Ministro do STF Marco Aurélio Mello assim se referiu a este procedimento numa reportagem de “O Globo” em 04/03/2016: “Condução coercitiva? O que é isso? Eu não compreendi. Só se conduz coercitivamente, ou, como se dizia antigamente, debaixo de vara, o cidadão que resiste e não comparece para depor. Eu só concebo condução coercitiva se houver recusa do intimado para comparecer”. Corroborando com essa ideia Fernando Hideo, advogado de Eduardo Guimarães, afirmou (na citada matéria do Jornal El País) que “arbitrariedades estão claras, pois houve a condução sem intimação prévia e a violação do sigilo da fonte”.

Lula não foi sequer intimado até aquele dia. Guimarães não opôs reação que justificasse sua prisão. A condução coercitiva é prevista no Código de Processo Penal apenas para os que não atendem convocação para depor e não justificam a ausência. Ao que parece o Torquemada ordenava que se conduzisse, debaixo de vara, os que lhe causavam algum constrangimento. Interessa ver que muitos dos listados na Operação Lava Jato estavam livres, leves e soltos em que pese listas que pululavam por aí, como a do Ministro Edson Fachin do Supremo Tribunal Federal.

Imperava no Tucanobanaquistão a máxima brasileiríssima de que “para os amigos tudo, para os inimigos os rigores da lei”. É esta instituição informal, incrustada em nossa cultura política, que faz a justiça brasileira agir de forma seletiva. Para os adversários do regime aplicava-se a lei com toda sua rigorosidade em ebulição. Já para os amigos, aliados e cúmplices de setores da justiça e de um governo ilegítimo, posto que usurpou o poder, se oferecia o benefício da dúvida, se permitia que os acusadores abrissem mão do ônus da prova, se dava todos os prazos possíveis e imaginários e, fundamentalmente, se garantia o tal foro privilegiado, prova cabal de que nossa desigualdade é não apenas social-econômica como também político-jurídica.

Um exemplo, apenas, disso é que o Ministério Público Federal citou, em suas alegações finais em um dos processos em que o ex-presidente Lula é réu, o depoimento do empreiteiro da OAS Léo Pinheiro nada mais nada menos do que sessenta (60) vezes para assim tentar dar credibilidade a argumentação a favor da condenação de Lula.<sup>38</sup> Num esforço hercúleo, o MPF e o Juiz Moro agiram apressadamente a tempo legal de condenar Lula para que ele ficasse impedido de ser candidato a presidente nas eleições de 2018.

Estaria Sergio Moro inspirado nos métodos tirânicos de Stálin que usava a legislação

38. “Procuradoria cita relato de Léo Pinheiro 60 vezes para pedir condenação de Lula”. Folha de São Paulo, 28 de junho de 2017.

ao seu dispor para perseguir e dar cabo de seus opositores? Em 1934, quando do assassinato do líder bolchevique Serguei Kirov, os acusados foram julgados e condenados a partir de uma lei (instituída por Stálin no dia da morte de Kirov) que permitia aos réus um prazo de 24 horas para se inteirarem das acusações que lhes pesavam as costas.

Em “Quem matou Kirov?”<sup>39</sup>, Amy Knight mostra que essa lei, nada democrática, “permitia uma audiência a portas fechadas sem a assistência de um advogado de defesa e autorizava o tribunal a levar a efeito imediatamente a sentença de morte”. Eduardo Guimarães foi levado para a sede da Polícia Federal em São Paulo e obrigado a iniciar seu depoimento sem a presença de seu advogado.<sup>40</sup> Percebam as semelhanças, pois os sistemas políticos autoritários tomam uns aos outros por modelo.

Ancorado neste instrumento, Stálin iniciou o “grande expurgo” que o permitiu se livrar dos que de alguma forma lhe ameaçavam. Stálin estava acima e além do Estado e da sociedade, mas isso não o impediu de buscar dar ares de legalidade para os crimes que perpetrava. Parece ser isso que setores da justiça brasileira tem feito: perseguem, acoçam, punem os que consideram seus adversários sempre baseados em artifícios legais, a exemplo das tais delações premiadas que sofrem solução de credibilidade na medida em que beneficiam os que aceitam denunciar alguém por suas culpas.<sup>41</sup> Sempre lembrando que no Tucanobanaquistão delatores, promotores e juízes baseavam suas incriminações em meras convicções, nunca em provas.

Sempre se poderá dizer que a justiça brasileira não é igual a dos sistemas totalitários da metade do século XX, que aniquilava seus adversários, mas é preciso que saibamos que em geral os Estados não democráticos instalam seus sistemas repressivos de forma gradual em processos que podem durar anos. Primeiro, se utilizam do ordenamento jurídico existente para controlar a oposição; depois fazem mudanças na Constituição para que possam cercear as liberdades democráticas e condenar os divergentes.

O passo seguinte é o Estado conseguir conviver com procedimentos democráticos e entulhos autoritários. O estágio final da escalada repressiva é quando o governo resolve que seus adversários devem morrer. Será que a República do Tucanobanaquistão caminhará para isso? Eis o ato discricionário que pôs em xeque a já debilitada democracia procedural do Brasil, digo do Tucanobanaquistão. A forma como o judiciário lidou com a liberdade de expressão de alguns setores da imprensa, e até do próprio cidadão, faz lembrar, guardando

39. Knight, Amy. Quem matou Kirov? O maior mistério do Kremlin. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

40. No Blog da Cidadania (<http://www.blogdacidadania.com.br/2017/03/como-se-deu-minha-prisao-e-o-interrogatorio/>) pode-se ler o relato completo de como se deu a prisão e o interrogatório de Eduardo Guimarães como no seguinte trecho: “Chegamos à sala do delegado que me interrogou. Eu já não tinha mais telefone, já não tinha mais como me comunicar. O delegado iniciou o interrogatório sem a presença de qualquer advogado”.

41. Existe uma clara percepção no país que a delação premiada virou moeda de troca para os que são aprisionados na sede da PF em Curitiba. Pessoas envolvidas na Operação Lava Jato, detidas a mais de um ano, só conseguiriam responder as acusações em liberdade caso aceitassem delatar (com ou sem provas) inimigos, não declarados, dos membros do MPF no Estado do Paraná.

as devidas proporções históricas, a Alemanha nazista.

Em 1933 Adolfo Hitler foi ungido chanceler (1º ministro) da Alemanha após seu Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães ter obtido, nas eleições de julho de 1932, 13,5 milhões de votos que lhe renderam 230 cadeiras no Reichstag (parlamento). Tal era a força dos nazistas que o partido da social democracia, que ficou em segundo lugar, obteve apenas 8 milhões de votos e 133 cadeiras. Hitler utilizou procedimentos democráticos para chegar ao poder e instalar sua ditadura totalitária. Claro, contou com a simpatia de mais da metade da sociedade alemã que não se interessava pelos dilemas da democracia e pedia um regime de força que tirasse a Alemanha da crise que a assolava.

Ainda em 1933, Hitler passou a eliminar elementos democráticos que lhe criavam embaraços. Assim, submeteu todos os meios de comunicação à Câmara de Radiodifusão do Ministério da Propaganda do Reich cujo chefe era Josef Goebbels que dizia: "... temos que educar os ouvintes para a aceitação de nosso ideário". Quando a Segunda Guerra Mundial começou, os alemães foram proibidos de acessar transmissões de emissoras de rádio de países inimigos. O cidadão alemão que infringisse essa norma era preso, declarado inimigo do Reich, entregue a Gestapo (polícia secreta do Estado) e podia até ser fuzilado.

Em menos de um ano, Hitler se livrou de quase todos os jornais e rádios que lhe faziam oposição. Um bom exemplo disso foi o jornal de Munique Münchener Post que entre 1920 e 1933 se opôs a ascensão do totalitarismo nazista. Os editores desse jornal não suportavam Hitler e alertavam a população para os perigos que (SIC) "o demônio de bigodinho e sua corja nazista representam para a humanidade". O Münchener<sup>42</sup> teve coragem de denunciar a "solução final da questão judaica". Pagou caro por essa ousadia, pois foi extinto em 1933. Apenas duas semanas após Hitler se tornar chanceler, o jornal foi invadido por soldados da SS nazista e totalmente destruído.

Não dá para saber se o Juiz Sergio Moro conhecia os procedimentos que tolham as atividades da imprensa alemã que se opunha a ditadura nazista, mas as coincidências estão a mostra. A prisão do jornalista Guimarães foi uma demonstração do que se quer, e se pode, fazer com os que decidem não compor o conglomerado midiático que vem a pelos menos 50 anos se colocando a favor de um Estado não democrático.

Tal qual a Alemanha nazista, onde boa parte da sociedade viu com bons olhos a subida de Hitler ao poder, por ser simpática a instalação de um governo autoritário e descrer dos procedimentos democráticos, foi crescente a onda brasileira em defesa de

---

42. Sobre o jornal Münchener Post pode-se ver o livro, Lançado pela Editora Três Estrelas, "A cozinha venenosa: um jornal contra Hitler", de Silvia Bittencourt, que conta a história de seu enfrentamento contra o nazismo num cenário de deterioração econômica, escalada da violência e debilitação do poder público, onde partidos de esquerda e de direita, além de milícias e organizações fascistas, disputavam os corações e mentes do povo alemão.

uma intervenção militar, com a conseqüente implantação de um regime ditatorial. Poucos dias antes da prisão do jornalista Eduardo Guimarães um grupo de militantes de extrema direita fecharam parte da via expressa “Marginal Pinheiros”, em São Paulo, pedindo o fim da corrupção e uma intervenção militar para (SIC) “acabar com a bagunça desse país”.<sup>43</sup>

Não por acaso, nas manifestações que pediam impeachment da presidente Dilma, em 2016, os saudosistas da ditadura militar estavam sempre presentes com sua verbosidade fascista e uma ridícula pieguice nacionalista. Para exemplificar registro três manifestações dessa natureza no primeiro semestre do ano de 2017. Uma na praia de Boa Viagem, Recife/PE, onde cerca de 50 manifestantes, vestidos de verde-e-amarelo, interromperam o trânsito para pedir intervenção militar com faixas e cartazes.<sup>44</sup>

A outra foi em Goiânia/GO, em 26/03/17, quando, a título de protestar contra a corrupção, manifestantes pediram intervenção militar, declararam apoio ao Juiz Sergio Moro, às investigações da Operação Lava Jato e à Polícia Federal. Essa manifestação pedia, ainda, a Reforma da Previdência, o fim da anistia ao “Caixa 2” e do sigilo das delações premiadas, a prisão do ex-presidente Lula e de outros petistas.<sup>45</sup> Estranhamente, a manifestação foi embalada pela música “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré, um símbolo das lutas contra a ditadura militar brasileira. Se é verdade que os que pedem a volta da ditadura militar são analfabetos políticos, que desconhecem nossa história recente, então é crível supor que eles não saibam interpretar a música de Vandré.

Também em março, um pequeno grupo de 20 pessoas pediu intervenção militar em Porto Alegre/RS. O protesto foi organizado pelo Movimento Pátria Amada e utilizava a palavra de ordem “Acorda Brasil”. Os manifestantes distribuíram panfletos, onde elencavam “algumas realizações do governo militar”, com frases como “Deus salve o Brasil!”, “Deus! Pátria e família”, “Acordem irmãos e irmãs! Acorda povo”, “Intervenção Constitucional Militar Já!”. Um dos oradores fez um discurso contra os partidos comunistas e a imigração de muçulmanos.<sup>46</sup>

O que chama a atenção nessas manifestações não é nem tanto o que se reivindica, mas a ideia obsessiva de que só através de intervenções militares, que levam às ditaduras, é que se pode fazer reformas e combater a corrupção. Porque não se lutar para fortalecer as instituições políticas para que essas reivindicações possam ser uma demanda democrática

43. “Manifestantes pedem intervenção militar na Marginal Pinheiros”. Veja São Paulo, 13 de março de 2017. Disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/cidades/manifestantes-intervencao-militar-marginal-pinheiros/>

44. “Manifestação na Av. Boa Viagem reúne grupo pedindo intervenção militar”. Portal FolhaPE, 04/06/17. Disponível em: <http://www.folhape.com.br/politica/politica/noticias/2017/06/04/BLG,3186,7,479,POLITICA,2419-MANIFESTACAO-AVENIDA-BOA-VIA-GEM-REUNE-GRUPO-PEDINDO-INTERVENCAO-MILITAR.aspx>

45. “Manifestação em Goiânia pede intervenção militar”. Portal O Popular, 26 de março de 2017. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/manifesta%C3%A7%C3%A3o-em-goi%C3%A2nia-pede-interven%C3%A7%C3%A3o-militar-1.1247342>

46. [12] “Saudosos da Ditadura. Manifestação reúne 20 pessoas pedindo intervenção militar”. Portal Zero Hora, 13 de março de 2017. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2017/03/manifestacao-reune-20-pessoas-pedindo-intervencao-militar-9747060.html>

da sociedade? Afinal, porque parte crescente da sociedade brasileira quer tanto viver num Estado autoritário? Essa discussão nos levará, inevitavelmente, a enfrentarmos a mãe de todas as contradições que é se usar procedimentos democráticos, como liberdade de expressão, para pedir o fim da democracia como procedeu o Partido Nazista.

A universidade norte-americana de Vanderbilt coordenava, em parceria com a Universidade de Brasília e com apoio da CAPES, a Pesquisa de Opinião Pública Latino-Americana. Entre 2012 e 2014 aferiu-se o apoio das populações latino-americanas para intervenções militares em Estados democráticos. Quase metade dos brasileiros se diziam dispostos a apoiar soluções não democráticas para “combater-se a criminalidade de colarinho branco no Poder Público”. Em 2014, 48% dos brasileiros achavam “justificável um golpe militar quando há corrupção”.<sup>47</sup> A cultura política pretoriana dos brasileiros os faz desconhecer que é possível se combater a corrupção através dos procedimentos democráticos e de hábitos republicanos.

Mas, e afinal, por que tantos brasileiros não apoiam a democracia? Dito de outra forma, porque preferem governos de força e/ou ditaduras, de preferência militares? O instituto chileno Latinobarômetro atestou em 2016 que 32% dos brasileiros diziam apoiar a democracia. Podemos dizer, por oposição, que os outros 68% apoiam um sistema político não democrático, autoritário? Em 2015, também segundo o Latinobarômetro, eram 54% dos brasileiros afirmando preferirem a democracia. Também havia 42% dos brasileiros afirmando apoiar a “mão pesada contra as liberdades”.<sup>48</sup>

Estes eventos confirmaram a assertiva vinda das redes sociais de que a “direita saiu do armário!”. Ela não havia desaparecido do espectro político-ideológico, apenas se resguardara (para se reorganizar) nos anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder com sua agenda a favor de políticas públicas de cunho social. As eleições de 2014 marcaram o retorno da direita ao cenário político e permitiram que atores políticos conservadores, defensores da ditadura militar, se assumissem como tais.

Na República do Tucanobanaquistão havia uma convergência de agendas. Os mesmo que eram a favor de uma ditadura militar passaram a tratar um político racista, homofóbico, autoritário, defensor da tortura, como um “mito”, pretendendo elegê-lo presidente da República. Notem que, assim como na Alemanha nazista, o procedimento democrático eleição foi utilizado para que se fosse gradualmente se instalando uma ditadura.

Como disse, sejam de que tipo forem ditaduras não surgem da noite para o

47. “Apoio a golpe militar cresce no Brasil desde 2012, mostra pesquisa”. IG São Paulo, 28 de março de 2015. <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-03-28/apoio-a-golpe-militar-cresce-no-brasil-desde-2012-mostra-pesquisa.html>

48. No site do Instituto Latinobarômetro é possível ver todas essas informações e muitas outras acessando o relatório “O declive da democracia - Latinobarômetro 2016”. <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp>

dia. Invariavelmente, antes de um sistema político autoritário, o Estado experimenta procedimentos democráticos definidos em uma constituição. Sociedades, como a tucanobanaquistas, fundadas em uma cultura política pretoriana, que não experimentaram os processos revolucionários burgueses e que foram colonizadas e escravizadas por metrópoles europeias, se ressentem da experiência democrática. Formadas pela força, não acreditam em soluções pacíficas para suas crises. Como desconhecem a máxima federalista, que diz que “para males republicanos, remédios republicanos”, volta e meia buscam os autoritarismos de toda sorte para resolverem seus dilemas institucionais.

Deve ter sido por isso mesmo que o ex-chefe do Estado Maior do Ministério da Defesa brasileiro, general da reserva Rômulo Bini Pereira, disse, numa entrevista ao Jornal Estado de São Paulo, que uma intervenção militar poderia sim ser a saída para a crise política que envolvia os três Poderes da República do Brasil. Em um artigo ele afirmou que: “Se o clamor popular alcançar relevância, as Forças Armadas poderão ser chamadas a intervir, inclusive em defesa do Estado e das instituições”.<sup>49</sup>

O mundo mudou, mas as comparações políticas são bem vindas, pois vemos em países diversos o ressurgimento das ideologias totalitárias manifestas através de partidos e lideranças ultranacionalistas, de extrema direita, com perfil dos mais conservadores e autoritários, que se utilizam de procedimentos democráticos, como eleição e liberdade de expressão, para cada vez mais ocuparem espaços e ganharem adeptos para suas causas totalitárias. O melhor exemplo disso é a eleição de Donald Trump nos EUA. O modus operandis nazista tornou-se uma macabra referência para governantes e Estados ditatoriais no pós Segunda Guerra Mundial. Por onde quer se ache um poder anti-democrático, de inspiração autoritária, de preferência fascista, veremos práticas similares as que foram produzidas contra a liberdade de expressão na Alemanha nazista.

Já se disse que (SIC) “a primeira coisa que os ditadores fazem é reprimir a imprensa”, pelo menos aquela que cumpre o papel de informar e conscientizar a sociedade e que entende que o cidadão precisa saber da forma mais ampla possível do que acontece nos círculos internos no poder político e econômico. Só se preserva e se fortalece a democracia com uma imprensa verdadeiramente livre para ser, inclusive, adversária do governo.

Notem que não estou me referindo aquele tipo de imprensa que de tão enfronhada nas estruturas do poder político termina determinando ações para o governo. Não estou me referindo, claro, aos meios de comunicação do Tucanobanaquistão que decidem quem deve ser alvo das investidas policiais e jurídicas e quem deve ser inocentado independente

---

49. “General admite intervenção militar se houver clamor das ruas: “É um caso a se pensar”. Congresso em Foco, 15 de dezembro de 2016. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/general-admite-intervencao-militar-se-houver-%E2%80%9Cclamor-popular-%E2%80%9D/>



de que crime tenha cometido.

Não é a esmo que este artigo pretendia falar de coisas como a condenação de um ex-presidente da República por um juiz de primeira instância. O Torquemada, digo Juiz, que proferiu a sentença se baseou em suas próprias convicções não em provas como assim se requer nos sistemas democráticos. O fato é que se não podemos, ainda, afirmar que vivemos numa ditadura, também não temos como ter certeza que vivemos numa democracia. Mas, isso é um dilema para o povo do Tucanobanaquistão.

Recebido em: 23 de março de 2019.

Aprovado em: 05 de abril de 2019.

## **CRISE DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA (2015)**

LEONARDO DE ARAÚJO E MOTA<sup>50</sup>

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é efetuar uma análise sociológica da crise do projeto novo desenvolvimentista no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff considerando suas medidas de ajuste fiscal. Como método de pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica, tendo como recorte temporal o ano de 2015. Verificou-se como consequência da crise fiscal o retorno das políticas neoliberais ortodoxas para lidar com um quadro agudo de recessão econômica no Brasil.

**Palavras-chave:** Novo Desenvolvimentismo. Austeridade. Políticas Públicas. Dilma Rousseff. Crise.

## **CRISIS OF NEW DEVELOPMENTALISM AND BRAZILIAN ECONOMIC POLITICS (2015)**

### **ABSTRACT**

The objective of this article is to proceed a sociological analysis of the crisis of the new developmentalist project at the beginning of the second term of President Dilma Rousseff, considering its fiscal adjustment measures. The bibliographical research was used by research method, having for a temporal cut the year of 2015. The consequence of the fiscal crisis was the return of neoliberal orthodox policies to deal with an acute situation of economic recession in Brazil.

**Keywords:** New Developmentalism. Austerity. Public Policies. Dilma Rousseff. Crisis.

### **Introdução**

No início do século XXI, líderes de partidos políticos de esquerda latino-americana foram eleitos utilizando um discurso de rejeição aos cânones neoliberais de muitos governos da década de 1990. Dessa forma, a retórica do desenvolvimentismo retornou

50. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

à pauta das discussões acadêmicas e também das políticas públicas engendradas por esses governos. Esse novo modelo de desenvolvimento passou a ser denominado de Novo Desenvolvimentismo<sup>51</sup>. Os problemas sociais do continente deveriam agora ser atenuados através de uma política econômica capaz de combinar uma maior intervenção do Estado na economia com bons índices de competitividade, em um cenário de globalização dos mercados.

O presente artigo se constitui como uma análise sociológica dos projetos de desenvolvimento no Brasil das últimas décadas, tendo como foco principal a crise do Novo Desenvolvimentismo no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. O texto está dividido em três partes. Após esta introdução, a primeira parte apresenta, de maneira sumária, a evolução histórica e econômica do nacional-desenvolvimentismo das primeiras décadas do século XX até o novo desenvolvimentismo do início do século XXI analisando-os como mecanismos de produção, reprodução e conflitos das relações econômicas e sociais.

Na segunda parte, descrevemos, em termos gerais, o novo desenvolvimentismo no contexto do ajuste fiscal do início do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2015, considerando circunstâncias anteriores. Na terceira parte, apresentamos como as medidas de ajuste fiscal produziram efeitos nas políticas públicas federais considerando suas consequências em diferentes conjunturas econômicas e políticas do Brasil da atualidade. Por fim, concluímos que tal conjuntura causou uma reviravolta política de amplo espectro econômico e ideológico no cenário nacional, ao ponto de surtir fortes efeitos de natureza neoliberal na política nacional de desenvolvimento cujos desdobramentos acirraram-se ao longo do ano de 2016, provocando grave crise institucional desde a recente redemocratização do Brasil e concomitante retração de várias políticas sociais do período novo desenvolvimentista e retorno de diretrizes de administração da economia mais alinhadas ao neoliberalismo ortodoxo.

## 2. Nacional-desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo

De 1930 a 1970, o nacional-desenvolvimentismo de países latino-americanos visaram a reduzir as relações de dependência dos produtos manufaturados provenientes dos países mais desenvolvidos (substituição de importações), como também atenuar as fontes do nosso “atraso social” como o predomínio do grande latifúndio, a pobreza e a grande concentração de riqueza. O nacionalismo e o Estado como propulsor desse projeto

51. O Novo Desenvolvimentismo é estudado através de várias vertentes, sendo a concepção do termo mais associada a um grupo denominado de “novos desenvolvimentistas” da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, sob a liderança do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira (Cf. MATTTEI, 2013). Outros autores, como Alves (2014), Silva (2013), Sampaio Jr. (2012) e Pfeiffer (2014) utilizam o termo “neodesenvolvimentismo” para designar o mesmo fenômeno. A título de padronização, utilizaremos aqui a palavra Novo Desenvolvimentismo.

de desenvolvimento eram fundamentais para seu êxito, tendo como grandes expoentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, sendo o primeiro aquele que mais promoveu a industrialização do país através da intervenção do Estado na economia (keyneisianismo), tornando-se “figura central na construção do pacto e do Estado desenvolvimentista” (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 815).

A estratégia nacional desenvolvimentista foi baseada no “pensamento cepalino”, que tinha como proposição para os países subdesenvolvidos a sua rápida industrialização para diminuir as diferenças entre os países ricos dos pobres de acordo com o avanço da diversificação industrial (COLISTETE, 2001). Tal industrialização era concebida como o único meio para o desenvolvimento dos países latino-americanos, tendo o Estado como planejador, financiador de blocos de investimento e produtor direto de insumos entrelaçado com empresas transnacionais na linha de frente desse processo.

Porém, estabelecer essa estratégia de desenvolvimento no Brasil não foi plausível pela ausência de uma “burguesia” de caráter empresarial capitalista racional, uma vez que a maioria das empresas da época (em grande proporção familiares) estava vinculada às práticas patrimonialistas e autoritárias que caracterizam a formação do Estado brasileiro, fato que inviabilizou uma política estatal efetiva e de longo prazo que estivesse acompanhada de um processo contínuo de inovação tecnológica (MARANHÃO, 2009).

O esgotamento do projeto nacional desenvolvimentista, também denominado de “populista” findou seu ciclo em uma grave crise financeira que atingiu seu ápice no final da década de 1970<sup>52</sup>. Na década de 1980, muitos países latino-americanos efetuaram suas transições de regimes ditatoriais para a democracia, mas as políticas desenvolvimentistas não eram mais capazes de operar satisfatoriamente em virtude da crise econômica que assolou a economia de muitos países latino-americanos na década de 1980.

Na década de 1990, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume a presidência no Brasil, tendo como principal “cabo eleitoral” os efeitos positivos da estabilização da economia após a implantação do Plano Real. As principais pautas eram debelar a hiperinflação; estabilizar a economia e aumentar o poder de compra do salário mínimo, além de “reformular” o Estado através de um amplo programa de privatizações e reengenharias.

As décadas de 1990 e início do século XXI também foram marcadas por recorrentes e sistêmicas crises econômicas mundiais. A crise do peso mexicano, de 1994-95, a crise financeira do Brasil, de 1999, o colapso dos mercados de ações dos EUA, de 2000, as quais ilustram o potencial desestabilizador que essas crises têm sobre as formas de regulação da acumulação capitalista global e de sua relação com o Estado.

52. O mundo capitalista desenvolvido também foi afetado pela crise mundial do petróleo, ocorrida nos “choques” de 1973 e 1979, seguindo-se daí a estagflação que findou por resultar na ascensão do neoliberalismo a partir dos anos 1980 na Inglaterra e Estados Unidos (Cf. HOBBSBAWN, 1995).

Como consequência, na América Latina, o início do século XXI houve a vitória eleitoral de uma série de líderes políticos de esquerda como Hugo Chávez (Venezuela), Michele Bachelet (Chile), Nestor Kirchner (Argentina) e Luís Inácio Lula da Silva (Brasil), que se utilizaram de um discurso de combate ao neoliberalismo e à consequente apologia ao “Estado-mínimo”. Tais líderes também se afirmavam como capazes de romper com a dependência externa e construir um “consenso” que articularia desenvolvimento econômico, democracia, diversidade cultural e igualdade de oportunidades (BRAND; SECKLER, 2010). Conforme salienta Castelo Branco (2009), o objetivo dos novos desenvolvimentistas no Brasil seria:

*[...] entrar, como uma espécie de Terceira Via, na disputa pela hegemonia ideológica para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado pelos setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo. (CASTELO BRANCO, 2009, p. 74)*

O mesmo autor resume os componentes econômicos, políticos e ideológicos desse novo modelo de desenvolvimento:

*Em síntese, o Estado deve garantir condições macroeconômicas e salvaguardas jurídicas que reduzam a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo de risco do investimento privado, e aumentando, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o emprego e os ganhos dos trabalhadores. Assim, o Brasil reduzirá a pobreza e a desigualdade social. O projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na “questão social”, portanto, baseia-se no crescimento econômico e na promoção da equidade social via a igualdade de oportunidades. Esta é, grosso modo, a utopia da intelligentsia novo-desenvolvimentista. (CASTELO BRANCO, 2009, p.78)*

Nesse sentido, o novo desenvolvimentismo pode ser interpretado como uma estratégia de desenvolvimento conduzida pelo Estado dentro do cenário neoliberal que se afirma tanto em nível nacional quanto internacional. No entanto, não se trata do neoliberalismo dos anos 1990 do governo Fernando Henrique Cardoso e similares, uma vez que o novo desenvolvimentismo, que está geralmente associado aos governos petistas (Lula e Dilma), busca potencializar os gastos estatais na “esfera social” mesmo mentendo muitas orientações macroeconômicas neoliberais na economia, fato que conduz a fortes contradições.

Assim, durante a implantação de várias políticas de inclusão social de combate à pobreza, do aumento do emprego formal e acesso ao crédito, o PT não logrou realizar uma mudança significativa do ponto de vista ideológico em relação à lógica do capitalismo global e de suas bases fundamentais de superexploração dos trabalhadores assalariados (BRAGA, 2012). Sobre esse aspecto da conjuntura do novo desenvolvimentismo, Alves (2014) também comenta que:

*A apologética do neodesenvolvimentismo proclama a positividade indiscutível da redução da desigualdade de renda e a ampliação do mercado de consumo interno por meio do crescimento da formalização do mercado de trabalho, aumento do salário mínimo e dos programas de transferência de renda e ampliação de renda para o subproletariado pobre (Bolsa-Família). Entretanto, é importante lembrar que o consumo não é inerentemente emancipador; pelo contrário, a expansão do crédito que incentiva a vida para o consumo, veículo de expansão do feitichismo da mercadoria, exerce um efeito ideológico perverso na consciência das massas populares, adequando-as espiritualmente à política de reiteração da ordem burguesa como único horizonte histórico possível [...] proliferou o culto da cidadania de consumo das massas proletárias, imbecilizadas pelo assédio espiritual-moral das igrejas neopentecostais e pela manipulação cotidiana dos mass-media que as incentiva a consumir gadgets tecnológicos adquiridos nos shoppings populares. (p. 143)*

Para alcançar uma distinção verdadeiramente incisiva em torno das distinções entre o Estado neoliberal brasileiro do governo FHC na década de 1990 e os governos pós-neoliberais dos governos Lula e Dilma, adentra-se um campo eivado de controvérsias. Em princípio, para combater a tese segundo a qual o governo FHC teria seguido a cartilha neoliberal do “Estado-mínimo” e valendo-se de uma série de dados estatísticos referentes aos gastos públicos durante seu governo, Cardoso (2010, p. 212) observa que, em seu governo, “[...] os gastos com a máquina pública para sustentar políticas sociais foram contínuos [...] nos governos de Itamar Franco e FHC e tiveram continuidade no governo Lula”. Dessa forma, a implementação de várias políticas sociais previstas na Constituição de 1988 ocorreram durante os governos Itamar Franco e FHC, porém foram ampliadas nos governos petistas, seja pela própria por via de imposição jurídico institucional ou por decisões pontuais de políticas engendradas do poder executivo na Era Lula.

Alves (2014), por sua vez, apresenta algumas diferenças que devem ser consideradas entre os governos do PSDB e do PT. Primeiro, a amplitude das políticas de transferência de renda visando fortalecer o mercado interno difere sobremaneira da abrangência alcançada pelo projeto neoliberal dos anos 1990. Segundo, embora os governos petistas tenham mantido pragmaticamente o tripé macroeconômico neoliberal (metas de inflação, câmbio

flexível e superávit primário), eles rejeitaram medidas de austeridade na economia.

No que tange à administração pública, ao contrário da Era FHC, durante a Era Lula várias categorias de servidores públicos obtiveram aumentos salariais e novos concursos públicos foram realizados. Por fim, os governos petistas optaram por uma postura independente com relação à política exterior norte-americana, buscando alianças com os governos bolivarianos da América Latina (Venezuela, Equador e Bolívia) e países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A questão social no contexto do novo desenvolvimentismo seria composta por intermédio de um pacto social que contemplasse bons índices de competitividade, crédito acessível e políticas sociais de enfrentamento da pobreza. Entretanto, alguns autores como Antunes (2006), Sampaio Jr. (2012), Amaral (2014), Luce (2013), Mota (2012; 2015), entre outros, vislumbram as políticas novo desenvolvimentistas como uma “falácia”, tendo em vista que o cenário macroeconômico influenciado por este modelo de desenvolvimento permanece atrelado às diretrizes macroeconômicas do neoliberalismo.

Apesar dessas mudanças de eixo do Partido dos Trabalhadores em relação ao governo antecessor acerca da ênfase nas políticas neoliberais, a democracia no Brasil ainda permaneceu refém da influência dos poderes oligárquicos, perpetuando a permanência do fisiologismo no âmbito da Administração Pública (MARTINS, 2016). A participação popular ao longo do período novo desenvolvimentista, mesmo com as políticas de transferência de renda ao subproletariado, permaneceu frágil e refém de um sistema político que parecia operar por si só, amiúde distante das reivindicações por melhores serviços públicos na área da educação, saúde, segurança pública, gerando ondas de insatisfação popular (embora dispersas em suas reivindicações) que findaram nas manifestações de junho de 2013, nas quais inclusive bandeiras partidárias ou de movimentos sociais e sindicais foram repudiadas (MARICATO et. al., 2013; GOHN, 2014).

Nesse sentido, apesar de alguns avanços sociais em relação à diminuição da pobreza extrema, da expansão do mercado interno e do aumento do emprego formal que caracterizaram a primeira década dos governos Lula e Dilma, o projeto novo desenvolvimentista de Estado do governo PT desenvolveu-se no interior de um sistema político degradado e fisiológico, como também no interior de uma crise estrutural do capital não sendo capaz de superar em maiores dimensões os entraves econômicos e políticos geradores do atraso no país desde tempos imemoriais.

Em 2014, depois da onda difusa de descontentamento que mobilizou milhares de manifestantes em várias cidades brasileiras em junho de 2013, o debate sobre a ineficácia das políticas públicas e os escândalos de corrupção foi transferido para a campanha eleitoral

das eleições presidenciais de 2014, na qual o PSDB e o PT se confrontaram novamente pelo poder.

Enquanto o PSDB defendia o retorno de um projeto de desenvolvimento mais identificado com as políticas da Era FHC, o PT, por sua vez, baseava sua campanha na defesa da continuidade do projeto novo desenvolvimentista. Ambos os partidos apresentavam suas propostas nos moldes semelhantes às disputas anteriores, em um momento em que a economia já apresentava sinais de queda. Em uma disputa acirrada, Dilma Rousseff elegeu-se no segundo turno e a expectativa de seus eleitores era, em grande medida, a retomada do crescimento econômico vigoroso dos anos anteriores e a ampliação e manutenção das políticas sociais que deram sustentação ao ciclo lulista de desenvolvimento.

Nas eleições de 2014, com a economia cambaleante e incapaz de recuperar-se após as medidas anti-cíclicas implementadas pelo governo federal, Dilma Rousseff venceu as eleições de 2014 por uma diferença de apenas 3,6 por cento dos votos para exercer seu segundo mandato, quando adotou imediatas medidas de austeridade na administração pública, cujos efeitos contrariaram sua base de apoio no PT e outros aliados políticos (CARVALHO, 2018).

### **3. Novo desenvolvimentismo em crise e austeridade no segundo mandato de Dilma Rousseff**

A discussão sobre a implementação de medidas de ajuste fiscal no início do segundo mandato do governo de Dilma colocadas a cargo do recém-nomeado Ministro da Fazenda Joaquim Levy enfrentou de imediato uma forte resistência no interior da própria base petista no Congresso Nacional, como entre outros partidos. As medidas de ajuste fiscal contrariavam as promessas fundamentais da campanha de Dilma, uma vez que elas enfraqueciam a continuidade do projeto dos governos petistas no sentido de conciliar crescimento econômico com equidade social, sem relegar as orientações básicas base fundamental do novo desenvolvimentismo (JERONIMO, 2015). Uma das hipóteses sobre o estopim para a necessidade de implementar o ajuste foi um déficit de 0,6% do PIB brasileiro, em 2014, após 17 anos de superávits consecutivos (CARLEIAL, 2015).

Na medida em que a arrecadação era cada vez menor e por isso os cortes no orçamento revelavam-se necessários, foi também cogitada a volta da CPMF<sup>53</sup>. O ministro Barbosa, do Planejamento, como também Aloizio Mercadante, passaram a defender a aprovação do orçamento mesmo com déficit, usando o argumento de que não havia espaço

53. Esta sigla significa Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, um tributo cobrado por todas as movimentações financeiras feitas por pessoas jurídicas e físicas. Esta cobrança incidia sobre as movimentações bancárias dos contribuintes e vigorou entre 1996 e 2007.



para cortes de gastos uma vez que muitas despesas do governo relativas a várias políticas públicas seriam determinadas por lei. O Congresso Nacional se tornava cada vez mais dividido em relação a essas medidas e as tentativas de negociação improváveis. Na esteira de tais acontecimentos, Joaquim Levy “[...] perdeu várias disputas no governo e algumas votações no Congresso. A cada derrota, parecia mais fragilizado diante de uma gestão que hesitava em cortar mais gastos, e ainda sujeito às admoestações petistas, que nunca engoliram seu nome” (GASPAR, 2015, p. 11).

Os empresários, por sua vez, alertavam que o país com um grande rombo nas contas iria perder o selo de bom pagador das agências de risco internacionais, o que de fato aconteceu posteriormente. Isso sem considerar as críticas sobre o aumento de impostos, que, para os empresários, somente agravaria o quadro recessivo. A consternação foi geral e, após 11 meses no cargo, Levy renuncia.

Cabe lembrar novamente que os objetivos da macroeconomia na definição da política econômica petista seriam basicamente o crescimento da produção nacional, a manutenção de taxas elevadas de emprego e a estabilidade de preços e constantes investimentos em políticas públicas em várias áreas. Dentro desse modelo, políticas de austeridade representam um contrasenso interno na gestão econômica e política do país. Na primeira década do século XXI, sob os governos do presidente Lula, o Brasil havia superado a categoria de um país “subdesenvolvido” para a condição de “emergente”, sendo a condução de sua economia elogiada por várias lideranças mundiais por sua capacidade de conciliar crescimento econômico e redução da pobreza. Conforme observa Singer (2015) sobre esse período de bonança econômica e distribuição de renda:

*Em 2010, o Brasil crescia a 7,5%, o desemprego, que era de 10,5% em 2002, caíra para 5,2% e o salário mínimo valia 54% mais do que no final da era Fernando Henrique Cardoso [...] Viagens de avião, tratamento dentário, automóvel e diploma universitário se tornaram acessíveis às camadas populares. A casa própria, ainda que de qualidade e localização duvidosas, colocava-se ao alcance da baixíssima renda. O ex-operário deixava a presidência com 80% de aprovação e era chamado como “o cara” por ninguém menos que Barack Obama, herdeiro tardio do rooseveltianismo democrata americano [...] as gestões Lula e Dilma acabariam por propiciar um acréscimo total de mais de 30% no poder de compra dos empregados. O salário mínimo acumulava valorização real de 72% (2002-2014). (SINGER, 2015, p.31)*

Mas o debate sobre o lulismo não se restringe apenas ao aspecto econômico, pois outros fatores ideológicos, jurídicos e políticos foram tão importantes quanto os econômicos. O Partido dos Trabalhadores, embora tenha vivenciado várias transições ideológicas até

a eleição de Lula, a sigla ainda carregava um significativo componente classista, que era fortemente explorado nas disputas eleitorais. Mas como não havia mais o desempenho ascendente econômico do lulismo, aos poucos, observava-se o arrefecimento do ciclo desenvolvimentista dos anos anteriores. O descumprimento das promessas eleitorais de Dilma e a piora nos indicadores econômicos resultaram em uma rápida queda de sua aprovação junto à opinião pública. Assim como já havia acontecido com José Sarney e Fernando Henrique Cardoso também em contextos de crise econômica, Dilma Rousseff viu a sua aprovação cair de 42% em outubro de 2014 para 8% em agosto de 2015 (SINGER, 2015).

Dessa forma, em função do esgotamento da capacidade orçamentária do Estado de manter vários programas sociais no mesmo ritmo de crescimento e expansão da Era Lula, no segundo mandato de Dilma, por conta do ajuste final, foi anunciado um corte de gastos de 70 bilhões de reais no orçamento, atingindo o Programa de Aceleração do Crescimento, a saúde (gasto e possível suspensão da Farmácia Popular), educação (suspensão de bolsas de pós-graduação, atraso na transferência de verbas para universidades), restrições no financiamento do Fies, Pronatec e do Programa Ciência sem Fronteiras.

#### 4 Políticas públicas e crise sistêmica

Lula se dedicou seus primeiros anos do mandato a conter as pressões inflacionárias que, desde 2002, estavam causando a desvalorização cambial de modo que o Brasil retomou o seu crescimento econômico por intermédio da demanda externa, ancorada em grande medida na exportação de commodities. Por consequência houve crescimento com as medidas de recuperação de crédito e a retomada de investimentos produtivos, ocasionando o aumento do consumo (além das políticas de transferência de renda), valorização cambial e criação de empregos formais. Na primeira fase da era Lula-Dilma, entre 2004 e 2011, a taxa média de crescimento do PIB ficou em 4,3%, segundo o IBGE (CARLEIAL, 2015).

Com a continuidade da política expansionista, o ano de 2006 foi marcado por um aumento recorde do salário mínimo e criação de 1,5 milhão de empregos para “Classe C”. Enquanto na “Era FHC” houve o fenômeno do desemprego em massa, quando entre 1989 e 1999, a quantidade de desempregados saltou de 1,8 milhão para 7,6 milhões, sob o governo Lula da Silva, em 2009, houve uma expansão de empregos, embora de baixa remuneração. 59% de todos os postos de trabalho no Brasil estavam concentrados na faixa de 1,5 salário mínimo (BRAGA, 2012).

Em 2007, foi lançado o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que contemplou investimentos públicos em diversas áreas de infraestruturas como ferrovias, refinarias, hidrelétricas e na Petrobras<sup>54</sup>. Houve também a ampliação do Programa Bolsa Família, tanto no número de contemplados quanto no aumento de valores em Reais. Segundo Singer (2012, p. 64), “entre 2003 e 2006, o Bolsa Família viu seu orçamento multiplicado por treze, pulando de 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, e atendia a cerca de 11,4 milhões de famílias perto da eleição de 2006”.

O aumento do salário real médio passou a crescer significativamente em 2004. E, mesmo com a crise internacional, o PIB não deixou de crescer, nem houve déficit de empregos formais. Em 2009, com o impacto da crise internacional, o país reagiu com políticas anticíclicas como a ampliação do Programa Bolsa Família e investimentos através dos bancos públicos. Em 2011, houve uma desaceleração nesses índices, mas sem maiores agravos em função das políticas de incentivo ao consumo, principalmente na construção civil, comércio, serviços privados e empregos na administração pública. Isso gerou expectativas, mas seguia um quadro preocupante sobre os rumos da economia do país e do mercado de trabalho, sobretudo pelo baixo crescimento verificado nos países emergentes, uma conjuntura importante que foi em parte ignorada pelo governo Dilma (CARLEIAL, 2015).

Então, manter a política de aumento de juros foi fator crucial para o início do mandato de Dilma Rousseff. Sua equipe econômica achou viável recorrer às então denominadas medidas “macroprudenciais” (abortar o crescimento do crédito, desacelerar o consumo de bens duráveis e ampliar o superávit primário) que findaram por debilitar o consumo, provocando redução de investimentos privados, tudo isso ocorrendo sob um duro cenário de oposição da grande imprensa contra o governo. Na medida em que o governo tentava reverter o quadro recessivo, o círculo virtuoso do lulismo já apresentava claros sinais de esgotamento. O desemprego, um “fastasma” que parecia um retrado do passado neoliberal de FHC, passou de 5,0% para 7,6% entre agosto de 2014 e agosto de 2015 (CARLEIAL, 2015).

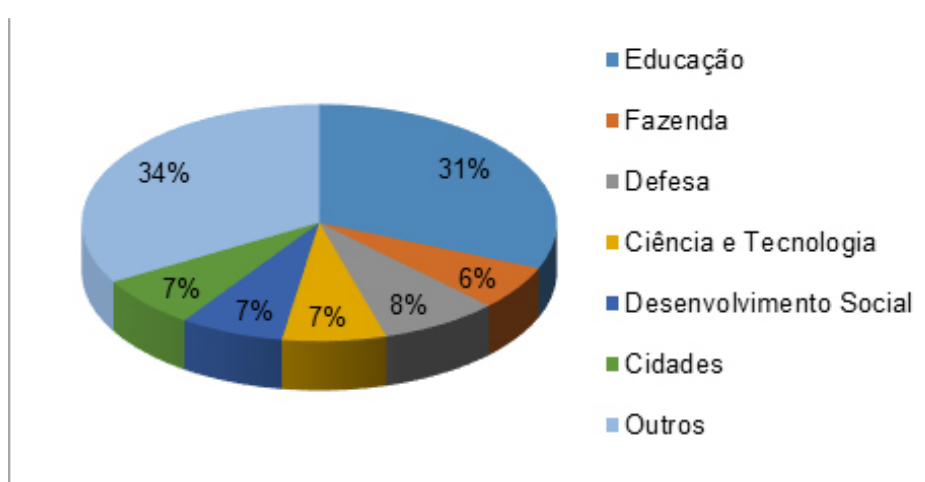
O segundo mandato de Dilma iniciou com um corte de 31% na educação (Gráfico 1). Os cortes na área da educação, particularmente, tiveram um grande impacto político e simbólico sobre o governo, pois Dilma Rousseff em sua campanha para reeleição tinha como principal slogan transformar o Brasil em uma “Pátria Educadora”. O Ministério da Educação passou a ser o mais atingido dos então 39 ministérios que sofreram cortes de gastos, os quais foram equivalentes a R\$ 7 bilhões de reais em 2015. Para gastos com a dívida pública, entretanto, foram reservados R\$ 1,3 trilhão. Além disso, foram também efetuadas medidas de endurecimento das regras para a concessão de direitos como o

54. Para maiores informações, ver: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em 05 mai. 2017.

seguro-desemprego e o auxílio-doença (APUFPR - SSIND, 2015).

Os encargos com os custos da dívida pública findaram por ter espaço privilegiado no orçamento. A ideologia do novo desenvolvimentismo de conciliar crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais parecia ter perdido espaço para as exigências das políticas de austeridade. O endividamento do aparato novo desenvolvimentista se confrontava agora com sua mais grave crise orçamentária.

Gráfico 1: Corte de gastos no início do mandato de Dilma Rousseff (2015)



Fonte: Informativo APUFPR-SSIND | Nº 118 | Janeiro de 2015. (Adaptado)

Medidas de austeridade fiscal adotadas pelo governo de Dilma Rousseff (que eram aguardadas no caso de vitória do candidato do PSDB) não podem ser tidas como progressistas no sentido de promover uma maior equidade social nos moldes de uma estratégia social-democrata de desenvolvimento, como também não garantem o efetivo crescimento do país, uma vez que na maioria dos países em que tais políticas foram aplicadas, como em Portugal pós-crise de 2008, houve baixo crescimento econômico, altos índices de desemprego, alto endividamento nas famílias e encolhimento de diversas redes de proteção social (SANTOS, 2011).

A via de crescimento pautada pelos governos novo desenvolvimentistas seria através da redução da linha de pobreza por meio dos programas que pudessem promover o desenvolvimento social pela via do consumo e aumento do acesso a crédito. Incrementando o mercado interno, haveria o aumento da arrecadação e, conseqüentemente, maiores seriam os recursos para o Estado investir em políticas públicas cada vez mais abrangentes.

Para Silva (2013), porém, essas estratégias de crescimento econômico e de inserção no sistema internacional reincidentem na condição de dependência e heteronomia e, em verdade, obliteram a sua proposta de desenvolvimento. O crescimento econômico no Brasil, com tais medidas de desenvolvimento, acaba promovendo lucros às transnacionais e aos financistas e não cumprem o seu papel de diminuição das desigualdades sociais. Programas de transferência de renda existentes atualmente em vários países da América Latina obtiveram alguma eficácia em erradicar focos de pobreza extrema, mas isso não atingiram uma redução significativa das desigualdades sociais (MOTA, 2012).

Embora o Programa Bolsa Família tenha sido uma política pública que se revelou eficaz para reduzir um quadro crônico de miséria que já assolava o Brasil desde épocas imemoriais, pesquisas demonstram que muitos de seus beneficiários decidiram votar a favor de Dilma em 2010 em consequência do recebimento do benefício, fato que revela que essa intervenção do Estado na economia não se restringe apenas ao seu aspecto social, mas possui um manifesto componente eleitoral (ARQUER, 2013; SINGER, 2012). Além disso, ao mesmo tempo em que os programas de transferência de renda são funcionais ao governo política e ideologicamente, eles também servem ao mercado.

Neste sentido, Silva 2013 (p. 101-102) comenta:

*Eis, pois, as razões pelas quais o governo “neodesenvolvimentista” elege a Assistência Social como política pública central na proteção social e aos programas de transferência de renda aos mais pobres como principais estratégias dessa proteção. Assim, o modelo brasileiro de Seguridade Social devolve à esfera privada os direitos comuns de propriedade sobre o bem-estar que foram conquistados pela luta do trabalho, atendendo às requisições da acumulação espoliativa do capital, no seu novo estágio de imperialismo [...] por outro lado, a Assistência Social brasileira, assentada na transferência de renda e financiada por um fundo público oriundo, prioritária e maciçamente, das contribuições sobre a renda do próprio trabalho, se incumbe de assumir o ônus da promoção da justiça social proposta pelo governo “neodesenvolvimentista”, arcando com os custos de manutenção da superpopulação relativa.*

Existe atualmente uma tendência ao retorno do desenvolvimentismo em alguns países de renda média no sentido de redefinir seu projeto nacional de desenvolvimento em detrimento das antigas políticas neoliberais, muito embora a lógica do capital ainda permeie a conjuntura sob a qual tais projetos foram elaborados. Em grande medida, tais países articulam projetos que se revelem ser capazes de realizar reformas institucionais importantes e adotar políticas macroeconômicas que busquem conciliar a redução da pobreza com a competitividade no mercado nacional e internacional para construir um

Estado que promova um novo acordo social dentro das condições atualmente postas pela globalização.

No entanto, tomando a globalização como um fenômeno no qual o mercado tende a ter proeminência sobre o Estado, cabe ressaltar que “o discurso do financismo insiste em ressaltar os aspectos associados ao descompasso entre a capacidade arrecadadora do Estado e as necessidades de realização das despesas” (KLIASS, 2015, p. 11). Assim, qualquer aumento nos gastos em políticas públicas é considerado uma ameaça ao equilíbrio fiscal do Estado, que deve ser administrado em moldes semelhantes aos adotados por uma empresa privada, estimulando a adoção de um “modelo tecnocrático despolitizado, em que banqueiros e outros especialistas têm permissão para esmagar a democracia” (ZIZEK, 2012, p. 23).

Países mais pobres tentam adotar políticas desenvolvimentistas, mas muitas vezes carecem de base estrutural, como baixos níveis de educação, precarização da força de trabalho, distanciamento entre povo e as instituições, dificuldades de financiamento com poupança interna etc. Em grande medida, sobretudo no caso brasileiro, o problema reside nas dificuldades de implementar e fiscalizar políticas públicas consistentes no interior de uma cultura política patrimonialista, assistencialista e de baixa credibilidade nas instituições governamentais e agentes políticos. Não obstante, cabe também recordar que as elites economicamente mais favorecidas e os países mais ricos (geralmente protecionistas) também podem avaliar tais iniciativas como uma ameaça a seus interesses.

Nesse sentido, a preservação do mercado de trabalho seria essencial, pois os conflitos da democracia devem ir além de apenas apontar um governo como incompetente e irresponsável. Nos primeiros 10 anos do Partido dos Trabalhadores, no poder do governo Lula, houve uma conjuntura econômica externa favorável para que o partido pudesse ampliar políticas sociais e garantir o compromisso econômico, mesmo que, para isso, tivesse de realizar coalizões com partidos conservadores e desmobilizar os conflitos sociais através de políticas redistributivas endereçadas ao subproletariado (SINGER, 2012; MOTA; SILVA, 2016).

Somando-se às denúncias de corrupção de integrantes do PT e de sua base de apoio na Petrobras e Odebrecht (Operação Lava Jato), o aumento das taxas de juros, a queda dos índices de crescimento econômico, o retorno da inflação e do desemprego, entre outros fatores políticos de ordem partidária, ideológica, moral e midiática, findaram por inviabilizar a continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente da presidência da república a qual foi excluída do cargo em 31 de agosto de 2016, encerrando o predomínio de um modelo econômico que estava em curso desde a ascensão de Lula à Presidente de República em 2003 (NETO, 2016).

A “economia aquecida” permitiu gastos públicos correntes, aumento do salário mínimo, geração de postos de trabalhos, diminuição das desigualdades e pobreza, com índices maiores daqueles da década de 1990. No entanto, o esgotamento da capacidade orçamentária do Estado para sustentar o crescimento econômico com “inclusão social”, o constante bombardeamento da mídia sobre o envolvimento de governistas em escândalos de corrupção, as constantes manifestações públicas de insatisfação com a conjuntura política e social, a recessão econômica com efeitos deletérios como a volta da inflação e do desemprego geraram um quadro crítico para a manutenção da governabilidade da presidente Dilma Rousseff em seu segundo mandato e por consequência verificou-se o avanço do populismo de direita que atualmente representa uma significativa tendência em alguns sistemas democráticos no mundo (LEVINTSKY; ZIBLATT, 2018).

### Considerações finais

Apesar do novo desenvolvimentismo se apresentar como um projeto alternativo às políticas neoliberais da década de 1990, que preconizavam a redução da interferência do Estado na economia, suas políticas não se diferenciaram, em alguns aspectos, do neoliberalismo ortodoxo. Embora no caso brasileiro as tentativas de conciliar crescimento econômico com a redução das desigualdades tenham obtido algum êxito durante a fase de bonança dos governos da Era Lula, o agravamento da crise internacional e a queda do preço das commodities, além de outros fatores estruturais históricos da política brasileira, conduziu à uma grave crise fiscal no Estado tornando-se cada vez mais difícil mantê-las nos mesmos patamares dos anos anteriores.

No âmbito político, na medida em que o Partido dos Trabalhadores (PT) ao concorrer às eleições de 2002 se distanciou de suas orientações doutrinárias de origem e, em nome da “governabilidade” e realizou uma série de alianças com partidos conservadores, não rompendo com a lógica do capitalismo e aderindo ao fisiologismo como práxis política, a sigla perdeu muito de sua identidade como partido da esquerda brasileira.

No campo econômico, ao conduzir uma política de acumulação de capital pela isenção de impostos para grandes empresas, incentivo ao crédito, políticas focalizadas de transferência de renda e estímulo ao consumo, o projeto de Estado conduzido pelo PT findou por tornar-se refém da própria lógica do “neoliberalismo ortodoxo”. Neste sentido, o novo desenvolvimentismo, em alguns aspectos, pareceu identificar-se mais como uma proposta de crescimento dos lucros por intermédio de desonerações tributárias, estímulo à especulação do capital financeiro e elevação dos índices econômicos do que um projeto de desenvolvimento nacional consistente e de longo prazo.

Em 2014, com o agravamento da crise econômica e política, o Partido dos Trabalhadores perde sua força junto ao Congresso Nacional e alguns setores da opinião pública, embora tivesse logrado a reeleição de Dilma Rousseff. Acirram-se no país os “radicalismos” e as divisões políticas que asseguravam a governabilidade do mandato anterior. A popularidade da presidente despenca. Problemas como o desemprego e o aumento da inflação passam a fazer parte, novamente, da preocupação dos brasileiros, aumentando o desgaste do governo, que, por sua vez, anunciou medidas de ajuste fiscal que não foram bem recebidas seja pelos eleitores, como pela sua base de apoio no Congresso Nacional.

As medidas de ajuste fiscal anunciadas em 2015 provocaram uma consternação generalizada no amplo espectro político da esquerda brasileira, como também sobre a economia e a sociedade em geral, fato que em parte precipitou o país em uma crise institucional e econômica que findou em um processo de impeachment que findou por beneficiar grupos políticos mais alinhados à ortodoxia neoliberal e ao populismo de direita. Tal conjuntura provocou uma retração das políticas sociais do período novo desenvolvimentista e levou o país a “retroalimentar” um novo círculo de dependência das nações mais desenvolvidas, tanto em termos econômicos, como tecnológicos e políticos.

Recebido em: 20 de março de 2019.

Aprovado em: 13 de maio de 2019



## Referências

ALVES, Giovanni. Trabalho e Neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

AMARAL, Angela Santana. Configurações contemporâneas dos conflitos classistas: experiências brasileiras no contexto neodesenvolvimentista. 2014. Disponível em: <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18\\_SantanaDoAmaral.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_SantanaDoAmaral.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2014.

ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

APUFPR - SSIND, Informativo. Educação: Mandato de Dilma já inicia com corte de 31% na educação. Ed. nº 118. jan, 2015.

ARQUER, Monize. O voto em Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010. Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (UFPR), v. 2, n. 3, pp. 415-440, Curitiba: TER, 2013.

AREND, Marcelo. Mais 4 anos de ajuste fiscal e 40 anos sem mudança estrutural. Revista Política Social e Desenvolvimento. Série Especial: Austeridade Econômica e Questão Social. Ed. nº 21. Disponível em: <[www.revistapoliticasocialedesenvolvimento.com](http://www.revistapoliticasocialedesenvolvimento.com)> Acesso em: ago. 2015.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo: USP Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRAND, Ulrich; SECKLER, Nicola (Orgs.). Diante da crise global: horizontes do pós-neoliberalismo. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. Revista de Economia Política, vol. 36, nº 2 (143), pp. 237-265, abril - junho/2016.

\_\_\_\_\_ ; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? Economia e Sociedade, v. 21, Número Especial, pp. 811-829, dez. 2012.

CARDOSO, Henrique. Xadrex internacional e social-democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

- CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influência no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, pp. 21-34, 2001.
- CARLEIAL, Liana Maria de Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, pp. 201-214, 2015.
- CASTELO BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, pp.71-91, 2009.
- GASPAR, Malu. A morte e o morte de Joaquim Levy. *Revista Piauí*, número 111, dezembro 2015.
- GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 e praças dos indignados no mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- HOBBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JERONIMO, Josie. Levy sob fogo cruzado. *Isto É*, São Paulo, 05.03.2015. Disponível em: <[http://istoe.com.br/407826\\_LEVY+SOB+FOGO+CRUZADO/](http://istoe.com.br/407826_LEVY+SOB+FOGO+CRUZADO/)>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- KLIASS, Paulo. A democracia não cabe no orçamento. In: FAGNANI, Eduardo et. al. As demandas sociais da democracia não cabem no orçamento? (Parte III). *Revista Política Social e Desenvolvimento*, n. 29, ano 03, dezembro 2015.
- LEVINTSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, pp. 169-190, jan./abr. 2013.
- MARANHÃO, César Henrique Miranda Coelho. O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento: A reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil. 2009, 374 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade de Pernambuco, Recife.
- MARICATO, Ermínia et. al. Cidades rebeldes: passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARTINS, José de Souza. Do PT das lutas sociais ao PT do poder. São Paulo: Contexto, 2016.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 33, n. 1 (130), pp. 41-59, janeiro-março/2013.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Leonardo de Araújo e. O novo desenvolvimentismo e a questão social na atualidade. *Polêm!ca*, v. 15, pp. 01-12, julho, agosto e setembro 2015.

MOTA, Leonardo de Araújo e; SILVA, Flávio José Souza. 10 anos do Partido dos Trabalhadores no poder (2003-2013): ideologia, política e sociedade no Brasil em tempos de pós-neoliberalismo. *Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política*, v. 5, n. 2, pp. 196-214, junho 2016.

NETO, Octavio Amorim. A crise política brasileira de 2015-2016: diagnóstico, sequelas e profilaxia. *Relações Internacionais*, dezembro 2016, pp. 43-54.

PFEIFER, Mariana. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, pp. 746-766, out./dez. 2014.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, pp. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. São Paulo, Cortez, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, pp. 430-449, jul./set. 2012.

SILVA, S.S.S. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 113, pp. 86-105, jan./mar. 2013.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. O lulismo nas cordas: depois de uma década virtuosa, marcha rooseltiana perde o rumo e chega ao final de 2015 perto do colapso. *Revista Piauí*, número 111, pp. 31-35, dezembro 2015.

ZIZEK, Slavoj. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo, 2012.

# RELATOS SOBRE O CURSO O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

JOÃO MORAIS DE SOUSA<sup>55</sup>

CIDOVAL MORAIS DE SOUSA<sup>56</sup>

## RESUMO

O texto aborda dois breves relatos sobre os cursos intitulados: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil, oferecidos pela UFRPE e a UEPB, construídos no contexto de um quadro de rupturas democráticas e incertezas políticas, jurídicas, econômicas e sociais que o país atravessa.

**Palavras-chave:** golpe de 2016, democracia, relatos.

## EXPERIENCES FROM THE COURSE THE 2016'S COUP AND THE FUTURE OF DEMOCRACY IN BRAZIL

### ABSTRACT

This text approaches two experiences from the course called: The 2016's coup and the future of democracy in Brazil, offered by UFRPE and UEPB, builded in a context of democratic break and political, juridical, economic and social incertitudes which the country is going through.

**Keywords:** 2016's coup in Brazil; Democracy; Experiences.

### Introdução

O propósito dos breves relatos que aqui apresentamos é o de provocar estudos e reflexões sobre um momento singular da história das universidades públicas brasileiras, pós redemocratização. O impeachment da presidente Dilma Russel em 2016 provocou um raro consenso nas Ciências Sociais: a presidenta tinha sido vítima de um golpe parlamentar, articulado e conduzido pela grande mídia, poder judiciário, oligarquias agrárias, fundamentalistas religiosos e, sobretudo, com amplo apoio do capital internacional interessado em nossas riquezas e patrimônios públicos como a Petrobras. Apesar do discurso de que tudo ocorrera com amparo constitucional, e, portanto, dentro da lei, o fato é que se consensuou é que o impeachment não poderia ser chamado de outra coisa,

55. Doutor em Sociologia pela UFPE e professor Associado da UFRPE, lotado no Departamento de Ciências Sociais.

56. Doutor em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas e professor efetivo da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculado ao Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

senão de golpe.

Nesse contexto, merece destaque o protagonismo do professor e pesquisador Luis Felipe Miguel e sua equipe na UNB na proposição de uma disciplina/curso para compreender o golpe de 2016, cujo título chamou atenção pela clareza: O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil. A proposta foi estruturada em três grandes eixos: (1) entender os elementos de fragilidade do sistema político brasileiro que permitiram a ruptura democrática de maio e agosto de 2016, com a deposição da presidente Dilma Rousseff; (2) analisar o governo presidido por Michel Temer e investigar o que sua agenda de retrocesso nos direitos e restrição às liberdades diz sobre a relação entre as desigualdades sociais e o sistema político no Brasil; (3) perscrutar os desdobramentos da crise em curso e as possibilidades de reforço da resistência popular e de restabelecimento do Estado de direito e da democracia política no Brasil.

O que parecia um tranquilo tópico especial, com carga horária definida, ementa e bibliografia nos formatos tradicionais das grades curriculares de diferentes cursos (no caso do de Ciência Política), acabou se tornando alvo de perseguições, ameaças e, sobretudo, ataques à liberdade de cátedra e à autonomia da instituição. Os ataques partiram, inicialmente, do MEC, que tentou impedir a realização do curso alegando seu caráter ideológico e anti-científico. A atitude do MEC, reverberada e apoiada pela grande mídia, provocou uma rede de solidariedade e uma cadeia de reações por parte dos pesquisadores, sobretudo das ciências humanas e sociais. Em pouco tempo, o curso, com o mesmo formato e conteúdo, passou a ser ofertado em diferentes instituições públicas de todas as regiões do país.

Os ataques se intensificaram. Todas as instituições em que o curso foi oferecido, seja no formato de componente da grade optativa (para a graduação e pós-graduação) ou como curso de extensão, sem exceção, foram vítimas de abusos de poder e manifestações autoritárias da Polícia Federal, setores do Ministério Público e da Justiça Federal e até o Tribunal de Contas da União chegou a ser acionado contra as universidades. As redes sociais também foram usadas para massacrar professores e instituições. Entretanto, o resultado, não foi a retração da oferta, nem a inibição do que já estava em andamento. Ao contrário. Entre maio e dezembro de 2018 mais de 50 cursos aconteceram pelo Brasil, cada um deles com adesões massivas e muita participação ao longo das aulas. Os dois breves relatos a seguir dão pistas importantes de uma experiência que precisa, de um lado, ser estudada, aperfeiçoada e mantida; e, de outro, incluir novos temas que joguem luzes para a compreensão e transformação do presente.

## 2. O caso da UFRPE

O curso O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil, ofertado na Universidade Federal Rural de Pernambuco, foi construído no contexto de um quadro de rupturas democráticas e incertezas políticas, jurídicas, econômicas e sociais que o país atravessava. Nasceu da necessidade e do posicionamento político e acadêmico de um grupo de professores da UFRPE em aprofundar a discussão sobre essa crise. Seguiu os moldes do curso oferecido na Universidade de Brasília e atendeu ao chamamento da comunidade acadêmica (alunos, técnicos e professores), do entorno, dos movimentos sociais, de ONGs e interessados em discutir o golpe. Assim, visou analisar e passar a limpo o contexto dos novos velhos donos do poder; lawfare e fake news; pós-convicções em detrimento de provas; emergência de uma direita fascista, racista, preconceituosa, misógina e disseminadora de ódio; ataques às instituições, aos direitos e à Constituição; aprofundamento das desigualdades e desarticulação dos movimentos sociais. Estas foram as principais razões para o desenvolvimento do curso.

O curso foi desenvolvido em encontros semanais, em forma de seminários, palestras, mesas redondas e rodas de diálogos. O público foi composto por discentes, professores, técnicos, convidados dos movimentos sociais e representantes de ONGs e Organizações Sindicais. Teve uma carga horária de 60 horas e as aulas foram realizadas no período de maio a agosto de 2018, às quintas-feiras das 14 às 18 horas, na sede da ADUFERPE, e alcançou 525 pessoas.

A realização do curso possibilitou despertar nos participantes uma visão crítica mostrando que o golpe solapou as estruturas do Estado Constitucional de Direito no Brasil. Comprometeu princípios democráticos essenciais como as liberdades, os direitos humanos e o respeito às diferenças. Interrompeu a implantação de uma política econômica voltada à inclusão e à justiça social e o empoderamento da nação ao nível internacional.

No sentido formativo, o curso permitiu efetivamente trazer elementos que possibilitassem a reflexão sobre as estratégias e estruturas do golpe de 2016. No campo político tornou pública a posição de um grupo de professores da UFRPE sobre o golpe de 2016 e ofereceu apoio ao Professor Luiz Felipe Miguel da UNB, expressando repúdio contundente ao ataque do governo à autonomia universitária. O curso permitiu, ainda, que se compreendesse as características do sistema político brasileiro responsáveis pela a ruptura democrática de 2016. Também foi feita a análise do governo de Michel Temer, identificando os impactos nas restrições aos direitos e às liberdades no que tange a relação entre as desigualdades sociais e o sistema político no Brasil. Discorreu, também, sobre os desdobramentos da crise e as possibilidades de resistência popular para o restabelecimento

do Estado de direito e da democracia no Brasil.

Por fim, o curso evidenciou que esse processo de ruptura democrática recrudescer uma pauta moralista e conservadora em torno das questões envolvendo misoginia, machismo, homofobia, gênero, religião e o crescimento do movimento “escola sem partido”, e as possíveis repercussões para docência e para o futuro da educação pública brasileira.

Os temas abordados no curso foram: 1) teoria geral do golpe: estado de exceção e estado constitucional de direito; 2) geopolítica do petróleo: sua interferência no golpe de 2016 e além; 3) as reformas neoliberais: a agenda de retrocesso do golpe; 4) conjuntura política e econômica no contexto dos golpes de 1964 e 2016; 5) o golpe de 2016 e a destruição dos direitos o ataque à CLT; 6) Políticas públicas e desenvolvimento rural no pós-golpe de 2016; 7) o golpe de 2016: direitos humanos em tempos de incerteza; 8) direitos humanos, políticas públicas e educação no pós-golpe; 9) Misoginia, machismo, homofobia, gênero e poder pós-golpe; 10) racismo, desigualdades raciais e o golpe de 2016; 11) o impacto do golpe de 2016 na educação: o desmonte do ensino médio, do Fórum Nacional de Educação e das políticas públicas para valorização dos profissionais do magistério; 12) o crescimento do movimento escola sem partido no pós-golpe; 13) o papel das mídias na construção do golpe de 2016 e a resistência das mídias alternativas; 14) o futuro da democracia no Brasil: em busca de utopias possíveis. 15) o golpe de 2016 e a resistência dos movimentos sociais; 16) a destruição da soberania nacional, o judiciário e o golpe de 2016.

No sentido de compreender a relação entre a fragilidade do sistema político brasileiro e os elementos que caracterizam um golpe de Estado, o curso adotou, entre outras, a perspectiva de Bianchi (2016) e a abordagem de Melo (2016), em o Regime político e classes sociais no Brasil do pós-guerra. Considerando a perspectiva histórica, foi discutido, inicialmente, o período que compreendeu o golpe de 1945 à nova República. E para aprofundar essa abordagem, o trabalho organizado por Silva, Calli e Da Silva (2014) Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014), ajudaram nessa compreensão ao apontar os elementos que influenciaram as últimas rupturas democráticas no Brasil.

Para a reflexão sobre as estratégias e estruturas do golpe de 2016, o trabalho de Toledo (2004) foi uma referência, no sentido de evidenciar que o golpe desmonta todas as perspectivas de reformas e de construção da democracia. E um exemplo desse contexto foi o que ocorreu no governo de João Goulart. Considerando o que representou o golpe de 1964, a ditadura militar e o golpe de 2016, trabalhos como o de Reis, Ridenti e Mota (2004), Vitullo (2001) e Limongi e Figueiredo (1998), também ajudam nesta elucidação. Os

últimos autores aprofundam a discussão sobre os marcos constitucionais do nosso sistema político na Nova República.

Uma das concepções da democracia trabalhada no curso foi a de Rancière (2014), em seu trabalho *Da democracia vitoriosa à democracia criminoso*. Também a questão da desdemocratização foi debatida no que tange sua relação com o capitalismo. O trabalho de Claus Offe (1984) *‘Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas’*, foi outra obra estudada para aprofundar este entendimento. No entanto, um dos trabalhos mais elucidativo desta temática (democracia), e que teve uma importância significativa para o curso, foi o de Luis Felipe Miguel (2014), intitulado *‘Democracia e representação: territórios em disputa’*.

Na relação com o contexto global de crise, a temática democracia foi trabalhada nos termos de Streeck (2012) e Ballestrin (2017), com os seus respectivos trabalhos *‘As crises do capitalismo democrático’* e *‘Rumo à teoria pós-democrática’*.

Sobre o novo sindicalismo, o surgimento do PT e o lulismo ou pacto lulista, o curso adotou perspectivas como as dos autores Sader (1998), Singer (2012), Valente (2017) e Medeiros (2017). Este último organizou o trabalho, intitulado *‘Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo’*. Quanto ao governo Dilma, uma orientação foi a perspectiva adotada por Singer (2016) em *A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista’*.

O curso abordou, ainda o que significou as *‘jornadas de junho 2013’* e seus impactos para as eleições de 2014 e à destituição de Dilma. Nesse sentido, o curso seguiu abordagens como as de Ruy Braga (2016), Marcos Nobre (2013) Fábio Wanderley Reis (2017). Esta última referência está publicada no livro, organizado por Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli intitulado: *‘Encruzilhadas da democracia’* - muito importante para a fundamentação deste curso.

No que tange a perspectiva do poder judiciário no golpe, o curso adotou abordagens como a desenvolvida por Marcelo Semer (2016) no seu trabalho: *‘Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário’*.

Quanto a análise do governo presidido por Michel Temer e o que sua agenda de retrocesso nos direitos e restrição às liberdades diz sobre a relação entre as desigualdades sociais e o sistema político no Brasil, inicialmente o curso caracterizou o governo Temer como um governo ilegítimo. Depois, apontou sua agenda de retrocesso (retirada de direitos, redução do Estado, desnacionalização e ataque às liberdades e à democracia). Nessas abordagens foram trabalhadas perspectivas de autores como: Sakamoto (2016), Carvalho (2016), Escobar (2016) e Gomes (2017).



Na compreensão sobre o papel das mídias na construção do Golpe de 2016 e a resistência das mídias alternativas, o curso deu atenção à abordagem de Prudêncio (2014), presente em seu estudo *Micromobilizações*, alinhamento de quadros e comunicação política e também à abordagem do trabalho de Moretzsohn (2016), *A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida*.

No que diz respeito a resistência popular e o restabelecimento do Estado de direito e da democracia, o curso adotou, entre outras abordagens, a perspectiva de Guimarães (2018). O curso percorreu sobre o surgimento de uma direita radical e a ascensão do parafascismo, trabalhando concepção como a de Solano Gallego (2017). Seguindo esta mesma abordagem, crítica-reflexiva, foi trabalhado no curso o tema do crescimento do Movimento Escola Sem Partido no pós-golpe. Ainda, com as temáticas envolvendo misoginia, machismo, homofobia, gênero e poder, também no pós-golpe. Bem como a temática do desmonte do Ensino Médio, do Fórum Nacional de Educação e das Políticas públicas para valorização dos profissionais do magistério. O curso ainda abordou o tema dos desdobramentos sobre ‘o futuro da democracia no Brasil: em busca de utopias possíveis’.

Em todas as atividades desenvolvidas no curso foram eleitos métodos abertos, envolventes e apropriados de construção do saber, mediante a perspectiva dialógica, procurando sempre despertar junto aos participantes o desejo pelo aprendizado, sobretudo, através de leituras, vídeos, debates, seminários, rodas de diálogos e palestras - de forma prazerosa, dinâmica e contextualizada.

Compreendemos que iniciativas como esta do curso, favorecem aos participantes uma formação acadêmica que se orienta pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Afinal o curso articulou esse tripé (ensino, pesquisa e extensão), nas diferentes temáticas desenvolvidas: democracia, direitos humanos, mídia, racismo, reformas neoliberais, políticas públicas, educação e movimentos sociais, no sentido de um aprendizado mais humano, contextualizado, integrado as várias áreas do saber e comprometido com a mudança social.

### **3. O caso da UEPB**

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) foi uma das cinco primeiras universidades públicas brasileiras a aderir à rede de solidariedade que se construiu em torno do projeto da UNB, já relatado, brevemente, na introdução. A UEPB tem 52 anos de história. Criada, em abril de 1966, como Universidade Regional do Nordeste (URNE), foi estadualizada em 1987 (Lei 4.997/1987), tornando-se, a partir daí, pública e gratuita. Em 1996, obteve credenciamento do Ministério da Educação (MEC) e, em 2005, conquistou autonomia

financeira. Administra, hoje, um orçamento de pouco mais de R\$ 300 milhões, repassado pelo Governo do Estado em formato de duodécimo. Conta, atualmente, 564 professores doutores e 271 mestres no quadro permanente, além de 638 técnicos administrativos. Mantém uma estrutura operacional com 8 campi, distribuídos nas principais mesorregiões do Estado da Paraíba: Mata Atlântica (1), Agreste (2), Borborema (1), Cariri (1), Curimataú (1) e Sertão (2). Encontram-se em funcionamento 52 cursos de graduação presencial, 5 de educação a distância (EaD), 4 cursos técnicos, 24 cursos de especialização e 21 programas de pós-graduação stricto sensu (5 deles com mestrado e doutorado). Tem 20.797 alunos matriculados, sendo 17.889 em cursos de graduação, 1.400 na pós-graduação, 1.096 em EAD e 395 nas duas escolas técnicas mantidas pela instituição.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2004-2020 reafirma a missão de produzir, socializar e aplicar o conhecimento, formando profissionais qualificados, críticos e socialmente comprometidos, nos diversos campos do saber, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão inovadora, de modo a contribuir para o desenvolvimento educacional, econômico e sociocultural do País e, particularmente, do Estado da Paraíba. Fundamenta-se num conjunto de princípios e interações dialógicas que norteiam e orientam a instituição, num processo dinâmico de aprendizado, participação, discussão e reflexão contínuos. Tanto a missão quanto os princípios deram suporte institucional para a construção, interna, de condições objetivas à realização do curso sobre o golpe de 2016 e o futuro da democracia brasileira. Como a universidade é multicampi, três grupos, em campus diferentes (Campina Grande, Guarabira e Patos) se articularam para a oferta, no mesmo formato (extensão), com pequenas adequações de conteúdos e referências, incluindo, por exemplo, a questão regional. Os objetivos se mantiveram conforme a proposta do professor Luis Felipe Miguel, da UNB.

A distribuição geográfica dos campi permitiu atingir público de, pelo menos, quatro regiões do estado: Borborema, Agreste, Cariri e Sertão. Em relação ao perfil geral dos cursos cinco características se destacaram: (1) no conteúdo, a inclusão de uma leitura crítica da política regional e local e a participação desta no golpe; (2) no formato, oferta como curso de extensão (com carga que variou entre 45 e 60 horas); (3) na gestão, uma coordenação em cada campus; (4) todos contaram com forte apoio institucional (liberação de auditórios, transporte para a condução de professores visitantes, suporte técnico e secretaria); e (5) todos foram ministrados com a participação solidária de vários professores (houve revezamento entre os três campi) e a colaboração de colegas de outras instituições da região e até de outros estados e países (via Skype, por exemplo). Outra característica comum foi o volume de inscrições: todos tiveram mais de 100 inscrições. Não houve seleção prévia. A inclusão de todos os inscritos exigiu adequação no planejamento

inicial e a substituição das salas de aulas tradicionais por auditórios.

Quanto à metodologia, apesar da participação inicial acima dos limites de uma sala de aula convencional, houve esforços de professores, estudantes e técnicos para construir oportunidades dialógicas. A Universidade sofreu ataques, inclusive do Ministério Público Estadual, de grupos radicais de direita, olavistas e anti-petistas, que, nas primeiras semanas, usaram as Câmaras de Vereadores, a mídia local e regional, sobretudo as redes sociais e emissoras de rádios, para descarregar seu ódio contra a anti-cientificidade e carga ideológica do projeto em andamento. O Ministério Público pediu explicações; a Câmara Municipal de Patos, por exemplo, aprovou voto de repúdio; até na Assembleia Legislativa o tema repercutiu. Ante a ameaças diretas e veladas, a universidade manteve sua equipe de procuradores de plantão, especialmente nos dias de aula do curso. O Tribunal de Justiça do Estado chegou a ser acionado e decidiu pela liberdade de cátedra e autonomia universitária. Grupos à direita mantiveram militantes inscritos (infiltrados) nos três campi, com uma atuação mais forte no campus central de Campina Grande. Importante destacar, porém, que poucos chegaram ao fim do curso. Outros, como no caso de Patos, se mantiveram até o final, com depoimentos surpreendentes na avaliação: a diferença é salutar.

Dentre os temas da proposta que geraram maior embate pelo menos três se destacaram: o conceito de golpe e a inclusão do impeachment como tal; as relações democracia e capitalismo; e o papel e limites do lulismo, a lava jato e deposição da presidenta Dilma Russel. Os três cursos, apesar do volume de inscrições, registraram frequência média abaixo de 50 alunos. Não se trata, ainda, de uma avaliação qualitativa, mas algumas questões puderam ser percebidas com mais clareza depois da experiência dos três cursos na UEPB e dos mais de 30 realizados em diferentes instituições brasileiras: (1) pela primeira vez, depois do processo de redemocratização, e, sobretudo da Constituição de 1988, a universidade pública foi severamente ameaçada em dois valores fundamentais: a sua autonomia e a liberdade de cátedra do professor; (2) os cursos também revelaram vulnerabilidades importantes nas relações da universidade com a sociedade que, em alguns casos, chegou a apoiar o que chamamos aqui de ataques; e (3) a manutenção do modelo transferencista, cuja agenda não se vincula com as demandas críticas para o desenvolvimento dos territórios aonde estão instaladas (as universidades públicas), pode ampliar as ameaças e reduzir as oportunidades, numa leitura de planejamento estratégico.

Recebido em: 02 de março de 2019.

Aprovado em: 19 de maio de 2019.

## Referências

BIANCHI, Alvaro. O que é um golpe de Estado. Blog Junho, 26 mar. 2016 (blogjunho.com.br/oque-e-um-golpe-de-estado/).

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes, em André Singer e Isabel Loureiro (orgs.), *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOBAR, Pepe. O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida. Outras Palavras, 30 mar. 2016 (outraspalavras.net/brasil/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida/).

GUIMARÃES, Juarez. Não há nada mais desmobilizador hoje do que 2018. Entre nós e 2018 há um abismo. Entrevista. *Crônicas do Sul 21*, 16 jul. 2017 (www.sul21, 16jul.2017 (www.sul21.com.br/jornal/nao-ha-nada-maisdesmoralizador-hoje-do-que-2018-entre-nos/).

MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia (orgs.). *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre: Zouk, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. *Introdução a Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida, em Adriano de Freixo e Thiago Rodrigues (orgs.). *2016, o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

NOBRE, Marcos. *Choque de democracia: razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

REIS, Fábio Wanderley. Crise política: a opinião pública contra o eleitorado, em MIGUEL, Luis Felipe.

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário, em Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (orgs.), *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SILVA, Marcio Antônio Both da (orgs.) *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM.

SOLANO Gallego, ESTHER. Populismo de direita: guerras culturais e antipetismo, em TELES, Barbara Caramuru Teles (org.), *Enciclopédia do golpe*.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia, em Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.), *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.

## HERMENÊUTICA DO GOLPE DE 2016

J. C. MARÇAL<sup>57</sup>

### RESUMO

Trata-se de elaborar uma hermenêutica sobre o Golpe de 2016 no Brasil a partir de uma abordagem marxista (os conceitos de lutas de classe, domínio ideológico e crítica ao capitalismo) e freudiana (os conceitos psicanalíticos de libido, transferência e pulsão de morte) para compreender um viés específico da vida política do país que vai de 2012 a 2018 - do Plano Atlanta ao impedimento da presidenta Dilma Rousseff e da prisão de Lula à eleição de Jair Bolsonaro - em uma perspectiva histórica, político-econômica e moral.

**Palavras-chaves:** Golpe, Hermenêutica, Marxismo, Psicanálise.

## HERMENEUTICS OF THE COUP OF 2016

### ABSTRACT

It is a question of elaborating a hermeneutic about the 2016 Coup in Brazil from a Marxist approach (the concepts of class struggles, ideological domain and a critical thought to capitalism) and Freudian (the psychoanalytic concepts of libido, transference and death instinct) to understand a specific bias of the country's political life from 2012 to 2018 - from the Atlanta Plan to the impeachment of President Dilma Rousseff and from Lula's arrest to the election of Jair Bolsonaro - in a historical, political-economic and moral perspective.

**Keywords:** Coup. Hermeneutics. Marxism. Psychoanalysis.

Será uma tarefa árdua para os historiadores explicarem, para as futuras gerações, o que ocorreu no Brasil no período de 2012 a 2018 e suas consequências após as eleições. As abordagens poderão ser as mais variadas: geopolítica do petróleo, a questão da misoginia, políticas neoliberais, o poder da mídia e o antipetismo, ascensão de um discurso fascista, anomia constitucional, crise econômica e política etc. Entretanto, tal tarefa deverá ser encetada com o intuito de tornar claro o que moveu o país para uma mudança tão radical: de uma esquerda moderada a uma direita com viés extremista.

Para contribuir nesse diálogo que tenta pensar a partir do próprio olho do furacão, iremos elaborar uma hermenêutica sobre o Golpe de 2016 - iremos denominá-lo de Golpe

57. Professor Adjunto de Filosofia da UFRPE.

mediático-jurídico-empresarial - nos valendo de dois pensadores: Karl Marx e Sigmund Freud. Essa tentativa de explicar o real na confluência de dois pensadores tão diferentes não é nova: a Escola de Frankfurt assim o fez, bem como o contemporâneo Slavoj Žižek que se utiliza de Hegel, Marx e Lacan para explicar os meandros da realidade.

De Marx, iremos nos utilizar dos conceitos de lutas de classes, domínio ideológico e crítica ao capitalismo, enquanto de Freud iremos utilizar os conceitos de libido, transferência e pulsão de morte. Essa junção visa permitir uma compreensão histórico-dialética do processo que culmina com a eleição do candidato Jair Bolsonaro e suas implicações político-econômicas de um lado e as implicações de cunho moral de outro. Das diretrizes do Plano Atlanta de 2012 às teratologias jurídicas do processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff “encabeçadas” por Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior à prisão de Lula e à campanha eivada de pós-verdade de Jair Bolsonaro, ambos os autores nos permitirão vislumbrar os fundamentos de alguns momentos e decisões essenciais ao todo do processo do Golpe.

## 2. Da Tragédia à farsa: neoliberalismo e geopolítica do petróleo

É célebre o adendo que Marx faz a Hegel no 18 Brumário sobre o fato de que todos os fatos e personagens da história do mundo se repetem: “[...] esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”<sup>58</sup>. Primeiro a Ditadura Militar, depois o Golpe de 2016. Pode-se pensar como foi possível, após os avanços socioeconômicos dos governos do PT, vermos a decadência de 86% de aprovação do presidente Lula e de suas políticas de inclusão virar manifestações a favor de uma direita que parecia tatear em suas propostas e sinalizar meramente para um antagonismo partidário. Mas Marx já advertira: a tradição de “[...] todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”<sup>59</sup>.

As advertências de Hayek e Friedman a Thatcher não seriam facilmente esquecidas. Como indicara David Harvey, o capitalismo, para sobreviver, precisa criar crises, uma vez que o neoliberalismo nada mais é do que domínio do capital financeiro e seu poder de especulação: sem crise, sem crescimento<sup>60</sup>. Vimos, por exemplo, essa crise assolar a Argentina, o papel do FED na economia americana em 2008, a crise na Grécia, os desmandos no Iraque, Líbia e Síria e o papel da Standard & Poor’s ( e isso mesmo a despeito das críticas de Paul Krugman) - e a posteriori da Fitch - criar uma crise econômica no Brasil a partir das reações do “mercado”.

58. MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: Os Pensadores. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 329.

59. Op. Cit.

60. Cf. HARVEY, David. O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

Historicamente, pode-se indicar como um dos pontos de partida dessa crise anunciada a reunião do Plano de Atlanta de 2012. Em um documento da COPPPAL, seu presidente, Manolo Pichardo, indicou que estratégias de setores conservadores das Américas - capitaneados pelos EUA - visavam não apenas desestabilizar as democracias populares do continente, como impedir, a posteriori, Lula de se candidatar em 2018<sup>61</sup>. Com o intuito de destruir a ordem institucional e democrática, o Plano Atlanta visava a intervenção espoliadora dos tradicionais baluartes da condução da vida político-econômica da região em contraposição aos governos progressistas que surgiram no século XXI.

Marx fala em *Klassenkämpfe*, ou seja, em lutas de classes no plural. O Manifesto Comunista quer demonstrar que a luta não se refere apenas à luta do proletariado contra o capitalista. O plural aqui “[...] remete à multiplicidade das configurações que a luta de classes pode assumir”<sup>62</sup>. Refere-se, também, entre outras, à luta entre as nações. Não há mudança no fato de que as relações econômicas é que fundam a base material das atuais lutas de classes - o que valia ao tempo de Marx, ainda vale hoje. O Plano Atlanta é uma estratégia de classe para impedir, na América Latina, que governos democráticos pudessem ensejar políticas socioeconômicas que fossem de encontro aos interesses predadores de empresas atreladas a tal núcleo e, ainda mais, alcançassem, em âmbito nacional, o verdadeiro sentido de soberana e autonomia. No caso específico do Brasil, era notório o caráter de protagonista que o país estava assumindo e as ameaças que tal protagonismo significava para a política de Washington<sup>63</sup>.

É importante indicar que a descoberta do pré-sal pela Petrobrás em 2006 e as consequentes descobertas posteriores - a quantidade de petróleo leve e gás indicavam a extração de 5 a 8 bilhões de barris, elevando, na Bovespa, as ações da Petrobrás em 20 por cento e de suas parceiras, a BB Group e a Galp<sup>64</sup> - e a tomada de posição do governo do PT de nacionalização dessa riqueza, pareciam assinalar que o Brasil iria entrar em um novo período de crescimento econômico e de protagonismo na América Latina. O Plano Atlanta, portanto, já tinha em visto essa crescente autonomia e protagonismo do Brasil.

Os fundamentos do neoliberalismo americano se assentam em políticas imperialistas. Em 2014, o Brasil assume uma postura que demonstrava o afastamento do país dessa

---

61. Cf. CARTACAPITAL. Lula é a joia da coroa do Plano Atlanta. In: <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-e-a-joia-da-coroa-do-plano-atlanta>. Visitado em: 20/10/2018. Não se deve olvidar, entretanto, as controvérsias que essa entrevista gerou e seus desdobramentos.

62. LOSURDO, Domenico. A luta de classes. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 29.

63. A BBC elencou quatro fatores para a perda do protagonismo do Brasil na América Latina à época do governo de Dilma: empreiteiras em apuros, o avanço da China, os problemas domésticos de Dilma e economia enfraquecida. De nossa parte, entendemos que os itens 1, 3 e 4 se referem ao que citamos acima com o papel crucial das agências de investimentos e suas políticas neoliberais. Quanto ao item 2, é importante lembrar do encontro da Sexta Cúpula dos BRICS em Fortaleza de 15 a 16 de julho de 2014 e suas perspectivas e acordos. Cf. BBC. Quatro razões para a perda do protagonismo do Brasil. In: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150329\\_analise\\_brasil\\_lideranca\\_regional\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150329_analise_brasil_lideranca_regional_lgb). Visitado em: 12/11/2018.

64. Cf. REUTERS, Petrobrás descobre reserva gigante de petróleo; ações disparam. In: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRN0820855620071108>. Visitado em: 02/09/2018.

influência americana. Em Fortaleza, Dilma Rousseff se alinha com a China, Rússia, Índia e África do Sul para a criação de um fundo de reserva e banco de investimentos. O fundo de reserva recebeu um aporte de US\$ 100 bilhões, enquanto o banco de investimentos recebeu um aporte de US\$ 50 bilhões. Interessante que, antes da reunião, Dilma havia se reunido com Vladimir Putin, presidente da Rússia, para assinarem nove atos de cooperação<sup>65</sup>.

Não foi de se estranhar, portanto, que o Wikileaks tenha revelado, em 2015, documentos secretos do governo americano. Esses documentos se referiam a informações confidenciais da Agência de Segurança Americana, a NSA. A Agência havia grampeado o telefone da presidenta Dilma Rousseff e mais 29 telefones de ministros<sup>66</sup>. Os números grampeados se referiam ao primeiro mandato da presidenta - o que demonstra a preocupação com as políticas do PT em relação à política externa do país que culminou com o acordo em Fortaleza.

A descoberta de Julian Assange tornava claro que a política de vigilância dos EUA se estendia, agora, para países amigos. Pode-se inferir uma conexão entre esses grampos e as diretrizes do Plano Atlanta: trata-se de vigiar os passos de um país que busca sua autonomia - e isso o pré-sal já dava fortes indícios - econômica e política. Mas como indicado, a luta de classes possui contornos complexos que se estendem em diversas direções. Aqui, tratava-se de coibir tanto as políticas do governo brasileiro como de criar um ambiente propício para que a popularidade desse mesmo governo sofresse uma queda drástica, capaz de redimensionar a política interna do país.

O crescimento da crise econômica no Brasil permitiu que o discurso da grande mídia assinalasse para esse caminho de reversão da popularidade do governo. A exacerbação do discurso midiático se atrelava a uma legitimação da instauração do processo de impedimento contra Dilma Rousseff. Foucault e Bourdieu compartilham a ideia de que o discurso “[...] de uma instituição, propagado por uma pessoa que pertence a esta, qualifica essa pessoa como detentora de poder, mas, da mesma forma, esse poder nunca é pessoal e, sim, qualificado pela instituição”<sup>67</sup>. Os discursos das instituições já estão prontos, circulando na sociedade, anteriores aos indivíduos. Nesse sentido, é “[...] a instituição que concede o poder ao indivíduo, é a que permeia toda a sua obra”<sup>68</sup>.

A dimensão midiática do Golpe tinha como lastro duas frentes: construir um ideal antipetista - culpando o PT por todos os problemas do Brasil e como a fonte única da corrupção no país, denegrindo a imagem de Dilma nas mais diversas frentes - e pavimentar

65. Cf, ao encontro, ver GLOBONews. Cúpula do Brics: veja as principais decisões do encontro de países. In: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/07/cupula-do-brics-veja-principais-decisoes-do-encontro-de-paises.html>. Visitado em: 12/10/2018.

66. Cf. ÉPOCA. Estados Unidos espionaram 29 integrantes do governo Dilma, diz Wikileaks. In: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/07/estados-unidos-espionaram-29-integrantes-do-governo-dilma-diz-wikileaks.html>. Visitado em: 17/10/2018.

67. POZOBON, Rejane; DAVID, Carolina. Impeachment de Dilma Rousseff: análise argumentativas de Veja e CartaCapital após a votação na Câmara dos Deputados. Intexto. Porto Alegre, UFRGS, 2018, n. 41. p.175.

68. Op. Cit.



o sentimento de necessidade do impedimento da presidenta. O discurso, usado como instrumento de poder, deveria saltar da mídia para as instituições jurídicas. Era preciso garantir o tom de legitimidade e legalidade do processo - toda e qualquer tentativa de politizar o processo era rechaçado como fora do “verdadeiro” âmbito de articulação do sentido.

A legitimidade do discurso chancela seu poder na sociedade e lhe confere força sobre os indivíduos. As relações de poder reverberam no núcleo dos discursos legitimados das instituições. Sendo assim, era preciso conferir uma aura jurídica ao processo de mudança política por meio de um Golpe. É interessante - e necessário - assinalar que o papel dos militares nesse processo não é o mesmo do que ocorreu em 1964. Não se trata de uma tomada de poder direta. O papel dos militares é salvaguardar essa pretensa legitimidade, é ficar nos bastidores, na retaguarda do processo: toda vez que as instituições se pronunciavam ou se insinuavam contra o todo do processo do Golpe, os militares surgiam como uma sombra para que o caminho estivesse devidamente salvaguardado dos interesses daqueles que desejavam instaurar o Golpe.

Os bastidores dessa “operação” se revelaram na fala do senador Romero Jucá, em 2016, em uma conversa gravada com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. Na conversa, Jucá afirma que é preciso estancar a sangria causada pela operação Lava Jato - em que ambos estavam sendo investigados. Machado estava com receio de Janot e Jucá diz: “Eu acho que a gente precisa articular uma ação política”. Retruca Machado: “É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional”. Jucá: “Com o Supremo, com tudo”<sup>69</sup>. Esse grande acordo visava destituir Dilma da presidência e estabelecer um novo rumo político para o país. Já em 2014, Aécio Neves convoca a população a protestar e o PSDB requer, junto ao TSE, a cassação da chapa vencedora das eleições para presidente. Movimentos que se diziam apartidários - como o MBL e o Vem para a Rua - se alinham contra o PT no discurso generalista contra a corrupção. O cenário estava montado.

No dia 29 de março de 2015, o PMDB - após diversas manifestações pedindo o impedimento da presidenta Dilma Rousseff - oficializa sua ruptura com o PT. Miguel Reale Junior e Janaína Paschoal elaboram um pedido de impedimento contra Dilma Rousseff que é entregue ao presidente da Câmara por deputados da oposição. O pedido, em linhas gerais:

*[...] afirma que Dilma Rousseff teria editado seis decretos de abertura de crédito suplementar sem a autorização do Congresso e utilizado bancos públicos para financiar programas de governo - o que ficou conhecido pela expressão “pedaladas*

69. Cf. FOLHA DE SÃO PAULO. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter a Lava Jato. In: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Visitado em: 22/10/2018.

*fiscais”. Assim, teria praticado conduta prevista na Lei no 1.079/1950<sup>70</sup>.*

Instaura-se, então, a dimensão jurídica do Golpe que visa, perante a população, justificar seu intento por meio da legitimidade e legalidade que a esfera do Direito se arvora. O ativismo judicial, já preconizado na tese de doutorado de Sérgio Moro, não se vale apenas da interferência política do judiciário, mas do uso cada vez maior da mídia como aliada no processo de construção de seus interesses. O poder judiciário - enquanto guardião da Constituição - assume uma atividade quase legislativa, participando de decisões políticas.

No dia 31 de agosto de 2016, por 61 votos a 20 em votação no plenário do Senado, Dilma é destituída do cargo. Michel Temer toma posse e as políticas do país mudam drasticamente. A Ponte para o Futuro - texto com dezenove páginas - trata, em linhas gerais, da necessidade de instaurar reformas urgentes no Brasil. Pode-se, assim, resumir o conteúdo do programa do governo Temer:

*Em linhas gerais, percebe-se no documento uma grande preocupação com a crise fiscal (diminuição dos recursos carreados aos cofres públicos) e com a rigidez do orçamento (“dificuldade” para alocação dos recursos). Esses fatores, combinados com a indexação de benefícios (salários, aposentadorias etc.) e com a falta de uma ampla reforma da Previdência, teriam contribuído para um desequilíbrio nas contas do Governo, para o aumento da inflação e para a crise econômica de modo geral. A solução, de acordo com o texto, deve passar pelo crescimento econômico, pela reforma do orçamento - para “flexibilizar” os destinos dos gastos públicos -, pela redução da taxa básica de juros e pela reforma da Previdência Social, principalmente com a revogação da indexação dos benefícios pelo salário mínimo (desindexação) e com o aumento da idade mínima para a aposentadoria<sup>71</sup>.*

O alcance do programa Ponte para o Futuro se alinhava com as expectativas neoliberais e ia além de suas próprias diretrizes: congelamento dos investimentos em ações sociais, retirada de diversos direitos trabalhistas, reformulação da Previdência contra os trabalhadores, processo de eliminação do poder dos sindicatos, venda do nosso pré-sal e políticas agressivas de privatização.

Entretanto, o processo não culminaria com o impedimento de Dilma. A baixíssima popularidade de Michel Temer não garantiria a permanência no poder dessas políticas neoliberais. O grande inimigo - e isso visando as eleições presidenciais de 2018 - era o ex-presidente Lula. Em 20 de agosto desse ano, o Ibope indicava que Lula tinha 37% de intenção de votos contra 18% de Jair Bolsonaro. O populismo de Lula surgia, então, como um entrave para a continuação do Golpe.

70. CAVALCANTI, Bernardo; VENERIO, Carlos. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do Governo Temer. RIL, Brasília, 2017, a. 54, n.215, p. 143.

71. Op. Cit. pp.155-156.

Como dissera Manolo Pichardo, “Lula é a joia da coroa do Plano Atlanta”<sup>72</sup>. Lula é preso no dia 7 de abril de 2018. A fragilidade das acusações contra o ex-presidente se tornaram ainda mais evidente - para além da decisão teratológica de Moro - quando o MTST invadiu o triplex no Guarujá e mostrou para o Brasil as inconsistências entre o que havia sido afirmado por Moro no processo e a realidade do próprio triplex. Escreve Boulos: “Foi uma condenação sob encomenda, com viés casuístico e eleitoral. Manteve-se a aparência do rito judicial, em alguns momentos nem isso, mas as cartas estavam marcadas”<sup>73</sup>.

Com Lula fora do processo eleitoral de 2018, era preciso traçar os caminhos para a eleição de um candidato alinhado com a direita e com os interesses dos EUA: abria-se caminho para a eleição de Jair Bolsonaro. A luta de classes, agora, assumia uma nova cara: a dimensão moralista da cultura e do desejo.

### 3. Da retenção da libido à libido da retenção

Assim Freud define libido: ““Libido é um termo vindo da doutrina das pulsões, já utilizado nesse sentido por A. Moll (Pesquisas sobre a libido sexualis, 1898) para designar a expressão dinâmica da sexualidade, introduzida na psicanálise pelo autor destas linhas”<sup>74</sup>. Libido, portanto, se refere à energia das pulsões sexuais e a transformação da pulsão sexual quanto ao objeto, alvo e fonte de excitação<sup>75</sup>. Trata-se de conceito quantitativo que permite mensurar os processos de excitação sexual.

Em termos sucintos, pode-se definir transferência nos seguintes termos: “[...] processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos”<sup>76</sup>. Em termos psicanalíticos, o conceito ganha prevalência no contexto da relação analítica. Aqui, o estenderemos na relação com o objeto da libido. Tal permissão conceitual irá nos auxiliar a compreender o caráter de repressão de um tipo específico de libido e seu papel na construção do discurso do candidato Jair Bolsonaro.

De caráter acentuadamente machista, misógino, homofóbico, racista e classista, a cultura brasileira - a partir da abertura democrática e a consolidação das garantias fundamentais com a Constituição de 1988 - viu-se diante de novas expressões: o crescimento do movimento feminista, a luta dos movimentos negros e dos movimentos LGBTIQ. Historicamente, constrói-se uma ruptura com o que era considerada, em termos

72. CARTACAPITAL. Op. Cit.

73. Op. Cit.

74. FREUD, Sigmund. *Psychanalyse* et “Théorie de la libido. Oeuvres complètes Psychanalyse. Diretores da publicação: André Bourguignon e Pierre Cotet; diretor científico: Jean Laplanche, Paris, PUF. (1923a/1991). p.204.

75. Jung amplia o conceito de libido entendendo-a como a energia psíquica geral. Cf. LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário de Psicanálise*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p.343.

76. Op. Cit. p.668.

do senso comum, a moralidade da família ideal, de uma compreensão sobre a sexualidade calcada em paradigmas específicos e na questão racial e o locus da mesma. .

Jair Bolsonaro - tanto no período de sua campanha a presidente quanto no período de sua atuação parlamentar - ficou notório por seu discurso homofóbico, machista e racista<sup>77</sup>. A questão fundamental aqui é: como é possível pensar a ascensão de um discurso ultraconservador no Brasil do início do século XXI?

Nossa tese: Bolsonaro deu voz a uma libido reprimida que encontrou em seu discurso um modo de expressar seu gozo. Tal gozo, entretanto, como uma negação de si mesmo, só é possível de ser efetivado a partir da própria negação do objeto de excitação. Assim, o homofóbico encontra seu gozo na negação do homossexual, o misógino na negação da mulher e o racista na negação dos negros. A repressão inicial dessa libido se realiza na repressão da libido do outro e, mais radicalmente, na negação da existência do outro. A libido opera uma transferência de objeto - o que pode ser desejado, aquilo que o superego aceita como moralmente válido, é negado na libido e transferido, de maneira inconsciente, para o verdadeiro alvo.

Henry Adams, Lester Wright e Bethany Lohr escreveram um artigo que nos auxiliará a lançar luz nessa tese: *Is Homophobia Associated With Homosexual Arousal?* (Está a homofobia associada com excitação homossexual?). Os autores afirmam que Kuyper, em 1993, indica que a homofobia é resultante da remanescência da homossexualidade na resolução heterossexual do Complexo de Édipo<sup>78</sup>. Como é possível mensurar tal proposição?

Os autores, na Universidade da Georgia, realizaram um experimento com 64 homens. A experiência se iniciou com uma entrevista, a clássica IHP que estabelece o índice de homofobia. Dividiram, então, em dois grupos: os homofóbicos e os não homofóbicos. Ambos foram expostos a vídeos pornográficos com sexo consensual entre parceiros heterossexuais e homossexuais masculinos e femininos. Durante a projeção, cada indivíduo era monitorado usando um pletismógrafo - instrumento que registra mudança de tamanho de alguma parte do corpo. No caso da pesquisa, o instrumento foi usado para medir a ereção a partir de estímulo sexual. Resultado: a maioria dos homofóbicos teve tumescência e ereção significativas após serem expostos a vídeos pornográficos com parceiros masculinos homossexuais<sup>79</sup>.

O discurso de Jair Bolsonaro incitava elementos de uma libido retida, reprimida. O lugar do gozo do reprimido - no caso, o machista, racista e homofóbico - estava interdito como o lugar do politicamente incorreto. Alinhado ao crescente espírito antipetista -

77. Cf. REVISTA FÓRUM. Bolsonaro destila seu ódio e sua homofobia no SBT. In: <https://www.revistaforum.com.br/bolsonaro-destila-seu-odio-e-sua-homofobia-no-sbt/>. Visitado em: 22/10/2018.

78. Cf. ADAMS, Henry, et al. *Is Homophobia Associated With Homosexual Arousal?* *Journal of Abnormal Psychology*, 1996, Vol. 105, No. 3, 440-445.

79. Cf. Op. Ci

bem urdido cotidianamente por uma grande parcela da mídia - o discurso de ódio se transformou na fonte de realização inicial dessa libido reprimida.

Bolsonaro parecia surgir, em uma aproximação com a teoria psicanalítica, como o grande pai, ou seja, aquele que pode interditar ou dar acesso ao gozo. No ideal do indivíduo reprimido, o discurso de Bolsonaro funcionava como o disparo de realização de sua libido. Evidente que esse mesmo indivíduo, por exemplo, não reconheceria a latência de sua homossexualidade. Ao contrário, sua ferocidade já é o indicativo dessa negação inconsciente. Mas o desejo não segue os ditames morais. Daí, na impossibilidade do rigor moral do superego em realizar tais demandas libidinais, a raiva e a negação com relação ao outro (na verdade, o objeto de desejo) se tornar o lugar da própria realização. Processo perverso e que se ocultava sobre a égide de uma moral que se quer universal e a única válida.

Pode-se inferir, portanto, que é possível pensar a retenção da libido do misógino como a negação da mulher - transferência de si mesmo para o outro que afirma esse si mesmo e o nega quando é subjugado - e do racista nesse mesmo âmbito. Entretanto, essa pulsão pode se transformar em pulsão de morte. Do local da retenção da libido do outro como modo de realizar a libido do reprimido, a negação total do outro surge como pulsão de morte.

Assim Laplanche define pulsão de morte: “Voltadas inicialmente para o interior e tendentes à autodestruição, as pulsões de morte seriam secundariamente dirigidas para o exterior, manifestando-se então sob a forma de pulsão agressiva ou destrutiva”<sup>80</sup>. Absolutamente instrutiva essa conceituação para nosso caso em particular. A repressão da libido aqui apontada indica que a pulsão de vida tem como contraposição a pulsão de morte, o estado anorgânico. A dimensão de agressividade e destruição que lhe acompanha nos permite vislumbrar a segunda etapa dessa disfunção, ou seja, da negação do direito do outro em ser diferente do objeto que moralmente aceito, mas que não o é em verdade e que inconscientemente é o alvo desse desejo, passa-se à negação total do outro.

O processo de construção desse ideal de negação - e, portanto, de realização da libido reprimida - se deu por uma massiva ofensiva nas redes sociais por parte da campanha de Jair Bolsonaro. Os elementos da Cambridge Analytica - e o papel fundamental de Steve Bannon na campanha do candidato brasileiro - se demonstrou eficaz. Não se tratava mais, em um mundo pós-moderno dominado pela tecnociência, de fazer campanha política nos antigos moldes: propaganda na TV e no rádio, comícios e passeatas. Na verdade, Bolsonaro se eximiu dessas atividades. Não participou dos debates na TV, não fez comícios e nem

---

80. LAPLANCHE. J. Op. Cit. p. 528.

passeatas ou carreatas e tampouco precisou de espaço na propaganda política eleitoral gratuita. Ao contrário, foram o Twitter e o Whatsapp que impulsionaram seu discurso e sua ideologia - locus privilegiado da individualidade.

O elemento de pós-verdade de sua campanha - traduzida em uma massa descomunal de fake News - demonstrava que o elemento irracional era a tônica de sua campanha. Não era preciso propor ou prometer nada. Ainda mais, era possível fazer uma afirmação esdrúxula aqui e, logo em seguida, desfazê-la sem compromisso algum com as consequências. O elemento chave de seu sucesso foi a criação de um ambiente em que o discurso assinalava para a possibilidade de realização dessa libido reprimida ou dessa pulsão de morte.

Atrelada a essa dimensão dialógica, estava um processo urdido quase que silenciosamente no Brasil: a militância incansável dos evangélicos e o crescimento das suas igrejas. Não era de se estranhar a parceria que Edir Macedo estabeleceu com o candidato do PSL<sup>81</sup>. Os púlpitos dos evangélicos se transformaram não apenas em pregação moralista, mas também política. A esquerda se esqueceu dessa imensa e importantíssima parcela da população. Mas é preciso acrescentar que a militância evangélica desenvolveu políticas de ação tanto para as esferas etárias quanto sociais: ninguém e nenhuma classe social era deixada de lado.

O antipetismo encontrou sua irmã gêmea nessa retomada de uma moralidade cristã ortodoxa. O racionalismo foi deixado de lado e apenas o impulso e o irracional eram tomados como fonte de excitação. O resultado dessa combinação - políticas neoliberais, entreguismo nacional, imperialismo americano, pós-verdade e moralidade ortodoxa - permitiram o resultado das eleições para presidente no Brasil em 2018: Bolsonaro obteve 55,13% dos votos contra 44, 87% de Fernando Haddad<sup>82</sup>. Marx diria que o espírito dos mortos e das velhas tradições veio assombrar os vivos. Freud diria que libido reprimida encontrou uma forma de gozar. Brasil barroco no século XXI.

Recebido em 11 de março de 2019.

Aprovado em 18 de junho de 2019.

81. Cf. EXAME. Edir Macedo declara apoio a Bolsonaro. In: <https://exame.abril.com.br/brasil/edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro/>. Visitado em: 05/11/2018.

82. Cf. VEJA. Eleições 2018: Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil. In: <https://veja.abril.com.br/politica/eleicoes-2018-segundo-turno-apuracao-resultado-presidente-ao-vivo/>. Visitado em: 06/11/2018.

## Referências

ADAMS, Henry, et al. Is Homophobia Associated With Homosexual Arousal? *Journal of Abnormal Psychology*, 1996, Vol. 105, No. 3.

BBC. Quatro razões para a perda do protagonismo do Brasil. In: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150329\\_analise\\_brasil\\_lideranca\\_regional\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150329_analise_brasil_lideranca_regional_lgb). Visitado em: 12/11/2018.

CARTACAPITAL. Lula é a joia da coroa do Plano Atlanta. In: <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-e-a-joia-da-coroa-do-plano-atlanta..> Visitado em: 20/10/2018.

CAVALCANTI, Bernardo; VENERIO, Carlos. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do Governo Temer. RIL, Brasília, 2017, a. 54, n.215.

ÉPOCA. Estados Unidos espionaram 29 integrantes do governo Dilma, diz Wikileaks. In: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/07/estados-unidos-espionaram-29-integrantes-do-governo-dilma-diz-wikileaks.html>. Visitado em: 17/10/2018.

EXAME. Edir Macedo declara apoio a Bolsonaro. In: <https://exame.abril.com.br/brasil/edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro/>. Visitado em : 05/11/2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter a Lava Jato. In: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Visitado em: 22/10/2018.

FREUD, Sigmund. *Psychanalyse*” et “Théorie de la libido. Oeuvres complètes *Psychanalyse*. Diretores da publicação: André Bourguignon e Pierre Cotet; diretor científico: Jean Laplanche, Paris, PUF. (1923a/1991).

GLOBONews. Cúpula do Brics: veja as principais decisões do encontro de países. In: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/07/cupula-do-brics-veja-principais-decisoes-do-encontro-de-paises.html>. Visitado em: 12/10/2018.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário de Psicanálise*. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

LOSURDO, Domenico. *A luta de classes*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. *O Capital*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: Os Pensadores. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

POZOBON, Rejane; DAVID, Carolina. Impeachment de Dilma Rousseff: análise argumentativas de Veja e CartaCapital após a votação na Câmara dos Deputados. Intexto. Porto Alegre, UFRGS, 2018, n. 41.

REUTERS, Petrobrás descobre reserva gigante de petróleo; ações disparam. In: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRN0820855620071108>. Visitado em: 02/09/2018.

REVISTA FÓRUM. Bolsonaro destila seu ódio e sua homofobia no SBT. In: <https://www.revistaforum.com.br/bolsonaro-destila-seu-odio-e-sua-homofobia-no-sbt/>. Visitado em: 22/10/2018.



---

# ARTIGOS

# AGRICULTURA FAMILIAR E ESPECIFICIDADES DOS MERCADOS ATACADISTAS: OS CASOS DA CECAF/CEASA E DA FEIRA DO FEIJÃO DE CAPOEIRAS – PERNAMBUCO

JULIANA GOMES DE MORAES<sup>83</sup>

PEDRO HENRIQUE DE MEDEIROS BALENSIFER<sup>84</sup>

MARIA LUIZA LINS E SILVA PIRES<sup>85</sup>

## RESUMO

Este trabalho analisa as dinâmicas sociais de funcionamento da Central de Comercialização da Agricultura Familiar - CECAF, em Recife, e da Feira do feijão da Central de Abastecimento de Capoeiras, no Agreste. De natureza qualitativa, a investigação realizou 38 entrevistas para o primeiro caso e observação direta para o segundo. Os casos analisados foram elucidativos no sentido de apontar para uma expertise em torno das negociações e para uma subordinação dos agricultores às lógicas dos mercados atacadistas.

**Palavras-chave:** Mercados atacadistas, Agricultura Familiar e Dinâmicas sociais.

## FAMILY FARMING AND WHOLESALERS MARKETS SPECIFICITIES: THE CASES OF CECAF/CEASA AND CAPOEIRAS BEANS FAIR- PERNAMBUCO

## ABSTRACT

This paper analyses social function dynamics of the Trading Central of Familiar Agriculture (CECAF), in Recife, and the Beans Fair of the Supply Center of Capoeiras, at the Agreste. Of qualitative nature, the research conducted 38 interviews for the first case and direct observation for the second. Cases analyzed elucidated when pointing to pinpoint to expertise around negotiations and to subalternity of farmers to the wholesale market's logic.

**Key-words:** Wholesale markets, Familiar Agriculture, Social dynamics.

83. Doutoranda do Programa de Pós - Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco UFPE, campus Recife. E-mail: julianagdemoraes@gmail.com

84. Mestrando do Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento local - POSMEX/ DEp. Educação UFRPE. Campus Recife. E-mail: pedrobalen@yahoo.com.br

85. Doutora em Sociologia. Docente do Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento local - POSMEX/ DEp. Educação UFRPE. Campus Recife. E-mail: marialuizapires@gmail.com

## Introdução

A formação de feiras e mercados constitui a confluência da vida social e econômica das famílias rurais, cuja “agricultura, negócio e criação” são a base (GARCIA JR., 1989, p.13). A natureza desta relação resulta, em grande medida, de um conhecimento detalhado e renovado semanalmente “nas várias praças de mercado - nas feiras e CEASAs, em todo o território nacional adquirido pelo exercício das atividades de negócio”, que está “na base de um cálculo e de um comportamento que nada tem de idêntico ao cálculo de uma empresa capitalista” (GARCIA JR., 1989, p.122). A natureza desta relação também é forjada na reprodução de diversas redes de proximidade e da transmissão intergeracional de saberes das famílias (SABOURIN, 2009).

Parte destas atividades econômicas dos agricultores brasileiros está tradicionalmente atrelada ao sistema público de abastecimento atacadista (WILKINSON, 2013). Concebido a partir da década de 1960, este sistema foi durante muitos anos a referência pública de abastecimento de varejões e mercados, bem como para definição de padrões de qualidade, preços e classificação de produtos (BELIK; MALUF, 2000). A partir de uma articulação entre Estado e municípios, o sistema público de abastecimento passou a ser um segmento expressivo do abastecimento alimentar para a população brasileira (CUNHA; CAMPOS, 2008).

Partindo da classificação de Cunha e Belik (2012), o sistema CEASA é composto por um conjunto de 57 entrepostos, distinguidos enquanto Grande Central Nacional; Central Nacional; Central Regional e Mercado Local. No âmbito deste trabalho, nos reportaremos a duas modalidades imbricadas nessas distinções: uma central nacional - o CEASA Recife - e um centro de pequeno porte, no município de Capoeiras, localizado no Agreste de Pernambuco, aqui situado como Mercado Local. Nos estudos de Cunha e Belik (2012), o CEASA Recife é mencionado como tendo papel moderado de articulação com a produção local, voltando-se predominantemente para a importação de produtos de outras regiões do Brasil e do mundo. Diferentemente deste, os Mercados Locais são retratados pelos autores como aqueles que apresentam, em geral, uma forte conexão com a produção local. Estamos elegendo analisar estas duas tipologias, considerando que suas conexões diferenciadas podem expressar de maneira ampliada a diversidade de papéis assumidos pelos agricultores no âmbito do abastecimento atacadista.

A história destes mercados passa pela necessidade do Estado em regularizar o abastecimento alimentar no Brasil. Este sistema atuou até o seu desmonte, no final da década de 1980, estimulando a modernização do varejo e procurando eliminar os problemas sanitários decorrentes das feiras livres. Uma situação que prevalecia em meio às

propostas de privatização dos canais públicos de comercialização de alimentos, associada ao favorecimento do segmento supermercadista privado como elo mais importante da distribuição global de vegetais frescos (CAVALCANTI, DIAS, 2015). Este desarranjo da regulação do abastecimento público fez com que cada entreposto desenvolvesse características operacionais próprias, levando autores como Green (2008) a destacar a heterogeneidade dos mercados atacadistas.

A heterogeneidade destes mercados também está presente na composição social dos seus atores, ao integrar produtores, fornecedores, comerciantes e consumidores. Estudos apontam para uma realidade específica vivenciada por estes atores, cujo papel comum consiste em praticar o atravessamento de mercadorias (FAULIN; AZEVEDO, 2003; MACHADO, 2004; MAZON, 2010; MORAES, 2017). Nesse contexto, sejam agricultores que fornecem seus produtos junto a um montante comprado na sua rota até os centros; agricultores que participam intensamente da comercialização e esporadicamente da produção; sejam ainda, consumidores que compõem o varejo urbano e; comerciantes fixos nos entrepostos; a integração deste conjunto de atores aos centros de abastecimento se sustenta, via de regra, por um sucessivo sistema de atravessamento de mercadorias.

Como destaca Lourenzani (2005), embora não se possa negar que, por um lado, o atravessamento é importante para garantir o escoamento dos produtos, o atravessador, ao dominar a definição de preços e a regularidade da oferta, não permite aos agricultores definir nem requerer uma dinâmica de mercado que atenda as características territoriais da sua produção, sobretudo aqueles restritos à produção agrícola. No entanto, o modo como se estrutura o abastecimento em questão, está relacionado ao caráter verticalizado do gerenciamento público/privado deste sistema, que vem, ao longo de décadas, conferindo uma apropriação privada dos projetos públicos por agentes comerciantes, desencadeando na desigualdade de acesso aos espaços de comercialização (CUNHA, 2013). Esta questão, por sua vez, não privilegia a diversidade cultural e territorial que carregam os produtos agrícolas, no âmbito da produção, dos hábitos de consumo e das tradições comunitárias de manejo dos recursos naturais, como define Maluf (2004).

Apesar das desvantagens para participação de agricultores no sistema, estima-se que, em torno de 21.574 produtores estão cadastrados como fornecedores, isto é, que escoam seus produtos nos entrepostos e retornam para o campo (CUNHA, 2013). No esforço de reconhecer o protagonismo desta categoria, algumas Centrais passaram a implementar projetos sociais voltados para este segmento, a partir dos anos 2000. No caso do CEASA-PE, apesar do objetivo inicial em dedicar um galpão à categoria, a natureza das relações entre agricultores e comerciantes, bem como a própria estrutura logística deste mercado acabou por criar uma condição desfavorável à participação dos agricultores neste espaço

(MORAES, 2017). Compreende-se, então, que os mercados atacadistas correspondem a espaços de interação social com forte presença de atravessadores e estão estruturados a partir da adoção de padrões operados sob um modelo de integração de interesses públicos e privados. A partir destas constatações, pergunta-se: quais os espaços atualmente ocupados pelo agricultor familiar nos mercados atacadistas de Pernambuco? Em que condições os agricultores familiares estão atuando nesses espaços?

Este trabalho analisa as dinâmicas sociais de funcionamento de mercados atacadistas de Pernambuco, procurando identificar a presença e as formas de atuação da agricultura familiar. Para isso, foram selecionados dois estudos de caso: o da Central de Comercialização da Agricultura Familiar - CECAF, no CEASA em Recife e o da Feira do Feijão, no entreposto da Central de Abastecimento do município de Capoeiras, ambos situados no Estado de Pernambuco, nordeste do Brasil. O primeiro trata-se de uma Central nacional, considerada a quarta maior do Brasil, e a maior do Norte e Nordeste, possuindo 580.000 m<sup>2</sup>, ocupados por 48 galpões. O segundo se refere a uma feira regional de comercialização de feijão, na Central Municipal de Abastecimento de Capoeiras, que ocorre com maior intensidade entre os meses de agosto a dezembro, período das safras de feijão, movimentando agricultores de diversos municípios do Agreste Meridional e atravessadores de Pernambuco e de outros estados do Brasil. No caso da CECAF, foram realizadas 38 entrevistas, no período entre 2015 e 2016. Os municípios cujos entrevistados são oriundos podem ser expressos da seguinte maneira:

Tabela 1- Municípios de origem dos entrevistados

Municípios	Entrevistados
Vitória de Stº Antão	5
Recife	8
Chã Grande	12
Bom jardim	2
João Alfredo	2
Brejo da madre de Deus	1
São Joaquim do monte	1
Casinhas	1
Limoeiro	1
Passira	1
Total	34

Fonte: Moraes, 2017.

Já na Feira do Feijão, a observação direta com registro em diário de campo ocorreu no mês de setembro de 2017, junto a 8 atores da feira, entre proprietários de box do

mercado, agricultores e atravessadores. Partiu-se, em ambos os casos, das narrativas dos atores sociais e dos sentidos por eles atribuídos às dinâmicas de comercialização.

A escolha pelo objeto se deu inicialmente, pela verificação da incipiência de dados, no âmbito dos estudos sobre mercados atacadistas, a respeito de agricultores familiares inseridos nos entrepostos de Pernambuco. A escolha pela CEASA-PE se pauta no reconhecimento de que se trata, em termos econômicos do “maior expoente dos CEASAs no nordeste brasileiro” (NASCIMENTO, 2008, p. 51) e de uma Central com forte atuação na implementação de projetos sociais (WEGNER; BELIK, 2012). Por outro lado, a escolha pela Feira do Feijão se dá mediante a sua relevância no contexto regional, tratando-se de umas das maiores e mais antigas feiras de comercialização de feijão do Agreste Meridional, cultura agrícola esta, de grande importância por compor os hábitos alimentares da população brasileira. Para o ano de 2016, o Agreste Pernambucano foi a mesorregião do Estado de maior produção de feijão, com 17.926 toneladas produzidas (IBGE, 2016).

Pressupomos que a heterogeneidade destes mercados pode nos apontar as nuances que há nas tipologias da agricultura familiar no contexto dos mercados atacadistas, e ao mesmo tempo, indicar as dinâmicas e as normas dos mercados que impactam a vida dos agricultores. Espera-se contribuir com o aprofundamento das discussões direcionadas à participação do Estado no fortalecimento das atividades produtivas dos agricultores inseridos nestes mercados, implicando numa possibilidade de aprofundar as discussões acerca das políticas públicas propostas para a construção de mercados da agricultura familiar. O trabalho está estruturado em 2 sessões, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, discute-se a relação entre mercados atacadistas e agricultura familiar. Na segunda sessão, versamos sobre os estudos de caso, descrevendo o espaço físico, os atores sociais, as práticas de comercialização e as regras de mercado. As dinâmicas das relações de trabalho e produção que incidem sobre os dois casos serão pontuadas nas considerações finais.

## **2. Agricultura familiar e mercados: a problemática do atendimento aos mercados atacadistas**

Até a década de 1960, a comercialização de hortaliças, frutas e de grãos nos centros urbanos brasileiros era realizada principalmente nas chamadas feiras livres (MOURÃO; MAGALHÃES, 2009). Belik e Maluf (2000) reiteram essa ideia, chamando a atenção para o desprezo do latifúndio às culturas alimentares, considerando-as como de menor importância. Não sem razão, reconhece-se que o protagonismo do abastecimento local está vinculado ao modo de um campesinato que, no caso do Nordeste, é remanescente de

portugueses pobres, povos indígenas e africanos (WELCH; CAVALCANTI; 2009). Entretanto, as feiras livres refletiam uma limitada cobertura da oferta de alimentos à população urbana, além de expressarem problemas sanitários, revelando, assim, a precariedade do abastecimento público das cidades (FAULIN; AZEVEDO, 2003). Tais limitações levaram o governo brasileiro a implantar, ainda no final da década de 1960, uma política de apoio à modernização agrícola industrial que percorria toda a cadeia produtiva, mediante a regulação da logística, preços e estoques (BELIK; MALUF, 2000).

Estas ações pressupunham a criação de entrepostos atacadistas e sistemas de armazenagem integralmente regulados pelo Estado, distribuídos entre 57 Centrais denominadas Ceasas, 34 mercados atacadistas urbanos, 32 mercados atacadistas rurais e diversos mercados de portes variados (MOURÃO; MAGALHÃES, 2009). As primeiras experiências no âmbito nacional, que passaram a operar ainda na década de 1960, foram instituídas no Recife, em 1962, e em São Paulo em 1969 (MOURÃO; MAGALHÃES, 2009).

Para tanto, cria-se o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento - SINAC, por meio do Decreto N° 70.502 de 11/05/72, sob a coordenação da empresa estatal Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL (MOURÃO; MAGALHÃES, 2009). Implantado por meio de uma articulação com estados e municípios, o SINAC estabelecia uma rede de informações técnicas de gestão dos entrepostos, tendo como objetivo propiciar a organização da produção; a redução dos custos de transação dos produtos; a eliminação das assimetrias na informação entre produtores e distribuidores (CUNHA; CAMPOS, 2008). Ainda que alguns autores, a exemplo de Fávero (2005) e Mourão e Magalhães (2009), admitam os impactos positivos deste sistema à produção e comercialização nos centros urbanos do país, há quem destaque algumas lacunas no sistema.

Cunha (2006), por exemplo, embora não desconheça os seus avanços, chama a atenção para os entraves que impedem o protagonismo dos produtores rurais no âmbito destes mercados, aliado a ausência de uma estrutura consolidada capaz de assumir, com autonomia, as suas linhas operacionais. De um modo geral, Cunha (2006, p.3) sublinha o caráter impositivo do modelo implantado, a partir do estabelecimento de técnicas e padrões de caráter verticalizados, condicionado à vantagens estritamente econômicas, caracterizando-se, por conta disso, como “um arranjo organizacional impositivo”. Um modelo que, para esse autor, traduz uma trajetória expansionista da economia brasileira, sob o processo de modernização da agricultura, com forte influência do capital internacional. Na concepção deste autor, a grande realização do modelo se deu pela expansão da infraestrutura dos espaços de comercialização, ao mesmo tempo em que o desmonte do SINAC em 1988, denunciava a ausência de uma visão estratégica de longo prazo.

A desarticulação das estruturas públicas de abastecimento associou-se ao fortalecimento das estruturas privadas de comercialização, ampliando o poderio e influências dos agentes privados. Este novo cenário oportunizou, para o governo brasileiro, a privatização das principais centrais públicas de abastecimento, o que teria, segundo Cunha (2006), provocado uma obsolescência das estruturas físicas de comercialização e sobretudo dos métodos de gestão. Isto não quer dizer que algumas experiências no âmbito das principais centrais atacadistas não tenham conseguido manter uma certa autonomia. Algumas centrais, inclusive, conseguiram se atualizar, ancorando-se em um modelo de integração público-privada, no qual de um lado serviam-se do capital privado para alavancar as atividades comerciais e do outro, passavam a regular a atividade, implementando políticas públicas em diversas áreas setoriais (CUNHA, 2006).

No que se refere a projetos voltados para a agricultura familiar, foram criados a partir dos anos 2000, com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, galpões exclusivos a produtores, que, no caso de Pernambuco, ficou conhecido como Central de Comercialização da Agricultura Familiar - CECAF. Neste cenário de retomada da função pública, o governo elaborou em 2005, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado - PROHORT, coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento CONAB, voltado para a “integração das bases de dados, da troca de informações e da criação de mecanismos comuns de capacitação tecnológica” (CUNHA, 2006, p. 5). Dentre os principais aspectos da natureza destes mercados, que impacta a vida dos agricultores, um conjunto de autores aponta para o fato dos atores participantes se concentrarem na condição de intermediários (LOURENZANI, 2005; MORAES, 2017; MACHADO, 2004).

Uma primeira condicionante deste quadro é a função intrínseca das centrais, enquanto distribuidora de mercadorias. Nesse contexto, cultivos de uma certa localidade, ao ser entregue pelo produtor em um dado centro, são, possivelmente, intermediados tantas vezes que podem voltar para o varejo da mesma localidade de onde originaram-se (CUNHA, 2015). Uma segunda condicionante consiste na adequação às condições de comercialização, no âmbito de uma maior adesão às culturas comerciais e uma logística de alta complexidade organizacional. Cunha (2013) relaciona estas condições formalmente instituídas, às abordagens teóricas da economia neoclássica, que pautam a concepção dos coordenadores destes mercados, de que seriam capazes de fortalecer a produção familiar focando em dimensões estritamente econômicas: a modernização de técnicas de produção e embalagem; e a logística com vistas ao prolongamento da escala de abastecimento.



### 3. As experiências dos mercados atacadistas de Recife e Capoeiras

#### 3.1 O caso da CECAF - CEASA-PE

A CECAF foi projetada para acomodar agricultores beneficiários do PRONAF, mediante a participação em processos formativos em associativismo e cooperativismo e atuação dos agricultores em entidades representativas destas categorias, em todas as instâncias decisórias. Tendo em vista a dificuldade de preenchimento destes requisitos previstos no projeto inicial, outros atores passaram a participar das atividades comerciais na CECAF. Seguindo a titulação definida por coordenadores deste projeto, os participantes do galpão passam a ser cadastrados como agricultores produtores, agricultores comerciantes e comerciantes parceiros<sup>86</sup>. Os agricultores produtores são aqueles que atuam na produção e repassam seus cultivos para o conjunto dos feirantes deste galpão. Sendo assim, sua permanência na CECAF é efêmera, quase sempre restrita às madrugadas durante a entrega dos produtos. Os agricultores comerciantes, por sua vez, além de trazerem seus cultivos e de outros agricultores, também costumam comprar mercadorias de fornecedores no próprio CEASA-PE para comercializá-los na CECAF, permanecendo de forma mais assídua no galpão, sendo por isso, o grupo para o qual este trabalho está voltado. Seja para uma categoria ou para outra, ocorre um termo de permissão de uso do galpão, através de uma cobrança feita pelo uso do metro quadrado do piso onde deposita-se as mercadorias e instala-se as bancadas, denominado “pedra”. Assim, a ocupação é permitida mediante um pagamento diário no valor de 11 reais por pedra utilizada.

Os comerciantes parceiros se caracterizam pela atividade de receber e repassar as mercadorias dos agricultores, atuando mais ativamente, como atravessadores. Este caráter de atravessador confere um prestígio que essa categoria goza entre os feirantes, ao passo em que garante ao agricultor o escoamento regular de seu produto na CECAF. Estas relações se pautam no reconhecimento dos primeiros atores pelos últimos, como os indivíduos que têm domínio dos negócios e garantem uma dinâmica economicamente favorável aos demais. Observa-se que o prestígio atribuído a categoria dos comerciantes parceiros tem favorecido o seu controle sobre o conjunto dos agricultores. Estes atores não são vistos como concorrentes, mas como lideranças imprescindíveis para o mercado: “É o meu patrão. Quem movimentava esse galpão todinho é ele”. Nesse contexto, a natureza da convivência entre comerciantes e agricultores oportunizou a reprodução de relações de

<sup>86</sup>. Para uma descrição detalhada sobre a representatividade de cada grupo no âmbito do total de integrantes da CECAF, ver Moraes (2017).

trabalho pautadas em mecanismos de dependência e de patronagem entre eles.

A CECAF funciona diariamente, obedecendo ao horário de funcionamento do CEASA. Entretanto, no caso dos agricultores comerciantes, a ocupação dos diversos turnos obedece à conveniência da sua rotina de trabalho. Nesse sentido, cerca de 40% deles não comercializam todos os dias, tendo chances de alternar o trabalho na lavoura com a comercialização no galpão. Apenas 30% desse grupo dedicam-se diariamente à produção e à comercialização. Constatou-se também que, dos 30% restantes, a metade se dedica à lavoura apenas nos finais de semana e a outra metade mantém a unidade produtiva desativada. Assim, o afastamento da propriedade e a concomitante assimilação das atividades urbanas passam a definir a rotina de trabalho e de vida desses produtores.

Além das categorias mencionadas, outros atores, que não estão formalmente cadastrados no galpão, também participam de sua dinâmica social. É o caso, por exemplo, de um grupo de atravessadores conhecidos localmente como “sirís”, nome dado pela sua agilidade em comprar um dado produto, retalhando-o para vendê-lo em pequenas quantidades. Abordando clientes antes que estes cheguem às bancas dos feirantes, este grupo obstrui, muitas vezes, o fluxo de passagem pelos corredores, estabelecendo conflitos em torno dos espaços e dos clientes.

Assim como os sirís, há também outras categorias não cadastradas na CECAF, como os fretistas, encarregados de realizar o descarregamento dos caminhões, além de desfolhadores de repolho, separadores de mercadorias, dando-lhes, assim, destinos e preços que variam em função da qualidade. Dentre os clientes, registra-se um maior contingente de comerciantes de feiras livres, com os quais as negociações são realizadas dispensando os mecanismos formais de comercialização, como notas fiscais, promissórias, etc. Os agricultores que se concentram neste galpão estão na condição de negociantes e geralmente demonstram grande aptidão para barganhar. Uma aptidão descrita como uma herança passada de pais para filhos, ou que pode ser adquirida na prática cotidiana, seja na busca de pontos-chave de circulação de clientes, no entendimento das flutuações de preços e no estabelecimento das relações comerciais com fornecedores e clientes. Esse arsenal de conhecimento destes agricultores comerciantes é identificado por Moraes (2017) como sendo uma “expertise da comercialização”. Para outros autores, esse conhecimento tácito sobre o funcionamento do mercado atacadista é concebido como uma “gestão intuitiva”, (LOURENZANI, 2005) ou como uma expressão de “empreendedorismo” (SANTOS, 2014). Ainda que não seja negligenciável esse “saber fazer” por parte dos agricultores comerciantes, pouco ou quase nada é aproveitado pelo corpo institucional do sistema CEASA (LOURENZANI, 2005; MORAES, 2017).

Ainda, a prática da comercialização neste galpão pode se dar na forma de

atacado e varejo, na qual o primeiro é comumente dirigido aos comerciantes, sendo, quase sempre, desenvolvido pelos atores mais capitalizados. O segundo, por sua vez, corresponde a modalidade mais comumente utilizada, envolvendo 62% dos entrevistados e carrega algumas particularidades, tal como reduzir as chances de sobras das folhosas. Dessa maneira, o varejo costuma ser realizado, inclusive pelos atacadistas, quando há o intuito de reduzir sobras de produtos perecíveis. Vale destacar que, seja no varejo ou no atacado, o intenso envolvimento dos agricultores na comercialização da CECAF assenta as condições de equilibrar o trabalho na lavoura com a negociação no mercado, o que gera a oportunidade de promover sua capitalização. Por isso, tendem, muitas vezes, a afirmarem-se mais como comerciantes do que produtores, revelando um progressivo distanciamento com a propriedade rural.

No tocante ao mecanismo de definição de preços das mercadorias, os entrevistados se pautam, em grande medida, na observação do volume de mercadorias ofertadas pelos concorrentes. Além disso, costumam praticar uma consulta prévia aos seus fornecedores, para melhor se inteirar sobre o volume de mercadorias que serão enviadas ao galpão, evitando, assim, maiores surpresas quanto à oferta de uma quantidade excessiva de um dado produto. A definição dos preços também pode ser estabelecida, a partir da visualização do montante de produtos nas carrocerias dos caminhões estacionados nos arredores do galpão, antes mesmo do descarregamento. Dentre as estratégias de barganha, se destaca a venda por consignação, isto é, a não efetivação do pagamento no ato da compra.

No que se refere aos produtos negociados, os agricultores comerciantes estão predominantemente envolvidos com a comercialização de acelga, alecrim, arruda, agrião, brócolis, couve-folha, fava e batata-doce. A diversidade destes produtos segue um padrão de divisão estabelecido pelo CEASA-PE, que põe, de um lado, as folhosas e, de outro, os legumes, com uma menor concentração de frutas. Por conta disso, as lavouras dos agricultores comerciantes são direcionadas, tanto para o autoconsumo como para contemplar os produtos que estão setorizados na CECAF.

Foi possível verificar uma diversidade de cultivos que promovem a segurança do grupo familiar, enquanto há o cultivo predominante para garantir a atividade de comercialização. No entanto, a setorização do galpão divide opiniões e tem sido apontada tanto como uma forma de organização e disciplinamento deste mercado, como um elemento de engessamento dos agricultores. Ainda assim, a setorização leva ao agricultor a pulverizar seus produtos em distintos pontos de venda, tornando a logística de distribuição muito atribulada, necessitando um esforço adicional.

Para se estabelecer na comercialização, faz-se ainda necessário o provimento de um capital para lidar com os seguintes custos: investimento na produção, contratação

de empregados, transporte da mercadoria, pagamento do piso interno do galpão, ocupação das pedras e entrada no entreposto para descarregamento dos carros. Para os entrevistados, a comercialização na CECAF demanda gastos elevados, o que inviabiliza, portanto, o transporte de pequenos volumes de mercadorias, bem como a inserção de agricultores que não disponham desses recursos. Diante disso, verifica-se que há um esforço considerável no sentido de atravessarem mercadorias compradas no percurso das comunidades rurais, de modo a permitir completar a carga que chega ao galpão. Finalmente, a comercialização exige também a padronização das embalagens para os vegetais, a partir das normas instituídas formalmente, no caso específico, o uso de caixas plásticas, dentro de padrões internacionais, em conformidade com a Lei N° 9.972/2000.

### 3.2. O Caso da Feira do Feijão de Capoeiras

A Feira do Feijão de Capoeiras está assentada numa rede de comercialização em atacado, atrelada a Central de Abastecimento de Capoeiras, usualmente denominada de mercado público. Este mercado funciona durante todo o ano, sempre às sextas-feiras, no horário das 5:30 h às 15 h. Embora também funcione nas sextas-feiras, a Feira do Feijão, por sua vez, tem suas atividades condicionadas ao período da safra do feijão do Agreste Meridional de Pernambuco, limitando-se, assim, aos meses de agosto a dezembro. O seu funcionamento, que se pauta em intensa atividade comercial, acontece na via pública, defronte da Central, junto com mais quatro pequenos armazéns privados, também especializados no comércio de feijão, que estocam a produção dos agricultores, com vistas à revenda. A comercialização na feira se realiza a grosso, excluindo, dentre os seus clientes, o consumidor do mercado público, habituado a comprar no varejo.

Mesmo assim, pelo menos cinco atores compõem o universo da Feira de Capoeiras: o comerciante que dispõe de box no mercado público; o agricultor familiar produtor do feijão; o dono de armazém, isto é, atravessador comprador do município; os compradores de outros municípios, isto é, atravessadores sem ponto fixo; e os ajudantes dos compradores externos que auxiliam na negociação entre os compradores e produtores. O comerciante proprietário do box do mercado público, mesmo também quando produtor, costuma se abastecer de feijão de outros agricultores que costumam escoar seu produto em atacado na Feira do Feijão.

Esta produção também é comercializada em varejo, por quilo, tanto como alimento destinado ao consumo de moradores da cidade, tanto como sementes para uso de agricultores em plantações. Independentemente do tipo de consumo, os proprietários dos

boxes expõem o feijão, além de outros produtos como milho, fava e farinha de mandioca, em sacos abertos, com as suas beiradas dobradas, ficando uns ao lado dos outros. É uma forma de atrair o consumidor, destacando o tipo e a qualidade do produto.

O produtor de feijão, quase sempre habitante de Capoeiras ou de municípios vizinhos, costuma transitar dentro e fora do galpão. Este agricultor se desloca com veículo próprio ou fretado, ou ainda com carroças de burro ou carros de boi, levando sua produção embalada em sacos de nylon de 60 kg. Ao chegarem na feira, são geralmente abordados pelos atravessadores ou por pessoas a serviço desses. Uns ou outros, com auxílio de um “furador amostral”, obtêm uma pequena amostra, identificando a variedade e a qualidade do feijão, para definição de preço e fechamento da negociação.

Por se tratar de uma feira no interior do estado, esta favorece a dimensão local da produção. Ainda assim, o custo da produção está condicionado com o transporte, que por sua vez, é variável em função da distância entre as unidades produtivas até o mercado, assim como em função do meio de transporte utilizado (veículo motorizado ou de tração animal). Desta forma, pode haver ou não custos diretos com o transporte das mercadorias.

Os donos dos armazéns costumam permanecer no seu estabelecimento, aguardando a chegada do produtor, com vistas à negociação. Uma vez estabelecido o negócio, o feijão fica estocado para posterior revenda às agroindústrias beneficiadoras e empacotadoras, ou mesmo para comerciantes de outras cidades e estados. Os atravessadores sem ponto fixo, que geralmente são pessoas de fora do município e, em alguns casos, de outros estados, também costumam realizar as compras no atacado. Segundo relatos, a diversidade da origem desses atores se amplia enormemente quando ocorre uma “boa safra”, atraindo pessoas de várias regiões do nordeste<sup>87</sup>.

Os maiores atravessadores possuem “ajudantes”, que são indivíduos sem trabalho fixo e que fazem parte da rotina da feira. Esses atores são remunerados na medida em que localizam e recomendam a compra de feijão do interesse do atravessador. A prestação desse serviço tende a diminuir o tempo de escolha dos atravessadores, agilizando, assim, as negociações. Portando transportes de médio porte, esses atravessadores são os responsáveis pelo maior movimento da Feira. Muitos deles já deixam o local, nas primeiras horas da manhã, em torno das 7:30h, com suas compras já finalizadas.

A maioria dos negócios é fechada na via pública, onde ficam empilhados os sacos de feijão à espera das ofertas dos atravessadores, que costumam definir os preços, caracterizando por isso, uma relação comercial bastante verticalizada, sem qualquer possibilidade de

87. Na ocasião da pesquisa, foram identificados atravessadores vindos dos municípios pernambucanos de Garanhuns, São João, Lajeado e Recife. Além desses, havia uma pessoa vinda de Natal-RN.

negociação de valores maiores, que pudessem vir a trazer melhor remuneração aos produtores. O produtor costuma lidar com os valores de mercado mediante às suas necessidades mais imediatas. Assim, quando não dispõe de urgência na obtenção dos recursos, ele é capaz de estocar a produção na propriedade rural durante alguns meses, até o final da safra, aguardando um melhor valor de negociação.

De outro modo, quando mais necessitados de recursos, o feijão é imediatamente comercializado nas primeiras feiras, ainda no início da safra, quando os preços estão mais desfavoráveis aos produtores. Os pagamentos são realizados pelos atravessadores no momento da compra da mercadoria. Foi possível observar também que a atividade de comercialização do feijão não implica nenhum afastamento da propriedade rural, uma vez que os agricultores a exercem de forma pontual como sendo a última etapa do processo produtivo, o momento de se obter a renda da produção de uma determinada safra.

Os valores são pagos em função da variedade (tabela 2) e sofrem alterações nas semanas mais ou menos favoráveis à sua comercialização. Vale ressaltar que a pouca saída de uma variedade não justifica a alta do preço, a exemplo do “fogo na serra”, como observado por um dono de um armazém: “feijão fogo na serra sai menos, se você trazer 50 sacos de feijão preto você vende, mas se for tipo fogo na serra só traga 2 ou 3 sacos porque mais que isso não vende” (Entrevistado 3).

Tabela 2 - Preços pagos por atravessadores para sacos de 60 kg por variedades de feijão em setembro de 2017 na Feira de Capoeiras.

Nome da variedade do Feijão	Valor (R\$)
Carrapatinho	100,00
Gordo	130,00
De corda	130,00
Leite	200,00
Fogo na Serra	250,00
Carioca*	150,00
Mulatinho*	170,00
Preto*	160,00

Fonte: diário de campo. \* Variedades de maior aceitação no mercado.

Constata-se, de um modo geral, um número reduzido de variedades comercializadas neste mercado, quando se reconhece que existem 24 variedades de feijão crioulo em cultivos de agricultores familiares do Agreste Meridional de Pernambuco, já catalogadas por Balensifer (2014). A pouca diversidade de variedades no comércio anuncia aspectos

da especialização produtiva desta cultura da região de Capoeiras, características de um fenômeno de caráter global de perda das variedades agrícolas, provocada pelas transformações provenientes da agricultura moderna (SANTILLI, 2009). Registra-se, por exemplo, que muitas das variedades de feijão preto e carioca, que estão sendo habitualmente utilizadas pelos agricultores, são provenientes de sementes melhoradas introduzidas nos territórios rurais, por meio de programas de melhoramento genético vegetal de empresas públicas de pesquisa agropecuária (CUNHA, 2013).

Além disso, estudos apontam que alguns padrões adotados pelos mercados atacadistas têm impactado a produção agrícola familiar, no sentido de estimular a concentração na produção de culturas comerciais, levando a perda dos sistemas locais de produção diversificada (ARAÚJO, 2009; MACHADO, 2004). Registra-se, também, que a sucessiva revenda de mercadorias, via atravessadores, sem um critério que respeite a procedência dos produtos, tende a descaracterizá-los, dificultando a identificação da sua origem territorial (MACHADO, 2004). Assim, a identificação do produto passa a se limitar, por meio da embalagem, apenas ao endereço da fábrica de beneficiamento, que, muitas vezes, está localizada fora do estado de sua produção, no caso, do estado de Pernambuco. A gravidade da perda das informações territoriais resultantes da lógica destes mercados não reverbera, necessariamente, na exclusão do produtor do circuito comercial, mas afasta-o das possibilidades de ter o domínio do processo produtivo e da comercialização. Do mesmo modo, o consumidor perde as informações relativas a origem e a qualidade do produto capaz de revelar uma identidade territorial.

### **Considerações finais**

As experiências analisadas na CECAF do Recife e na Feira de Feijão de Capoeiras são elucidativas no sentido de revelar a dinâmica dos mercados atacadistas de Pernambuco e as formas de inserção da agricultura familiar. Uma dinâmica que se define pelo conjunto de atores, de técnicas de comercialização, de transporte, de recepção, acomodação e embalagem de produtos agrícolas e, especialmente, pelas relações sociais travadas no âmbito desses espaços.

No caso da CECAF, vem sendo coordenada por uma política que, no conjunto de normas, regulariza uma setorização para ser atendida requer dos agricultores dar particular importância aos cultivos associados à atividade de comercialização no galpão. Sem, contudo, negligenciar a diversidade de cultivos para o autoabastecimento. A expertise para negociar, o conhecimento das flutuações de preços, a busca por pontos-chave de circulação de clientes, tendem a distinguir os agricultores que são mais capitalizados em detrimento de vários outros que ficam restritos a entrega de seus produtos aos atores fixados

no galpão. Foi também observado o reconhecimento dos comerciantes e atravessadores, pelos agricultores, como os indivíduos que têm domínio dos negócios e garantem uma dinâmica economicamente favorável aos demais. Com efeito, a natureza destas relações recai sobre as formas de controle existentes.

A Feira do Feijão, por sua vez, compõe-se da confluência de 3 espaços cujo os canais de comercialização correspondem a uma ampla rede de comercialização do feijão em atacado. Isso não impede que os comerciantes do mercado público realizem vendas em varejo, de feijão para o consumo dos moradores da cidade e para o seu uso como sementes, entre os agricultores. Pode-se afirmar que, embora nesse mercado predomine o agricultor familiar, que tem, como parte da sua reprodução social, a manutenção das variedades crioulas, observa-se também, a semelhança de outros mercados atacadistas, a presença de um conjunto de atravessadores. A participação do agricultor familiar requer uma habilidade para negociar os preços. Além disso, as formas de controle deste mercado também estão vinculadas às tendências de consumo urbano, em torno da preferência por variedades de feijão de maior aceitação no mercado, o que tende a definir preço e as variedades que serão comercializadas.

Os estudos de caso possibilitaram verificar que as formas de atuação da agricultura familiar nos mercados estudados estão vinculadas: (i) a uma dinâmica de uso de espaços que são ao mesmo tempo, públicos e privados; (ii) a construção de vínculos que promovem - a partir de uma rede de negociação entre agricultores, comerciantes e atravessadores - o abastecimento de um contingente do varejo no estado de Pernambuco; (iii) ao atributo de mitigar a atuação do produtor, limitando-o em certa medida, à entrega do produto em atacado ao atravessador; (iv) a um maior protagonismo dos atores que se colocam na função de intermediários; (v) a uma heterogeneidade em torno das dinâmicas de trabalho da agricultura familiar, que vai desde agricultores guardiões das variedades crioulas e intensamente dedicados a produção, até aqueles capitalizados, com maior permanência nos centros urbanos e secundarização da atividade agrícola; (vi) a formas de controle instituídas tanto externamente quanto localmente; (vii) e a uma expertise em torno das negociações.

Conclui-se que para ambos os casos, os mecanismos de regulação atrelados à conveniência dos mercados atacadistas em manter os padrões de qualidade e organização, desdobra-se na especialização produtiva dos atores, podendo levar, sobretudo no caso das sementes crioulas de feijão, a substituição ou diminuição das variedades existentes. Finalmente, é possível afirmar que a dinâmica de funcionamento dos mercados atacadistas de Pernambuco, ainda que revele uma pluralidade de atores assentada numa divisão de trabalho, reserva uma inserção subordinada à agricultura familiar.



Recebido em: 23 de março de 2018.  
Aprovado em: 05 de outubro de 2018.

## Referências

ARAÚJO, Alessandra. O Centro de Abastecimento de Feira de Santana (BA) Visto Através do Comércio de Feijão. *Sitientibus*. Feira de Santana. n. 41, p. 9 - 25; jul -dez, 2009.

BALENSIFER, Pedro Henrique. Levantamento preliminar e identificação de variedades crioulas de Feijão *Phaseolus vulgaris* cultivadas no município de Garanhuns, Pernambuco. In: III ENCONTRO DE AGROECOLOGIA DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO, Garanhuns: UAG/UFRPE, 2017.

BELIK, Walter; MALUF, Renato. (org.). Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei 9.972 de 2000. Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9972.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9972.htm)> Acesso em: 21 março 2018.

CAVALCANTI, Josefa; DIAS, Gustavo. Cadeias globalizadas de alimentos, redes de atores e qualidades na produção de frutas para exportação: elos entre Brasil e Alemanha. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 21, p. 279-310, 2015.

CUNHA, Altivo. Dimensões estratégicas e dilemas das Centrais de Abastecimento no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, v. 15, 2006.

\_\_\_\_\_. Qual a ruralidade das Ceasas. Evidências sobre a inserção da agricultura familiar nas Centrais de abastecimento brasileiras. *Anais. 51º Encontro da SOBER*. Belém, PA. p. 1-21, 2013.

\_\_\_\_\_. Abastecimento alimentar: a superação do padrão Velho - Obsoleto para o Novo - Ancestral. In: SCHNEIDER, Sergio; CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra. Alimentos para produtores e consumidores: conectando novas estratégias de abastecimento de alimentos. *Série Estudos Rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 54 - 70, 2015.

\_\_\_\_\_; BELIK, Walter. Entre o declínio e a reinvenção: atualidade das funções do sistema público atacadista de alimentos no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural* 2012.

\_\_\_\_\_; CAMPOS, José. O Sistema de Abastecimento Atacadista no Brasil: uma rede complexa de logística. Belo Horizonte, 2008.

CUNHA, Flávia. Sementes da paixão e as políticas públicas de distribuição de sementes na Paraíba. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, 2013, 184 p.

FÁVERO, Luiz Andrea. Novas formas de coordenação das atividades de abastecimento nos mercados atacadistas de frutas e hortaliças da América Latina. Anais. Congresso da SOBER, 2005.

FAULIN, Evandro. AZEVEDO, Paulo. Distribuição de hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações. Informações Econômicas, v. 33, n. 11, p. 24-37, nov. 2003.

GARCIA JR., Afrânio. O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero, Brasília: UNB. 1989.

GREEN, Raul. Mercados mayoristas: el inicio de una nueva era?. Distribución y Consumo, Madrid, n. 72, p. 23-37, nov/dic, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Agrícola Municipal. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/tabela/1002#resultado>> Acesso em: 09 de abril 2018.

LOURENZANI, Ana Elisa. Condicionantes para inserção de pequenos produtores em canais de distribuição: uma análise das ações coletivas. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 2005, 218 p.

MACHADO, Melise. Canais de distribuição para produtos da agricultura familiar: um estudo em hortaliças. Dissertação Mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004, 190 p.

MALUF, Renato. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de Valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaios FEE. 2004.

MAZON, Marcia. Abastecimento alimentar no Brasil e as reformas liberalizantes: Estado e mercado em questão. Tese (Doutorado em Sociologia Política)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MORAES, Juliana. CEASA e agricultura familiar: dinâmicas sociais da CECAP em Recife - Pernambuco. Recife: Dissertação de Mestrado. POSMEX/UFRPE, 2017.

MOURÃO, Ivens; MAGALHÃES, José. Breve História do Mercado atacadista de hortigranjeiros no Brasil. Revista de Administração Municipal do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), n. 9; 2009.

NASCIMENTO, Wanessa. As Centrais Públicas de Abastecimento no Contexto da Globalização dos Alimentos. Entre as Mudanças na Forma de Atuação do Estado e o Fortalecimento dos Grandes Distribuidores: O Caso do CEASA-PE/O.S. Dissertação de Mestrado. PPGS. UFPE, Recife, 2008.

SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2009. 519 p.

SANTOS, Adriana. Os mercados da agricultura familiar, suas instituições e as habilidades socioeconômicas dos agricultores. Dissertação de mestrado em Extensão Rural. Universidade de Viçosa. Minas Gerais, 2014.

WELCH, Clifford.; CAVALCANTI, Josefa.; WANDERLEY, Maria Nazareth. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. Ed. Unesp. Brasília. NEAD. 2009.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 2013.

WEGNER, Rubia, BELIK, Walter. Distribuição de hortifruti no Brasil: papel das Centrais de Abastecimento e dos supermercados. Cuad de desarrollo rural. 2012.

# IDENTIDADE COLETIVA, PERFORMANCES E RESISTÊNCIA: AS EXPERIÊNCIAS DA TRIBO WASSU COCAL

CRISTIANO DAS NEVES BODART<sup>88</sup>

JUSSARA MARIA JERONIMO DE SOUZA<sup>89</sup>

EDJANE DA SILVA PINHEIRO<sup>90</sup>

## RESUMO

O artigo discute as estratégias de resistências da tribo indígena Wassu Cocal sob a luz das contribuições de: i) Touraine (1994), para pensar as ações coletivas dos Wassu como movimento social; ii) Melucci (1996) e Gohn (1997), para problematizar a manutenção da identidade coletiva dessa tribo e; iii) Tilly (2008) e Tarrow (2009), para considerar o repertório, as performances, as estruturas de oportunidades políticas que envolveram/ envolvem as lutas do povo Wassu, habitantes da zona rural do município de Joaquim Gomes, Alagoas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas à lideranças indígenas.

**Palavras-Chave:** Identidade coletiva. Resistência. Comunidade Indígena. Movimento social.

## COLLECTIVE IDENTITY, PERFORMANCES AND RESISTANCE: THE EXPERIENCE OF THE WASSU COCAL TRIBE

## ABSTRACT

This article discusses the resistance strategies of the Wassu Cocal indigenous tribe in light of the contributions of: i) Touraine (1994), to think about the collective actions of the Wassu as a social movement; ii) Melucci (1996) and Gohn (1997), to problematize the maintenance of the collective identity of this tribe and; iii) Tilly (2008) and Tarrow (2009), to consider the repertoire, the performances, the structures of political opportunities that involved / involve the struggles of the Wassu people, inhabitants of the rural zone of the municipality of Joaquim Gomes, Alagoas.

**Keywords:** Collective identity. Resistance. Indigenous community. Social movement.

88. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

89. Graduada em História pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC). Especialista em Formação de Professores em Mídia pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

90. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

## Introdução e Procedimentos Metodológicos

As disputas entre índios e brancos por terras no Brasil ainda perduram em muitos locais; notadamente a ameaça de desapropriação atinge muitos povos indígenas brasileiros, sobretudo no atual cenário político nacional. Muitos povos indígenas vêm se mobilizando em ações coletivas que lhes proporcionem condições de resistir a perda de coesão social, das tradições e de suas terras.

Em Joaquim Gomes, município localizado em Alagoas, a comunidade indígena Wassu Cocal (da etnia Kariri) vem se mobilizando para resgatar suas tradições, sendo essa ação uma forma de resistência e fortalecimento do grupo, a fim de manter-se reconhecidos como índios e garantir a posse de suas terras.

A aldeia Wassu Cocal está localizada na zona rural do município de Joaquim Gomes, região da Zona da Mata Alagoana, cerca de 84 km de distância da capital Maceió. A etimologia Wassu Cocal faz alusão a uma grandiosa Serra conhecida como Assú, a qual, em Tupi, significa “grande”, “volumoso” (OLIVEIRA, 2017). Assim, o termo “Wassu” estaria se referindo a condição de um grande povo identificado com sua terra.

As terras Wassu são cortadas pela rodovia federal, BR 101, na altura entre os quilômetros 20,6 e 27,3. A rodovia, ao mesmo tempo que traz facilidades para a comunidade, trouxe problemas. Se por um lado é usada como ponto de venda de produtos cultivados pelos índios, por outro, os líderes da comunidade acreditam que a presença de drogas na aldeia é reflexo da proximidade e maior acesso à cidade, assim como o contato constante com os que por ali trafegam.

Boa parte da comunidade indígena vive do corte de cana-de-açúcar nas fazendas vizinhas. Outra parte vive da agricultura de subsistência de milho, feijão e batata e da criação de bovinos, caprinos, ovinos e suínos. A produção excedente é vendida nas feiras das cidades vizinhas (PEREIRA, 2014). O povo Wassu Cocal está alocado em uma área com pouca mata nativa, herança das atividades agrícolas dos posseiros e grileiros quando dominavam a região. Contudo, após a posse das terras pelos Wassu a região vem, aos poucos, naturalmente se reflorestando.

Os Wassu se organizam em torno de um “Conselho Tribal”, composto por quatorze integrantes denominados “lideranças”, além das figuras do “Cacique” e do “Pajé”. Cada liderança é responsável por uma área, tais como saúde, educação, juventude etc. O Conselho Tribal tem por função organizar, fomentar e administrar as ações coletivas da tribo. A única língua falada na tribo é o Português, com sua variação regional.

Narram os mais antigos da aldeia Wassu que as terras foram “doações” da Coroa Portuguesa aos índios combatentes como forma de recompensa pela participação nas forças coloniais que destruíram o Quilombo de Palmares. Contudo, essas terras foram, ao longo do tempo, apropriadas por grileiros e os índios tomados por empregados; alguns acabaram fugindo para outros locais, deixando a identidade Wassu.

Em 1986<sup>91</sup>, após longo processo de luta e auto reconhecimento, houve a demarcação de terras indígenas na região; 60 famílias foram distribuídas em 2.758 hectares de terra. Em 2000 a população estimada da aldeia era de 2.234 indivíduos (CENSO FUNAI, 2000). A luta dos Wassu por terras envolvia o litígio por 57 mil hectares, mas o acordo que possibilitou a retirada de fazendeiros da região envolveu apenas os 2.758 hectares (PEREIRA, 2014). A luta por mais terra ainda é pauta da tribo e há processos jurídicos em andamento.

A história da tribo Wassu Cocal é marcada por lutas, mortes e resistências. Na década de 1970, por exemplo, os chamados “brancos-grileiros” declararam guerra ao povo Wassu na intenção de se apropriar de suas terras. Diante da perseguição e das más condições de sobrevivência, muitos Wassu fugiram do local negando sua identidade para não serem mortos. Contudo, atualmente essa comunidade vem buscando fortalecer a identidade como forma de garantir a posse de suas terras.

O presente artigo objetiva apresentar e discutir as ações de fortalecimento e a manutenção da identidade coletiva da tribo Wassu Cocal vista como forma de resistência à perda de terras já demarcadas, assim como problematizar suas ações à luz das contribuições de: i) Alain Touraine (1994), para pensarmos as ações coletivas dos Wassu como movimento social; ii) Alberto Melucci (1996) e Maria da Glória Gohn (1997), para problematizarmos a manutenção da identidade coletiva dessa tribo e; iii) Charles Tilly (2008) e Sidney Tarrow (2009), para considerarmos as restrições e oportunidades políticas que envolveram/envolvem as lutas do povo Wassu Cocal.

Trata-se de uma pesquisa exploratória baseada em informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas entre 2017 e 2018 à lideranças da aldeia Wassu Cocal. As entrevistas ocorreram em dois momentos: i) aproximação e reconhecimento do espaço da comunidade indígena e entrevista exploratória a um dos líderes da aldeia e a dois professores de uma das escolas da aldeia; ii) entrevistas em profundidade e semiestruturadas a duas lideranças. Para as duas últimas entrevistas foram aplicadas um roteiro com as mesmas perguntas a fim de identificar discursos coletivos ou, ao menos, tidos pela tribo como oficiais e que se reproduziam em narrativas de sujeitos diferentes.

Há poucos trabalhos produzidos/publicados sobre comunidade Wassu Cocal; dentre

91. A demarcação física ocorreu em 1988.

eles destacamos os trabalhos de Antunes (1985), que apresenta aspectos remanescentes da cultura dos Wassu Cocal nos anos de 1980; Pereira (2014), que discute a percepção dos professores da tribo quanto ao ensino indígena e; Oliveira (2017), que objetivou compreender os conflitos internos da tribo envolvendo Wassu evangélicos e os Wassu católicos-Ouricuri. Neste artigo buscamos pensar, a partir de contribuições de teóricos dos movimentos sociais, as estratégias de ações coletivas desse povo frente às ameaças existentes.

## 2. Base teórica e conceitual

Iniciamos a presente seção conceituando “movimentos sociais”. Grosso modo, entendemos movimentos sociais como um empreendimento coletivo voltado para estabelecer uma dada configuração de vida ou atender uma demanda coletiva relativamente complexa para ser conquistada. Em outros termos, são expressões da organização da sociedade civil que agem de forma coletiva como resistência à exclusão e luta pela inclusão social (MEDEIROS, 2014). Não podemos olvidar que os movimentos sociais surgem sob diversas formas de expressão em uma sociedade cada vez mais complexa e envolvendo diferentes demandas e grupos sociais, inclusive indígenas.

No últimos anos as ações coletivas, bem como os movimentos sociais, vem sendo analisados sob nova perspectiva teórica, denominada Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Tal mudança dar-se pela compreensão da insuficiência explicativa do paradigma clássico (GOHN, 1997). De acordo com Gohn (1997) com o surgimento dos novos movimentos sociais os atores sociais passaram a ser analisados por dois aspectos: i) por suas ações coletivas e; ii) pela identidade coletiva criada no processo de mobilização.

Ação coletiva é entendida como sendo uma ação comum que visa atingir fins comuns, podendo ser fruto dos interesses individuais compartilhados (BODART, 2014). Estudos que focam a ação coletiva buscam, por exemplo, analisar os repertórios, o engajamento, motivações das ações, o papel das lideranças e a importância da identidade coletiva. Ao observar as ações coletivas, os atores passam a ser observados em relação a condição dos processos de luta. Para que as ações ocorram, é necessário que haja solidariedade e consenso entre os membros participantes, assim como uma estrutura e organização que o possibilite. Por isso, julgamos importante considerar o que Tilly e Tarrow denominaram de “estruturas de oportunidades políticas”. As estruturas de oportunidades políticas são dimensões consistentes do sistema político que fornecem incentivos à ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao fracasso ou sucesso da ação coletiva (TARROW, 2009). Desta forma, nosso esforço aqui empreendido busca o diálogo entre

abordagem política e culturalista por as julgarmos complementares.

Tarrow e Tilly, em suas abordagens políticas dão ênfase as estruturas de oportunidades políticas que possibilitam as dinâmicas dos movimentos sociais, ressaltando a importância da capacidade do líder de mobilizar a ação coletiva através de redes de solidariedades (GOHN, 1997). Para Tarrow (2009) e Tilly (2008) são as estruturas políticas que reduzem ou ampliam as possibilidades de atores engajarem em ações coletivas. Essas oportunidades e restrições são produtos históricos da interação entre os próprios atores sociais e, sobretudo, a relação destes com as formas de governos. Assim, ao analisarmos as ações coletivas dos movimentos sociais é importante considerarmos essas estruturas, pois elas exercem significativas influências na existência, intensidade e periodicidade das ações.

Em sua abordagem teórica, Tilly analisa a atuação da ação coletiva dos movimentos sociais a partir do âmbito histórico-cultural, utilizando elementos significativos dos repertórios, sendo a solidariedade impulsionada pela mobilização. “A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação”. (ALONSO, 2009, p. 55).

Tilly desenvolveu a noção de “repertório” de ações coletivas; conceito adotado para descrever os meios definidos da ação coletiva em um conjunto familiar de ações coletivas que estão à disposição dos indivíduos e de um dado ator coletivo (ALONSO 2012). Repertório seria “[...] as formas historicamente limitadas de ação conhecidas e vistas como legítimas por indivíduos e grupos em determinado momento no tempo e no espaço, se tornando assim rotineiras” (PEREIRA; SILVA, 2017).

Outro conceito que nos ajuda a pensar a experiência do povo Wassu Cocal é conceito de performance, que substitui, em parte, a noção de rotina social, ressignificando a interpretação das ações de um ator coletivo. Cada performance é singular, pois, agrega símbolos e segredos locais e de um dado período histórico (ALONSO, 2009). Um conjunto de performances compõe um repertório (TILLY, 2008).

Sob uma abordagem culturalista a ideologia<sup>92</sup> e os valores passa a ser objeto de atenção, reconhecendo a sua importância como “cola” social. Passou-se a reconhecer o valor da luta e seus significados, os quais favorecem uma inter-relação entre o ator e a coletividade, constituindo identidades coletivas.

Segundo Alberto Melucci ( 1996, p.70),

*A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por*

92. Ideologia em sua instância de função geral, ou seja, em sua função de mediadora na integração social, na coesão do grupo (RICOEUR, 1977).



*um certo número de indivíduos (ou grupos, em um nível mais complexo) que concerne as orientações de suas ações e o campo de oportunidades e constrangimentos no qual esta ação tem lugar. Por “interativa e compartilhada”, compreendo que estes elementos são construídos e negociados por meio de um recorrente processo de ativação de relações que atam os atores juntos. A identidade coletiva, como um processo, se refere a uma rede de relacionamentos ativos entre atores que interagem, se comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões.*

A identidade coletiva é um construto social que, geralmente, tem como ingrediente uma ideologia. Nesse sentido, a ideologia é o marco referencial para que um movimento social consolide suas atuações no campo social (MELUCCI, 1996). Ela é a bússola para unir seus atores em uma só identidade. Os valores ideológicos estão interligados a ação coletiva, são as representatividades deixadas pelo movimento que vai caracterizá-lo nas relações sociais (MELUCCI, 1996). Para esse mesmo autor (1996), a construção de identidade coletiva é resultado de um processo complexo de orientações internas do ator social e das relações que estabelece com outros atores.

A inter-relação entre os atores vão se desenvolvendo no próprio grupo, o ator individual transforma-se em membro de um ator coletivo no processo da ação coletiva, ganha identidade nova, que não é só sua, mas ganha existência enquanto parte do coletivo. Assim, “identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar” (MELUCCI, 1996, p. 70).

Como destacou Melucci (1996), a identidade coletiva requer um certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos sintam-se, eles próprios, parte de uma unidade em comum. Sob o ponto de vista da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), nas ações coletivas é dada uma grande ênfase a constituição da identidade coletiva, isso por ser compreendido seu papel agregador.

Touraine (1994) nos apresenta um esquema geral que nos possibilita compreender os aspectos constituintes dos movimentos sociais envolvendo aspectos da abordagem política e culturalista. Sendo eles: “princípio de oposição”; “princípio de totalidade” e; “princípio de identidade.

O “princípio de oposição” está relacionado ao fato de que os movimentos sociais surgem por uma insatisfação, se opondo a um determinada prática, interesse ou valores ou porque os valores, interesses ou práticas de um dado grupo não são reconhecidos ou uma dada necessidade não é atendida. Assim, um movimento social é um coletivo em

luta contra um obstáculo, uma resistência, uma força, uma inércia, uma apatia ou uma indiferença. Nesse sentido, terá um adversário a ser opor. Para Touraine (1994), só existe movimento social havendo oposição. Identificar os opositores dos movimentos sociais é uma tarefa que corrobora para a compreensão do próprio movimento. Os movimentos sociais não tem por objetivo tomar o poder, antes exercer a função de mediação e/ou pressão frente ao seu opositor afim de alcançar seus objetivos.

Para Touraine (1994), a existência de objetivo justificáveis em nome de valores superiores ou ideias universais que possam se expressar em uma filosofia ou teologia - mesmo que apenas aos olhos dos militantes - é um elementos fundamental para a existência de um movimento social, o que chamou de “princípio de totalidade”. Esse princípio é importante para explicar a natureza e a orientação do movimento social, assim como legitimar sua existência.

O “princípio de identidade” é uma necessidade à existência do movimento social. Para Touraine (1994), um movimento social precisa definir quem representa, em nome de quem fala e age e quais são os interesses do grupo. É necessário uma identidade que seja socialmente identificável e significativa aos olhos do público em geral e dos seus militantes.

Sob os conceitos expostos nesta seção buscaremos pensar a experiência das ações coletivas da tribo Wassu Cocal; o que fazemos na seção seguinte.

## **2. A experiência da Tribo Wassu Cocal enquanto ator coletivo**

Na presente seção apresentamos um breve resgate histórico do povo Wassu Cocal para, no segundo momento, tratar de suas recentes lutas pela preservação de suas terras e pela manutenção de suas tradições, o que acaba sendo uma estratégia de luta. A principal metodologia utilizada para a coleta de informações e reconstituição da experiência dos Wassu foi a entrevista semiestruturada a membros da comunidade. Buscaremos discuti-la a partir das contribuições - já destacadas - de Tilly, Tarrow, Melucci e Touraine.

As terras do povo Wassu, localizadas às margens esquerdas do rio Camaragibe, já eram habitadas por índios caetés antes da ocupação portuguesa. Era comum o formato de aldeamento; e cada aldeia compunha um núcleo familiar. As terras eram vastas e densas, comuns a todos, e podiam plantar e colher seus produtos para sua subsistência. Nesse ambiente, a terra torna-se o espaço de expressão da cultura desse povo.

Sendo um local cobiçado para a expansão da monocultura e pecuária, as comunidades nativas existentes nessas terras enfrentaram conflitos e lutas com os colonizadores e,

posteriormente, com os grileiros e posseiros. Muitos povos indígenas se espalharam pelo interior do território brasileiro, dentre eles, os caetés. Esses amedrontados adentraram-se no interior das matas ocupando as regiões que correspondem hoje os municípios alagoanos de Matriz do Camaragibe, Colônia Leopoldina, Passo de Camaragibe, Joaquim Gomes e União dos Palmares.

A atual permanência dos índios Wassu na região é fruto de históricas resistências e desistências. Podemos citar a Guerra dos Bárbaros (1650-1720); sangrenta guerra de combate aos indígenas. Por meio dela, bandeirantes aprisionaram índios que foram vendidos como mão de obra escrava para as fazendas da região. Outro conflito importante que buscou desapropriar os Wassu de suas terras foi a Guerra dos Cabanos (1832-1835). Essa teve por objetivo expulsá-los via demarcação de terras que favorecia os senhores de engenho e fazendeiros. Citamos ainda a Guerra do Paraguai (1864-1870) para a qual índios, dentre eles Wassu, foram convocados para um alistamento forçado, levando muitos índios à fuga da região; outros morressem na guerra. Após o combate na Guerra do Paraguai muitas terras foram demarcadas de forma injusta e fraudulenta, reduzindo ainda mais o acesso dos índios à terra (SILVA, 2006).

A persistência da comunidade Wassu em permanecer nessas terras intensificou a perseguição e a tomada de terras, as quais foram transformadas gradativamente pelos fazendeiros da região em espaços de monocultura de uso de mão de obra escrava indígena. Contudo, essa apropriação não se deu de forma pacífica, antes foram travadas lutas entre os Wassu e os fazendeiros. Depois de travadas as lutas, uma parte da aldeia (atual cidade de Joaquim Gomes) foi perdida e os Wassu foram empurrados para outra parte, onde uma pequena porção de terra foi demarcada e os próprios índios a dividiu entre eles, de acordo com o núcleo familiar de cada membro da aldeia.

Ao longo desse período de conflitos, muitos índios emigraram e não voltaram. Alguns dirigiram-se às fazendas da região ou às usinas de açúcar próximas, tornando-se empregados. Essa situação se estendeu até os anos de 1980, quando as estruturas de oportunidades políticas começaram a ser relativamente mais favoráveis aos índios. Os poucos que resistiram permanecem assentados no local, graças a conquistas de demarcação de terras ocorrido nos anos de 1980.

A luta pela demarcação das terras dos Wassu se deu entre as décadas de 1970 e 1980. Como destacado por Tarrow (2009), compreender as lutas de um coletivo demanda explorar o papel das lideranças. Destacou-se, nesse período, a figura de Hibes Freitas; considerado uma das lideranças indígenas mais importante do Nordeste. Hibes ainda era criança quando vivenciou a invasão dos fazendeiros às terras da Serrinha (núcleo familiar localizado no interior da atual aldeia Wassu Cocal) e a expulsão de grande parte da população indígena

que ali habitava. Nessa ocasião as cabanas de palha foram criminalmente incendiadas ao meio dia por fazendeiros; fato que marcou a memória do povo Wassu pelo sofrimento e desespero causado.

Igor Freitas, filho de Hibes Freitas, narra trechos da história ocorrido em Serrinha:

*A história conta que era um arruado grande, de palhas e os fazendeiros expulsaram o pessoal e botaram fogo ao meio dia. Isso há muito tempo atrás, até uns 50 anos atrás isso, ou mais antigo, que já era antigo na época do papai essa história. Papai vivenciou ainda pequeno.*

Na ocasião do incêndio, cerca de cinquenta famílias ocupavam à margem do rio Camaragibe, em terras onde assentavam os antigos ancestrais dos Wassu. Depois da tragédia provocada pelos fazendeiros, os índios Wassu passaram a ocupar apenas um povoado chamado Cocal Velho. Segundo Igor Freitas, após o incidente, ninguém mais queria ser reconhecido como índio, por considerar um perigo a integridade física. Tratava-se de um cenário onde as estruturas de oportunidades de mobilização social não eram favoráveis ao povo Wassu.

Hibes Freitas retornando para aldeia, buscou conscientizar a comunidade indígena da necessidade de realizar um resgate identitário dos Wassu Cocal, assim como retomar as terras perdidas para os fazendeiros. A comunidade tinha clareza de quem eram seus opositores e quais eram suas demandas. Estavam ali estabelecidos os princípios de oposição e de totalidade, contudo, restava o princípio de identidade para que um movimento social se desenvolvesse.

A criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1967, compôs uma estrutura de oportunidades políticas antes não existente, abrindo a possibilidade de judicializar a luta pela terra. Hibes sendo conhecedor da legislação que tratava de demarcações de terras indígenas, optou, como estratégia de luta, fomentar o resgate das tradições da cultura Wassu a fim de adquirir legitimidade diante da FUNAI. Na busca por resgatar as tradições indígenas viajou e visitou várias tribos indígenas, resgatando elementos importantes para as práticas religiosas dos Wassu, naquele momento praticamente esquecidas pela comunidade. Buscava-se assim o princípio de identidade que associado aos dois outros princípios dariam condições de fortalecer a luta coletiva.

No final dos anos de 1970 Hibes começou a participar de reuniões públicas, comitês e divulgar a sociedade o que se passava na aldeia, ganhando notoriedade pública. Mesmo sob ameaças de morte, coordenou o enfrentamento aos fazendeiros e as autoridades políticas da região, além de realizar críticas públicas a FUNAI e seu descaso às causas indígenas.

Nos anos de 1980 Freitas tornou-se destaque entre as lideranças indígenas do Nordeste, sendo em 1983 convidado a trabalhar na FUNAI. Acredita-se que o emprego na FUNAI era uma tentativa dos políticos da época em cooptá-lo, silenciá-lo. Ainda assim, aceitou o emprego e do interior da FUNAI conseguiu ajudar diversas lideranças de outras tribos no processo de demarcação de suas terras.

Em dois de outubro de 1986 as terras Wassu foram homologadas:

*Com a demarcação definitiva, Terra indígena Wassu-Cocal foi subdividida em quatro núcleos: Cocal, Pedrinhas, Fazenda Freitas e Serrinhas. Conforme o Decreto Presidencial nº 93.331, de 02 de outubro de 1986, o aldeamento contava na época com cerca de 60 famílias. A demarcação, porém, não atenuou os conflitos entre índios e fazendeiros. Ainda hoje, as terras são objetos de disputas (PEREIRA, 2014, p.65).*

Após as demarcações das terras pela FUNAI o medo continuou imperando na comunidade. Muitos dos fazendeiros não se conformaram em devolver as terras, acirrando o confronto com lideranças da aldeia.

Um dos fazendeiros decidiu desrespeitar a decisão da FUNAI procurando intimidar a população, ameaçando pisotear com seu cavalo qualquer índio que ultrapasse seu caminho. Frente a provocação, Hibes Freitas entrou em confronto com o fazendeiro, disparando um tiro que o acertou de raspão. Depois disso, Hibes passou a viver sob ameaça de morte.

Em 1987, com a mudança da presidência da FUNAI, Hibes deixou o cargo e tentou retornar para a aldeia. Porém, a aproximação foi conturbada; Hibes foi acusado formalmente pela FUNAI de ter se envolvido em irregularidades no órgão. Em resposta as acusações, Hibes afirmou que possuía documentos que comprovavam sua inocência e indicavam irregularidades cometidas pela administração da FUNAI, prometendo encaminhar as denúncias aos superiores e divulga-las à imprensa. Nova denúncia é protocolada pelo órgão, acusando-o de desvio de recursos da aldeia em benefício próprio. A pedido da PF-AL (Polícia Federal de Alagoas), Hibes foi submetido a um laudo antropológico com intuito de provocar dúvidas étnico-cultural em face aos membros da aldeia. Nota-se que o princípio de identidade poderia ser questionado caso constatasse que Hibes não era Wassu.

Em 22 de agosto de 1991, Hibes foi sequestrado e assassinado. No mesmo ano, em dezembro, o presidente Fernando Collor assinou o decreto que homologou de forma definitiva a demarcação das terras em 2.758 hectares, correspondente a desocupação de 31 imóveis (OLIVEIRA, 2017).

A homologação da demarcação das terras garantiu ao povo Wassu a sua posse.

Contudo, o direito pela terra vem sendo constantemente questionado, bem como suas raízes étnicas. Frente a essa situação, a comunidade vem buscando ações coletivas de resgate e manutenção de sua identidade. As lideranças têm ciência que a preservação da cultura é fundamental para a coesão social do povo Wassu e manutenção da posse de suas terras. Atualmente, embora as ameaças do atual governo, há no Brasil uma legislação que dá aos povos indígenas algumas garantias, desde que haja uma um reconhecimento identitário.

O Estatuto do Índio (Lei 6001/73; Decreto 1141/94) é a lei responsável pelas questões indígenas, uma vez que “regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (LEI 6001/73, Título I, Art. 1º).

O artigo 231 da Constituição Federal Brasileira aponta elementos para a definição de grupos indígenas, sendo “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

O Estatuto do Índio, em seu art. 3º, define o índio da seguinte forma:

*Para os efeitos de lei, ficam estabelecidas as definições a seguir discriminadas: I - Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional; II - Comunidade Indígena ou Grupo Tribal - É um conjunto de famílias ou comunidades indígenas, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem contudo estarem neles integrados.*

O primeiro quesito para ter direito a demarcação e mantê-la é a identidade indígena. Por isso, a comunidade Wassu vem buscando resgatar e fortalecer sua identidade. O problema é que muitas manifestações típicas da cultura Wassu foram abandonadas ao longo do tempo por medo dos fazendeiros. Uma de nossas entrevistadas afirmou ao nascer recebeu um nome distante da cultura indígena a fim de ter sua vida preservada. Atualmente o nome de registro não é utilizado na tribo, preferindo seu nome indígena. Segundo suas palavras: “[...] o medo de se assumir como indígena, né...do meu tempo existia isso...daí as pessoas se negavam se identificar como indígena por causa dos fazendeiros”. A ocultação de elementos que pudessem identificá-los como índios era uma estratégia de sobrevivência, contudo teve grandes impactos sobre a manutenção da cultura da comunidade. Se naquele momento a identidade Wassu era um risco à vida, hoje é um elemento fundamental de resistência.

Atualmente as lutas do povo Wassu Cocal dar-se pela manutenção de suas tradições, pela coesão social e manutenção de suas terras. Essas lutas, embora possam manifestar-se por meio de um repertório composto por diferentes frentes ou estratégias, estas estão interligadas. O povo Wassu tem consciência de que a coesão social dependerá da manutenção de suas tradições e destas à garantia da posse de suas terras. Assim, os moradores da aldeia Wassu Cocal vêm buscando difundir a cultura indígena nas escolas da aldeia para os índios praticantes e não praticantes do Ouricuri<sup>93</sup> como uma forma de manter a coesão social e garantir a manutenção da comunidade. Em outros termos, trata-se de deixar claro os princípios de totalidade (direito à terra e a manifestação de sua cultura), de oposição (aos grileiros e fazendeiros que os ameaçam) e de identidade (povo Wassu).

Preocupação em difundir e preservar a cultura Wassu está relacionada a necessidade de prover a manutenção das tradições, fortalecer a identidade coletiva e preservar a posse de suas terras. Sem tradição cultural e referência identitária a coesão social se fragiliza, e as ações coletivas de defesa pela posse de suas terras ficam enfraquecidas.

Buscamos explorar o repertório do povo Wassu Cocal mobilizado nas lutas pela manutenção das suas terras. Destacamos aqui as estratégias mais importantes.

O resgate religioso tem destaque dentre o repertório dos Wassu. Buscando maior coesão social, a comunidade Wassu vem trazendo ao primeiro plano sua religião, entendendo-a como elemento estruturante de sua cultura.

O fortalecimento da vida religiosa, baseada no Ouricuri, teve como objetivo fortalecer a identidade coletiva e, conseqüentemente, garantir que as terras fossem demarcadas. Contudo, preservar a tradição religiosa vem sendo um desafio mediante ao processo de aculturação sofrido. Como destacou Igor Freitas, “em dado momento Ouricuri foi satanizado, transformado em seita”, o que dividiu parte da comunidade indígena. A partir dessa percepção, deu-se início um trabalho de conscientização da comunidade e o espaço privilegiado para essa empreitada foi a escola.

As lideranças parecem conscientes de que a religião é de grande importância para a autodeterminação da identidade coletiva da aldeia; constituindo as atividades de resgate das tradições parte do seu repertório de luta, mais especificamente performances. Contudo, no interior da tribo há algumas igrejas evangélicas, o que vem gerando dissensos (OLIVEIRA, 2017). Algumas crianças são proibidas por seus pais evangélicos de praticar qualquer manifestação cultural que esteja relacionada ao Ouricuri<sup>94</sup>. O impasse é relevante porque praticamente toda a cultura Wassu gira entorno da religiosidade, cuja performance

93. Planta nativa da região, pertencente à família das palmáceas (*Cocos coronata*) que dá nome ao ritual religioso, realizado secretamente. Diferentemente dos outros rituais, não é permitido a participação de não índios.

94. Para maior aprofundamento nessa questão ver Oliveira (2017).

envolve dançar o Toré<sup>95</sup>, subir a serra, praticar cultos secretos e realizar pinturas corporais. Tal processo parece ser um desafio à manutenção da cultura da comunidade. Assim, o Povo Wassu tem ameaças externas e internas à sua identidade coletiva baseada na manutenção de parte importante de sua tradição e sua performance envolvendo o rito religioso. Os Wassu utilizam dos ritos religiosos como performance pública, realizando na aldeia apresentações aos visitantes, assim como apresentando em eventos fora da aldeia. Por meio dessa performance a tribo torna-se conhecida pela sociedade em geral e pelas autoridades políticas do estado e do país.

Ainda buscando preservar suas raízes, a comunidade se utiliza dos saberes dos mais velhos na manutenção da saúde física da comunidade. A tribo conta com um Posto de Saúde. Nele, além do atendimento médico baseado na medicina, há uma preocupação em atuar de forma preventiva com uso de ervas medicinais (re)conhecidas pelos mais velhos da tribo. No Posto de Saúde algumas dessas ervas são disponibilizadas à comunidade. Os agentes de Saúde são membros da tribo.

Outras práticas performáticas são realizadas a partir da escola. A escola já havia sido utilizada como um espaço de manutenção da tradição Wassu. Na aldeia, por volta das décadas de 1940 e 1950, a professora Antônia Vanderlei de Freitas, conhecida na aldeia como “professora velha”, além de alfabetizar as crianças, transmitia o que sabia da cultura Wassu. Em 1959, Maria Bezerra da Silva, conhecida como Dona Marinha, chegou a aldeia Wassu e foi solicitada pelas lideranças da aldeia a dar continuidade ao processo de alfabetização dos índios e transmitir a cultura Wassu às crianças (PEREIRA, 2014). Dona Marinha rapidamente se tornou figura importante para a educação dos Wassu. As salas de aula passaram a ser utilizadas também para reuniões dos líderes indígenas, onde discutiam meios para a retomada de suas terras. Assim, a escola tornou-se o local privilegiado de transmissão da cultura Wassu e de princípio de mobilização coletiva.

A escola passou a ser utilizada como espaço estratégico para que os saberes, os costumes e tradições fossem socializados de forma constante e legítima. Atualmente há na aldeia quatro escolas estaduais indígenas, que atende cerca de 400 alunos<sup>96</sup>; são elas: Escola Estadual José Máximo de Oliveira; Escola Estadual Manoel Honório da Silva; Escola Estadual José Manoel de Souza e; Escola Estadual Professora Marlene Marques dos Santos. A estrutura física dessas escolas é precária e dotada de poucos recursos pedagógicos e praticamente nenhum recurso tecnológico.

#### O Projeto Político e Pedagógico dessas escolas, embora sigam as normas da Lei

95. Trata-se, a princípio, de uma dança ritualística indígena da região que vem incorporada ao movimento indígena da região como uma forma de expressão étnica e política. “Manifestação cultural extensiva a diferentes grupos e por eles definidos como tradição, união e brincadeira, é um ritual complexo, que envolve uma dança circular, em fila ou pares, acompanhada por cantos, ao som de maracás, zabumbas, gaitas e apitos, de grande importância para os indígenas. Cada grupo possui um toré próprio e singular, apresentando variações de ritmos e toadas dependendo de cada povo”. (GASPAR, 2011).

96. Há alunos nessas escolas alunos não-índios. Esses são filhos de pequenos agricultores que moram nas proximidades da aldeia.



de Diretrizes e base da Educação Nacional (LDB), possuem peculiaridades que buscam atender as necessidades da comunidade Wassu. Além do currículo comum, é ofertada uma disciplina denominada Cultura Indígena, na qual a cultura Wassu é transmitida às crianças e jovens da Aldeia.

A disciplina Cultura Indígena está presente nos dois níveis de ensino - Fundamental e Médio -, sendo ministrada por um(a) professor(a) da própria tribo dotado(a) de conhecimento e vivência da cultura Wassu. Atualmente há um impasse: o Ministério da Educação e Cultura (MEC) mantém a exigência do grau de instrução ao nível superior desse professor(a), ainda que os saberes transmitidos por meio da disciplina são de origem empírica e não acadêmica; essa exigência dificulta a contratação de professores que atendam aos propósitos da disciplina. Em 2017 diversas tribos indígenas tiveram representantes ocupando a sede da Secretaria de Educação pressionando as autoridades para que os professores indígenas fossem mantidos nas escolas. Dentre os representantes estavam líderes da tribo Wassu Cocal.

A disciplina Cultura Indígena tem por objetivo resgatar as tradições Wassu e transmiti-las aos mais jovens, bem como envolver a comunidade em atividades de resgate e fortalecimento dessas tradições. Assim, vem sendo possível resgatar da memória e historicidade dos ancestrais e transmitir aos mais jovens a importância de manter, cuidar e preservar os conhecimentos do povo Wassu.

As lideranças da aldeia acompanham e opinam sobre o que é desenvolvido na disciplina Cultura Indígena, embora seja o professor o responsável por organizar o plano de aula e traçar estratégias de atividades que serão postas em ação; quase sempre com apoio das lideranças.

A disciplina Cultura indígena é ofertada uma vez por semana, com duração de uma hora cada uma das aulas. Da educação Infantil ao Ensino Médio os conteúdos são discutidos em reuniões com a equipe pedagógica, com as lideranças da aldeia, com o pajé e com o cacique. Nessas reuniões as discussões envolvem também projetos culturais como comemorações (aniversário da posse das terras) e outras festividades, como, por exemplo, o dia do índio. Objetiva-se transmitir e proteger as tradições e costumes culturais indígenas, ao mesmo tempo que as performances são realizadas. Entre os conteúdos ensinados nas disciplinas estão a historicidade da aldeia, as histórias das lideranças, o estudo do local, da família, o papel dos conselhos, do cacique e do pajé.

As aulas se dão em sala ou em campo; no caso, na aldeia. Os alunos visitam os anciãos em suas casas para ouvir relatos que auxiliam no resgate da memória e identidade Wassu. Há atividades de artesanatos que costumam contar com os ensinamentos do pajé

e do cacique. Os alunos apreendem a produzir e a usar instrumentos musicais feitos de cabaças, a dançar o Toré, realizar pintura corporal - aprendendo o significado das cores para a tribo. A disciplina ainda comporta a execução de projetos, tais como o Projeto Sexta-Feira Cultural que acontece a cada 15 dias, se estendendo a todas as séries. O Projeto Sexta-Feira Cultural se materializa por meio de atividades culturais durante todo o período de aula.

Outra manifestação dos Wassu que colabora para fortalecer a coesão social e a identidade coletiva é a “Viagem”. Trata-se da subida à Serra da Torre (ou Pedra do Ouricuri), onde praticam o Toré e o Ouricuri por 15 dias. Um dia é reservado para aqueles que não praticam o Ouricuri, mas que desejam estar presente na Viagem. A Viagem acontece no início do ano e no meio do ano. Nesses dias as atividades das escolas da aldeia são suspensas. Trata-se de uma performance que tem duplo objetivo: fortalecimento das tradições e divulgação de que as mantém. Por mais que pareça dicotômico, trata-se de uma divulgação que envolve segredo. Ou seja, evidencia-se por meio da Viagem que o povo Wassu tem segredos religiosos que os tornam singulares.

A comunidade Wassu reconhece a necessidade da valorização de sua tradição, sendo constantemente enaltecida. As festas são performances importantes na comunidade por colocar em cena valores, projetos, artes e devoção dos Wassu; evidenciando os princípios de totalidade, de oposição e de identidade. O movimento social empreendido pelos Wassu se constitui no processo, como destacou Melucci (1995) ao apresentar os movimentos sociais sob uma perspectiva construtivista, onde os atores sociais se constroem na ação coletiva, não a precedendo. Ainda que o cenário atual seja marcado por incertezas quanto as terras indígenas, os Wassu vivem um momento marcado por uma estrutura de oportunidade política que se materializou apenas a partir dos anos de 1980, principalmente após a Constituição Federal de 1988 que reconheceu os direitos indígenas.

Outras estratégias compõem o repertório de atuação do povo Wassu. Tal como o bloqueio da rodovia. Citamos os casos de 2015 e 2016 que ganharam notoriedade nos jornais de circulação estadual. Em 2015 os índios Wassu Cocal realizaram, por cerca de 6 horas, bloqueio da BR-101 em manifestação contrária a PEC 215/2000, que tratava de assuntos indígenas, inclusive de demarcações, delegando exclusivamente ao Congresso Nacional o dever de demarcação de territórios indígenas e quilombolas, bem como a ratificação de terras já demarcadas. Nessa mesma ocasião, juntamente com outras tribos, ocuparam a sede da FUNAI em Maceió. Em 2016, bloquearam a BR-101, por 24 horas, reivindicando a ampliação de suas terras que estava em judicialização desde 2012, além de saneamento básico e melhorias nas escolas. Na ocasião o governo federal havia anunciado obras de duplicação da rodovia e os Wassu questionavam o Plano Básico Ambiental Indígena (PDAI),

que visava diminuir os impactos ambientais sobre suas terras. Alegavam que o PDAI final não condizia com aqueles discutido com a comunidade.

No ano de 2017 foi organizada a primeira edição dos Jogos Indígenas da aldeia Wassu Cocal. Por meio desse evento os Wassu buscaram resgatar os jogos praticados pelos seus antepassados. Na ocasião participaram índios de outras tribos, tais como Koiu Panka, Katokin e Giri Panko, ambos do Sertão, e Xucuru Kariri, de Palmeira dos Índios. Naquele mesmo ano, o Governo de Alagoas promoveu no Estádio Rei Pelé o Jogos Indígenas de Alagoas, agregando ali diversas tribos, inclusive os Wassu Cocal. Foram três dias de competições, organizados em 10 modalidades, além de debates e apresentações culturais.

Os Wassu buscam defender suas terras por meio de ações judicializadas ou/e em diálogos com autoridades. Citamos o caso ocorrido em 2016, quando a tribo provocou o Ministério Público Federal de Alagoas a fim de impedir que a Associação de Agricultores da Fazenda Urucuzinho continuasse ocupando e vendendo suas terras.

Outra performance dos Wassu são as participações em eventos culturais, sejam eles específicos à cultura indígena ou não. Trata-se de momentos de divulgação da cultura da tribo e suas demandas. Os Wassu buscam ocupar espaços em conselhos estaduais, tais como no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Conepir), vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos (Semudh). Para tanto, estão legalmente organizados por meio da Associação Indígena da Aldeia Wassu Cocal e compoem o Conepir no biênio 2017/2019.

## Considerações Finais

Buscamos discutir as estratégias de resistência da tribo indígena Wassu Cocal sob a luz das contribuições de Touraine (1994), Melucci (1996), Gohn (1997), Tilly (2008) e Tarrow (2009).

Apartir das contribuições de Touraine observamos que os Wassu têm como opositores os fazendeiros que ameaçam sua permanência na terra demarcada, divulgando por meio de performances religiosas e festivas suas demandas, buscando legitimá-las a partir de princípios definidos na Constituição brasileira de 1988 e na Lei do Índio, além do princípio de igualdade e direito à vida. Notamos, ainda, que há uma constante preocupação em resgatar, fortalecer e divulgar sua identidade coletiva, ações presentes em diversas estratégias que compõem seu repertório de luta e resistência, o qual é variado, abarcando festas, projetos escolares, judicialização, ocupações, barricadas e participação em espaços institucionalizados, tais como conselhos estaduais, o que se dá por meio de representantes

de associação criada para defender e conquistar seus direitos.

Observamos que mudanças ocorridas a partir da criação da FUNAI foram fundamentais para o desenvolvimento de uma estrutura de oportunidades políticas que possibilitou a mobilização coletiva dos Wassu e, conseqüentemente, a conquista de terras demarcadas e sua manutenção. Atualmente a tribo luta pela ampliação das terras, disputa judicializada, mas ainda em tramitação. O cenário atual é de preocupação por parte da tribo, sobretudo pelo enfraquecimento da FUNAI, o que parece se concretizar no atual governo.

Este artigo não esgota a exposição das lutas passadas e/ou atuais dos Wassu - o que não foi o propósito. Contudo, apresenta contribuições analíticas que auxiliam na compreensão da lógica coletiva empreendida por essa comunidade ainda pouco estudada, sobretudo se tratando de repertório de ação coletiva. Estamos certos que ainda são necessários estudos que mapeie - numa análise histórica - o repertório dos Wassu a fim de observar a lógica e eficácia de suas estratégias e performances; bem como pesquisas que possam dar também voz aos não-índios da região, o que seria importante para compreendermos como a identidade coletiva construída por esse povo tem sido vista pelas comunidades vizinhas não-indígenas. Outra agenda de pesquisa importante para compreender o movimento indígena Wassu está no mapeamento das redes de solidariedade existentes, assim como de suas estrutura organizacional, envolvendo os recursos físicos e humanos existentes ao longo de sua história de luta.

Recebido em: 10 de março de 2019.

Aprovado em: 05 de junho de 2019

## Referências

ALONSO, Angela. Repertório Segundo Charles Tilly: História de um Conceito. Revista Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, V. 02. 03 2012. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/368037/mod\\_resource/content/1/repertorio%20Sociologia%20%20Antropologia%20ano2v3\\_artigo\\_angela-alonso.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/368037/mod_resource/content/1/repertorio%20Sociologia%20%20Antropologia%20ano2v3_artigo_angela-alonso.pdf)> . Acesso em: 01/10/2018.

\_\_\_\_\_. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova N.76, São Paulo, 2009. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452009000100003#n01](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003#n01) > Acesso em: 01/10/2018.

ANTUNES, Clóvis. Tribo Wassú: os caboclos do Cocal. Maceió, 1985. Mineo.

BODART, Cristiano das Neves. Atuação dos partidos políticos e dos movimentos sociais na construção e manutenção de um espaço institucionalizado de participação social. Tese de doutoramento em Sociologia. Universidade de São Paulo (USP), 2016. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04082016-162239/pt-br.php> >. Acesso em: 18/09/ 2017.

FUNAI. Censo da População Indígena brasileira. Brasília, 2000.

GASPAR, Lúcia. Toré. Fundação Joaquim Nabuco. 2011. Disponível em: < [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=863&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=863&Itemid=1)>. Acesso em: dez. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola. 1997.

MELUCCI, Alberto. Challenging codes: collective action in the information age. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1996.

OLIVEIRA, Aldjane de. Povo Wassu Cocal: terra, religiões e conflitos. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe. 2017.

PEREIRA, Jéssika Danielle dos Santos. Etnografando a Educação Escolar Indígena entre os Wassu-Cocal: algumas pistas sobre as concepções de seus professores. Revista Espaço Acadêmico. n. 158, jul. 2014. Disponível em: < <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22883>>. Acesso em: dez. 2018.

RICOEUR, Paul. Interpretação e Ideologias. Trad. H. Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SILVA, Edson. Os índios Wassú e a Guerra do Paraguai: história, memória e leituras indígenas sobre o conflito. *Revista Cabanos*. Maceió, FUNASA, nº 1, jan./jun. pp. 93-109, 2006.

TARROW, Sidney. *Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TOURAINÉ, Alain. “Os movimentos sociais”. In: FORACCHI, Marialice M., MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: Leituras de introdução à sociologia*. Tradução de Braz José de Araújo e Eduardo Macedo Mussi. São Paulo: LTC Editora, 1994 [1973], p. 283-307.

# ENTRE AS MINAS E OS GERAIS: DESIGUALDADE ESPACIAL DO MERCADO DE TRABALHO

GILSON CÁSSIO DE OLIVEIRA SANTOS<sup>97</sup>

## RESUMO

O território de Minas Gerais evidencia uma segmentação socioeconômica expressiva. De um lado, as regiões localizadas ao sul externam bons indicadores econômicos e sociais, de outro, as do norte apresentam uma realidade comparável à de muitos países pobres da África. Tal desigualdade histórica reflete a formação do Estado, pautada pela priorização das regiões situadas ao sul, além da desigualdade espacial brasileira, tendo os estados do sul e sudeste à expressão de maior prosperidade e aqueles do nordeste e norte a demonstração da escassez e da pobreza.

**Palavras-chave:** mercado de trabalho, desigualdade regional, desenvolvimento.

## BETWEEN THE MINES AND THE GENERAL: SPATIAL INEQUALITY OF THE LABOR MARKET

## ABSTRACT

The territory of Minas Gerais shows an expressive socioeconomic segmentation. On the one hand, the regions located to the south present good economic and social indicators, on the other, the north presents a reality comparable to that of many poor countries in Africa. Such historical inequality reflects the formation of the State, based on the prioritization of the regions located to the south, besides the Brazilian spatial inequality, with the southern and southeastern states being the expression of greater prosperity and those of the northeast and north demonstrating scarcity and poverty.

**Keywords:** labor market, regional inequality, development.

97. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sociólogo da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor das Faculdades Santo Agostinho e Coordenador do Observatório do Acesso ao Trabalho e à Justiça. E-mail: gilson.santos@unimontes.br

## Introdução

Minas Gerais é o terceiro Estado mais rico da Federação. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015 o Produto Interno Bruto (PIB) mineiro foi menor apenas que o PIB de São Paulo e do Rio de Janeiro. Contudo, a riqueza mineira não se traduz, na mesma proporção, em qualidade de vida para a população residente no Estado. Isso porque o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Minas Gerais fixou-se em 9º lugar em 2010, ficando atrás do Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Goiás.

O IDH renda fez o Estado recuar mais duas posições, posicionando-se em décimo primeiro lugar no ranking nacional. Permaneceu, porém, em 9º quanto ao IDH educação. O melhor indicador de desenvolvimento humano em Minas Gerais foi o IDH longevidade, o que fez o Estado se fixar em quinto lugar no ano 2010.

Além de se saber ser Minas Gerais um Estado contraditório no que diz respeito a sua riqueza versus a qualidade de vida proporcionada a população mineira, percebe-se que essa Unidade da Federação é também espacialmente desigual. As mesorregiões localizadas ao sul, como o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Sul/Sudeste de Minas, por exemplo, externam bons indicadores socioeconômicos. As mesorregiões alocadas ao norte, como: Norte de Minas, Noroeste de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, por outro lado, denotam indicadores ruins.

Com base em uma comparação espacial é possível definir a hipótese de que as regiões do Norte são as causadoras do desnivelamento entre a riqueza de Minas Gerais e o desenvolvimento humano do mesmo Estado. Todavia, essa não é a hipótese mais relevante. O que importa saber, de fato, é: Porque existem notórias disparidades sociais em uma mesma Unidade Federativa? A possibilidade de resposta para tal questão faz remeter à hipótese que na verdade importa: os interesses e as prioridades do governo da Unidade Federativa faz elevar o desenvolvimento ou reduzi-lo em algumas localidades específicas.

O referido trabalho pretende observar alguns indicadores sociais em Minas Gerais com foco no mercado de trabalho, estratificando espacialmente o Norte e o Sul do referido Estado, como será demonstrado à frente.

As observações empíricas trazidas neste texto foram fundamentadas nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Atlas de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os dados demonstram que o mercado de trabalho reflete as dimensões econômicas da desigualdade e da pobreza.



## 2. Metodologia

A pesquisa aqui demonstrada foi realizada a partir da utilização de estatística descritiva e análise espacial de dados socioeconômicos e do mercado de trabalho. Trata-se da avaliação de dados secundários extraídos de bases oficiais como: Atlas do Desenvolvimento Humano, organizado pela Fundação João Pinheiro e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de responsabilidade do Ministério do Trabalho (MTb).

Os procedimentos metodológicos utilizados se deram pela estatística descritiva, como dito anteriormente, no que diz respeito a instrumentalização de médias aritméticas, percentuais e distribuição de frequência, além da análise espacial composta na distribuição de frequência cartográfica, ou seja, pela demonstração dos dados em mapas.

O foco analítico foram os municípios do Estado de Minas Gerais, tendo realizado uma avaliação comparativa entre duas grandes regiões, que se denominaram aqui de: grande região das Minas e grande região dos Gerais. A análise comparativa proporcionou verificar diferenças especiais no território do Estado em avaliação.

## 3. Resultados

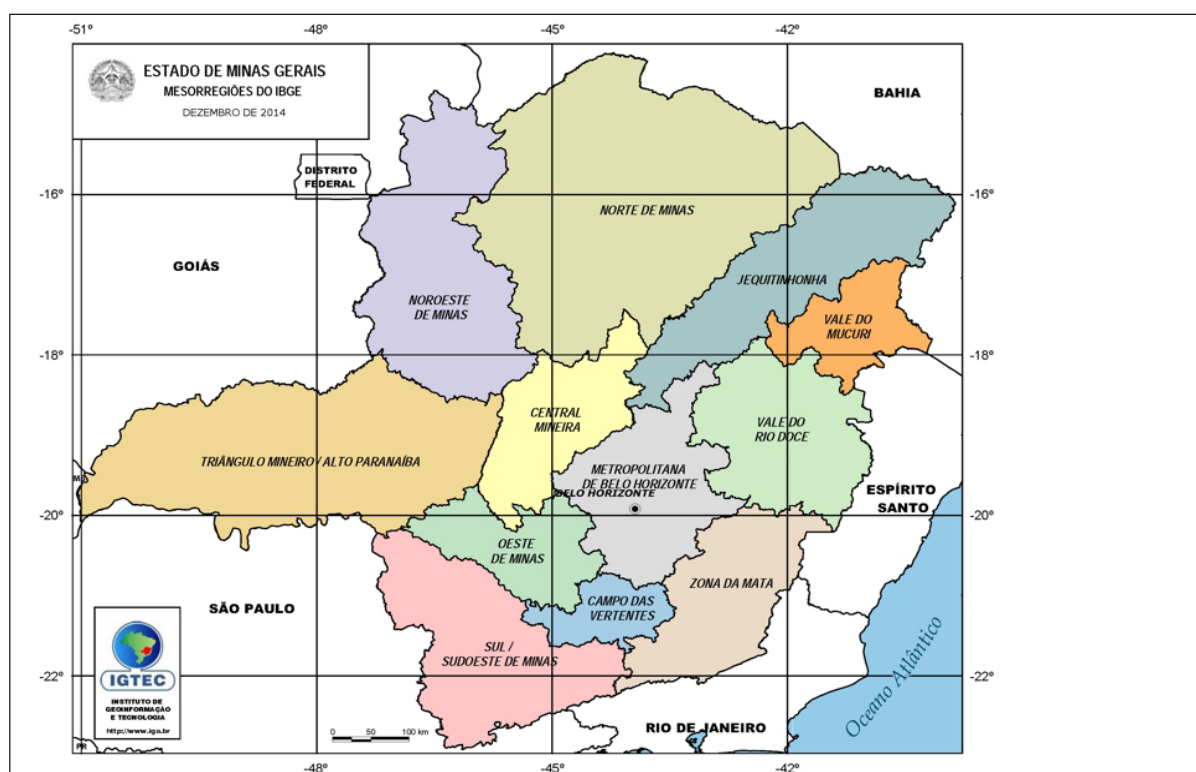
A divisão mesorregional observada aqui será aquela definida pelo IBGE. De acordo com o referido instituto, o Estado de Minas Gerais está segmentado em doze mesorregiões. Contudo, para a efetivação das análises propostas, estratificar-se-á o referido Estado, no que aqui serão denominadas de “grandes regiões”, sendo distintas apenas duas: a grande região das Minas, aquela composta pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Zona da Mata, Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas. E a grande região dos Gerais, formada pelas mesorregiões Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

A grande região das minas localiza-se ao sul do Estado, enquanto que os gerais se posicionam ao norte. Como será demonstrado, de forma geral, os municípios que se posicionam ao sul de Minas Gerais denotam características socioeconômicas mais próximas dos municípios de São Paulo e do Sul do Brasil. Ao Contrário, aqueles localizados ao norte, evidenciam indicadores comparáveis aos dos municípios do Nordeste.

Antes de adentrar aos dados do mercado de trabalho, serão avaliados alguns indicadores econômicos. A partir de tal observação será possível constatar a vinculação entre mercado de trabalho com fatores socioeconômicos, notadamente o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) e composição da pobreza. A desigualdade existente entre as regiões comparadas é perceptível na avaliação de cada indicador socioeconômico que se queira observar. Começando pelo IDH, importante indicador que expressa qualidade de vida, se verifica uma evidente desigualdade.

Figura 1 - Mesorregiões de Minas Gerais segundo IBGE



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (2014).

Os municípios possuidores dos maiores IDHs se posicionam, principalmente, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas e no Triângulo Mineiro.

O ranking dos dez IDHs mais elevados no Estado de Minas Gerais, de acordo com as informações do Atlas do Desenvolvimento Humano, referente ao ano 2010<sup>98</sup>, não apresenta nenhum município situado na Grande Região dos Gerais, como explicita a Tabela 1.

Ao contrário, dentre os dez piores IDHs se encontram apenas dois municípios que se vinculam a Grande Região das Minas, sendo: Frei Lagonegro, localizado na mesorregião Vale do Rio Doce e Araponga, centrado na Zona da Mata. Todos os outros oito municípios com baixo IDH se mostram ligados a Grande Região dos Gerais, evidenciando que o estado possui uma grande diferença espacial no componente Desenvolvimento Humano, como evidencia a Tabela 2.

98. Utilizou-se dados de 2010 devido serem os mais recentes quanto a IDH, Gine e pobreza. Já que o PNUD avalia dados do Censo.

Tabela 1 - Relação dos dez municípios com os maiores IDHs de Minas Gerais - 2010

Ordem	Município	IDH	Mesorregião
1º	Nova Lima	0,813	Metropolitana de Belo Horizonte
2º	Belo Horizonte	0,810	Metropolitana de Belo Horizonte
3º	Uberlândia	0,789	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
4º	Itajubá	0,787	Sul/Sudoeste de Minas
5º	Lavras	0,782	Campo das Vertentes
6º	Poços de Caldas	0,779	Sul/Sudoeste de Minas
7º	Juiz de Fora	0,778	Zona da Mata
8º	Varginha	0,778	Sul/Sudoeste de Minas
9º	Lagoa Santa	0,777	Metropolitana de Belo Horizonte
10º	Itaú de Minas	0,776	Sul/Sudoeste de Minas

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano. Elaboração: própria.

Assim como em Minas Gerais, a distribuição do IDH no Brasil constata uma clara desigualdade espacial no seio do território nacional. Os estados do Norte e do Nordeste são formados por municípios cujo Índice de Desenvolvimento Humano é baixo ou muito baixo. De outro modo, as Unidades Federadas do Sul e do Sudeste possuem cidades com IDH elevado.

Tabela 2 - Relação dos dez municípios com os menores IDHs de Minas Gerais - 2010

Ordem	Município	IDH	Mesorregião
1º	Itaipé	0,552	Vale do Mucuri
2º	Fruta de Leite	0,544	Norte de Minas
3º	Frei Lagonegro	0,543	Vale do Rio Doce
4º	Setubinha	0,542	Vale do Mucuri
5º	Ladainha	0,541	Vale do Mucuri
6º	Monte Formoso	0,541	Jequitinhonha
7º	Catuji	0,54	Vale do Mucuri
8º	Bonito de Minas	0,537	Norte de Minas
9º	Araponga	0,536	Zona da Mata
10º	São João das Missões	0,529	Norte de Minas

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano. Elaboração: própria.

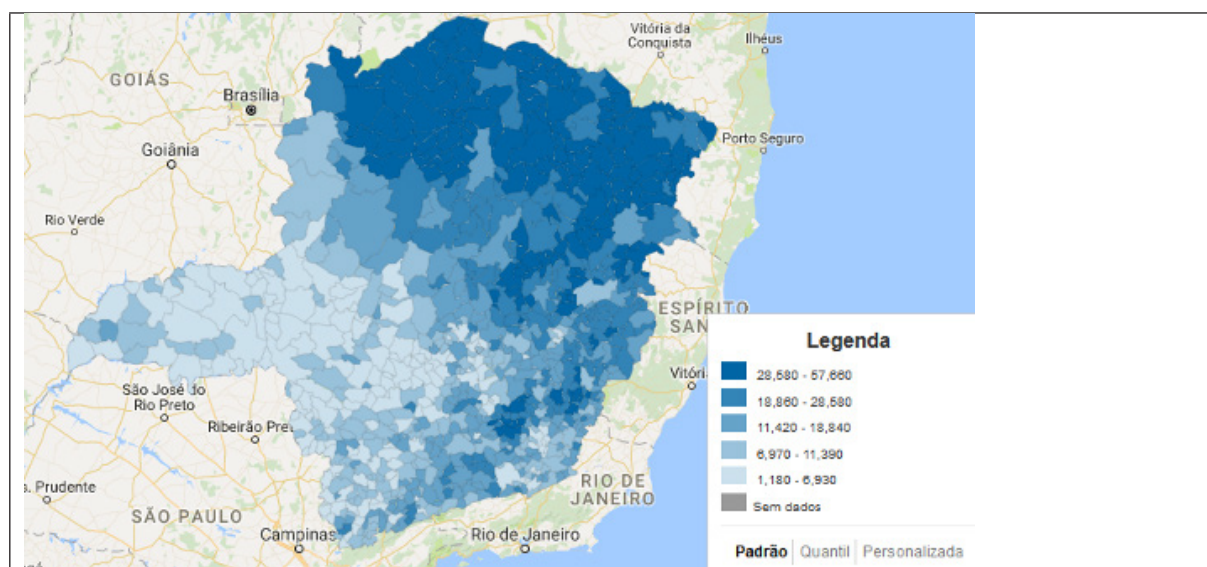
Embora o Estado de Minas Gerais se situe na região Sudeste, ele se mostra menos homogêneo quanto aos indicadores socioeconômicos. Como se pode observar com o IDH, os municípios alocados ao norte do Estado (Grande Região dos Gerais), externam uma forte proximidade com aqueles posicionados na Região Nordeste do Brasil, enquanto que as cidades localizadas ao sul do Estado (Grande Região das Minas), evidenciam semelhanças com os que se posicionam no Sul do país e nos demais Estados do Sudeste.

Como será mostrado, as diferenças socioeconômicas explicitadas pelo IDH se espelham na desigualdade espacial quanto a formalização do emprego, renda do trabalhador e percentual de industrialização dos municípios. Tais dados denotam que as disparidades no mercado de trabalho do Estado refletem as diferenças espaciais quanto aos aspectos



Paulo, se nota fatores socioeconômicos parecidos com os desse último Estado, bem como, com os Estados do Sul do País. Ou seja, maior renda per capita, menor desigualdade social, menor concentração da pobreza, maior índice de formalização do trabalho.

Figura 3 - Percentual de pobres em Minas Gerais - 2010



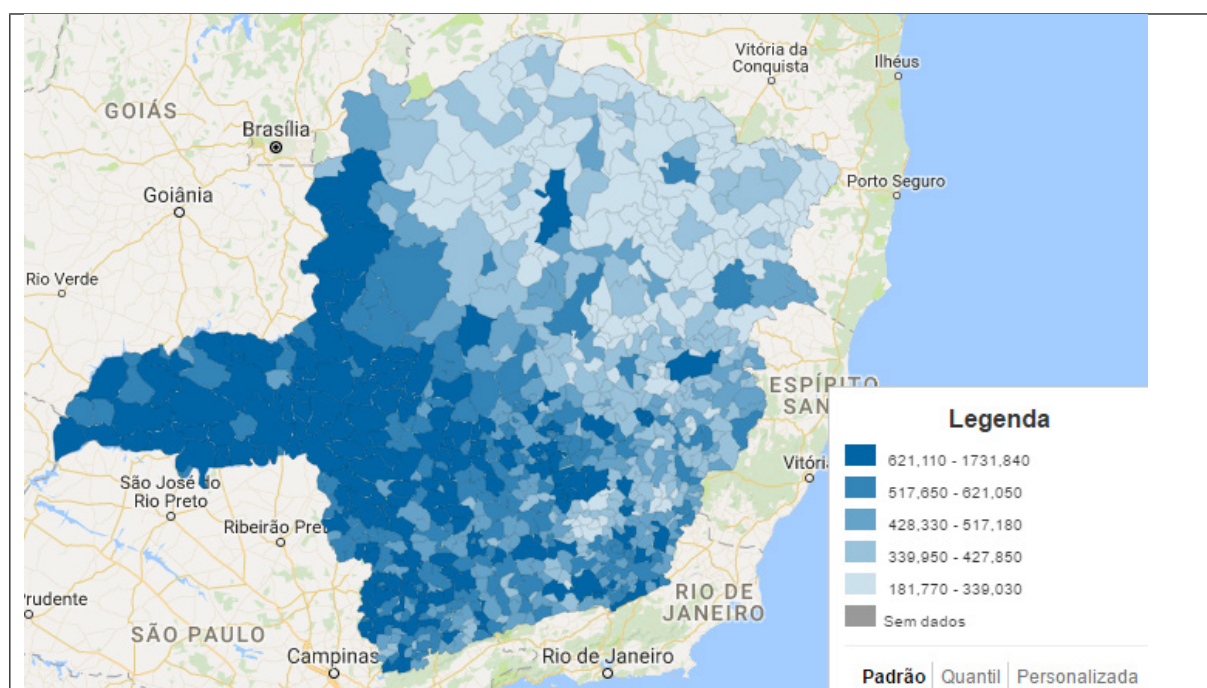
Fonte: Atlas do desenvolvimento humano. Elaboração: Própria

Quanto a este último ponto, no que concerne especificamente ao mercado de trabalho, as coisas não são diferentes. As distâncias postas pelos dados empíricos, entre uma região e outra, são expressivas e claras, denotando a mesma tendência da distância entre as mesorregiões do norte comparativamente com as do sul do Estado. Isso denota o vínculo do mercado de trabalho com as dimensões socioeconômicas. Ou seja, o mercado de trabalho reflete as condições de vida, de pobreza e desigualdade social de uma determinada localidade ou região.

A fim de se efetivar uma melhor visualização dos dados e de se comparar duas variáveis categóricas distintas (as Grade Regiões das Minas e dos Gerais), ir-se-á, a partir de agora, avaliar dados agregados de ambas as Grades Regiões e compará-los para fins analíticos. Em cada Grande Região, os indicadores serão observados a partir do cálculo da média dos municípios. Como a média é afetada por valores extremos (AGRESTI; FINLAY, 2012), nos casos aqui apresentados ela tende a diminuir o valor agregado em cada uma das Grandes Regiões, bem como em todo o Estado. Contudo, no momento em que se fizer comparações entre médias, o indicador será avaliado a partir do mesmo parâmetro a fim de evitar distorções ou vieses nas análises. Isso porque não é possível avaliar, por exemplo, o percentual de pobres da Grande Região dos Gerais, assim como não se pode fazer o mesmo com a Grande Região das Minas. Logo, o método adequado seria a observação das médias dos municípios. Assim, vinculando cada município a sua respectiva Grande Região

é possível comparar as médias de ambas. É o que será demonstrado a partir de agora.

Figura 5 - Renda per capita em Minas Gerais - 2010.



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano. Elaboração: Própria

Por exemplo, quanto a variável renda do trabalhador, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, em 2010, a média da renda média<sup>99</sup> dos trabalhadores formais da Grande Região das Minas era de R\$ 837,69. Isso significa que um trabalhador que habitava naquele ano em um dos municípios do referida Grande Região recebia em média R\$ 327,69 a mais do que o salário mínimo. Em outras palavras, esse trabalhador ganhava em média 1,6 salário mínimo. Isso porque o valor do salário mínimo nominal em 2010, no Brasil era R\$ 510,00, segundo informações do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

De outra forma, a média entre os municípios da Grande Região dos Gerais da renda média dos trabalhadores formais em 2010 era de R\$ 731,00. Valor que se situa em R\$ 221 acima do salário mínimo nominal à época. Porém, fixava-se em R\$ 106,69 abaixo da média registrada pelas cidades localizadas nas Minas e R\$ 83,92 abaixo da renda média dos trabalhadores formais do Estado de Minas Gerais, já que a média da renda média dos trabalhadores em todo Estado registrou-se em R\$ 814,92.

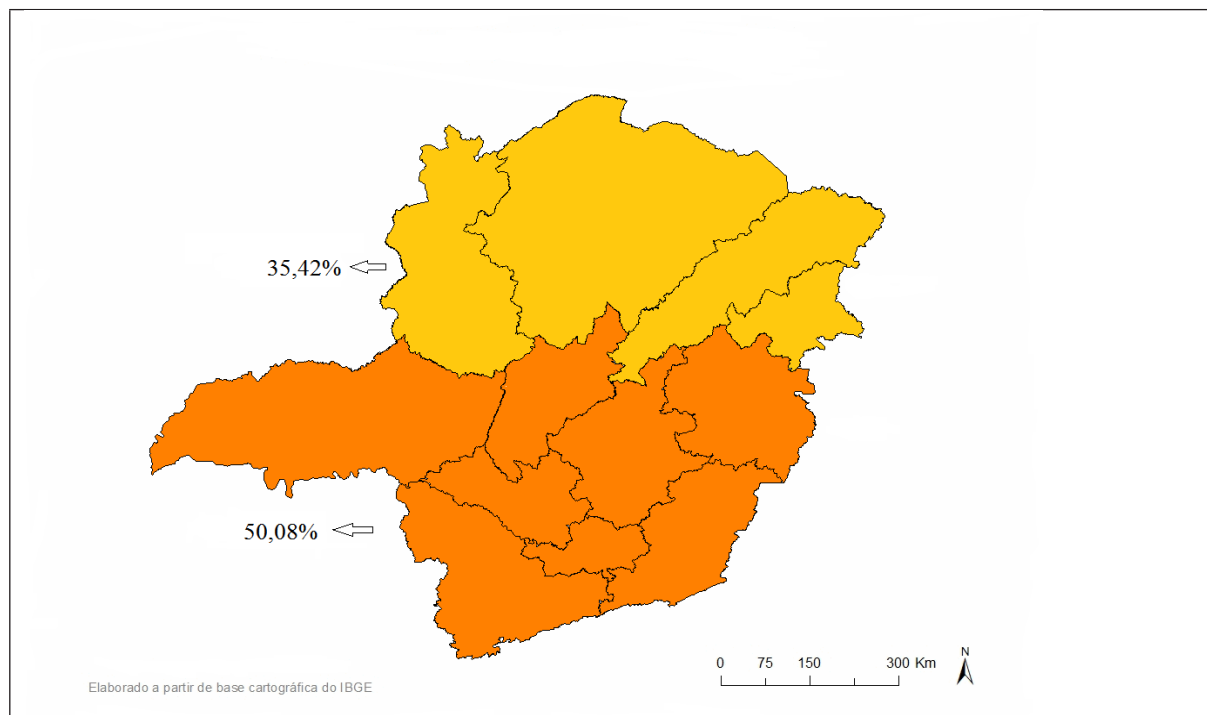
Os municípios que ostentam as dez maiores rendas per capita no Estado de Minas Gerais são: Nova Lima (R\$ 1.731,84) Belo Horizonte (R\$ 1.497), Juruaia (1.122,10), Lagoa

<sup>99</sup>. Esse cálculo foi feito com a média da renda média dos municípios. Ou seja, aqui existem dois estágios da média, o primeiro diz respeito à média da renda dos trabalhadores dos municípios, o segundo trata-se da média dos próprios municípios.

Santa (R\$ 1.089,96), Juiz de Fora (R\$ 1.050,88), Jequitibá (R\$ 1.007,03), Uberlândia (R\$ 1.001,45), Uberaba (R\$ 978,01), Caxambu (R\$ 963,25) e Poços de Caldas (R\$953,96). Não é desnecessário dizer que todos eles se encontram na Grande Região das Minas. Ao passo que, dentre os municípios possuidores das dez menores rendas per capita do Estado, oito estão localizados nos Gerais, sendo eles: Catuji (R\$ 221,41), Santa Helena (R\$ 218,43), Ninheira (R\$ 210,17), Monte Formoso (R\$ 206,62), Cristália (R\$ 200,51), Bonito de Minas (195,65), Santo Antônio do Retiro (R\$ 183,75) e São João das Missões (R\$ 181,77).

Na lista das dez menores rendas per capita estão Pains (R\$ 203,93), na Mesorregião Oeste de Minas, e Frei Lagonegro (201,83) no Vale do rio Doce, ambas vinculadas às Minas, segundo dados de 2010, disponibilizados no Atlas do Desenvolvimento Humano, conforme se pode observar na Figura 6

Figura 6 - Média do grau de formalização dos ocupados nos municípios das minas e das gerais - 2010



Fonte: Atlas do desenvolvimento humano. Elaboração: Própria

A média de formalização dos municípios do Estado de Minas Gerais foi de 46,95%. Com base no cálculo das médias, as cidades situadas na Grande Região das Minas compuseram uma média de 50,08% do grau de formalização. Apresentando 3,13 pontos percentuais acima da média do Estado, enquanto que as cidades localizadas nos Gerais evidenciaram uma média de 35,42%, o que significa 11,53 pontos percentuais a menos que a média de todo o Estado e 14,66 a menos que a região das Minas, denotando uma diferença expressiva

entre as Grandes Regiões.

Se, como diria Maurício Delgado (2014), a formalização aproxima o trabalhador do direito do trabalho, o caso da diferença espacial da formalização do mercado de trabalho em Minas Gerais mostra a atuação de dois casos: um mercado de trabalho mais formalizado, onde os trabalhadores estão mais amparados pelas regras legais, que é o das Minas, e outro mercado de trabalho menos formalizado onde os trabalhadores encontram-se mais vulneráveis e mais dependentes da própria sorte. Onde o direito do trabalho se mostra menos perceptível, sendo este o caso dos Gerais.

A atuação da indústria é, ainda hoje, avaliada como um indicador de desenvolvimento e progresso econômico. A despeito das controvérsias que tal afirmação possa gerar, é possível identificar, também nesse campo, uma diferença significativa entre as regiões em destaque. Nesse caso, será levada em consideração a média do percentual dos ocupados na indústria de transformação.

A média em todo Estado de Minas Gerais dos ocupados no referido setor de atividade econômica é de 9,05%, no caso das Minas especificamente, a participação se eleva para 10,20% em média, sendo que nos Gerais ela se reduz para 4,83%, denotando uma diferença de 5,37 pontos percentuais.

Tendo realizado esse rápido panorama da discrepância socioeconômica existente no interior do Estado de Minas Gerais, é importante salientar que outros indicadores poderiam ser destacados aqui. Como a diferença da atuação entre sexos em ambas as grandes regiões, a variedade das horas trabalhadas e do valor recebido pelo trabalhador por hora de trabalho, a discrepância na atuação dos mais jovens e no ingresso ao mercado de trabalho, além da disparidade da rotatividade de mão de obra e outros. Contudo, por hora, julga-se suficientes os dados aqui apresentados para destacar a diferença espacial existente em uma mesma Unidade da Federação, no que tange aos aspectos socioeconômicos e em especial, ao âmbito do mercado de trabalho. Evidenciando a relação entre a desigualdade socioeconômica e a desigualdade do mercado de trabalho.

Resta agora, tentar imaginar os motivos que levam a efetivação de flagrantes disparidades. Isso será feito no tópico a seguir.



#### 4. Discussão

Tentando encontrar os fatores que impulsionam o desenvolvimento tecnológico nos diversos países, Manuel Castells (2006) encontra como explicação possível a atuação e intervenção do Estado. Diz sobre isso que “o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e em uma época” (CASTELLS, 2006, p. 49).

Pensando nisso e no processo de formação socioeconômica da sociedade brasileira, de forma geral, e da sociedade de Minas Gerais, de forma específica, pode-se lançar uma hipótese de que a atuação do Estado, enquanto instituição administrativa e burocrática, ou como organização que possui o privilégio do exercício da dominação (WEBER, 2009), foi decisivo no processo estratégico do georreferenciamento socioeconômico do território nacional e, conseqüentemente, da Unidade da Federação, no caso de Minas Gerais e talvez de outras Unidades Federadas.

Afirma-se isso com base em algumas evidências. Em primeiro lugar: economistas como Celso Furtado (2001) e Werner Baer (2009) mostram que o Estado Brasileiro se posicionou historicamente como um Estado empreendedor. Forjou empresas, contratou pessoas com finalidade produtiva, gerou e administrou renda em seus próprios bancos, exportou commodities, e, principalmente, definiu política de investimento. Tais políticas determinavam no que, onde e quando investir.

Haja vista os intensos incentivos fiscais e financeiros destinados aos fazendeiros do café, localizados no Estado de São Paulo. Na sequência histórica, a substituição da produção cafeeira pela industrial, financiada pelos cofres públicos aos mesmos fazendeiros que se tornariam industriais.

Deve-se lembrar também da política migratória administrada, de igual modo, pelo Estado. Aquela mesma política de migração que nos é apresentada, dentre outros, por Darcy Ribeiro (1995). Nela se assistiu à substituição da força de trabalho escrava (negra) pela mão de obra italiana, alemã e japonesa (brancas). Nesse ponto se constata a atuação do Estado no que se refere a administração espacial do território. Os negros se concentraram nos engenhos falidos da Região Nordeste do Brasil e a nova população branca foi instalada nas regiões onde se pretendia propiciar maior desenvolvimento econômico. Notadamente os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, no Sudeste, e os Estados do Sul do país.

Em Minas Gerais não foi diferente. A localização da Capital Ouro Preto denota os interesses do Estado nas regiões ligadas ao sul da Unidade da Federação, exatamente

aquelas mais próximas do principal alvo de investimentos do governo brasileiro, o Estado de São Paulo.

Ouro Preto estava localizada nas regiões das lucrativas minas de ouro e diamante. Mais tarde, porém, com o discurso de integrar as Minas e os Gerais, transfere-se a capital para o centro. Todavia, olhando a localização de Belo Horizonte no mapa se percebe que o referido município se demarca ainda no sul. Evidenciando, mais uma vez, que os interesses financeiros não incluíam a parte norte do Estado.

A final, como nos alerta Costa (1997), a função dos gerais era suprir de alimentos aqueles que geravam a riqueza econômica e se encontravam na região das minas. Assim, o vasto território ao norte não era prioridade, a não ser para ceifar os alimentos que seriam consumidos pelos mineiros, ou seja, os trabalhadores das minas.

Quando Otávio Soares Dulci (1999) avalia o desenvolvimento populacional e econômico de Minas Gerais, aborda que o grau de acentuação desse desenvolvimento depende do nível de coesão das elites regionais. Isso devido ao fato das elites econômicas reivindicarem dos governos de suas épocas a intervenção e o investimento necessários para fazerem frutificar os seus negócios.

Como até o final do século XIX, as elites das regiões posicionadas ao norte de Minas Gerais eram numericamente inferiores e menos desenvolvidas do que as do sul, as primeiras regiões tiveram seu curso de desenvolvimento socioeconômico retardado em relação as últimas. Fazendo com que o desenvolvimento do capitalismo dos gerais fosse consolidado apenas na década de 1960 (Rodrigues, 2000), enquanto que a máquina produtiva ao sul já atuava em pleno vapor no século XVIII.

Por esses motivos, a discussão aqui posta não se fundamenta na constatação de fatores que levaram a desigualdade socioeconômica, bem como do mercado de trabalho em Minas Gerais. Mas, traz alguns apontamentos hipotéticos com base na discussão teórica de fatores que poderiam ter influenciado a diferença especial evidente no território de Minas Gerais. Se apresenta a hipótese de que as diferenças socioeconômicas entre as regiões vinculadas ao sul, em relação as outras postas ao norte de Minas Gerais, se deram devido a prioridade racional do desenvolvimento produtivo possibilitado pelo Estado. Preferindo as primeiras e preterindo as últimas. Cabe perguntar, porém, se existe interesse atual em atenuar as diferenças regionais? Para responder à questão posta, caberia avaliar os mesmos dados que aqui se observou, contudo, em série histórica, a fim de aferir se houve diminuição das diferenças na história recente entre as regiões estudadas. Ficando aqui a proposição para a realização de trabalhos futuros.

## Considerações finais

Minas Gerais é um Estado dividido geograficamente conforme o nome. Existe uma delimitação socioeconômica explícita, demarcada pelas fronteiras do próprio nome cunhado na Unidade da Federação. As regiões das Minas ostentam indicadores favoráveis, comparáveis aqueles externados pelos Estados mais ricos da Federação, ao passo que as regiões dos Gerais amargam, ainda hoje, características que não são distantes da realidade brasileira, mas, mais próximas estão das regiões jogadas às margens dos interesses econômicos majoritários.

A segregação geográfica posta em Minas Gerais reflete a mesma diferenciação espacial existente no território brasileiro. A explicação para ambas parece ser a mesma. Trata-se da priorização do Estado quanto as regiões que mais agradam aos olhos das elites econômicas. Assim, São Paulo e Rio de Janeiro, juntamente com os Estados do Sul do país largam e se mantêm na dianteira de um processo de desenvolvimento socioeconômico espacialmente definido. Junto desses estados seguem as Minas de Minas Gerais.

De outro lado, o Norte e o Nordeste do Brasil são alocados ao segundo plano. Esperando, um dia quem sabe, se equilibrar na balança regional. Próximos a essas regiões estão os Gerais de Minas Gerais. Estado rico, porém, pobre. Igual, porém desigual. Desenvolvido, porém, carente.

Recebido em: 20 de março de 2018.

Aprovado em: 19 de maio de 2019

## Referências

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. Métodos estatísticos para as ciências sociais. 4.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

BAER, Werner. A economia brasileira. 3.ed. São Paulo: Nobel, 2009.

BRASIL, Ministério do Trabalho. Bases de dados RAIS e CAGED. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged>>. Acesso em: janeiro a junho de 2017.

BRASIL, Ministério do Trabalho. Registros administrativos da RAIS e do CAGED. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação anual de informações sociais. Brasília: 2017.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 9.ed. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org.). Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das ciências sociais. Montes Claros: Best, 1997.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 13.ed. São Paulo: LTR, 2014.

DULCI, Otávio Soares. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 30.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do desenvolvimento Humano. 2017. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: janeiro a junho de 2017.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins, et al. Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000.

WEBER, Max. Economia e sociedade. 4.ed. V.1. Brasília: UNB, 2009.

Recebido em: 07 de março de 2018.

Aprovado em: 30 de julho de 2018.

## INSIGTS SOCIOLÓGICOS SOBRE UM PAÍS EM TRANSE

LUCIANO ALBINO<sup>100</sup>

### RESUMO

A regra estruturante do estado moderno brasileiro, que consiste em concentrar o poder político e econômico regionalmente se apresenta incapaz de garantir a sociabilidade, o que leva a crer que o país necessita de articulação política, semelhante ao ocorrido na Constituinte de 1988, para retomarmos referenciais mínimos de coesão social e de tolerância. Este texto faz parte de uma pesquisa bibliográfica e se apresenta, neste caso, como uma espécie de reflexo primeiro do conjunto de leitura que tenho feito sobre o pensamento social brasileiro.

**Palavras-chave:** Conjuntura. Antropofagia. Desigualdade Regional. Neopentecostalismo.

## SOCIOLOGICAL INSIGHTS ABOUT A COUNTRY IN TRANCE

### ABSTRACT

The structural rule of the Brazilian modern state, which consists of concentrating political and economic power regionally, presents itself incapable of guaranteeing sociability, which leads one to believe that the country needs political articulation, similar to that which occurred in the 1988 Constituent Assembly, in order to take back references social cohesion and tolerance. This text is part of a bibliographical research and presents, in this case, as a kind of reflection first of the set of reading that I have done on Brazilian social thought.

**Keywords:** Conjuntura. Anthropophagy. Regional Inequality. Neopentecostalism.

### 1. Max Weber e a formação do estado moderno: reminiscências regionais de um pensador universal

O processo de racionalização destacado por Weber em vários trechos de sua obra, que seria próprio da cultura Ocidental e estaria em curso há milênios, vem esclarecer, dentre outras coisas, a formação do estado e do capitalismo modernos. Uma base jurídica, também moderna, estruturou a ordem tipicamente burocrática, responsável pela profunda mudança social. Weber explica o caminho histórico a partir do qual, o Estado capitalista

<sup>100</sup>. Prof. Dr. Luciano Albino. Departamento de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Estadual da Paraíba.

moderno sucedeu outro, patrimonialista, personificado na figura dos senhores feudais e principados regionais.

Em “Os Alemães” (1996), Elias analisa a unificação da Alemanha, partindo do pressuposto de que a unidade nacional decorreu do enfrentamento e vitória daquilo que se consolidou como Estado, sobre principados regionais. Em resumo, o sucesso da nação depende de sua capacidade simultânea de aglutinar e subordinar poderes “autônomos”. Significa afirmar que os feudos e seus senhores, organizados por bases culturais, próprias do universo personalista e patrimonialista, sofreram profundas transformações provocadas pelo Estado burocrático moderno, disciplinado segundo referências formais e, nestes termos, desencantado em relação ao misticismo próprio das sociedades tradicionais.

Se, por um lado, os principados regionais na Alemanha possuíam o formato típico do pré-moderno, e, por outro lado, racionalização da vida e Estado burocrático burguês dizem respeito à modernidade, pode-se afirmar que o regional, tanto em sua dimensão ontológica, quanto político-histórica, refere-se a processos descentralizados e, desde sempre, periféricos, em relação a um poder central ou a projetos de dominação homogeneizadores. Em resumo, a formação dos Estados Nacionais modernos, que a Alemanha é só um exemplo, consolidou-se pela capacidade de centralização do poder e o conseqüente controle das bases periféricas (regionais) pelo monopólio legítimo da violência.

Max Weber nasceu (1964) quando a Alemanha ainda não havia sido unificada. A partir de 1871 a consolidação de um Estado moderno passou a ser algo bastante concreto, especialmente naquilo que o definiu segundo os pilares da nacionalidade, da industrialização e da guerra. O contexto histórico que orientou todo o pensamento de Weber esteve definido na tensão entre estados feudais, tipicamente orientados pelo patrimonialismo e outro, moderno, liderado pela Prússia, consubstanciado pela ordem modernizadora de objetividade industrial e burocratizante, circunscrita culturalmente pelos valores do nacionalismo alemão no tabuleiro europeu de potências industriais em renovado estado de guerra. De modo detido, há em Weber reminiscências regionais no pensador universal. Assim, o regional, patrimonialista, e o nacional moderno, burocrático, são placas tectônicas do seu pensamento e a tensão entre elas provoca abalos sísmicos que fundamentam seu arsenal teórico, ao passo que acomodam uma geografia de ideias à compreensão fria e objetiva da modernidade que se intensifica e amplifica seus tentáculos de controle racional sobre a vida, tal como esclareceu na “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1987). Este modelo racional de compreensão da modernidade é bastante útil ao entendimento, por exemplo, de como o Brasil viabilizou o seu processo de modernização a partir da centralização do poder e da economia em termos regionais.

Em resumo, tal como ocorreu na Alemanha, no Brasil, falar em estado moderno, principalmente a partir da Era Vargas, diz respeito ao empenho do centro do poder econômico e industrial (São Paulo) de subjugar o país, quer dizer, as diversas regiões, segundo seu projeto de acumulação desigual.

## 2. Brasil: relação centro/periferia como ato antropofágico

No caso brasileiro, em particular, embora não tenha ocorrido o que poderia se chamar de feudalismo, a formação histórica revela uma tensão latente e duradoura entre dois espaços/discursos polares. Tensos, contraditórios, às vezes complementares, outras vezes, discordantes, irreconciliáveis. Refiro-me à relação entre o Regional e o Nacional no Brasil. De certo modo, tais realidades ou reivindicações provocaram o que pode ser chamado de dinâmica da nacionalidade brasileira. Com tal afirmação quero dizer que o regional, no Brasil, possui um elemento forte em torno de afirmações de distanciamento em relação ao que se construiu como centro. Falar em região é reavivar a memória do conflito entre brasis que se chocam: um, de pretensões centralizadoras, representantes do estado concentrador; outro, interior, periférico, tenso e inconformado com o projeto homogeneizante<sup>101</sup>.

Nesta perspectiva, o que entendemos como país precisa ser dividido em dois momentos para sua compreensão. Em primeiro lugar, coube ao Império, com destaque para o século XIX, a garantia da unidade territorial, o que favoreceu o Brasil à delimitação de fronteiras que o transformaram em país imensas dimensões. Ao contrário dos espanhóis, os portugueses tiveram mais êxito no tocante à centralização do poder, não permitindo que revoltas dividissem seu território conquistado. Assim, a capacidade de abafar os mais diversos movimentos separatistas (Confederação do Equador, Guerra dos Farrapos e do Contestado, Sabinada, entre tantas outras), permitiu que houvesse, mesmo diante de tamanha diversidade, uma centralização do poder que formou um país de dimensões continentais. Tais levantes e revoltas tiveram em comum o desejo separatista, reflexo de interesses discrepantes dessas bases regionais em relação ao poder central do Império Brasileiro. A este coube, pela espada, abrigar um arquipélago de regiões no vasto território. Até o final do século XIX o Brasil foi isto, regiões bem diversas alinhadas pelas diretrizes de um Império escravocrata e decadente<sup>102</sup>.

A República, na linha reflexiva que este ensaio se propõe a fazer, foi o esforço político de modernizar o país, com destaque para a construção do essencial para tanto,

101. Para entender um pouco essa tensão regional, ver Gilberto Freyre “Manifesto Regionalista” (1922) e Durval Muniz “O Nordeste e outras invenções” (2011).

102. Ver Oliveira, Chico. “Elegia para uma (Re)ligião”.



quer dizer, nacionalidade e maior integração econômica externa, com especial atenção para as atividades agroexportadoras (café). De certo modo, operou-se o modelo europeu, com o fortalecimento do poder central segundo o horizonte daquelas potências capitalistas, cujo êxito ou fracasso se apoiavam no tripé: nação, indústria e guerra. A Alemanha pode ser tomada, mais uma vez, como exemplo, para esclarecer esse processo. O ser alemão, cada vez mais fortalecido pela alteridade, ao diferenciar-se de outras nações, induziu a indústria como um todo e a bélica, em particular.

Significa dizer que os conflitos com a França, ainda no século XIX, foram fundamentais para a nacionalidade alemã. As duas guerras mundiais também desempenharam esse papel. Em síntese, na modernidade, a guerra não pode ser associada a perda de equilíbrio ou desarmonia. Ela possui função social importante, com destaque ao impulsionamento da indústria e para a motivação de uma efervescência nacionalista, central, da mesma maneira, para a consolidação dessas potências imperialistas.

Em termos tupiniquins, se ao Império coube a tarefa de garantir as fronteiras e a unidade territorial, teve a República, principalmente a partir dos anos de 1930, com Getúlio Vargas, o papel de construir uma identidade nacional. Só a partir de tal contexto o Brasil moderno foi construído. Neste caso, moderno significa nacionalidade, industrialização e guerra, como já foi exposto. Porém, na nossa experiência, o inimigo não os vizinhos. Conosco, a função social da guerra, parafraseando Florestan Fernandes, tão explorada pelas grandes potências, teve peculiar ressignificação. O nosso “outro” somos nós mesmos, seja o passado a ser combatido, sejam os estranhos dessa nacionalidade encantada (comunistas, ateus, paraíbas).

Ocorre que o sangue tupinambá parece ferver em nossas veias mais do que possamos sentir tal constatação. Nossas mães ancestrais melaram seus seios com sangue humano no ritual transcendente e o gosto parece ter ficado na boca dos descendentes que lá mamaram. Somos antropofágicos ainda, buscamos aqueles seios, aquela carne, caçando, comendo, subjugando as tribos do interior. A Igreja Católica, nos séculos que se seguiram a partir de 1500, aos poucos e insistentemente substituiu carne e sangue do “outro”, pelo corpo e sangue de Cristo. De alguma forma, o tupi que há em nós, simbolicamente, transmutou sua sociabilidade guerreira e antropofágica pela Eucaristia e conquista dos sertões. Sobre esse fazer canibal muito nos ensinou Hans Staden e Florestan Fernandes, especialmente a respeito da função social da guerra e da prática do canibalismo. A partir desses pensadores, acredito que os rituais, há muito praticados pelos nossos antepassados, são mais do que lembrança do período colonial, mas arquétipos recalcados de nossa brasilidade não realizada, inacabada.

Tudo indica que a atual conjuntura seja de inflexão ou crise de certos instrumentos

que reprimiram essa antropofagia. Ou melhor, houve uma sistemática privatização do ato antropofágico, exclusiva para alguns, excluída para outros. Em pleno século XXI somos tupinambás com gosto de sangue na boca. Os reprimidos desse ritual de realizações transcendentais e identitárias não contêm mais a sede canibal, não querem mais ser só a caça.

Como tentarei apresentar, de modo breve, pois estou em processo de pesquisa sobre o assunto, considero que vivemos um delírio antropofágico ou o retorno do antropofágico, semelhante a afirmação psicanalítica do retorno do recaiado. O que chamamos de modernidade foi a tentativa de catequizar ou reprimir, mas o que temos, hoje, é uma espécie de desritualização da antropofagia, um todos caçando todos. Precisamos ritualizá-lo novamente, senão, nossas bases societárias intensificarão crises e calamidades de dimensões bíblicas. Em resumo, um projeto civilizatório brasileiro passa pela domesticação dos hábitos antropofágicos, passa, assim, por uma etiqueta canibal<sup>103</sup>. Sigamos nesta catarse antropológica.

### 3. As missões paulinas

São Paulo, a cidade, não poderia se chamar São João, São José, São Marcos, São Pedro ou qualquer outro santo católico. Paulo, o apóstolo, pela condição intelectual diferenciada, tanto na tradição judaica quanto na greco-romana teve papel importante, seja na condição de pastor, seja na de articulador da nova ordem religiosa que se provocou a partir de Jesus. Ele será o primeiro, antes de qualquer outro apóstolo, a promover, pelas missões, a própria fundação do Cristianismo. Nestes termos, deve ser considerado o fundador da Igreja. Tal condição foi bem lembrada pelos Jesuítas na fundação do que viria a se tornar a “nossa” Sampa, tendo em vista que de lá se deu início a ocupação dos sertões através das “bandeiras”, ou, como quero chamar, nossas “missões paulinas”.

Paulo de Tarso, com suas cartas e missões difundiu o Evangelho pelo Império Romano. O que ele fez equivale, nos dias de hoje, a transformar em texto uma tradição oral de uma língua nativa da região amazônica para o inglês e, em seguida, publicar nas redes sociais. Tal conteúdo de significado parece ter estado bem presente entre os religiosos da Companhia de Jesus no ato de fundação do que se tornou o quartel-general, o ponto de partida missionário e conquistador do interior, do então nascente Brasil. Em resumo, desde sempre, São Paulo teve vocação para “converter”, subjugar, avançar sobre os sertões, que hoje são o Brasil. Chamar-se Paulo é o mesmo que fundador, vértice. Esse batismo não foi aleatório e parece que também não foi esquecido. Só para lembrar, o

103. Inspiro-me em Elias (1999) quando me refiro a “projeto civilizatório”.

mapa do Brasil está dentro da bandeira paulista, nada menos ilustrativo para a mensagem clara de que o primeiro está contido no segundo e não o contrário, como ocorre com os demais estados.

O Brasil moderno intensifica a industrialização a partir de São Paulo e isto assume um caráter peculiar para a construção da unidade nacional, no século XX. Assim como ocorreu na campanha pela independência e na proclamação da República, constata-se o protagonismo paulista no processo de modernização do país. Defendo, nestes termos, a ideia de que o Brasil, mesmo já consolidado como território e estado-nação, desde a independência, só veio a se estabelecer como tal a partir dos anos de 1930, na composição conflituosa e revolucionária entre Vargas e os paulistas. Ao passo que a Revolução de 1930 foi um grito contra a política “Café com Leite”, ela também se tornou o ponto de partida para a industrialização do país, cujo epicentro se localizou em São Paulo, no desdobramento de uma Revolução Burguesa tal qual esclareceu Florestan Fernandes (1976). Houve, entre nós, longo processo para a definição do que somos hoje em termos territoriais e identitários. Em outras palavras, a nacionalidade, naquilo que a entendemos como simbólico, cultural e, principalmente, etnológico, possui uma história que se tornou realidade nos últimos 100 anos.

Assim, a nacionalidade brasileira moderna assume seus contornos com a consolidação de uma burguesia industrial paulistana, a tensionar até os dias de hoje, a dinâmica política e econômica brasileira. Em poucas palavras, compreender a sociedade brasileira a partir dos anos de 1930 exige o olhar detido sobre o processo de transformação do país em potência econômica, porém, concentrada regionalmente. De forma didática, nosso maior dilema está nas acomodações e conflitos decorrentes da concentração de riquezas que escorrem ao nosso “Paulo de Tarso”. Cada sacoleira que faz compra na Rua 25 de Março e retorna para seus rincões é uma missionária paulistana. Esta lógica se aplica para infinitos outros exemplos de missionários.

Podemos ter vários problemas, mas o principal, com certeza, é a desigualdade regional. Em relação ao país, São Paulo avança em ato antropofágico, sem freios litúrgicos. Para resumir, qualquer movimentação contrária sente o poder do “pato amarelo”<sup>104</sup>, ou o peso da paulada na moleira ao banquete antropofágico.

104. Alusão às manifestações ocorridas na Avenida Paulista pelo impeachment da Presidente Dilma Rouseuff.

#### 4. Espírito do Capitalismo e Ethos Neopentecostal no Brasil

A partir da era Vargas, nos anos de 1930, o Brasil experimentou, em sequência, períodos de desenvolvimento (Juscelino e Militares - pós 1964) cujo resultado foi a mudança significativa na estrutura social do país. Nas três décadas que seguiram o pós-Segunda Guerra Mundial, bastante influenciado por iniciativas como a “Aliança para o Progresso”, o Brasil muda seu foco e modelo societário (Rio de Janeiro - Paris) para São Paulo - Nova Iorque. O país em vias de modernização caminhou para o todo que isto significa: expansão urbana, industrialização, êxodo rural e, principalmente, elevada capacidade de geração de riquezas.

Segundo o que Florestan Fernandes esclarece na clássica pesquisa que realizou sobre o negro na sociedade de classes, fica claro que a abolição não o libertou de sua condição de marginalizado. Ao contrário, mesmo como proletário, “integrou-se” em uma sociedade de ares novos/modernos, de disciplinamento do horário e o mercado como realidade restritiva, na constatação de que a desejada liberdade não alterou muito suas condições de trabalho. Para Florestan Fernandes, a questão racial passava pelo enfrentamento das contradições históricas brasileiras de exploração de classe, de brancos sobre negros. Isto é útil para entender o mecanismo de concentração de riqueza, pois, para além das tradicionais formas de disciplinamento do trabalho em condições capitalistas, houve também o uso de todo um aparato simbólico que sempre destacou o passado do negro como escravo e do índio como selvagem. Quer dizer, controle econômico e simbólico a criar homens úteis e dóceis (Foucault, 2001). Refletir sobre o campo religioso brasileiro é bastante oportuno ao entendimento dessa relação entre ethos econômico e valores culturais.

Seguindo o raciocínio, até o início dos anos de 1970 o Brasil era, no campo religioso, um país com 90% de sua população católica<sup>105</sup>. Este número começa a cair de maneira constante nas décadas seguintes, ao ponto de ser constatado em 2007 um percentual de 73,9%, com tendência de queda. O país continua cristão, em sua esmagadora maioria, no entanto, com um número crescente de fiéis nas igrejas evangélicas, com destaque para o Neopentecostalismo presente na periferia das grandes cidades do país. Estima-se que o número de católicos no país hoje esteja em torno de 60%.

Segundo Pierucci<sup>106</sup>, nos anos de 1970, muitos sociólogos da religião acreditavam que a tendência do Brasil no campo religioso seria a ampliação de seus elementos

105. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. Disponível em < [https://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2008/t\\_campos.pdf](https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_campos.pdf) > Acesso em: 15 de abril de 2019

106. Religiosidade, racionalização e desencantamento. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=vwLn1-EK00>> Acesso em: 24 de abril de 2019

sincréticos, no sentido de que a Umbanda tenderia a se tornar, no futuro, a nossa religião mais predominante. Tendo em vista a capacidade de aglutinar influências das matrizes fundadoras do ser brasileiro miscigenado (índio, negro e branco), a Umbanda poderia representar a espiritualidade nacional. Ledo engando. O mesmo Pierucci analisa que outro fenômeno ocorreu. Neste caso, a expansão do número de pessoas sem denominação religiosa por um lado e, por outro, a explosão de igrejas evangélicas foi decisivo para novas relações sociais.

As igrejas evangélicas impuseram outra dinâmica ao jogo. O catolicismo brasileiro teve, por séculos, a capacidade de agregar em seu meio uma diversidade de tendências e alas, cujos vieses iam do catolicismo popular, à teologia da libertação, passando pelas formas mais conservadoras e carismáticas. Era como se, nele, mãe Menininha e Chico Xavier, Dom Helder Câmara e Dom Eugênio Sales pudessem conviver, uma vez que havia uma espécie de grande guarda-chuva simbólico que garantia a unidade na diversidade, até para os que estavam fora dela.

Com os evangélicos isto não ocorre. No lugar da sopa do sincretismo, para citar novamente Pierucci, em que as diferenças se diluem para formar um caldo grosso, o que passou a ocorrer foi a diferenciação. Não mais sopa, mas salada. Cada coisa tem seu sabor e está em separado, no sentido de que, para os evangélicos, não há a possibilidade de sincretismo com as religiões de origem africana ou com o catolicismo, a lógica é cada um em seu quadrado. Outra dimensão a ser observada nesse fenômeno religioso diz respeito à relação direta entre modernidade e crise das religiões tradicionais. Quanto mais moderno (urbano, industrial), mais o terreno fica fértil para novas experiências religiosas, com destaque para as igrejas evangélicas. Assim, maior complexo urbano e suas periferias, também maior a presença de novos cultos evangélicos.

O mundo desencantado, nos termos de Weber, com violências, exclusões, e vulnerabilidades as mais diversas fez com que o homem moderno voltasse para as igrejas como estratégia de sobrevivência e amparo. Em outras palavras, a instrumentalização da vida e o desencantamento do mundo induziram o seu contrário, quer dizer, a busca do sagrado como escudo de sociabilidade. Para aprofundamento deste assunto sugiro a leitura de Habermas (2013). O sagrado, que pareceu estar fadado ao fracasso no Ocidente, retoma sua força em pleno mundo globalizado. Internet, globalização e religião são assuntos presentes em todas as pautas contemporâneas.

Continuando. Há alguns anos observo a rotina de muitas pessoas que se tornaram evangélicas. Mais do que pesquisa acadêmica, naquilo que entendemos por método e objetividade, tem se tornado uma curiosidade sociológica, digamos assim. Empregadas domésticas, vendedores ambulantes (feirantes), lavadores de carro, entre outros são os

meus focos de observação, ou melhor, companheiros de conversa. Quanto mais observo as situações, mais me impressiona a profundidade do pensamento de Florestan Fernandes (1973) quando afirma que, no Brasil, ocorreu para o negro, uma espécie de prolongamento da condição de escravo, mesmo após a Lei Áurea. Como se houvesse a perpetuação da discriminação. Assim, para além das questões relativas à classe, observa-se a reprodução de um processo excludente de cunho racial que se atualiza. Para homens e mulheres negros, como também, para o mais pobre em geral, mais do que discriminação por sua própria condição de pobreza há outra segregação, aquela decorrente da origem, da raça. Em outras palavras, discriminação de classe e de casta. O prestígio de pertencer a uma classe dominante não se limita a ter mais dinheiro ou elevado padrão de consumo, mas por se diferenciar do que seja negro, índio, nordestino, caipira. Com a reprodução desses preconceitos de classe e de “casta”, não pode o filho do branco dividir a universidade, o avião, a vaga de estacionamento com os que vêm desses níveis “inferiores”. Pois bem, tradicionalmente, os personagens sociais a que me referi são vítimas desse duplo ato discriminatório.

Para alguém, então, que passa o dia inteiro vendendo jujuba nos semáforos, limpando para-brisas ou lavando carros a palavra que mais escuta é “não”. O estado de negação é vivido pela empregada doméstica, pela manicure, pelo zelador do prédio. Quantos “não(s)” essas pessoas ouvem todos os dias? Mas, a noite, quando o homem veste seu paletó, a mulher o melhor vestido, e vão para o culto, geralmente realizado em igrejas suntuosas, climatizadas e com toda infraestrutura de excelente acomodação; quando ouvem, agora, que são filhos e filhas de Deus; quando encontram “irmãos” na mesma experiência fraterna, vivem a efervescência, um encontro, principalmente consigo mesmos, ao se sentir, pela primeira vez, quem sabe..., prestigiados. Quer dizer, uma ideia de homem, uma visão de mundo, como bem destacou a antropologia filosófica de Bourdieu<sup>107</sup> afloram e trazem novos significados. Ocorre uma espécie de libertação sobre o que os outros pensam sobre você. O capital simbólico decorrente da conversão traz o céu para o mundo de infernos cotidianos. É como se ser negro, doméstica e ambulante passasse a não ser mais importante, tendo em vista a satisfação proporcionada pela fé. É oportuno destacar que nesse baú de “novos valores”, com destaque para a agenda conservadora, a relação com homossexuais, cultos afro-brasileiros, direitos humanos etc. passa a ser cada vez mais tensa e excludente.

De certo modo, o “a fábula das três raças” como bem analisa e critica Da Mata (Da Matta, 1987) , a “democracia racial”, o sincretismo religioso, “o homem cordial” e a miscigenação são instrumentos religiosos, sociológico/acadêmicos e políticos que

107. PETERS, Gabriel. O social entre o céu e o inferno: A Antropologia Filosófica e Pierre Bourdieu. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/48867/52942>> Acesso em: 24/04/2019

forjaram uma nacionalidade em que o Brasil passou a ser visto por ele mesmo e pelo mundo como o país do carnaval, do futebol, onde as tensões raciais se resolvem na cama, onde “Deus é brasileiro” e que somos o “país do futuro”, “lindo por natureza”. Os escritos de Jessé Souza<sup>108</sup>, muito no que criticou de nossa formulação sociológica e da peculiaridade predatória de nossas elites, são indicações de leitura da mais alta riqueza de dados e de profundidade analítica ao entendimento da construção social brasileira. Na atual conjuntura, os tradicionais modelos e compreensões sociológicas parecem não mais suficientes. O Brasil mudou e, com isto, nossos conceitos estão caducando, ou, pelo menos, reduzindo seu poder de análise.

De modo a resumir este ponto, tendo a dizer que a nossa atual conjuntura presencia novas polarizações no campo da cultura que atingem diretamente o que foi construído como nacionalidade. Esta, tão importante para a formação do Brasil moderno, como apresentei no início do texto, está passando por mudanças. No núcleo desse furacão de valores se encontram três atores. A tradição, representada pela igreja Católica e pelas igrejas Evangélicas e outras religiões (tradicionais). As igrejas evangélicas neopentecostais. E as “minorias” (mulheres, negros, índios, homossexuais etc.) que lutam há muito tempo, mas com maior eficácia Legal a partir da Constituição de 1988. O país vive uma inflexão étnica, uma antropofagia desritualizada. São três elefantes na mesma loja de cristal.

## 5. Inflexão étnica e crise de coesão

Do meu ponto de vista, se a igreja católica viabilizou coesão social por séculos, com destaque para a orientação institucional brasileira (educação, justiça, moral), chegando tão profundamente a participar da formação cultural do país, parece que, a partir dos anos de 1970 tal capacidade de articulação em larga escala está perdendo poder. Acredito que a Eucaristia foi um instrumento de integração nacional, trazendo limitações litúrgicas para nossa antropofagia. No entanto, as complexidades próprias de uma solidariedade orgânica, para lembrar Durkheim, têm afetado as bases tradicionais de nossa sociabilidade.

Assim, o ethos religioso interfere diretamente no fazer econômico, nos valores em geral. Tal como viu Max Weber, esse ethos possibilita a observação de dimensões mais profundas de nossa sociabilidade. Não seria ela, a religião, mais importante do que outra esfera social. Ela consiste na escolha de um caminho para observação, tendo em vista que seus desdobramentos não se limitarem ao culto ou aos limites da igreja. No caso brasileiro, o crescimento das igrejas neopentecostais resultou na ocupação, por seus líderes, de cargos políticos importantes em todas as esferas de representação do Estado e da sociedade, inclusive na eleição do presidente Bolsonaro. Isto demonstra a capilaridade

108. Dos muitos livros do professor Jessé Sousa, gostaria de destacar “Subcidadania Brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro”.

com que esse fenômeno evangélico se consolidou. Para além de um projeto de expansão religiosa há outros em curso: de poder político e cultural. Se, no passado, Orlando Silva cantarolava “nos pés da Santa Cruz você se ajoelhou” para encontrar Jesus, agora, Ele se revela nos pés da goiabeira, como disse a ministra Damares sobre sua revelação.

Os elefantes estão em conflito na loja de cristais e o resultado disso é bastante previsível. Ao mesmo tempo em que, na mesma linha antropofágica, as missões paulinas exigem os espólios da guerra, quer dizer, a retomada da hegemonia paulistana no cenário econômico brasileiro, que foi arranhada desde o governo Fernando Henrique com a “guerra fiscal” e com os programas sociais e valorização do salário mínimo nos governos do PT. A mão de obra ficou cara e os pobres passaram a usar coisas e serviços exclusivos da classe média e dos ricos (história é essa de pobre em avião ou na universidade?). Mas, por outro lado, a periferia engrossou o pescoço, seja com os evangélicos e seus pastores políticos, seja com o narcotráfico e com todo o universo cultural que se faz presente através de youtubers, funk, e tantas outras inteligências.

Em resumo, aqueles que eram as vítimas silenciosas da antiga antropofagia passaram a ser protagonistas também. O Brasil atual se revela o campo aberto dos embates antropofágicos. Não a toa o presidente foi eleito sem projetos, apenas com dois atos: armas em punho e facada no bucho. Nada mais antropofágico.

Bem, para concluir, se regional é sinônimo de periférico, o contrário também o é. Periferia significa regional, assim, as pequenas e médias cidades, as favelas, morros e toda a complexidade desses suburbanos e undergrounds pulsa em todo o país. Veias que latejam nas extremidades do corpo, não só nos pulsos. Neste cenário de tamanha dramaticidade, não vejo outra saída a não ser aconselhar-se na nossa Constituição. Ela é mais do que um conjunto de leis. Representa a capacidade de conciliação, de dar prumo ao país pelo princípio da tolerância, da convivência ética e no respeito às moralidades (religiosas, de gênero, étnicas).

Como dizia Bertrand Russel, a tendência do mundo é a realidade da diferença. Não podemos negar que as culturas, os países, as religiões estarão cada vez mais próximas umas das outras. Assim, a capacidade de diálogo e de tolerância serão mais necessárias do que nunca.

Um país que quer voltar a ser como antes, no que se refere aos imperativos dominantes e privilégios de poucos, nos acordos entre coronéis nordestinos e industriais paulistas, na perda da soberania pelo mimetismo americano, não passa de um país de canibais desregrados, sedentos de mais regiões a dominar, ao passo que bajula os estrangeiros. Entre os tupinambás havia rito, transcendência, como na Eucaristia. Aprendamos, assim,



com nosso passado, quando não havia Twitter, para a construção de uma sociabilidade cuja antropofagia se converta no expurgo de recalques e nos transforme em algo próximo do que possa ser chamado de civilização. Por enquanto, somos terra em transe<sup>109</sup> de febres antropofágicas.

Recebido em: 03 de maio de 2019.

Aprovado em: 12 de junho de 2019.

---

109. Ver (filme) “Terra em Transe” de Glauber Rocha.

## Referências

ALBINO, Luciano. Dez lições sobre Max Weber. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 5a Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAMPOS, Leneildo Silveira. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. Disponível em < [https://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2008/t\\_campos.pdf](https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_campos.pdf)> Acesso em: 15 de abril de 2019.

ELIAS, Norbert. Os alemães. 1a Edição. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade tupinambá. 3a Ed. São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. 2a Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 50ª edição. Global Editora. 2005.

\_\_\_\_\_. Manifesto Regionalista. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>> Acesso em: 20/04/2019.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Companhia das Letras, Edição comemorativa 70 anos. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe. 5a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PETERS, Gabriel. O social entre o céu e o inferno: A Antropologia Filosófica e Pierre Bourdieu. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/48867/52942>> Acesso em: 24/04/2019

PIERUCCI, Flavio. Religiosidade, racionalização e desencantamento. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=vwLnl1-EK00>> Acesso em: 24 de abril de 2019.

SOUZA, Jessé. Subcidadania brasileira: para entender o país para além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

\_\_\_\_\_. A rale brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1.

---

Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_ A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

---

# RESENHA

## ENCRUZILHADAS E PERSPECTIVAS DA (S) ESQUERDA (S) NO SÉCULO XXI

SIDNEI FERREIRA DE VARES<sup>110\*</sup>

SANTOS, Boaventura de Souza. *Esquerdas do mundo, uni-vos!*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 85 p.

Boaventura de Souza Santos é doutor em sociologia do direito pela Universidade de Yale, além de professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e distinguished scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Autor de diversas obras nas áreas da sociologia do direito, sociologia política, epistemologia, movimentos sociais etc., Santos é hoje um dos mais prestigiados intelectuais portugueses e, quiçá, um dos maiores expoentes do pensamento de esquerda em atividade na Europa e no mundo. Detentor de uma obra robusta e significativa, reconhecida pela comunidade acadêmica, o autor possui diversos prêmios nacionais e internacionais. Entre suas obras, destacam-se “Um discurso sobre as ciências” (Cortez, 1987), “Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade” (Cortez, 2007), “A difícil democracia: reinventar as esquerdas” (2016).

Seu último trabalho, intitulado “Esquerdas do mundo, uni-vos!”, recentemente publicado no Brasil pela Editora Boitempo, constitui um esforço em analisar, em termos conjunturais, a situação das esquerdas mundiais frente ao avanço das forças neoliberais e conservadoras. O referido trabalho é demasiadamente fluído e, a despeito de sua diminuta extensão - trata-se de um ensaio com pouco mais de 80 páginas -, contém alguns insights interessantes sobre os desafios que se apresentam aos grupos e partidos de esquerda além, é claro, de apontar alguns caminhos para superar a inércia em que se encontram.

O livro está organizado da seguinte forma: um breve prefácio, no qual o autor explica as motivações que o levaram a escrevê-lo; uma introdução produzida exclusivamente para a edição brasileira, na qual analisa a realidade política deste país, em especial o período posterior ao golpe que quedou a presidente Dilma Rousseff, em 2016; três capítulos nos quais o autor discute os dilemas e desafios que recaem sobre a esquerda mundial, bem como alguns caminhos com vistas a superar a paralisia que, atualmente, acomete as esquerdas; um pequeno adendo em que reflete sobre outros contextos além do europeu e do latino-americano; e, por fim, uma conclusão.

Logo no início do “Prefácio” à edição brasileira, Souza argumenta que, nesta obra, diferentemente de suas obras anteriores, o centro de sua análise é a conjuntura,

110. Doutor e mestre em Educação pela USP. Professor dos Cursos de História, Filosofia e Pedagogia do Centro Universitário Assunção - UNIFAI.

isto é, as “escalas temporais de médio e longo prazos” (p.7) acerca das dificuldades enfrentadas pelas esquerdas, tanto nos países centrais do capitalismo, quanto em países periféricos, como nos casos da América Latina e de alguns países de fora do eixo ocidental, tais como China e Índia. Aproveita a ocasião para alertar o leitor sobre a introdução à edição brasileira, escrita em fevereiro de 2018, portanto no calor dos acontecimentos decorrentes do processo de impeachment que findou o governo de Dilma Rousseff, o que, em sua visão, pode tornar sua análise ultrapassada com o decorrer do tempo. Ademais, aproveita a ocasião também para explicitar o que entende por esquerda: “o conjunto de teorias e práticas transformadoras que, ao longo dos últimos 150 anos, resistiram à expansão do capitalismo e aos tipos de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera”, sobretudo “num mundo cada vez mais interdependente” (p. 8), onde a “necessidade de aprendizagens globais” se tornou necessária, sobretudo porque parte das esquerdas mundiais demonstra “enorme dificuldade em reconhecer as experiências de outras forças de esquerda noutros países” (p.9).

Na “Introdução”, subintitulada “A democracia brasileira na encruzilhada”, Souza procura demonstrar que todas as conquistas sociais e democráticas obtidas pelos brasileiros nos últimos quinze anos estão sendo pulverizadas frente ao avanço de forças conservadoras, centradas quase que exclusivamente nas mesmas classes dominantes “que sempre promoveram a exclusão, a discriminação e o autoritarismo” (p.11), e que, mesmo não sendo prejudicadas pelos processos inclusivos, sentem-se ameaçadas pelo aprofundamento da democracia nesse país. Na visão do autor português, além de gerar uma enorme perplexidade, esse processo tende a ser paralisante por quatro razões principais, a saber: 1) pelo fato do golpe institucional, que destituiu uma presidente eleita, impedir uma reflexão mais aprofundada sobre esse processo, e ter se convertido em um “golpe continuado”, ou seja, em uma perseguição judicial ao principal arquiteto das conquistas obtidas nos últimos anos; 2) pelo fato de os setores sociais oprimidos - que compõem o que denomina de “Brasil profundo” - serem invisíveis aos olhos das esquerdas brasileiras; 3) pelo fato de as alas democratas e progressistas brasileiras, sobretudo à esquerda, ignorarem as influências das grandes potências, em especial a estadunidense, seja através de suas agências de governo, seja através das grandes corporações, sobre a opinião pública, o campo político e o sistema judicial brasileiro; 4) por fim, pelo fato das forças democráticas, sobretudo de esquerda, não conseguirem organizar uma estratégia de resistência alternativa capaz de aglutinar os setores progressistas da sociedade política e civil no contexto da polarização política. Desse modo, o grande desafio das esquerdas brasileiras, diante das incertezas acerca dos processos democráticos, é o de superar suas divisões políticas por meio de ações menos dogmáticas e mais pragmáticas.

No primeiro capítulo do livro, “O novo interregno”, Souza analisa as transformações geradas pela globalização no final do século XX, responsáveis por decretar o fim do socialismo no leste europeu e da guerra fria (agenda explícita) e que, após a crise financeira de 2008-2011, deflagraram mais um período de incertezas e indefinições (um interregno conforme a famosa expressão de Gramsci), desta vez em relação às modestas conquistas do Estado de bem-estar social levadas a cabo pelos governos de cunho social-liberal (agenda implícita). Para aclarar esse processo, o autor resgata, num plano histórico, algumas dessas conquistas e, posteriormente, demonstra como as posições coletivistas, centradas na ideia de um Estado regulador da economia, colidiram com os interesses individualistas do mercado, impactando negativamente sobre as pautas reivindicadas pelas forças de esquerdas. Segundo Souza, o referido processo, que se deu de maneira silenciosa, ancorou-se na tese segundo a qual o fortalecimento do Estado constituía um empecilho para o avanço para as supostas soluções representadas pelo livre mercado. O resultado fora a destruição da social democracia, último refúgio das classes trabalhadoras contra a voracidade das políticas neoliberais. Com efeito, na ótica do autor português, o atual contexto revelaria a inviabilidade de uma conciliação real entre Estado e mercado, sobretudo porque a própria democracia liberal fora posta em xeque pelas vertentes fasticizantes do neoliberalismo colocando as esquerdas que acreditam em um capitalismo de rosto humano e as esquerdas que estão convencidas de que o capitalismo é intrinsecamente desumano em um conflito desarmonizador e, conseqüentemente, paralisante.

No segundo capítulo, “As forças de esquerda perante o novo interregno”, Souza analisa os mecanismos através dos quais “as novas e velhas forças de direita e de extrema direita”, travestidas de porta-vozes da democracia (dos direitos do povo e do entendem como sendo o povo) procuram defender seus próprios interesses, mas também o modo como “as novas e velhas forças de esquerda propõem-se defender a democracia contra os limites e as perversões da democracia representativa, liberal” (p. 38). Na ótica do autor, embora procurem articular a democracia representativa e a democracia participativa, as esquerdas têm incorrido em alguns equívocos, a saber: a) o deslocamento da discussão acerca do socialismo para uma discussão acerca da democracia, sem se dar conta que a democracia liberal é, hoje, em muitos países, uma imposição do imperialismo e que os direitos humanos são invocados apenas para liquidar governos que resistem a essas imposições; b) o tom das lutas e reivindicações das esquerdas é, em geral, defensivo, à medida que estas nunca procuram avançar para além do que fora conquistado; c) por mais que o regime democrático esteja desacreditado, as esquerdas se veem imputadas - sob o risco de ficarem de fora - a se posicionar no interior do jogo democrático liberal, atuando de acordo com as regras instituídas pelas elites políticas e financeiras. Apesar dessas dificuldades, Souza acredita que estas podem se converter em projetos alternativos de

luta política, isto é, em alianças e articulações com vistas a dar as diferentes forças de esquerda alguma unidade. A experiência portuguesa é, nesse sentido, emblemática. Isso porque as esquerdas deste país, após um conjunto de negociações complexas, conseguiram recentemente se aglutinar em torno de algumas pautas comuns, formando um bloco político mais ou menos coeso e contrário aos interesses do capital financeiro global. Para tanto, adotaram uma linha pragmática e coerente sem, no entanto, porem em risco suas identidades políticas. Na interpretação do autor, o caso português tem muito a ensinar às esquerdas de outros países, desde que estas se atentem às particularidades de seus contextos políticos e disponham de lideranças com capacidade de negociação e boa vontade em relação às suas bases ao invés de se curvarem às pressões políticas dos grupos de centro e centro-direita. Por isso, é mister a criação de canais de comunicação alternativos com a sociedade civil, visando, pois, demonstrar que as esquerdas, além de saberem negociar, sabem estabelecer objetivos concretos e realizáveis.

No terceiro capítulo, “Alguns cenários incertos para a articulação das forças de esquerda”, Souza analisa a situação das esquerdas em países como o Brasil, Colômbia, México e Espanha - os três primeiros com eleições presidenciais marcadas para 2018. Em relação ao Brasil, primeiro país analisado, o autor destaca os impactos do golpe parlamentar, da operação Lava Jato e do governo ilegítimo de Michel Temer sobre as políticas de inclusão social empreendidas nos últimos anos pelo governo Lula da Silva, e que incidiram negativamente sobre a credibilidade do Partido dos Trabalhadores face à sua tentativa de promover “uma grande conciliação nacional numa sociedade atravessada por clivagens profundas de classe, raça e sexo” (p.52), incluindo partidos de centro-direita. Para Souza, o futuro das esquerdas brasileiras estaria condicionado à sua capacidade de articular uma frente política de esquerda que, além de incluir os movimentos sociais, fosse capaz de lançar as bases para um programa político centrado num “reformismo forte”. Em relação à Colômbia, Souza argumenta que a demonização da luta armada, promovida pelos grandes veículos midiáticos colombianos e estimulada pelo imperialismo estadunidense, impediu a concretização do processo de paz e, por conseguinte, gerou um ambiente hostil às pautas da esquerda, impedindo, pois, um consenso mínimo entre as forças de esquerda deste país. Quanto ao México, o sociólogo português salienta que a fratura entre os grupos de esquerda que atuam dentro nos limites institucionalidade, ou seja, do jogo político democrático liberal, e os que atuam fora destes limites tende a reforçar a hegemonia política da direita neste país, o que também concorre para desacreditar as instituições democráticas, visto que a maior parte da população não se sente representada em termos políticos. Por fim, ao tratar da Espanha, Souza argumenta que os dilemas acerca da identidade nacional, que atravessam a história deste país e que envolvem a rivalidade entre bascos e espanhóis, dificulta uma articulação entre as esquerdas, em especial entre



o Podemos e o PSOE, visto que esses partidos divergem quanto aos rumos do movimento separatista - de caráter transclassista - levado a cabo pelos bascos.

Na última parte do livro, “Adendo sobre outros contextos”, o autor resgata parte da discussão sobre os quatro países anteriormente analisados, e inclui uma rápida análise sobre outros países, que vivem dificuldades quanto à articulação de uma frente de esquerda capaz de se contrapor às forças conservadoras.

A “Conclusão” do livro comporta algumas ilações que, no médio e longo prazo, podem nortear a agenda política das esquerdas mundiais. Na visão de Souza, estas precisam ser, a um só tempo, mais “humildes” - à medida que devem operar num mundo em que o objetivo com vistas a construir um sistema alternativo ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado - e mais “ambiciosas” - à medida que só as esquerdas podem salvar a humanidade dos efeitos deletérios do neoliberalismo. Para tanto, cabe às esquerdas insistir na defesa da dignidade da humanidade e da natureza através da radicalização da democracia, visto que o capital financeiro global, sobretudo a sua vertente fasticizante, tenta a todo custo descaracterizá-la. Com efeito, argumenta o autor, a defesa da democracia liberal, aparentemente falida e outrora questionada pela própria esquerda, pode se tornar uma bandeira comum para a união das esquerdas, que devem aprender umas com as outras, dando assim sentido ao título escolhido para o livro: “esquerdas do mundo, uni-vos!”.

\*\*\*

O novo livro de Boaventura de Souza Santos é demasiadamente agradável e fluído, tanto pelo estilo de escrita do autor, quanto pela forma didática com que explica os temas abordados. Isso porque, embora o assunto do livro seja espinhoso e complexo, o experiente autor português demonstra grande capacidade de síntese, facilitando, pois, a compreensão de suas ideias, sobretudo entre leigos e neófitos. A chave-interpretativa de Souza é claramente marxista. Toda a sua análise está calcada no repertório conceitual contido nesta tradição. O conceito de “interregno”, por exemplo, ele extrai de Gramsci, mas nota-se, também, um esforço por parte do autor em manter as linhas-mestras do pensamento de Marx, em especial o conceito de “luta de classes”. Ademais, o autor visivelmente procura amenizar as tensões existentes entre o pensamento marxista e as novas modalidades interpretativas representadas pelo pensamento pós-estruturalista que, como é sabido, se assentam em questões como as de gênero, raça e etnia. Em termos propositivos, o livro é bastante promissor, à medida que estabelece diretrizes para uma possível, embora difícil, conciliação entre as diversas forças políticas à esquerda, desde as

mais moderadas às mais radicais. O fato de o autor propor uma análise conjuntural, que envolve as experiências de esquerda em diversos países, corrobora para a formação de um campo de negociação comum, escapando, pois, à tentação simplista acerca das soluções isoladas e dispersas. Isso, todavia, não significa que o autor desconsidere as peculiaridades políticas e culturais de cada um dos países analisados, mas apenas demonstra que, apesar dessas diferenças, os indícios de que há uma articulação do capital financeiro global em marcha não pode e nem deve paralisar a luta das esquerdas. Talvez por isso Souza insista tanto na adoção de uma política mais pragmática do que programática, e enfatize a necessidade de se criar um campo dialógico mínimo em que seja possível estabelecer objetivos comuns com vistas a resistir à hegemonia política dos grupos e partidos de direita. Isso explica porque a luta pela democracia, mais do que as questões de classe, gênero, raça e etnia, tornou-se central para as esquerdas. Afinal, se por um lado o descrédito em que os sistemas democráticos liberais foram lançados abre espaço para saídas fastidiantes, por outro, é a luta com vistas à radicalização da democracia o que pode unir as esquerdas e, também, impedir que aquele processo obtenha sucesso. Por isso, na ótica do sociólogo português, as esquerdas locais, ao invés de isolarem-se, devem se abrir para as esquerdas mundiais, pois é exatamente essa troca de experiências que apontará os caminhos para um projeto comum, ainda que, conforme observe Souza, as dificuldades sejam maiores do que as facilidades no curto prazo. É possível afirmar, nesse sentido, que o referido trabalho constitui uma espécie de farol cujo intuito é fornecer um direcionamento às esquerdas nesse momento de paralisia. Ainda assim, é impossível definir em que medida as esquerdas, tão cindidas e enfraquecidas, podem resistir à força do capital financeiro e do imperialismo. Isso porque essas cisões, que vão muito além do caráter moderado ou radical dos grupos e partidos de esquerda, se convertem em um empecilho interno considerável ao intento proposto por Souza. Afinal, o papel histórico da esquerda na luta contra a opressão e as desigualdades, conquanto real, não garante, por si só, o surgimento de canais mínimos de diálogo que abarque todas essas forças e permita uma articulação dessa natureza, conforme demonstram as experiências históricas. Em outros termos, o otimismo do autor parece esbarrar na realidade concreta, sem dúvida mais árdua do que se imagina. Mas a despeito desses desafios, o referido trabalho tem o mérito de expor o caráter prejudicial do sectarismo político que acomete a esquerda. O fato das esquerdas não conseguirem se aproximar em torno de pautas comuns, mantendo-se fortemente ligadas a seus programas políticos-partidários, só fortalece a escalada autoritária das direitas. Não porque a direita seja coesa, pelo contrário. Contudo, ainda que as forças de direita também apresentem diferenças, algumas pautas são comuns entre elas. O caso brasileiro é, nesse sentido, exemplificador. A bancada BBB (boi, bala e bíblia) é programaticamente muito distinta, porém consegue se aglutinar em torno de algumas pautas moralistas, demonstrando que, apesar da pluralidade de pensamento, dispõe de clareza em relação a seus rivais políticos, ou seja, os partidos e movimentos

de esquerda. É justamente essa clareza o que falta às esquerdas que, por pensarem mais programaticamente do que pragmaticamente, prosseguem digladiando entre si.

O otimismo do autor é, certamente, resultado da experiência portuguesa que, nos últimos anos, não só conseguiu superar suas disputas internas, mas também chegar a um denominador comum acerca das pautas políticas que devem nortear as disputas eleitorais. Na visão de Souza, essas pautas seriam mais atrativas do que as pautas dos grupos de direita e, exatamente por isso, poderiam se converter em bandeiras eleitorais interessantes e eficazes. Todavia, é este otimismo que o impede de ver o real tamanho do problema que circunda as esquerdas. Não há, por parte do Souza, uma reflexão mais apurada sobre as estratégias políticas a serem adotadas pelas esquerdas para irromper a blindagem midiática e jurídica que, alimentada pela voracidade das elites econômicas, protege os grupos de direita. Isso por que os grupos de direita e de centro-direita controlam os mecanismos responsáveis por popularizar suas pautas. Desse modo, fica a impressão de que só em períodos eleitorais a esquerda poderia medir forças com a direita. Com efeito, o autor pouco contribui para discutir, no âmbito das estratégias políticas, como quebrar a hegemonia burguesa. Outro ponto problemático do livro refere-se ao fato de que, mesmo diante de uma possível união das esquerdas, locais e mundiais, o autor pouco fala a respeito dos processos repressivos utilizados pela direita para impedir o avanço das esquerdas, sugerindo, pois, erroneamente, que o sistema democrático-liberal constitui um campo de neutro de disputa política. Embora concordemos com a tese segundo a qual a união das esquerdas é uma prerrogativa inadiável, esta, sem uma estratégia de embate ideológico por parte da esquerda, não será capaz de garantir uma sequência vitoriosa e, muito menos, um espaço mínimo de governança.

Recebido em: 27 de maio de 2018.

Aprovado em: 08 de março de 2019

## ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE é uma publicação semestral do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Campus Dois Irmãos. Define-se como um periódico científico que se dedica à publicação de artigos, resultantes de atividades de pesquisa, resenhas, traduções e entrevistas. Propõe-se a divulgar a produção acadêmica nas Ciências Sociais e áreas afins.

São aceitos para a publicação na Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE artigos científicos inéditos, caracterizados como de interesse à difusão de ideias e ao desenvolvimento das áreas de Ciências Sociais e áreas afins.

O material para publicação deverá ser encaminhado de acordo com o disposto nas normas para publicação da revista. Os autores, ao submeterem artigos para publicação na Revista Cadernos Ciências Sociais da UFRPE, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração de direitos autorais, isentando o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e o Comitê Editorial da Revista, de qualquer responsabilidade.

Os trabalhos serão examinados pelo sistema Double Blind Review, no qual os autores não são identificados pelos pareceristas em nenhuma fase do processo da avaliação e vice-versa.

Os artigos científicos submetidos à análise para publicação na Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE devem ser originais, não tendo sido publicados em outros meios de comunicação ou estarem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Devem apresentar contribuição para o debate nas Ciências Sociais e áreas afins.

Os artigos poderão ser escritos por até 3 autores e conter no mínimo 15 páginas e no máximo de 20 páginas, sem as referências.

Somente serão aceitas submissões de trabalhos em que o primeiro autor possua titulação mínima de mestre.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, o(s) autor(es) deve (m) anexar o arquivo com o artigo sem qualquer identificação no texto. Um arquivo complementar deverá ser anexado com a identificação do(s) autor(es) devendo-se incluir nome completo, vínculo institucional, vínculo com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, endereço postal e eletrônico. Neste arquivo pode-se incluir também notas de agradecimento a pessoas ou instituições financiadoras e/ou outras desejadas pelo(s) autor(es).

Os artigos serão avaliados pelo sistema Peer Review - Revisão por pares.

Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, em conformidade com o Regulamento da Revista. Os autores que tiverem seus artigos publicados receberão 2 (dois) exemplares do número da Revista.

O envio do artigo a Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE implica autorização para publicação, ficando acordado que não serão pagos direitos autorais de nenhuma espécie. Uma vez publicados os textos, a Revista se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo sua posterior reprodução como transcrição e com devida citação de fontes.

O artigo a ser submetido deve conter:

- a) título: que represente adequadamente o conteúdo do trabalho, com no máximo 17 (dezesete) palavras, em negrito, fonte 12, centralizado;
- b) resumo: em 1 (um) único parágrafo que contenha objetivo, metodologia, os principais resultados e conclusões, com até 6 linhas, fonte 12, espaçamento simples;
- c) palavras-chave: no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) - Conforme Norma 6028 da ABNT;
- d) abstract (tradução do resumo para a língua inglesa);
- e) keywords;
- f) introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento (revisão, resultados e discussões), conclusões ou considerações finais. Não necessariamente com estes títulos;
- g) referências: devem seguir as especificações adotadas pela ABNT e listadas, em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.

Os trabalhos devem ser encaminhados exclusivamente pelo sistema: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasociais>

Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE.

Editor - Professor Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva

E-mail: [revistacadernosocienciasociais@ufrpe.br](mailto:revistacadernosocienciasociais@ufrpe.br)



Apoio:

**ADUFERPE**  
Seção Sindical do:

